

• ANAIS •



CONGRESSO | 2017
SABERES INTEGRADOS

SABERES CIENTÍFICOS E INTEGRAÇÃO SOCIAL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES

28 A 30 . MARÇO . 2017
FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS



• A N A I S •

ISSN: 2177-5052

CONGRESSO SABERES INTEGRADOS 2017

Saberes Científicos e Integração Social: Desafios e Possibilidades

1ª edição



Patos-PB
2017

FICHA TÉCNICA



Faculdades Integradas de Patos - FIP

DIRETOR-GERAL E PRESIDENTE:

João Leuson Palmeira Gomes Alves

COORDENAÇÃO ACADÊMICA:

Alana Candeia Melo

Elzenir Pereira de O. Almeida

Luzia Mendonça Torres

SECRETARIA GERAL:

Sylvania Palmeira Gomes Alves

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO:

Flávio Franklin Ferreira de Almeida

Núcleo de Cerimonial e Eventos NUCE FIP

COORDENAÇÃO DO NUCE FIP:

Deleon Souto Freitas da Silva

ESTAGIÁRIAS:

Bruna Riviane Sinásio de Sousa

Shayanne Rodrigues Diniz

Maria Da Guia Valesca Alves Pereira



Congresso Saberes Integrados 2017

COORDENAÇÃO GERAL:

Deleon Souto Freitas Da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Flávio Franklin Ferreira De Almeida

Lídia Pinheiro Da Nóbrega

Roberta Trindade Martins Lira

Vanessa Lessa Cavalcanti

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Angélica Felix Medeiros

Bruna Riviane Sinésio De Sousa

Cinthya Santos Da Silva

Edilene Araújo Dos Santos

Flaubert Cirilo Jerônimo Paiva

Francisca Márcia Marques Perônico

Helder Elísio Evangelista Vieira

Luiza Rayana Amorim De Lima

Maria Da Guia Valesca Alves Pereira

Maria Do Socorro Lucena

Micheline De Queiroz Magalhães

Monalisa Lopes Dos Santos

Neumalina Lacerda Alves

Rayne Borges Torres Sete

Sara Maria De Lacerda Nóbrega

Shayanne Rodrigues Diniz

Tamires Guedes Roberta

Tatiana Cristina Vasconcelos

Tatiana Moura Rodrigues

Viviane Valéria De Caldas Guedes Garcia

SUMÁRIO

ÁREA: CIÊNCIAS JURÍDICAS E SUAS INTERDISCIPLINARIDADES

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E AS SUAS INTERFACES - 10

Vanessa Meira Cintra Ribeiro; Diego Gonçalves Santos de Matos; Sérgio Baxter Andreoli

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS CÍVEIS EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - 12

Maria Clara Leite de Oliveira e Souza

ÁREA: CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SUAS INTERDISCIPLINARIDADES

A EDUCOMUNICAÇÃO COMO CONCEITO MOBILIZADOR NO RÁDIO - 15

Dilânia Cabral da Silva; Everson Vagner de Lucena Santos

BARREIRAS A SEREM DERRUBADAS: A HETERONORMATIVIDADE COMPULSÓRIA NA EDUCAÇÃO FORMAL - 17

Katiano Renato Alves de Medeiros Junior; Vinícius Freire Amorim; Janiny de Lima Silva; Roberta Trindade Martins Lira

A FELICIDADE A PARTIR DA VIRTUDE E ASCESE NA FORMAÇÃO DA PESSOA NA PERSPECTIVA ARISTOTÉLICO-TOMISTA - 19

Pe. Everaldo Araújo de Lucena

PSICOLOGIA ESCOLAR: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS - 22

Paula Roberta Souza Silva; Yago Figueiredo Lucena Gomes; Tatiana Cristina Vasconcelos

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A OBSERVAÇÃO TAMBÉM ENRIQUECE - 23

Sergio Morais Cavalcante Filho; Marília Félix da Silva

BRINCAR: ATIVIDADE FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, MOTOR E SOCIAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 25

Zoetânia Torres Otaviano Ferreira, Elane Hérica Lucena Gomes de Morais, Ednalva Lima de Figueiredo Araújo, Edilene Araújo dos Santos, Maria do Socorro de Lucena Silva

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PROJETO DE EXTENSÃO - 27

Jucirleia Ferreira de Medeiros, Joselito Santos, Tatiana Cristina de Vasconcelos

A LINGUAGEM ORAL COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DA COGNIÇÃO E AUTONOMIA DA CRIANÇA - 29

Antonio Benedito da Silva Nunes; Maria da Conceição Souza Mendes; Esp. Alexandra Lacerda de Caldas Trigueiro

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA DAS FIP - 31

Antonio Benedito da Silva Nunes; Maria da Conceição Souza Mendes; Jayne da Silva Medeiros; Roberta Trindade Martins Lira

GESTÃO ESCOLAR: UM CAMPO ALÉM DA SALA DE AULA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - 33

Antonio Benedito da Silva Nunes; Sandra Geane Braz Mamede; Edilene Araújo dos Santos

CURSO DE PEDAGOGIA DAS FIP: 25 ANOS DE HISTÓRIA - 35

Maria da Conceição Souza Mendes; Edilene Araújo dos Santos

RELATO DE EXPERIÊNCIA: INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO - 37

Andréa Bianca Rodrigues Silva; Nathan Felipe Ferreira de Souza; Karla Maria Simões Meira; Patricia Maciel Pereira

O ENSINO DE GRAMÁTICA: (CON)TEXTUALIZAÇÃO - 39

Angelica de Sousa Gonçalves, Débora Raquel Ferreira Oliveira, Layanne Soares Moraes, Lislany Serafim Pereira, Gianna Pires Moreira

ÁREA: CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E ARTES

A INSTANTANEIDADE DAS INFORMAÇÕES COM A ATUALIZAÇÃO DO INSTAGRAM STORIES - 41

Willacy Rosemberg Dantas de Araújo; Isabela Fernanda Calixto Nascimento; Josiane Carla Medeiros de Sousa

**DESIGUALDADE DE GÊNERO:
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS - 43**

Fabiana Fernandes da Costa; Cosma Ribeiro de Almeida

**A UTILIZAÇÃO DO SMARTPHONE
RECONFIGURANDO O PROCESSO DE
PRODUÇÃO DA NOTÍCIA TELEVISIVA: UMA
ANÁLISE DIANTE DA TRAGÉDIA COM A
CHAPECOENSE - 45**

Brunna Ingrid Pinheiro de Sousa; Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva

**CONTRIBUIÇÕES DO WHATSAPP PARA A
PRODUÇÃO DA NOTÍCIA: O CASO DO SITE
BOA VENTURA ONLINE - 48**

Gevertton Bento Martin da Silva; José Guilherme Epaminondas Florentino; Gabriel Vinicius Araújo da Rocha; Josiane Carla Medeiros de Sousa

**O LIVE NO RÁDIO: A CONVERGÊNCIA
MIDIÁTICA NA INTERAÇÃO COM O
OUVINTE DO JORNAL CIDADE EM DEBATE -
50**

Vitória Angélica Dantas Cândido; Lucas Guedes Fernandes; Viviane de Souza Felix, Josiane Carla Medeiros de Sousa

**A CHEGADA DA TV NA ZONA RURAL: O
CASO DO SÍTIO “VÁRZEA COMPRIDA DOS
LEITES” NO MUNICÍPIO DE POMBAL – PB -
52**

Rafael Pinheiro de Oliveira; Acácio Medeiros; Thomas Ravelly da Silva Bandeira; Josiane Carla Medeiros de Sousa

**RELIGIÃO, CIBERCULTURA E
CONVERGÊNCIA: A IGREJA MUNDIAL DO
PODER DE DEUS E SUAS INVESTIDAS
MIDIÁTICAS NAS REDES SOCIAIS - 54**

Emilson Ferreira Garcia Junior

**PRODUÇÃO DE CONTEÚDO TELEVISIVO
PARA PLATAFORMAS ON DEMAND - 56**

Ray de Sousa Santana, Deleon Souto Freitas da Silva

**ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
APLICADAS**

**PATRIARCADO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER E REDE DE PROTEÇÃO: ALGUNS
APONTAMENTOS PARA O DEBATE - 59**

Joanne Days de S. Nóbrega; Joyce Dayane H. Araújo; Maria de Fátima L. Ferreira; Yanna Karla de S. Alves; Lidiane C. Tiburtino

**PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E NÍVEL
DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL - 62**

Jéssyka Pereira de Lima; Adriana Sodrê Dória; Kaio Cesar Fernandes

**HOMOPARENTALIDADE E AS NOVAS
CONFIGURAÇÕES FAMILIARES - 64**

Ivanda Araújo Fernandes; Rayslla Sabrina Pereira Saraiva; Alisson de Meneses Pontes

**A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA
EMOCIONAL EM GRUPOS DE TRABALHOS:
UM ESTUDO DE CASO - 67**

Ana Alice Monteiro dos Santos Alencar; Gabrielly Rillary Pereira Mendes; Najara Escarião Agripino

**PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE
LIDERANÇAS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA LOJA DE UMA REDE DE LOJAS DE
MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS NA
CIDADE DE PATOS-PB - 70**

Elyda Custódio de Oliveira Cavalcante; Lígia Maria de Medeiros Leite; Ana Alice Monteiro dos Santos Alencar; Najara Escarião Agripino

**DESENVOLVIMENTO PESSOAL E
PRODUTIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA LOJA PERTENCENTE A UMA REDE DE
LOJAS DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS
NA CIDADE DE PATOS – PB - 72**

Gabriel Nikolas Pereira Mendes; Fernando Henrique Medeiros Santos; Ana Alice Monteiro dos Santos Alencar; Gabrielly Rillary Pereira Mendes; Najara Escarião Agripino

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: LIMITES
E POSSIBILIDADES NO FORTALECIMENTO
À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E
COMUNITÁRIA - 74**

Adriano Dos Santos Silva; Evelyn Caroline Vilvock Lima; Fabricya de Almeida Diogenes, Hilana Raysla Maia Nunes; Raffaella Canini

**ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO CESSAR O
USO DE SUBSTÂNCIAS: UM ESTUDO COM
USUÁRIOS DO CAPS-AD - 76**

Larissa Almeida de Araújo Silva; Taiane Regina Pereira Cabral; Paula Santos de Souza

**ANÁLISE DAS DIFICULDADES
ENFRENTADAS NO PROCESSO DE ADOÇÃO
POR CASAS HOMOAFETIVOS - 79**

Aline Rayanne de Sousa Campos; Geisa Kelly Alexandre Soares; Luana Andreia de Medeiros; Carmen Silva Alves

A AVALIAÇÃO DA GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE PESQUISA - 81

Hérika Andreza Arruda; Mirelly Martins de Sousa; Guilherme Silva Sousa; Maria das Neves Cavalcante; Antônia Gomes Furtado

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROJETO DE LEI 55 SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) - 83

Aline Rayanne de Sousa Campos; Geisa Kelly Alexandre Soares; Luana Andreia de Medeiros; Jaciara dos Santos Silva

LUZES SOBRE A CIÊNCIA: O PAPEL DO CIENTISTA SOCIAL NA ATUALIDADE - 85

Katiano Renato Alves de Medeiros Junior; Roberta Trindade Martins Lira

UMA REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E SEUS MALEFÍCIOS - 87

Bruna Luana Alves Monteiro; David Bruno Dantas Bernardino; Roberta Trindade Martins Lira

ESTUDO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS BAIROS DO SETOR NORTE DE PATOS-PB - 89

Yoná Jacy Guedes de Melo Araújo; Flora Oliveira de Souza Cardoso

A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE PATOS-PB ATRAVÉS DE IMAGENS - 91

Bianca de Lucena Soares; Évia Pereira Dias; Julia Brendha da Silva Figueirêdo Lucena; Yoná Jacy Guedes de Melo Araújo; Flora Oliveira de Souza Cardoso

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) PATOS-PB - 93

Rejane Batista Soares; Anarita de Souza Salvador

ÁREA: CIÊNCIAS DA SAÚDE

A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE E A PRIMEIRA INFÂNCIA: ENTRE OS DESAFIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E O MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA - 95

Francisco Renan Ferreira de Sousa; Périclles Daniel Nunes de Medeiros; Vanessa de Lima Marques Santiago; Everson Vagner de Lucena Santos

INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NA DINÂMICA DOS TRANSTORNOS DO SONO - 97

Lucas Santos Alves; Raquel Rodrigues Araujo; Aucelia Cristina Soares de Belchior

O USO DE FITOTERÁPICOS NA CICATRIZAÇÃO TECIDUAL DE LESÕES CUTÂNEAS - 99

Raquel Rodrigues Araujo; Lucas Santos Alves; Aucelia Cristina Soares de Belchior

ANÁLISE COMPARATIVA DE PARÂMETROS CARDIORRESPIRATÓRIOS EM INDIVÍDUO JOVENS PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS VERSUS SEDENTÁRIOS - 102

Raquel Rodrigues Araujo; Lucas Santos Alves; Elson Ewerton Araújo Santana; Aucelia Cristina Soares de Belchior

AVALIAÇÃO APLICADA POR DOCENTES NO CURSO DE ODONTOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA - 104

Denis do Nascimento Soares; Maria Cleide da Fonseca Azevedo; Marcela Meira Ramos Abrantes

A JUDICIALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEÚTICA NO BRASIL - 106

Vanessa Meira Cintra Ribeiro; Sérgio Baxter Andreoli

A DANÇA E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE HUMOR DE IDOSAS - 108

José Patrício Gonçalves de Sousa; Alana Simões Bezerra

EPIDIDIMECTOMIA PARA TRATAMENTO DE FÍSTULA CUTÂNEA DE TUBERCULOSE TESTICULAR: RELATO DE CASO - 110

Ingrid Pinto Torres; Filipe Diógenes Forte Melo; Antônio Gomes da Costa Segundo

PRÁTICAS DE SAÚDE COLETIVA NO AMBIENTE ESCOLAR: A AÇÃO DOS ACADÊMICOS DE NUTRIÇÃO FRENTE A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL - 113

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Ivandro Gomes da Silva, Paloma Cyntia da Silva Figueiredo Siqueira, Janaína Lúcio Dantas

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM ABORDAGEM LÚDICA ATRAVÉS DO JOGO "BINGO SAUDÁVEL" PARA PACIENTES DIABÉTICOS E HIPERTENSOS - 115

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Jannyne Paiva Alves, Rayssa Ferreira de Sousa, Janaína Lúcio Dantas

DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR NO PRIMEIRO ANO DE VIDA:

MARCADORES E FATORES DE RISCO - 117

Isabela Dias de Sousa; Ruth Santiago Duarte; Sabrinny Nogueira de Oliveira, Umberto Marinho de Lima Júnior

VISÃO DOS PROFISSIONAIS SOBRE A MERENDA ESCOLAR - 119

Jahy Alves dos Santos; Josiane Patrícia A. N. de Melo; Maria Rayane Araújo Ferreira; Vanessa Meira Cintra Ribeiro

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA ESCOLA INCLUSIVA – 121

Jucirleia Ferreira de Medeiros, Joselito Santos, Tatiana Cristina de Vasconcelos, Rosimere Bandeira Diniz

FATOR DE RISCO OU FATOR DE PROTEÇÃO? O PAPEL DA FAMÍLIA NOS CASOS DE DEPRESSÃO ADOLESCENTE - 123

Luysa Gabrielly de Araujo Moraes; Regina Moraes da Silva Araujo

EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM ÊNFASE NA MELHORA DA DEPRESSÃO EM CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS - 125

Fabiana Souza Antão de Carvalho ; Edvaldo de Sousa Costa Neto; Maria Nathalya Firmino; Manuela Carla de Souza lima Daltro

TRANSGÊNICOS NA ALIMENTAÇÃO E IMPLICAÇÕES FUTURAS NA SAÚDE HUMANA - 127

Bruna Ferreira Leitão Lacerda, Rebeca Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Tiago Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Raquel Bezerra de Sá de Sousa Nogueira

QUALIDADE DE VIDA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DAS FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS: UM ESTUDO DESCRITIVO - 129

Andreia Lilite de Souza Leite; Italo Lucena Tenório; Giovanni Amado Rivera

ATAQUES AO CORPO E TRAUMATOFILIA NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO - 131

Kassiano Leite dos Santos; Nádja Nayra de S. Formiga

QUALIDADE DE VIDA E ESTRESSE DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA - 133

Hilda Tunú da Costa Neta; Fernanda Laísse Silva Souza; Luciana Maria de Moraes Martins Soares Rodrigo Herculano Mendes Farias

BULLYING NA ADOLESCÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA - 136

Kassiano Leite dos Santos; Nádja Nayra de S. Formiga; Daniela Ribeiro Barros

ABUSO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO - 138

Kassiano Leite dos Santos; Nádja Nayra de S. Formiga; Daniela Ribeiro Barros

ABORDAGEM DA GOTA: ASPECTOS GERAIS SOBRE A DOENÇA - 140

Caio Carvalho Pinheiro, Rebeca Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Raquel Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Tiago Bezerra de Sá de Sousa Nogueira

IMPLEMENTAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE ENDODONTIA DAS FIP (LAE-FIP) - 142

Ertânia Araujo Bezerra; Gélica Lima Granja; Silvio Dantas Saraiva Aranha, Paula Vanessa da Silva; Maria Cleide Azevedo Braz

DAS SENZALAS ÀS UBSs: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NA POPULAÇÃO AUTODETERMINADA COMO NEGRA NO BRASIL - 144

Luysa Gabrielly de Araujo Moraes; Janice Alves Trajano; Regina Moraes da Silva Araujo

PREVALÊNCIA DO CANAL MESIOPALATINO EM PRIMEIROS MOLARES SUPERIORES - 146

Ivan Carlos Tavares; Renata Amorim Batista; Ertânia Araujo Bezerra, Ieda Xavier; Maria Cleide Azevedo Braz

A MORFOLOGIA COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO DO ENSINO SUPERIOR - 147

Hiago Alves de Freitas Rosado Xavier; Ramilli de Araújo Pegado; Samara Kauanne Leite Costa; Flávia Regina Gonçalves de Araújo

APLICAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICO-EXPERIMENTAIS DA MORFOLOGIA HUMANA NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO - 149

Luis Henrique Dantas Torres; Renê Maciel de Sousa Neto; Francisco Orlando Rafael Freitas; Flávia Regina Gonçalves de Araújo

NÍVEIS DE STREPTOCOCCUS MUTANS NA SALIVA ASSOCIADOS À EXPERIÊNCIA DE CÁRIE DENTÁRIA EM CRIANÇAS - 151

Jéssica Leandro Feitosa; Larissa Lopes de Assis; Petrusk Homero Campos Marinho; Suyene de Oliveira Paredes

ATIVIDADE PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL ELABORADA PARA GESTANTES SOBRE A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL UTILIZANDO JOGOS - 153

Jannyne Paiva Alves; Rayssa Ferreira de Sousa; Francielly Carvalho de Oliveira ; Cláudio Leite da Silva; Janaina Lúcio Dantas

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA IDOSOS COM ABORDAGEM LÚDICA ATRAVÉS DO “DOMINÓ DAS FRUTAS” - 155

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Laysa Maria de Oliveira Nóbrega, Janaína Lúcio Dantas

BDH: RELATO DE VIVÊNCIA DE INTEGRAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - 157

Nathan Felipe Ferreira de Souza; Andréa Bianca Rodrigues Silva; Samara Cirilo Feitosa Germano; Paula Vanessa da Silva

ANSIEDADE FRENTE AO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO: PROJETO DE PESQUISA - 159

Rafaella Araújo Amancio de Lima Medeiros, Katharyne Martins Freire, Hermanda Barbosa Rodrigues, Sammia Anacleto de Albuquerque Pinheiro

DISCUSSÃO SOBRE O CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS NO BRASIL - 161

Lucas Marconi dos Santos Leite, Vanessa Diniz Vieira

CAPACITAÇÃO COM MERENDEIRAS REALIZADAS NAS PRÁTICAS DE SAÚDE COLETIVA: A ATUAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE NUTRIÇÃO - 163

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Ivandro Gomes da Silva, Paloma Cyntia da Silva Figueiredo Siqueira, Janaína Lúcio Dantas

INCLUSÃO DO MÉTODO PILATES NO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AOS CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS - 165

Willy Silva de Araújo Medeiros, Natália Soares Oliveira; Ednilda Firmino Pereira; Aline Guimarães Carvalho; Manuela Carla de Souza Lima Daltro

EFICIÊNCIA DAS TERAPIAS COM LED E LASER NAS ÚLCERAS DE PRESSÃO EM PACIENTES COM LESÃO TRAUMÁTICA DA MEDULA ESPINHAL - 167

Ana Mayara Pereira Vilar Trigueiro; Lucas Santos Alves; Raquel Rodrigues Araujo; Aucelia Cristina Soares de Belchior

A VENTOSA E SEUS BENEFÍCIOS COMO MÉTODO TERAPÊUTICO NA DOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA - 169

Gerlianny de Oliveira Medeiros Pereira; Wily Silva de Araújo Medeiros; Ednilda Firmino Pereira; Noelma de Assis Leite; Aline Guimarães Carvalho

VARIAÇÕES NA ORIGEM E TRAJETO DA ARTÉRIA VERTEBRAL: REVISÃO DA LITERATURA - 172

Hemmelyne Nóbrega Quinho Carvalho; Ohanna Núria Nunes Pereira Inácio de Queiroz; Bruno Moreira Viana Mendonça Brito; Jalles Dantas Lucena; Francisco Orlando Rafael Freitas

IMPORTÂNCIA DA ANAMNESE PARA DIAGNÓSTICO PRECOCE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL EM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA - 174

Daila de Freitas Guerra, Bruna Riviane Sinésio de Sousa, Hermanda Barbosa Rodrigues, Sammia Anacleto Albuquerque Pinheiro

CARACTERÍSTICAS DO FORAME MENTAL EM DIFERENTES POPULAÇÕES: REVISÃO DA LITERATURA E APLICAÇÃO CLÍNICA - 176

Thayná Felix Rodrigues; Antonelly Romeiro Galvão Reinaldo; José Talles Simão da Silva Sousa; Jalles Dantas de Lucena; Francisco Orlando Rafael Freitas

DISSECANDO CONHECIMENTOS: ANATOMIA HUMANA ATRAVÉS DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA - 178

Júlio César Leite Silva; Bruno Moreira Viana Mendonça Brito; Thayná Felix Rodrigues; Flávia Regina Gonçalves de Araújo; Francisco Orlando Rafael Freitas

UTILIZANDO METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DA BIOSSEGURANÇA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA - 180

Alisson Rumennig Sousa Raulino; Fabrício Kleber Lucena Carvalho; Paula Christianne Gomes Gouveia Souto Maia; Jorge Luiz Silva Araújo Filho

**REPERCUSSÃO DO TREINO COM CICLO
ERGÔMETRO EM PACIENTES INTERNADOS
EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA:
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - 182**

Andréia Francisca Lima de Oliveira; Rayne Borges
Torres Sette

**IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ESTÁGIO
SUPERVISIONADA I NO CURSO DE
ODONTOLOGIA DAS FACULDADES
INTEGRADAS DE PATOS - 186**

Bruna Riviane Sinésio de Sousa, Hermanda Barbosa
Rodrigues, Sammia Anacleto Albuquerque Pinheiro

**BENEFÍCIOS FUNCIONAIS DA BIOMASSA DE
BANANA VERDE (*Musa spp.*) NA
ALIMENTAÇÃO HUMANA - 188**

Jannyne Paiva Alves; Karolline de Oliveira
Fernandes; Rayssa Ferreira de Sousa, Maria Helena
Araújo de Vasconcelos

**PLANEJAMENTO DE AÇÃO DE EDUCAÇÃO
ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA
ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE PATOS- PB -
190**

Riama Raniely Sobral de Souza; Micaelly da Silva
Sales; Vanessa Meira Cintra Ribeiro

**CONTRIBUIÇÃO DA BRAQUITERAPIA NO
TRATAMENTO DO CÂNCER DE PRÓSTATA -
202**

Helder Santos de Figueiredo; Rodrigo Diniz Paiva;
Maria Allana Juca Rodrigues da Silva; Mário Vilar
Trigueiro Neto

**O PAPEL DOS CONTRASTES IODADOS NOS
EXAMES DE TOMOGRAFIA
COMPUTADORIZADA - 204**

Helder Santos de Figueiredo; Rodrigo Diniz Paiva;
Maria Allana Juca Rodrigues da Silva; Cláudia
Patrícia Varela Valença

ÁREA: CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

**ALIMENTOS IRRADIADOS: UMA REVISÃO -
192**

Helder Santos de Figueiredo; Ivanesa Gusmão Martins
Soares

**USO DA RADIOTERAPIA NO TRATAMENTO
DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO - 194**

Fábio de Oliveira Fonseca; Ivanesa Gusmão Martins
Soares

**TESTE PARA AVALIAÇÃO DA BLINDAGEM
EM VIDRO DE BIOMBO UTILIZADO EM
RAIO-X - 196**

Paulo Campos de Lacerda Filho; Henrique Cleber
Silva Santos; Cláudia Patrícia Varela Valença

**A IMPORTÂNCIA DA MAMOGRAFIA PARA O
DIAGNÓSTICO DO CÂNCER DE MAMA - 198**

Helder Santos de Figueiredo; Jackelyne Soares da
Silva Lucena

**IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS: VANTAGENS
E DESVANTAGENS - 200**

Edgley Eulampio de Araujo; Igor Gustavo Soares
Martins; João Cardoso Neto; Cláudia Patrícia Varela
Valença

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E AS SUAS INTERFACES

Vanessa Meira Cintra Ribeiro; Diego Gonçalves Santos de Matos; Sérgio Baxter Andreoli

INTRODUÇÃO: Os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) tem requerido por meio da judicialização da saúde, insumos, medicamentos e assistência à saúde, sendo esta uma questão recente no Brasil. Esse problema se estende em razão da negativa do Estado em garantir, de forma efetiva e contínua, o acesso a determinados medicamentos, tratamentos e procedimentos. Além de que, a responsabilidade da saúde pública é compreendida pelo judiciário como dos efetivamente solidária (todos entes da Federação podem responder por qualquer demanda judicial em matéria de saúde). O tema é interdisciplinar, abrange as Ciências Jurídicas e da Saúde. Assim, versaremos sobre a falta de aprofundamento no assunto por parte do Poder Judiciário (PJ), o que pode levar a determinações inviáveis e até impossíveis de cumprir, e as demais fragilidades ligadas ao tema, pois existem cada vez mais ações contra o sistema público gerando impactos bem significativos ao orçamento público.

REFERENCIAL TEÓRICO: A saúde é direito fundamental social previsto na Constituição, assegurada à generalidade de pessoas, devendo o Estado prover condições necessárias para o pleno exercício. Além disso, é tipificada como bem jurídico indissociável do direito à vida. Há uma demanda aumentada para que seja garantido o acesso através de fornecimento de medicamentos, realização de cirurgias e tratamentos que são negados pelos entes Federativos, órgãos do Poder Executivo. Nesse sentido, podemos considerar a presença de possíveis vieses, destacando-se a discussão sobre provável violação ao princípio constitucional da separação dos poderes, já que as decisões trazem uma série de fatores e adentram em competências do outro Poder. Assim, a judicialização passa a tornar-se um assunto preocupante entre gestores, operadores do Direito e profissionais da saúde, sobretudo nos critérios que norteiam decisões que debatem o tema. O marco inicial para a interferência do Judiciário, nesse âmbito, deu-se no início da década de 90, através dos portadores de HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), que buscavam por meio de demandas judiciais o acesso rápido a medicamentos e tratamentos direcionados para a doença. Após a elevada demanda de resultados positivos, os pleitos aumentaram e chegam até a superlotar o PJ na busca por tratamento por portadores de outros tipos de doença. Associa-se a este fato, independente da divisão de competências do SUS, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) da responsabilidade solidária, assim sendo, a responsabilidade da disponibilização do insumo é responsabilidade de qualquer ente.

OBJETIVO: O trabalho consiste em descrever os principais pontos relacionados ao problema da judicialização da saúde e demais fragilidades ligadas às decisões tomadas, além de identificar as necessidades de adequação para melhoria no atendimento das demandas e garantia de saúde à população, de maneira justa.

MÉTODOS: A metodologia utilizada na produção deste é pesquisa foi uma revisão da literatura não sistemática, tendo como fonte artigos científicos, legislação, doutrinas, jurisprudências e afins para o desenvolvimento da ideia com o uso do descritor “judicialização da saúde”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O que ocorre, por vezes, é a precariedade de informação do manejo clínico e indicações, bem como sobre o arsenal de medicamentos do SUS e, ainda, a falta de

conhecimento das políticas públicas criadas para atender a população, o que acaba desviando em grande parte o sentido das decisões e não as tornando razoáveis. Além disso, com o aumento das demandas, acontece superlotação de processos judiciais nas varas comuns, que abordam todos os tipos de matéria e pode impossibilitar a atenção necessária para a decisão justa, além do perigo da demora do trâmite do processo, que pode trazer danos graves a quem pleiteia. Logo, assessorado e especializado, o juiz, em vara especializada, saberá embasar e denegar, caso haja necessidade, o pedido. Por fim, impedirá a arbitrariedade e irrazoabilidade das determinações que podem prejudicar, além dos requerentes, o Poder Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Como direito fundamental garantido pela Carta Magna, a saúde necessita de aplicação imediata e recai sobre a obrigação de cumprimento pelo Poder Público, que deve fornecer medicamentos e tratamentos, além de promover a realização de políticas públicas para melhor concretização. Todavia, falhas e escassez de recursos fazem com que o Judiciário figure como garantidor do cumprimento das obrigações por parte do Executivo, o que acaba agravando e comprometendo as dificuldades orçamentárias vivenciadas pelo Poder Público. Logo, ainda há diversas dificuldades a serem superadas. No entanto, a solução para dirimir grande parte dos problemas é a criação de varas judiciais especializadas em saúde, onde os operadores do Direito pudessem aprofundar-se na matéria, além de contar com a presença de comissão técnica de saúde multiprofissional para que avaliasse as condições de quem pleiteia e a possibilidade do pedido, evitando determinações desnecessárias. Com isso, a saúde deixaria de ser vista como algo individual e passaria a ser visto sob a ótica da coletividade, como sugere a lei e o entendimento doutrinário. Além disso, haveria a melhor análise da competência imediata de cumprimento da obrigação, tornando a relação entre a saúde, o Estado e a justiça mais harmoniosa.

PALAVRAS-CHAVE: saúde; judicialização; poder público; direito.

REFERÊNCIAS: BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito À saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Disponível em: <<http://www.lrbarroso.com.br/pt/noticias/medicamentos.pdf>>. Acesso em abr 2017. CARVALHO, Luiza de. STF começa a decidir regras para custeio de medicamentos. Artigo publicado no jornal Valor Econômico, Caderno Legislação & Tributos. Visualizado no site da Associação dos Advogados de São Paulo. Disponível em <http://www.aasp.org.br/aasp/imprensa/clipping/cli_noticia.asp?idnot=7231>. Acesso em mar 2017. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2014. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20ª. São Paulo: Saraiva, 2016. SILVA, Liliane Coelho da. Judicialização da saúde: em busca de uma contenção saudável. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 112, maio 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13182&revista_caderno=9>. Acesso em mar 2017.

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS CÍVEIS EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Maria Clara Leite de Oliveira e Souza

INTRODUÇÃO: A violência doméstica sempre foi considerada como uma afronta aos direitos humanos e um gravíssimo problema da sociedade. A partir de 2006, com o surgimento da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), tornou-se assunto recorrente no cotidiano brasileiro; entretanto, os números reais da violência pouco mudaram nos últimos 11 anos. A Lei 11.340, apesar do caráter preponderante de Direito Penal, encontrou terreno propício para ramificações nas áreas privadas do direito, como o Direito de Família. Muito se discute sobre a eficiência da audiência de Mediação em casos onde se alega ter havido agressão doméstica. Até que ponto a vítima de violência pode decidir, livremente, sobre questões patrimoniais e que envolvem, geralmente, filhos menores? Do mesmo modo, o Estado-Juiz tem, realmente, o poder de impedir uma possível pacificação entre excompanheiros? Doutrina e jurisprudência tem se debruçado sobre essas questões e importa nesse momento demonstrar, em apertada síntese, os dois posicionamentos majoritários e buscar aguçar o senso crítico de todos os operadores do direito para que possamos pacificar esse questionamento.

REFERENCIAL TEÓRICO: Em linhas gerais, identificamos que a violência doméstica é baseada em questões de gênero; o sustentáculo dessas ocorrências remete ao patriarcalismo, com a suposta supremacia do homem nas relações sociais e familiares. Imperioso seria contar com uma legislação efetiva contra o problema; surge, em 2006, a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria Da Penha. Essa norma tem representado importante instrumento no enfrentamento da violência; cumpre ressaltar, entretanto, que ela não criou nenhum tipo penal, apenas deu tratamento diferenciado para infrações já existentes. Segundo a lei, “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Atualmente o acesso à justiça é elencado como direito fundamental e imprescindível, previsto na Constituição Federal, artigo 5º, XXXV, e também no artigo 3º do CPC. Resta evidente que é dever do Estado responder a qualquer postulação do cidadão acerca de lesão ou ameaça a direito. O acesso aos meios de justiça, portanto, tem íntima relação com a dignidade da pessoa humana; o ordenamento jurídico deve permitir que o ingresso em juízo represente uma prevenção à violência e deve dar condições que os meios alternativos de solução de conflitos possam acontecer. O artigo 3º, §2º, do CPC deixa claro que o Estado deverá promover, sempre que for possível, a solução consensual dos conflitos, destacando-se a Conciliação e Mediação. Em apertada síntese, a Conciliação, vista como uma das formas de resolução de conflitos, terá espaço sempre que entre as partes houver uma relação esporádica e um terceiro, neutro e isento, possa facilitar o alcance de um acordo satisfatório para pôr fim ao litígio. Na Mediação, por sua vez, a relação entre as partes é pré-existente e continuada. Os meios consensuais, em especial a Mediação, apresentam grande vantagem pois conseguem pôr fim ao conflito solucionando definitivamente o problema. Outro aspecto relevante é a valorização das partes e de suas vontades; tendo em vista as desigualdades sempre presentes nas relações, principalmente familiares, a Mediação consegue promover o equilíbrio, facilitando o diálogo e, portanto, a composição de forma satisfatória e efetiva. Embora, como já citado, o CPC traga o estímulo a Mediação, parte da doutrina e jurisprudência considera inviável “obrigar” uma mulher a encontrar o seu agressor para buscar um meio amigável de solucionar o conflito. Nesse sentido entendeu o TJ/SP, em decisão a Agravo interposto em 2016, ao cancelar uma audiência conciliatória fixada pelo juízo de primeiro grau em processo de divórcio onde haveria casos de violência doméstica, por ser ato atentatório a dignidade da pessoa humana. Indica a mencionada decisão que “faltaria o necessário empoderamento, primordial para que uma conciliação ou mediação

possa, efetivamente, resolver a crise”. Em sentido contrário, temos posicionamentos que pregam o dever do Estado em tentar fortalecer uma continuidade pacífica das relações. Cumpre salientar que a violência nunca será passível de composição, entretanto outros aspectos do processo podem ser. Nas questões envolvendo direito de família, muitas vezes, nos deparamos com direitos disponíveis e, portanto, com possibilidade de serem discutidos em audiências de mediação.

OBJETIVO: Analisar a efetividade da realização da audiência de Mediação no “processo de família”, em casos que tragam consigo alegações de violência doméstica. **MÉTODOS** Para a elaboração do presente foram essenciais a pesquisa bibliográfica, enfatizando a utilização da doutrina jurídica, de modo a captar diversas correntes acerca do tema em comento, e jurisprudência pátria. Toda a pesquisa busca a análise da possibilidade de utilização dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, principalmente a mediação, para o enfrentamento das questões atinentes a violência doméstica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Percebemos, claramente, a pertinência temática e a problemática a ela inerente. Apesar das divergências sobre o tema, a jurisprudência vem entendendo no sentido de que não haveria exigibilidade da audiência de Mediação em casos de violência doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Através dos comentários tecidos, percebemos que o questionamento sobre a possibilidade de Mediação em casos de violência doméstica desperta discussões e é um tema relevante para o ordenamento jurídico nacional. De modo geral, quando há violência, mesmo após uma possível sentença, nunca teremos vencedores. As agressões deixam marcas que afetarão a família, inclusive o agressor, por muito tempo. A capacitação para lidar com a questão é primordial para o enfrentamento desse problema. É preciso entender que, muitas vezes, a vítima se encontra diante de uma situação de vulnerabilidade, que a obriga a quedar-se inerte perante o agressor. Respeitável corrente de doutrinadores acompanha parcela da jurisprudência e considera inviável que essa mulher, vítima da agressão, possa discutir, em igualdade de condições, com seu algoz em uma audiência de Mediação. Em seu caráter protetivo, nossa legislação acerta ao prever penas mais duras e procedimentos rígidos quando se trata de agressões domésticas. Consideramos que a Mediação representa um importante instrumento de combate a violência contra a mulher, pois permite que as partes busquem a solução de seus conflitos de modo a evitar problemas maiores; nesse momento, a vítima de agressão poderá, contando com a ajuda de um terceiro habilitado, se fazer ouvir.

PALAVRAS-CHAVE: violência contra a mulher; formas alternativas de resolução de conflitos; mediação; gênero.

REFERÊNCIAS: BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. _____, Lei 11.340 (2006). Lei Maria Da Penha. Brasília: Senado, 2006. _____, Lei 13.105 (2015). Código de Processo Civil. Brasília: Senado, 2015. Poder Judiciário: Apelação Cível 994. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/2/art20170207-07.pdf>. Acesso em: 05/03/2017 SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 32.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009 STJ admite aplicação da Lei Maria da Penha em Ação Cível. Disponível em: <http://cnj.jus.br/noticias/cnj/58624-procedimentos-instaurados-pela-lei-maria-da-penha-cresceram-mais-de-100>. Acesso em: 16/02/2017 TARTUCE, Fernanda. Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos. In Novas Tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. Org.: Freire, Alexandre; Medina, José Miguel Garcia; Didier Jr, Fredie; Dantas, Bruno; Nunes, Dierle; Miranda de Oliveira, Pedro (no prelo). Disponível em: www.fernandatartuce.com.br/artigosdaprofessora. Acesso em 04/03/2017. Acesso em: 04/03/2017 Vítima de violência doméstica não é obrigada a participar de conciliação. Disponível em: <http://>

www.conjur.com.br/2016-jul-18/vitima-violencia-domestica-nao-obrigada-tentar-conciliacao. Acesso em: 05/03/2017

A EDUCOMUNICAÇÃO COMO CONCEITO MOBILIZADOR NO RÁDIO

Dilânia Cabral da Silva; Everson Vagner de Lucena Santos

INTRODUÇÃO: O conceito de Educomunicação é ainda muito novo e está em construção. Porém, o termo educomunicação há muito tempo já aparece em discussões de instituições desde os anos oitenta, no intuito de designar ações de comunicação voltadas para a educação e vice-versa. Nesse sentido a educomunicação tem trago as vivências de cotidiano uma maior interação entre o universo educacional e comunicativo, possibilitando o uso das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação na construção da democracia e responsabilidade social. O rádio como veículo de comunicação tem papel fundamental na construção dessa interação educação/comunicação. Sendo um dos veículos mais presentes desde os anos 50, o rádio tem se reinventado de muitas maneiras.

REFERENCIAL TEÓRICO: Fazer a junção da comunicação e educação é abordar sobre dois campos de conhecimento, na qual as importâncias são indiscutíveis na sociedade contemporânea onde elas são potencialidades em instituições de aperfeiçoamento da democracia e colaboradoras no exercício da cidadania plena, em diferentes dimensões. O meio educativo tem necessitado de mudanças na forma de interagir com o mundo real e a comunicação traz esse viés evolutivo através de mídias como o rádio, que ao longo do tempo foi evoluindo suas práticas de interação. Atuante na maneira de noticiar o local, entreter e divulgar, o rádio mesclou suas atividades a outros avanços que foram surgindo. Mauricio e Francisco (2010) acreditam que, por ter sobrevivido por tanto tempo, apesar das inúmeras inovações tecnológicas, o rádio é a maior prova da capacidade de convivência dos diferentes meios de comunicação. Nesse contexto a educação está inserida, pois a Educomunicação tem por objetivo melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas. E para tanto, incluiu o rádio como recurso privilegiado, tanto como facilitador no processo de aprendizagem, quanto como recurso de expressão para alunos, professores e membros da comunidade (Soares, 2004). A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1971, p. 69). Dessa forma Freire deixa claro como é necessária essa trama de conhecimentos. Tendo em vista que o rádio é um dos meios de comunicação que cuida do local e notícia a comunidade, a Educomunicação aposta nesse veículo como forma de fomentar a participação escolar de alunos e professores nas decisões e planejamentos de ações e suas execuções. Num plano prático espalhado por muitas escolas do estado de São Paulo, a educomunicação através do rádio vem integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação. Tocando no sentido de observar como os meios de comunicação agem na sociedade e buscar formas de colaborar com alunos para conviverem com eles de forma positiva, sem se deixarem manipular. Esse formato vem sendo repetido por muitas instituições de ensino, dando a gestores, pais e alunos uma maior atuação no campo de aprendizagem e consciência cidadã. A criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos em espaços educativos faz a escola, a direção, professores e alunos rever suas práticas com relação a comunidade em que se vive, criando sempre ambientes abertos e democráticos (Soares, 2014). No foco principal está a relação de comunicação que deve ser sempre franca e aberta. Tendo em vista que a educomunicação busca rever os conceitos tradicionais de comunicação, como se existisse apenas para persuadir ou fazer a boa

imagem dos que detêm poder e fama. Nesse processo, a comunicação é feita através do rádio para socializar e criar consensos.

OBJETIVO: Analisar a educomunicação no rádio. Entender a inserção da educação no rádio como veículo noticiador.

MÉTODOS: Este estudo foi feito sob a ótica de pesquisa do tipo descritiva, explicativa e bibliográfica, por meio da revisão de literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Nesse estudo observa-se que o rádio é um dos veículos de comunicação que mais tem se reinventado. Que a sua interação com a educação responde diretamente aos anseios da Educomunicação em dar vez e voz a comunidade como um todo, permitindo que o que é aprendido no âmbito educacional chegue as grandes massas de forma participativa e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Muitas das dinâmicas adotadas e incentivadas pela Educomunicação apontam para as contradições das formas autoritárias de comunicação impostas na sociedade. Vem à tona um novo campo de conhecimento que não está sozinho, mas alinhado a muitos outros. Inserir o rádio nesse contexto educ comunicativo possibilita uma maior conscientização da escola, dos professores e alunos, como também da comunidade do papel cidadão e construtor de um futuro melhor. Dessa maneira o rádio passa a ser veículo que comunica a própria comunidade, sendo transmissor dela mesma e para ela. Finalmente, o rádio dentro da Educomunicação vem colaborar para que tenhamos uma pluralidade no pensamento comunicacional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: educação; comunicação; educomunicação.

REFERÊNCIAS: Freire, Paulo. Extensão ou comunicação?. Editora Paz e Terra, 2014. SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. Comunicação & Educação, São Paulo, n. 23, p. 16-25, apr. 2002. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012>>. Acesso em: 03 mar. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i23p16-25>. Mauricio, Juliano de Carvalho e Francisco, Antônio Magnoni. O novo rádio. Cenários da Radiodifusão na era digital. Editora Senac SP, 2010.

BARREIRAS A SEREM DERRUBADAS: A HETERONORMATIVIDADE COMPULSÓRIA NA EDUCAÇÃO FORMAL

Katiano Renato Alves de Medeiros Junior; Vinícius Freire Amorim; Janiny de Lima Silva; Roberta Trindade Martins Lira

INTRODUÇÃO: O “Programa Escola Sem Partido” (ESP) – originário dos projetos de lei 7180/2014, 7181/2014, 867/2015, 1859/2015 e, mais recente no Senado, 193/2016 – surgiu num momento em que as condições materiais estavam propícias, dadas as correlações de forças nos planos político e econômico, para cominar um dano estrutural à classe trabalhadora, principalmente no que diz respeito à equidade sexual e de gênero. Edgar Morin (2005) defende, há muitos anos, a necessidade de entendermos a relação do que é visto como complexo e desviante no dia-a-dia dos indivíduos e suas relações no mundo. Nesse viés, é necessário problematizar a proibição e proporcionar o rompimento da pedagogia do armário e da heteronormatividade.

REFERENCIAL TEÓRICO: Aqueles que defendem o programa ESP batalham para que os pais doutrinam moralmente sua prole, de acordo com suas próprias convicções e visões de mundo. Porém, devemos nos indagar sobre essas convicções, pois o ambiente escolar proporciona um solo fértil e é uma etapa de suma importância para a construção e desconstrução dos indivíduos. Morin (2005) trabalha com o conceito da palavra “complexo”, argumentando que complexo é tudo aquilo que é tecido junto, ou seja, a complexidade humana não pode ser reduzida a poucas derivações e normas instauradas por classes dominadoras. Na verdade, é complexo exatamente porque existe a possibilidade de tecer milhares de fios no tecido social. É nesse local, a escola, que os jovens passam, no mínimo, doze anos de suas vidas. Nesse período os hormônios estão em atividade permanente e as funções cognitivas se formando e estruturando. Nesse tocante, a instituição escola pratica a pedagogia do armário, a qual regula a vida social e doutrina pela coerção moral. Controlar os jovens e as erupções sexuais transmitida por ações corporais e falas, no cotidiano escolar, é o foco de instituições que estão fechadas em normas prontas e perpetuadas a muito tempo. As desigualdades de gênero, que iniciam na família, são reproduzidas, corporificadas e cristalizadas nas escolas. Os livros didáticos são também responsáveis, quando os mesmos naturalizam o binarismo de gênero e omitem a diversidade sexual e, assim, “essencializando a feminilidade e a masculinidade em identidades mutuamente excludentes e cerceadoras das possibilidades de derivação passível de apropriação pessoal, social, cultural e histórica do feminino e do masculino, por pessoas de ambos os sexos” (LIONCO; DINIZ, 2008, p. 310). Por isso, Deleuze e Guattari (2004) discutem a necessidade de, em todas as gerações subsequentes ao aparecimento do complexo de Édipo, os indivíduos terem que passar e viver o Édipo. Os filósofos trabalham a ideia de desprendimento do Édipo pela sociedade, o que permitiria que os pais e professores pudessem trabalhar a questão sexual com mais abertura e sem a necessidade de seguir a norma edipiana. Nesse sentido, Eve Sedgwick (2007) explica muito bem que o regime de ocultações de posições dissidentes à matriz heterossexual, a qual domina e controla as condutas das crianças para que elas se mantenham na linha da sexualidade hetero, age para manter o silêncio ou expor os jovens de forma preconceituosa, pois pensar e permitir que a heterossexualidade seja o padrão de gênero é heteronormatizar os indivíduos. Nisso, aqueles que não seguirem as normas estarão desviando das condutas estabelecidas pela sociedade-cultural vigente. É o pensamento de racionalização que alimenta grande parte da sociedade, exatamente quando se pensa que ser heterossexual é o padrão e qualquer ponto destoante à norma deve se guiar por essa matriz. Já a racionalidade é aberta e considera novos dados, ela é aberta também porque se autocrítica, avalia e reconsidera suas relações e de suas variáveis.

OBJETIVO: A forma como as concepções e crenças de gênero e sexualidade são implantadas desde as instituições escolares, para a partir de aí serem transmitidas para o imaginário social de uma maioria que, conseqüentemente, reproduz discursos e comportamentos preenchidos de violência simbólica, atacando qualquer estrutura comportamental que se mostre desviante. O presente trabalho se propõe a realizar uma leitura sobre como percepção dos indivíduos brasileiros se situa em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, da forma que essa percepção é introjetada materialmente em suas vidas sociais e como essa materialização se relaciona com a população LGBTTIQ.

MÉTODOS: O método adotado é o bibliográfico, utilizando-se da leitura de revistas científicas e obras pertinentes ao assunto. Buscamos pressupostos ontológicos e epistemológicos que busquem explicar como aquilo que se entrelaça com o objeto da pesquisa não é dado a priori, mas sim construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O medo social dos homossexuais, bissexuais e das identidades (trans)gressoras carrega em suas bases um contínuo processo de (re)invenção sociocultural do ser feminino e do ser masculino num armário que configura uma prisão do próprio. É imperativo romper com esses dois sistemas (pedagogia do armário e heteronormatividade) e mostrar à população que diversidades sexuais existem e é natural seres humanos, providos de todo o aparato cognitivo-emocional, estabelecerem relações, independente de gênero, raça ou credo. Precisamos de atos e leituras que nos desacomodem, nos retirem do prumo, nos balancem do ponto de equilíbrio. Desse modo, cabe aos doutos, aos letrados e pensadores incitar discussões abertas e contemplativa num tom agradável de esclarecimento, o que proporcionará, ao longo do tempo, a redução do medo social pelo “Outro”, que na verdade pode contribuir até mais do que os pares costumeiros e que vivem nas normas sociais, já que esses “diferentes” também são repletos de sensibilidade, singularidade e compaixão.

PALAVRAS-CHAVE: educação formal; heteronormatividade; pedagogia do armário; Programa Escola Sem Partido.

REFERÊNCIAS: DELEUZE, Gilles; GUATARI, Félix. O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia 1. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. LIONCO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 307-324, dez. 2008. MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 82ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. Família e poder paterno: (des)construindo conceitos em tempos de projeto Escola sem partido. Jornal Pensar a Educação em Pauta, Belo Horizonte, ano 4, n. 135, 9 set. 2016. Disponível em: . Acesso em: 16 nov. 2016. SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, pp. 19-54, jan./jun. 2008.

A FELICIDADE A PARTIR DA VIRTUDE E ASCESE NA FORMAÇÃO DA PESSOA NA PERSPECTIVA ARISTOTÉLICO-TOMISTA

Pe. Everaldo Araújo de Lucena

RESUMO: O presente trabalho, titulado por “A felicidade a partir da virtude e ascese na formação da pessoa na perspectiva aristotélico-tomista”, objetivou-se promover uma reflexão acerca da importância da virtude na vida do homem proposto por Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, nas obras *Éticas a Nicômaco* e *Suma Teológica*, tendo como problemática a vida virtuosa que pode ser caminho para a felicidade e o papel da ascese nesta relação na formação da pessoa. Entretanto, usou-se de metodologia no que se refere ao tipo de estudo da pesquisa é teórico, o enfoque qualitativo e o nível bibliográfico, tendo como técnica uma revisão bibliográfica a partir da obra de Aristóteles(2009), Aquino(1996; 2005; 2010; 2011). Nesse contexto, no que se alude a virtude e ascese, percebeu-se na filosofia aristotélico-tomista, propõe que a partir da ascese como “ascensão” à virtude e sua permanência, é fundamental para que o homem no processo da formação, possa ser moralmente realizado e torne-se feliz. Isto é, torna-se auto realizado.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho de caráter científica, pretende-se refletir a filosofia aristotélicotomista, como superação ou exercício das virtudes e da moral na formação da pessoa, proporcionando como fim a felicidade. Para tanto, procura-se a partir dessa temática uma reflexão sobre a importância e a conquista do “homem ascético”. Assim, surge a problemática como a vida virtuosa pode ser caminho para a felicidade e o papel da ascese nesta relação. Trabalhar esse tema é buscar uma reflexão crítica de um mundo moderno, globalizado e capitalista, onde o consumo fala mais alto e que o vazio grita na história. Nesse contexto, a pesquisa objetivou-se em promover uma reflexão acerca da importância da virtude na vida do homem proposto por Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, nas obras *Éticas a Nicômaco* e *Suma Teológica*. Para uma compreensão, usou-se da metodologia, tendo como tipo de estudo uma pesquisa teórica, um nível bibliográfico. Apoderou-se do método dedutivo, tendo em vista a técnica uma revisão bibliográfica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Em detrimento a filosofia ética de Aristóteles, define o sentido do existir moral do homem, que é a felicidade, proporcionando a construções da ética que o defende, onde a moral humana está voltada à felicidade, que pode ser alcançada a partir da realização política e ética do homem. Assim, a ética aristotélica, presente na obra *Ética a Nicômaco*, na parte que trata sobre o tratado moral, dá prioridade ao estudo e a discussão das virtudes, também chamadas excelências. Para alguns, a virtude é considerada um dom, um predicado, que alguém é dotado. Para outros, a virtude é a realização de algum bem. Entretanto, a virtude corre mais além, pois a necessita de um esforço pessoal, e por isso não pode ser um dom. É uma disposição do caráter definida por um sentido orientador, que é a consciência moral do bem. Pois para se alcançar a virtude é necessária ainda uma predisposição para uma prática equilibrada do meio entre o excesso e a carência de uma tal excelência. Assim, o conceito de virtude como a realização de um bem em si, se faz trivial ao real sentido seja do conceito de virtude, seja do conceito de bem, ou seja, a respeito de sua relação. Em sequência ao tema, Santo Tomás de Aquino concebe a virtude a partir de uma definição geral daquela época, de virtude como sinônimo de “boa qualidade”, a qual acha inconveniente. Pois, tem a ideia de virtude como infusa (ação de Deus), “produzida por Deus em nós, sem nós” (AQUINO, 2010, p.100-101. vol. IV), já que Deus infunde atributos no ser humano que o acompanham com a infusão da alma. Enquanto, existem, também, as virtudes adquiridas, que são fruto do hábito e da ascese, através do seguimento dos conselhos morais e éticos, onde nos atear-nos-emos em comentar. Eis, pois, o

argumento para a “conquista” da virtude: para a virtude poder ser conquistada, é preciso que exista uma disposição da ação humana para tal, essa disposição é proporcionada pela natureza, mas esta não a concebe de maneira imanente ao homem, então este deve buscá-la, através da realização do bem, e permanecer nela fazendo da vida virtuosa um hábito. As virtudes intelectuais são adquiridas através das disposições cognitivas. Em suma, estas não são apresentadas diretamente pela lei natural, mas sim pela experiência e pelo tempo, pela abstração e pelo estudo. Enquanto que as virtudes morais, são apresentadas claramente e seguem as disposições da lei natural, no que diz respeito ao meio termo (justamedida) que se traduz num caráter equilibrado das ações humanas (ANGÉLICO apud AQUINO 2010, p.131. vol. IV): Em Santo Tomás de Aquino, a virtude da prudência se dirige a todas as virtudes, adquirindo como um status fundamental nesta dinâmica, no sentido de *Prudentia genitrix virtutum* (a prudência é a mãe das virtudes), como confere no terceiro contra-argumento da questão 47, dizendo que “é preciso impor a todas as coisas a medida da prudência” (AQUINO, 2011, p. 592. vol. V). Para tanto, Aristóteles ao falar de prudência, a menciona não como simplesmente uma virtude intelectual, pertencente à razão ou à arte, mas como sensatez, tendo em vista como ciência, para poder ser definida como virtude intelectual, e, se a pertence à arte, pois se relaciona com o agir. Conforme a prudência é a mãe e moderadora das virtudes, de forma particular a está ligada à virtude da temperança, que nos dias atuais está reduzida, no sentido de moderação ao “comer” e ao “beber”, e a intemperança com a “barriga cheia”, e aos desejos sexuais quando relaciona a luxúria que é um vício egoísta, que destrói a estrutura da pessoa, diante da moral e integridade, de maneira onde o indivíduo perde o regramento e, até o máximo, a vontade (livre arbítrio). De forma que a sedução pela vida luxuriosa se torna tão agradável, que o indivíduo acaba perdendo até o livre arbítrio diante de prazeres temporalmente proveitosos. Nesta perspectiva, a virtude encontra seu fim no bem supremo e na beatitude, proporcionando a felicidade, como diz Aristóteles (2009). A felicidade é o objeto de cobiça maior que a saúde; pois, enquanto a saúde é algo desejável pelo homem, a felicidade é mais sublime, porque é a contemplação do sumo bem. Contudo, Santo Tomás de Aquino, diverge um pouco nessa relação entre virtude e felicidade. Devido à medida de cristianização da filosofia aristotélica, o define a felicidade, bem supremo e fim da vida humana, como a contemplação da beatitude, a visão de Deus onde não é possível ao homem alcançar nesta vida (AQUINO, 1996). Para Santo Tomás de Aquino, o exercício para a prática da virtude é algo de extrema importância, pois o afirma: “a perfeição da vida cristã não consiste unicamente na caridade, mas também nas outras virtudes” (AQUINO, 2005, p.630. vol. VII). Então, a prática de aquisição das virtudes é a ascese, a qual traduz na filosofia tomista mais propriamente por abstinência: o exercício de libertação dos prazeres em benefício da purificação da alma, do domínio da vontade que são, como já dito, a prefiguração da visão beatífica, a perfeição, isto é, da felicidade. A partir daí, também fala Aquino (2005, p.632. vol. VII): “A Lei divina não nos convida ao impossível. Convida-nos, contudo, à perfeição, por estas palavras: „sede perfeitos como vosso Pai do céu é perfeito“. Logo, parece que é possível alcançar a perfeição nesta vida”. Tomás ainda diz que a perfeição consiste na caridade (que é a prática das virtudes), e afirma também que a vida perfeita não é impossível. Portanto, é possível chegar à perfeição pela prática das virtudes.

CONCLUSÃO: Na filosofia aristotélico-tomista, entendeu-se que a virtude é a justa medida, isto é, o meio termo entre excessos e carências. Segundo Aristóteles *Virtus in medio est* (a virtude está no meio), logo a felicidade está na virtude que é a justa medida. A ascese é o exercício favorável a vivência da vida virtuosa. Então, através da ascese o homem é instigado a vivência da virtude, devido este exercício constante de esforço e sacrifício, a virtude é alcançada à vivência da felicidade. Nessa perspectiva, Compreendeu-se na pesquisa que Aristóteles desenvolveu a “virtude”, em sua concepção, como a “justa medida”, o equilíbrio entre os extremos do vício e da carência no processo de formação. E para tal equilíbrio é preciso o exercício da vida virtuosa, que pela “ascese”, é possível um crescimento moral. Portanto, em Santo Tomás de Aquino, percebeu-se que a presente temática da

“ascese” como a purificação da alma na formação da pessoa pela superação dos obstáculos advindos pela aprendizagem de ideias contrárias à verdade, para assim chegar à perfeição, onde se coloca, a vida virtuosa proporciona um caminho da ética à metafísica, em Aristóteles, passando pelos valores cristãos prezados por Santo Tomás de Aquino. Palavras Chave: Aristóteles. Ascese. Felicidade. Santo Tomás de Aquino. Virtude.

REFERÊNCIAS: AQUINO, Santo Tomás de. Suma teológica I-II. São Paulo: Edições Loyola, 2010. v. IV. _____. Suma teológica II-II. São Paulo: Edições Loyola, 2011. v. V. _____. Suma teológica II-II. São Paulo: Edições Loyola, 2005. v. VII. _____, Suma contra os gentios III. Trad. D. Odilão Moura O.S.B. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. v. II. ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco. Trad. Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009

PSICOLOGIA ESCOLAR: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Paula Roberta Souza Silva; Yago Figueiredo Lucena Gomes; Tatiana Cristina Vasconcelos

INTRODUÇÃO: Tratar de um tema como psicologia escolar e os desafios na contemporaneidade é um tanto complexo, a psicologia escolar ao longo dos anos vem evoluindo, no entanto seu caráter clínico e terapêutico é algo que infelizmente permanece impregnado em algumas escolas, o desafio é fazer com que o psicólogo escolar não seja visto na perspectiva clínica, mas institucional, compreendendo que a identidade do psicólogo escolar e a especificidade de sua atuação são dadas, sobretudo, pela configuração de um campo de atuação profissional e não de um campo delimitado de saberes, pois em sua atuação como psicólogo escolar serão utilizados os diversos conhecimentos adquiridos para contribuir com o desenvolvimento, buscando a otimização dos processos educativos.

OBJETIVO: Diante do exposto, o objetivo deste estudo é fazer com que profissionais de psicologia reflitam sobre os desafios de trabalhar numa perspectiva institucional desmistificando as explicações ‘psicologizantes’ para otimização dos processos educativos, de modo a reformular os lócus de atuação do psicólogo escolar em um mundo que de fato está mudando.

MÉTODO: Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico acerca da psicologia escolar e os desafios na contemporaneidade.

RESULTADOS: Foi possível verificar que os desafios que a psicologia escolar na contemporaneidade vem enfrentando ainda são inúmeros, mas que cabe aos próprios profissionais, especialmente entre aqueles comprometidos em contribuir para o melhoramento da qualidade dos processos educacionais mudar essa realidade existente em algumas escolas, há um leque de possibilidades para atuação do psicólogo escolar, para isso é necessário que o psicólogo escolar esteja comprometido com o desenvolvimento dos sujeitos, atores e autores desse processo.

CONCLUSÃO: conclui-se que o conhecimento sobre o assunto preparará os profissionais formados e os que aspiram ingressar nessa área, a lidarem com os desafios existentes, de modo a se comprometerem em tecer uma nova história para psicologia escolar.

PALAVRAS CHAVE: Psicologia escolar, desafios, possibilidades.

REFERÊNCIAS: ALMEIDA, S. F. C. (2003.). Psicologia Escolar: ética e competências na formação profissional. Campinas: Cap. 7, p. 135-145. MALUFF, M. R. (2010). Psicologia Escolar: novos olhares e o desafio das práticas. Em S. F. C. Almeida (Org.), Psicologia Escolar: ética e competências na formação profissional (pp. 135-145). Campinas, SP: Alínea. MITJÁNS MARTÍNEZ, A. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola? Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, CRUCES, A. V. V., & Maluf, M. R. (2007). Psicólogos recém formados: oportunidades de trabalho e atuação na área educacional. Em H. Campos (Org.), Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas (pp.163-210). Campinas, SP: Alínea.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A OBSERVAÇÃO TAMBÉM ENRIQUECE

Sergio Morais Cavalcante Filho; Marília Félix da Silva

INTRODUÇÃO: O presente trabalho apresenta um estudo teórico-prático, baseado em uma experiência didático-científica de observação em uma escola estadual de ensino médio durante o Estágio Supervisionado III, pelo curso de Licenciatura em Computação da Universidade Estadual da Paraíba, no campus VII, ambas instituições de ensino localizadas na cidade de Patos. O estágio supervisionado é o momento de ampliar os conceitos pedagógicos e também aqueles técnicos, referente à didática e as metodologias da sala de aula, até então vistos como teorias, interligando-os à realidade. Esta vivência proporciona situações que permite ao estagiário chegar ao mercado de trabalho tendo uma percepção da realidade das escolas (PIMENTA; LIMA, 2012). Neste sentido, a observação didática no referido espaço na escola campo proporcionou o contato direto com os alunos e professores, favorecendo que o licenciando explorasse uma didática de ensino vislumbrando a inserção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC (ALMEIDA; VALENTE, 2012) no contexto educativo da vivência da instituição de ensino. Assim, o presente artigo tem como proposta discutir questões relacionadas à informática na educação, bem como a atuação do futuro licenciado em Computação. Considera-se importante a realização de estudos dessa natureza, já que possibilita interligar vivências práticas da informática educativa as reflexões teóricas do estágio supervisionado, considerando que essas atividades envolvem a aquisição de habilidades instrumentais relacionadas a ação docente (PIMENTA; LIMA, 2012).

REFERENCIAL TEÓRICO: O cenário tecnológico está cada vez mais sendo inserido no universo educativo, já que a integração das TDIC na sala de aula envolve a busca por didáticas que utilizem estas ferramentas para fins pedagógicos. Entretanto, faz-se necessário investigar e refletir sobre as práticas docentes, que devem explorar estes recursos de forma que a construção do conhecimento seja significativa e conectada ao mundo digital. As práticas dos profissionais da educação devem ser construídas no processo de sua formação acadêmica e principalmente no Estágio Supervisionado, uma das disciplinas fundamentais nos cursos de licenciaturas. As experiências vivenciadas podem ser realizadas em outras turmas, com outros alunos, já no campo profissional. Assim, proporciona uma formação docente inicial voltada para a cibercultura (LEVY, 2010). No período da graduação, o aluno pode vivenciar a utilização de ferramentas digitais com intuítos voltados para a educação. Logo, o Estágio Supervisionado é fundamental no processo de formação acadêmica do licenciando, já que possibilita interligar teoria e vivência prática em diversos modelos e situações para possibilitar ao estagiário o conhecimento do ambiente de ensino e de aprendizagem, normalmente o laboratório de informática das escolascampo.

OBJETIVO: Relatar as experiências do Estágio Supervisionado III apresentando possibilidades de intervenção, bem como avaliar as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, com o intuito de refletir sobre o sistema educacional brasileiro atual.

METODOLOGIA: A metodologia de pesquisa utilizada no presente trabalho aproximou-se das propostas de um estudo de campo exploratório, no qual procura-se investigar a realidade explicitando um problema (GIL, 2008) a partir das observações propiciadas pelo componente curricular Estágio Supervisionado em uma Escola Estadual, localizada no município de Patos-PB. O estudo foi realizado em dois dias: no dia 29 de agosto e 02 setembro de 2016, vivenciadas no 3º ano b do ensino médio, turno noturno, pelo período de 10h/aulas nas disciplinas de Biologia, Inglês, Matemática, Português, Química e Sociologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Durante as observações foi possível analisar alguns aspectos aos quais pode-se destacar o fato de que alguns professores demonstraram ter planejado e preparado às aulas, o apoio aos alunos na aquisição de novas competências, motivando-os para a melhoria, além de estimular a superarem suas próprias dificuldades, porém nas aulas observadas não foi proposta nenhuma atividade com auxílio de meios digitais. Mesmo com dificuldades e necessidades pedagógicas alguns alunos da turma são interessados e buscam a construção do conhecimento, percebendo esta aptidão os professores incentivam cada vez mais ao desenvolvimento de cada um. Diante desses posicionamentos, considera-se que o processo de ensino e de aprendizagem acontece (aconteceu) de forma tradicional, os alunos adquiriram conhecimentos pertinentes aos graus de turmas, mas a demanda social impõe habilidades técnicas e estas não foram observadas. Por tanto, o objetivo por este trabalho proposto foi atingindo e significativo para os licenciandos, uma vez que ao entrar no campo educativo como profissionais carecem de habilidades práticas para sua atuação, bem como conhecer a conjuntura atual do sistema educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As contribuições das observações na escola-campo foram satisfatórias no desenvolvimento da profissão docente, bem como as reflexões que os licenciados necessitam para sua prática educativa. A integração dos licenciandos em Computação com a escola-campo é de suma importância para a concretização de aprendizagens mútuas. Ouvir e enxergar as demandas da escola e da falta de uso das TDIC no processo de ensino e de aprendizagem é uma questão essencial que todos envolvidos no processo educativo devem refletir. Quase todas as escolas já possuem um laboratório de informática, entretanto o uso desse espaço para fins educativos ainda é uma longa construção que os licenciandos e licenciados em Computação podem e devem contribuir. Tais profissionais sejam em formação - por meio das atividades de estágio supervisionado - ou já formados podem promover a integração dos diferentes componentes curriculares e conteúdos escolares aos recursos digitais. Contudo, conclui-se a importância para desenvolvimento acadêmico e futuro docente, uma vez que pudemos visualizar no campo as dificuldades encontradas por alunos e professores na educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado; Observação; Educação; TDIC.

REFERÊNCIAS: ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. Integração currículo e tecnologias e a produção de narrativas digitais. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 3, p. 57-82, 2012. GIL, P. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2012.

BRINCAR: ATIVIDADE FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, MOTOR E SOCIAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Zoetânia Torres Otaviano Ferreira, Elane Hérica Lucena Gomes de Moraes, Ednalva Lima de Figueiredo Araújo, Edilene Araújo dos Santos, Maria do Socorro de Lucena Silva

INTRODUÇÃO: O ensino na Educação Infantil tem sido discutido acerca da formação dos professores, do processo avaliativo, sobretudo, da dimensão pedagógica do atendimento às crianças de zero a seis anos. Esta modalidade da Educação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 no art. 29, “[...] constitui-se como a primeira etapa da Educação Básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social”. Assim, o brincar configura-se como uma das atividades indispensáveis para fortalecer o crescimento da criança na visão multidimensional, prevista pela LDB nº 9.394/96. Deve assumir um caráter pedagógico com relação ao desenvolvimento da criança através de jogos e brincadeiras, permitindo que a mesma se sinta livre nos sentimentos e pensamentos. Logo, o brincar permitirá às crianças situações de interesse, despertando, curiosidade e a imaginação, facilitando o processo de socialização, comunicação e construção do próprio conhecimento. A criança é um sujeito social, histórico, e faz parte de uma organização familiar, pois está inserida em uma sociedade, convivendo com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico e é profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. Logo, as instituições de Educação Infantil precisam garantir a sua clientela não apenas as suas necessidades físicas e emocionais, mas também as de participação social, oportunizando condições de aprendizagem nas diversas situações pedagógicas intencionais ou orientadas, como na hora das brincadeiras, por exemplo. Portanto, se justifica a escolha da temática. Nesse sentido, surge a seguinte problemática: será que o brincar na Educação Infantil, favorece o desenvolvimento dos aspectos intelectual, físico e social da criança?

REFERENCIAL TEÓRICO: A brincadeira deixa as crianças felizes, alegres, bem como as diverte, desenvolve habilidades físicas, ensina a respeitar regras, auxilia na socialização, na aprendizagem, nas atividades cotidianas. Conforme Brasil (1998) no RCNEI: “Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e autonomia. O fato que a criança desde muito cedo, pode se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação.” A partir dessa concepção entende-se que o convívio com outras crianças através da brincadeira permite a criança aprender a dar e receber ordens, esperar sua vez de brincar, compartilhar momentos bons e ruins, portanto, a criança que brinca e vive uma infância alegre e saudável além de estar desenvolvendo sua imaginação, adquire habilidades e competências necessárias a sua convivência social. Segundo Brasil (1998) no RECNEI: “A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui assim para interiorização de determinados modelos de adultos no âmbito de grupos sociais diversos.” De acordo com Palácios e Paniagua (2007), na Educação Infantil a brincadeira é uma metodologia planejada, como também frequente e eficaz para a aquisição da aprendizagem. Uma das formas habituais de trabalho, porque nessa idade a brincadeira não é apenas diversão. Entende-se que a criança quando brinca, remete uma das linguagens mais significativas no desenvolvimento infantil.

OBJETIVO: Discutir a relevância do brincar na Educação Infantil para o desenvolvimento cognitivo, motor e social da criança.

METODOLOGIA: O estudo em tela, segundo Marconi e Lakatos (2001), de acordo com os objetivos é descritivo e quanto aos procedimentos técnicos é bibliográfico. Quanto á natureza dos dados é qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: De acordo com a visão de Macedo (2005) a Educação Infantil inicia o processo de escolarização de modo lúdico, estimula a autonomia e promove o desenvolvimento dentro de um contexto integral, no qual o cuidar estar inserido entre os objetos pedagógicos. Para o autor o cotidiano é uma oportunidade de aprendizagem. Até o banheiro é uma sala de aula, onde se podem aprender conceitos de higiene e cuidados pessoais. Assim sendo, brincando a criança vai construindo alicerces da compreensão e utilização de sistemas simbólicos como a escrita, a capacidade e habilidade em perceber, criar, manter e desenvolver laços de afeto e confiança no outro. Assim, aos poucos vai coordenando, agilizando, dotando seus gestos de intenção e precisão progressivas, aprendendo a interagir com os outros, inclusive com seus pares, crescendo com autonomia e sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do exposto, percebeu-se que na Educação Infantil, as brincadeiras facilitam a aprendizagem da criança, fazendo com que o conhecimento aconteça de forma prazerosa, além de ser de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança. É brincando que a criança expressa vontades e desejos construídos ao longo de sua vida, assim, é na brincadeira que a criança representa o mundo em que está inserida.

REFERÊNCIAS: BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília, 1998. BRZEZINSKI, Íria (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se cruzam. 9ª ed. São Paulo: Cortez: 2005. MARCONI, Matina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001. MACEDO, Lino de. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: ArtMed, 2005. PALACIOS: Jesus; PANIAGUA, Gema. Educador criativo. São Paulo: Paulus, 2008.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PROJETO DE EXTENSÃO

Jucirleia Ferreira de Medeiros, Joselito Santos, Tatiana Cristina de Vasconcelos

RESUMO: Trata-se de um relato de experiência em um projeto de extensão, cujo público alvo foram professores, alunos e funcionários de uma escola pública de Patos – PB. Buscou-se, no conjunto de atividades desenvolvidas, promover a reflexão e provocar a mobilização de alunos e professores do curso de psicologia das FIP em torno de seus papéis na perspectiva da inclusão escolar. Como resultado, observou-se a integração de alunos extensionistas e comunidade escolar, e uma maior aproximação da instituição de ensino promotora com a escola beneficiada com as atividades. Constatou-se a necessidade de trabalhos voltados à inclusão na escola, bem como de formação e treinamento para atender às necessidades de pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO: O conceito de inclusão envolve a necessidade de transformar a sociedade e o sistema de ensino, visando à garantia da participação das pessoas com deficiência em diversos espaços sociais, fundamentada no exercício da diversidade e na crença de que é possível aprender com as diferenças. Incluir também é uma prerrogativa em educação em direitos humanos, para que se alcance educação para todos, enquanto um bem universal e necessário ao desenvolvimento das nações e das pessoas, orientando-se pelo princípio da dignidade humana. Nesse sentido, o projeto de extensão “O desafio de incluir: contribuições da Psicologia”, vinculado ao Curso de Psicologia das FIP, visa a informar e sensibilizar a comunidade escolar no tocante à importância da inclusão. Espera-se com o projeto promover a reflexão e provocar a mobilização de alunos e professores do curso de psicologia acerca de seus papéis em torno da inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO: A história do atendimento educacional à pessoa com deficiência no Brasil esteve marcada, na maior parte do tempo, por um caráter segregacionista e assistencialista. De acordo com Jannuzzi (2004) e Mazzotta (2001), até meados do século XX, a Educação Especial constituía-se como uma modalidade de Ensino distinta do Ensino Regular, tanto no tocante ao espaço físico, como também em relação às orientações didáticas e pedagógicas que a orientava. Assim, a partir de um critério classificatório e excludente, as pessoas com deficiência eram privadas de conviver e aprender junto aos alunos considerados “normais”. Na década de 1990, o paradigma da Inclusão ganhou espaço nos estudos e documentos relacionados à área. Inclusão diz respeito ao “[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 1999, p. 41). A Declaração Universal dos Direitos Humanos, conclamou povos e nações ao esforço para a promoção do respeito a esses direitos e liberdades através do ensino e da educação, e que fossem adotadas medidas progressivas de caráter nacional e internacional, para assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos em povos dos próprios Estados Membros e dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948). No Brasil, destacam-se o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular, orientando as ações para efetivação da inclusão (BRASIL, 1999) e o Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2001).

OBJETIVO: Relatar a experiência de um projeto de extensão em psicologia em um ambiente escolar no município de Patos.

METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência do projeto de extensão “O desafio de incluir: contribuições da Psicologia”, do Curso de Psicologia das FIP, desenvolvido em uma escola pública de Patos – PB. O projeto teve como público alvo professores, alunos e funcionários da escola. Foram realizadas intervenções psicopedagógicas nas seis salas de aula do turno da manhã e mostra de trabalhos, com apresentações de dança, produções coletivas de cartazes, aplicação de dinâmicas de grupo, roda de conversa com os professores, realização do minicurso “Estratégias e Práticas Inclusivas” e palestra sobre bullying.

RESULTADOS: A realização do conjunto de atividades do projeto permitiu observar a integração de alunos extensionistas e comunidade escolar, e uma maior aproximação da instituição de ensino promotora com a escola beneficiada com as atividades. Constatou-se a necessidade de trabalhos voltados à inclusão na escola, bem como de formação e treinamento para atender às necessidades de pessoas com deficiência. Identificou-se que a escola tem potencial para incorporar e difundir valores e princípios necessários ao aprimoramento da inclusão escolar, e é um espaço privilegiado para tratar dessas questões, especialmente na promoção da Educação em Direitos Humanos. A educação em direitos humanos deve incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, como previsto nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, buscando conscientizar todas as pessoas em relação à necessidade de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos (Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993). **CONCLUSÕES** O projeto de extensão permitiu constatar que a educação em direitos humanos para a inclusão é necessária e deve se efetivar nas escolas. Nesta perspectiva, atividades de extensão de psicologia podem auxiliar para essa consecução, sobretudo com as instituições de ensino superior participando desse processo com seus profissionais e alunos em atividades conjuntas orientadas à inclusão, focados no desenvolvimento de habilidades e competências da comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Educação; Inclusão; Psicologia Educacional.

REFERÊNCIAS: DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993. Disponível em: <www.dhnet.org.br/educar/a_pdf/condorelli_edh_dec_viena.ppt>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016. JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. Campinas: Editores Associados, 2004. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. BRASIL. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 2001. BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999.

A LINGUAGEM ORAL COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DA COGNIÇÃO E AUTONOMIA DA CRIANÇA

Antonio Benedito da Silva Nunes; Maria da Conceição Souza Mendes; Esp. Alexandra Lacerda de Caldas Trigueiro

INTRODUÇÃO: Sendo a infância uma fase de grandes transformações nos aspectos físicos, psicológicos e cognitivos, a Educação Infantil tem como objetivo principal auxiliar a criança neste processo de maturação e total desenvolvimento de suas capacidades, como também propiciar momentos em que ela possa aprender brincando, de modo que internalize eficazmente tudo aquilo que a educação lhe proporcione.

REFERENCIAL TEÓRICO: O trabalho do professor para desenvolver a Linguagem oral e escrita na Educação Infantil exige uma breve reflexão sobre o desenvolvimento da linguagem verbal e a relevância de levar a criança a participar de situações reais de comunicação por meio de atividades que a ajudem na expressão de sua oralidade, de forma a estimular a fala. Essas ações auxiliam a criança na ampliação do vocabulário e na capacidade da expressão oral, visto ser a oralidade o instrumento norteador para a inserção das crianças em atividades sociais. Na Educação Infantil, não são utilizadas, no centro do planejamento curricular, disciplinas específicas. O que norteia o trabalho do professor na hora de planejar suas aulas são os eixos do conhecimento: Linguagem Oral e Escrita, Matemática, Natureza e Sociedade, Música, Movimento e Arte, com vistas ao desenvolvimento de atividades dinâmicas, prazerosas e contextualizadas com as vivências das crianças. O eixo Linguagem Oral e Escrita é precípuo, porque é através da linguagem que as crianças aprendem a se expressar e a interagir com o meio, aprimorando suas relações sociais. Nessa etapa, a criança vive o estágio pré-operatório ou da inteligência simbólica, espaço para as brincadeiras do faz de conta e para as leituras dos contos de fadas, material rico em simbologia. A função simbólica está ligada a capacidade de representar e envolve as imagens mentais (PIAGET, 1975). A criança utiliza diferentes linguagens para a construção de seu conhecimento, mostrando a capacidade de criar ideias e elaborar hipóteses e é a partir das interações com outras pessoas que este conhecimento é construído (RCNEI-BRASIL, 1998). Ratificando esse entendimento, esse projeto evidencia a necessidade de fomentar as discussões em torno do tema e sobre o desenvolvimento da oralidade da criança que frequenta a Educação Infantil, pois se compreende que a linguagem oral é o sistema pelo qual os seres humanos expressam seus sentimentos, suas ideias e se comunicam. A teoria piagetiana classifica os estágios de desenvolvimento cognitivo que são precípuos para a compreensão dos níveis de inteligência e cognição das crianças. Os teóricos Vygotsky (1984) e Bakhtin (1992) em suas teorias defendem a importância social e histórica da linguagem, elementos fundamentais para a socialização e autonomia da criança. Compreendendo-se, dessa forma, que a linguagem conduz a criança à construção de seus próprios conceitos, proporcionando conhecimento e representação do mundo em que vive, além das experiências com a alteridade. Valendo-se do pensamento de Bakhtin (1992), toda comunicação se realiza na interação e o sentido das palavras se dá a partir da interação do sujeito com o seu interlocutor, mediado pelo material semiótico oriundo da interação social. Vygotsky (1984) alarga esse entendimento ao afirmar que o contato da criança com a linguagem se dá através da relação com o outro. Ilustrando esse posicionamento, vale lembrar que quando os pais interpretam o choro, o balbúcio e os gritinhos comunicativos do bebê, de certa forma, estabelecem uma conversa com a criança. Essa ação comunicativa legitima o reconhecimento de que todos os sujeitos são falantes. No processo de aquisição da Linguagem Oral, tornar a criança apenas ouvinte é um equívoco, pois, essa

ação restringe a fala e, conseqüentemente, retarda sua autonomia. Deve se estimular as crianças para ações que exijam o uso da oralidade, em benefício da expressão do pensamento.

OBJETIVO: Desenvolver práticas docentes na creche Mariana Medeiros, atividade relacionada ao E.S. - Estágio Supervisionado I, a partir do eixo do conhecimento Linguagem Oral e Escrita na Educação Infantil.

MÉTODO: Proporcionar às crianças da Educação Infantil, da creche Mariana Medeiros, locus do E.S. práticas pertinentes ao desenvolvimento da Linguagem oral, propondo atividades lúdicas como contação de histórias, conversação, exploração do repertório musical, dentre outras atividades que estimulem a expressividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Ao final das práticas docentes, espera-se contribuir para o desenvolvimento da Linguagem Oral, possibilitando as crianças uma maior autonomia no uso da língua materna. Estabelecer uma relação eficaz entre estagiários, criança e escola de forma a contribuir, através da prática docente, para o aperfeiçoamento profissional dos estudantes do Curso de Pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ao término da execução deste projeto de E.S. I, do Curso de Pedagogia, das FIP, aspira-se a um maior conhecimento do campo de atuação do Pedagogo e de como trabalhar os eixos do conhecimento direcionado à Educação Infantil, a fim de verificar a eficiência e a eficácia das atividades planejadas para o desenvolvimento da Linguagem Oral.

PALAVRAS CHAVE: Linguagem. Educação. Criança.

REFERÊNCIAS: BAKTHIN, M. (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 1992. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC; SEF, 1998. PIAGET, Jean William. O Nascimento da Inteligência na Criança. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991. VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA DAS FIP

Antonio Benedito da Silva Nunes; Maria da Conceição Souza Mendes; Jayne da Silva Medeiros;
Roberta Trindade Martins Lira

INTRODUÇÃO: O presente resumo aborda a prática docente dos professores do curso de pedagogia, com o intuito de ressaltar pontos a serem melhorados para uma relação professor, aprendizagem e aluno totalmente eficaz. Os pontos ressaltados foram levantados a partir do olhar dos alunos que buscam um ensino superior de qualidade e que garanta uma boa formação profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO: No ensino superior, durante um longo período achava-se que para ser um bom professor a nível superior bastava uma boa comunicação e o conhecimento sobre os conteúdos. Isso se dava ao fato que em grande maioria os alunos do ensino superior já eram adultos com convicções e ideias já formadas, sendo assim dispensável uma didática mais elaborada. Sendo que o professor da universidade necessita mais que apenas conhecimento sólido sobre o que pretende lecionar, precisa ter habilidades pedagógicas que são necessárias para a eficácia da aprendizagem. O professor com uma didática deficiente é notado rapidamente pelo corpo de estudantes que sentem-se prejudicados na maiorias das vezes. Assim o processo ensino aprendizagem nas universidades é um dos assuntos mais discutidos e que para muitos autores é uma discussão desnecessária. Contrapondo-se a esse pensamento, Abreu e Masetto (1986) mostram que a posição correta de um professor dá-se entre o que escolhem ministrar e o que seus alunos conseguem aprender. Sendo que ao colocar-se em frente a uma sala de aula o professor universitário tende a ensinar, instruir, formar, o que pode-se resumir a reproduções de relatos vividos em sua profissão. Legrand (1976, p. 63) explicita que entre o professor e o aluno o que acontece é uma mera exposição. E com isso as relações estabelecidas entre ambos também é um fator importante de análise, sendo o ambiente construído por relações interpessoais, onde o professor utiliza de explicações, perguntas, respostas e linguagem não verbal também, é necessário moldar um perfil onde este professor tenha conhecimento da importância que a relação com seus alunos irá favorecer o ensino, assim identificando aspectos que possam construir esta relação, onde devem ser levados em consideração a diversidade existente dentro de sua sala de aula. Buscando uma redefinição desta relação, Perrenoud (2000, p.75) declara que uma negociação no que se refere à didática é um dos passos certos no caminho da metodologia que faça com alunos sintam-se estimulados e mais que isso consigam ver significado no que estão aprendendo.

OBJETIVO: Avaliar a prática docente a fim de estimular melhorias no curso de pedagogia.

MÉTODOS: O estudo trata-se de uma pesquisa empírica aplicada pelos alunos do 5º período de pedagogia das Faculdades Integradas de Patos, na disciplina de Estatística aplicada a Educação. Para medir o grau de satisfação dos alunos com relação as metodologias, domínio do conteúdo e assiduidade por parte dos professores, como também a coordenação do curso em questão. Para a coleta de dados foi aplicado um formulário compostos por 4 perguntas fechadas, onde buscavam caracterizar o perfil do professor do ensino superior. A aplicação do formulário foi realizada no período de Novembro de 2016, numa amostra de 46 colaboradores para a coleta de dados. Após a coleta os dados foram processados e os resultados obtidos foram analisados e discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os resultados obtidos sobre os pontos acima já citados mostraram que referente à metodologia há uma pequena divergência entre os 46(100%) entrevistados, onde apenas 01(2%) sentiu que 25% dos professores estimulam à participação através da metodologia, assim sendo este um número percentual crescente, 06(13%) afirmam que a metade dos professores estimula através da metodologia utilizada, e tendo como ultima observação desta questão aponta que 20(44%) afirmam que 75% dos professores usam uma metodologia estimulante, um percentual de

entrevistados maior que os 19(41%) que sentem-se estimulados por 100% do corpo docente. No que se refere à assiduidade e frequência notou-se que 3(6,5%) acham metade dos professores assíduos e pontuais, já 27(59%) dos entrevistados assinalaram que 75% do corpo docente tem assiduidade e pontualidade, percentual de entrevistados maior do que os 16(34,5%) que concordam que 100% do corpo docente consegue ser assíduo e pontual. Analisando o domínio de conteúdos por parte dos professores dos 46(100%) entrevistados 16(35%) responderam que os mesmo tem 75% de domínio e 30(65%) responderam que os professores tem 100% de domínio. E finalizando a análise, sobre a coordenação mostrou-se que 46(100%) entrevistados, 1(2%) respondeu que a coordenação é burocrática, 41(89%) concordam que é participativa, já 2(4,5%) apontam que é controversa e 2(4,5%) não satisfazem-se com as respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Com base na pesquisa empírica e o referencial teórico concluiu-se que uma relação entre o professor universitário e alunos necessita mais do que uma simples exposição de conteúdos e experiências, sendo indispensável uma relação pedagógica que de bases a metodologia utilizada em sala de aula. Percebeu-se a necessidade de mudança levantados pela a amostra de alunos que responderam ao questionário destacando os pontos chaves a serem melhorados dentro o corpo docente do curso de pedagogia das FIP.

PALAVRAS CHAVE: Professor – Relação – Superior – Perfil – Eficácia

BIBLIOGRAFIAÇ GIL, Antonio Carlos. Didática do ensino superior. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GESTÃO ESCOLAR: UM CAMPO ALÉM DA SALA DE AULA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Antonio Benedito da Silva Nunes; Sandra Geane Braz Mamede; Edilene Araújo dos Santos

INTRODUÇÃO: Sendo uma das inúmeras vertentes dentro de uma escola, a gestão e suas especificidades devem estar enunciadas no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico das escolas. É parte do Plano Escolar ou Plano Político Pedagógico de uma Gestão Escolar, onde também se inclui elementos da gestão pedagógica, como: objetivos, metas, planos, proposta de avaliação e formação da equipe escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO: Discutir sobre a gestão escolar conduz, primeiramente, ao entendimento de dois conceitos gerais que a amparam, quais sejam, administração e gestão. No primeiro conceito, colocam-se como pontos principais, o controle, a produtividade, a eficiência e as funções. Paro (1999, p.32) define que administração “[...] é utilizar de modo racional recursos financeiros para atingir objetivos já predeterminados”. Sendo que o início de uma gestão escolar vai muito além de administrar recursos, como também funções: estabelecer objetivos, definindo as linhas de atuação em função dos objetivos, perfil da comunidade, dos estudantes e, também, propor metas a serem alcançadas, elaborando os conteúdos curriculares, acompanhando e avaliando o rendimento das propostas pedagógicas. Nesse sentido, Buss (2008) afirma que a gestão é compreendida como uma inovação no ato de administrar, pois se trata de buscar a participação do coletivo, minimizando a hierarquia e o poder individualizado, fortalecendo a democratização do processo pedagógico, colocando todos os membros da escola na tomada de decisões com base em aspectos políticos, administrativos, financeiros, culturais e, principalmente, pedagógicos, possibilitando a construção do coletivo. Nesse sentido, adequar os meios com os fins é imprescindível para uma gestão centrada no engajamento, pois como Luck (2013, p. 28) coloca, “[...] a gestão que tem como princípio o engajamento representa o nível mais pleno de participação, envolvendo o estar presente, o oferecer ideias e opiniões”. Contudo, faz-se um paralelo entre a gestão empresarial e escolar, onde ambas estabelecem objetivos a serem atingidos por meio de planejamento e administração de recursos e/ou pessoal. Assim, os profissionais da educação necessitam colocar-se além de suas funções específicas, realizando um trabalho em conjunto com todos da instituição, não só com o diretor que em algumas situações se apresenta como uma figura imponente e unânime nas decisões e planejamento. O diferencial entre instituições educacionais e empresariais é justamente a colaboração de todos, rompendo com o paradigma onde o cumprimento de função se sobrepõe a articulação entre todos. Portanto, o diretor é um grande articulador da gestão pedagógica e deve ser visto se colocando como educador e mediador, capaz de provocar mudanças e incentivando a participação. Contudo, em grande maioria o corpo docente se encontra resignado somente às salas de aulas, desprezando as oportunidades de colaborar para melhoria em seu local de trabalho e, conseqüentemente, no desempenho profissional. Brasil (2006, p.07) esclarece que, “[...] considerar a gestão como postura de participação restrita e que se atrela meramente às formas de controle social, contrapõe-se ao real sentido de gestão democrática, que é buscar mecanismos de participação efetiva nos processos que envolvem construção de uma cultura no cotidiano escolar e envolvam toda a comunidade”. Portanto, todos que compõem a instituição de ensino, sobretudo, professores, devem engajar-se de modo ativo na gestão escolar, para conseguir melhorias evidentes e romper com o espaço da sala de aula, tornando toda a instituição um local que possibilite a eficácia do trabalho docente, expandindo suas capacidades e tornando-se um profissional ativo no ambiente escolar.

OBJETIVO: Ampliar a visão dos profissionais da educação em relação à atuação nas instituições de ensino, como a gestão escolar, discorrendo sobre objetivos, concepções, a partir de uma gestão democrática, capaz de engajar todos na busca pela eficácia do trabalho docente.

MÉTODO: Optou-se pela realização da pesquisa de cunho teórico bibliográfico, com caráter qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os levantamentos feitos a cerca do tema escolhido, mostram que gerir uma escola é um trabalho complexo que necessita do empenho de todos, quebrando paradigmas que são utilizados há muito tempo. Vários aspectos precisam ser analisados e discutidos com atenção, pois há detalhes importantes que se referem às melhorias pedagógicas, financeiras, estrutural e de questões relacionais entre professores e estudantes, sendo que, para dar conta de tantos detalhes o gestor deve deixar de assumir posturas de unanimidade e passar a contar com o todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ao concluir esta pesquisa percebe que existe outro campo no qual o profissional da educação pode atuar de forma significativa além da sala de aula, possibilitando um trabalho de grande importância que implica nos resultados finais de sua ação docente. Portanto, se faz necessário que se possa enxergar a gestão escolar como um dos meios que o professor pode e deve atuar a fim de tornar-se um profissional polivalente.

PALAVRAS CHAVE: Administração. Gestão. Democratização. Engajamento.

REFERÊNCIAS: BUSS, Rosinete Bloemer Pickler. Gestão escolar: cadernos de estudos. Indaial: Ed. Asselvi, 2008. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar / Luiz Fernandes Dourado. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. LUCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. (Série Cadernos de Gestão). PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. Porto Alegre/RS: Vozes, 1998.

CURSO DE PEDAGOGIA DAS FIP: 25 ANOS DE HISTÓRIA

Maria da Conceição Souza Mendes; Edilene Araújo dos Santos

INTRODUÇÃO: Este trabalho pretende abordar a realidade do curso de Pedagogia das FIP que, ao longo de 25 anos, busca ofertar um ensino superior de qualidade, capaz de garantir uma sólida formação profissional, tendo em vista primar pela indissociabilidade entre teoria e prática, a transmissão e troca de conhecimentos, que são basilares na relação entre estudantes e professores.

REFERENCIAL TEÓRICO: Foi pelo Decreto-Lei nº. 1.190 de 1939 que foram criados e regulamentados os cursos de Pedagogia no Brasil. Na cidade de Patos/PB, surge no dia 18 de agosto de 1992, mantido pela Fundação Francisco Mascarenhas [FFM], parte da Faculdade de Educação de Patos [FAEPA], sendo em 2003, um dos cursos das Faculdades Integradas de Patos [FIP]. Foi autorizado pelo Decreto de 06 de janeiro de 1992 e reconhecido em 28 de novembro de 1997, pela Portaria nº 2.186. Através da Portaria Ministerial de nº 286, de 21 de dezembro de 2012, obteve a renovação do seu reconhecimento de funcionamento. Desde sua implantação o curso vem direcionando meios necessários para que os egressos possam, por meio do exercício da cidadania, assumir com autonomia atividades inerentes à educação, sendo capazes de atuar através de princípios pautados na autodeterminação e participarem da construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se sabe, a prática pedagógica manifesta no indivíduo fatores externos, advindos do meio social, que favorece o aprendizado, refletindo sobre o processo de educação como um todo. Logo, o Curso de Pedagogia das FIP nesses 25 anos vem apresentando um diferencial dos demais cursos da Paraíba por preparar o pedagogo não só para a docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas também, para que possam atuar na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial, e ainda atuar em outros espaços educativos, no sentido de desenvolver práticas educativas que possam humanizar a convivência nestes espaços. O curso está sempre inovando, pois a organização curricular e didático-metodológica adotada respeita a diversidade nacional e a autonomia pedagógica, instituindo tempos e espaços curriculares diferenciados. Pois, parte de uma concepção de que, onde houver uma prática educativa, se instala uma ação pedagógica que deverá ser desenvolvida com a presença de um pedagogo. Nessa IES, os futuros profissionais da educação estão sendo preparados para "aprender a aprender" como agentes construtores de sua formação, que é pautada na construção de conhecimentos que se iniciam durante o período da formação se estendendo ao longo de todo o exercício profissional. O mesmo dá ênfase também ao preceito da formação continuada, preconizada pela LDBEN 9.394/96, como forma de que estes profissionais possam compreender, julgar e intervir na realidade educacional brasileira de forma responsável, solidária e democrática. Conforme Freire (1996, p.12), "[...] a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teórica/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo". Faz-se necessário, alinhar e discutir saberes fundamentais à prática educativa, crítica, progressista e que por isso mesmo, inserir na matriz curricular conteúdos obrigatórios a formação docente. É preciso, apresentar de forma interdisciplinar os saberes indispensáveis ao formando, desde o princípio de sua formação, assumindo-se como sujeito da produção do saber, para que se convençam definitivamente, como assegura Freire (1996) de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção. Freire esclarece que a Pedagogia está em contínuo processo de conhecimento, pois, é necessário aprender e ensinar incondicionalmente o que se sabe. Freire (1996, p.13) deixa claro que, "[...] o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão, trabalhando um cidadão pensante

de suas próprias escolhas”. A Pedagogia das FIP, nestes 25 anos pontua um forte legado, como pioneiro nos programas e atividades, hoje extensivos aos demais cursos dessa IES.

OBJETIVO: Contribuir com o campo de estudos referente aos da Pedagogia das FIP, quanto à formação do educador e à construção de conhecimentos.

MÉTODO: Optou-se pela realização da pesquisa de cunho teórico-bibliográfico, com caráter qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os resultados observados mostraram que a Pedagogia está fundamentada no processo educativo e assume papel importante neste século XXI, pois favorece o desenvolvimento integral, no qual o curso de Pedagogia das FIP, vêm ao longo de 25 anos desempenhando um papel de destaque, inteiramente relacionado com a educação, pois sua formação preconiza e denota saberes inerentes a Pedagogia e os egressos aptos a se inserir no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se esta pesquisa destacando a forte relação entre o curso de Pedagogia e as FIP, pois são 25 anos de conquistas. Logo, dedicar um olhar investigativo sobre a Pedagogia a fim de compreender sua importância é de extrema necessidade para identificar a preocupação dessa IES e desse Curso, frente ao desenvolvimento integral do homem e, conseqüentemente, para a participação destes nas esferas da sociedade. Para Freire (1996, p.53) “O educador progressista precisa estar convencido como suas conseqüências de que o seu trabalho é uma especificidade humana [...]”.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Formação. Humanização.

REFERÊNCIAS: Centro Educacional de Ensino Superior de Patos-CEESP/C397. Projeto pedagógico do curso de pedagogia. Patos/PB, out. 2016. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. 25. ed. São Paulo,SP: Paz e Terra, 1996.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

Andréa Bianca Rodrigues Silva; Nathan Felipe Ferreira de Souza; Karla Maria Simões Meira; Patricia Maciel Pereira

INTRODUÇÃO: Nas universidades, a Iniciação Científica desenvolve-se através de projetos de pesquisa dentro de disciplinas de conteúdo específicas (Almeida; Liotta, 2005), criação de novos cursos voltados diretamente para a pesquisa, como cursos de metodologia científica (Schildcrout, 2002) e programas específicos de Iniciação Científica, semelhantes aos programas brasileiros (Massi; Queiroz, 2015).

REFERENCIALTEÓRICO: A iniciação à pesquisa deve ocorrer de forma paralela, complementando o conhecimento e a formação acadêmica do discente, despertando nele o senso indagativo que todo profissional deve manter ao longo de sua vida. (Marconi; Lacatos, 2010). Mas, o que pode ser visto hoje é que o grande desafio dos sistemas de ensino superior é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utiliza-los, para que, ele próprio saiba encontrar as respostas por meio da pesquisa. A primeira conquista de um estudante que faz iniciação científica é a fuga da rotina e da estrutura curricular, pois agrega-se aos professores e disciplinas com quem tem mais “simpatia” e “paladar”, desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais (Moraes; Fava, 2000). Quanto ao envolvimento com a pesquisa, é ressaltado o importante papel formador e indagador do ato de pesquisar, garantindo maior embasamento teórico, mais práticas voltadas ao desenvolvimento metodológico, maior contextualização do conteúdo, ensinando a organizar e desenvolver projetos, permitindo formação de hábitos de estudo e iniciativa de buscar, assim como o aumento da responsabilidade e o crescimento pessoal (MOITA; ANDRADE, 2009). Além disso, como consequência ao desenvolvimento de pesquisas resultantes da iniciação científica tem-se a participação em eventos científicos, extremamente importantes em virtude da visibilidade, na socialização do conhecimento e desenvolvimento do graduando.

OBJETIVO: Este trabalho tem por objetivo relatar as experiências acadêmicas obtidas através da participação no projeto de extensão intitulado “Iniciação Científica na Graduação”, enfatizando o desenvolvimento metodológico no âmbito acadêmico.

MÉTODOS: O projeto de Extensão intitulado Iniciação Científica na Graduação é um projeto vinculado ao Coopex das Faculdades integradas de Patos e tem por finalidades estimular a produção científica dos acadêmicos das FIP, assim como orientar a busca bibliográfica, a escrita de um trabalho científico, as normas de citação e de referências bibliográficas e estimular a participação e apresentação de trabalhos e eventos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O projeto de extensão Iniciação científica na graduação foi idealizado para os acadêmicos da graduação das FIP, podendo está matriculado em qualquer período do curso, a fim de contribuir na superação do desafio da pesquisa científica na graduação. Foram realizadas oficinas para desmistificação da pesquisa científica na graduação, ensinando desde a identificação das fontes bibliográficas até o passo a passo da elaboração do projeto de pesquisa, assim como a execução da pesquisa científica. As oficinas tiveram participação ativa dos extensionistas, sendo realizada pesquisa bibliográfica assistida no laboratório de informática das FIP, grupos de discussão, leitura crítica de artigos e momentos de orientação para estruturação de projetos de

pesquisa. Além disso, os extensionistas tiveram orientação para participação em eventos científicos e assim contribuindo para a ampliação do conhecimento do graduando para construção e expansão do seu senso crítico e futura carreira profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A participação no projeto de extensão “Iniciação Científica na Graduação” contribuiu para o benefício dos graduandos que participam, uma vez que contribui para o fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, com proeminente relevância acadêmica esta consiste na produção de novos conhecimentos, desenvolvimento da autonomia e capacidade crítica dos profissionais em formação e, por conseguinte, benefício da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Científica; Experiência na graduação; Metodologia.

REFERÊNCIAS: MASSI, L.;QUEIROZ, SL. Fundamentos e desenvolvimento da iniciação científica nas universidades brasileiras. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp 37-64. MORAES,F.F; FAVA,M. A iniciação Científica: muitas vantagens e poucos riscos. São Paulo em Perspectiva, v14(1) ,2000. MARCONI, M. A.; LACATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010, 320p MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41, p. 269- 393, maio/ago. 2009.

O ENSINO DE GRAMÁTICA: (CON)TEXTUALIZAÇÃO

Angelica de Sousa Gonçalves, Débora Raquel Ferreira Oliveira, Layanne Soares Moraes, Lislany Serafim Pereira, Gianna Pires Moreira

INTRODUÇÃO: O ensino da gramática tem sido motivo de discussão e estudo ao longo dos anos. Segundo os PCN, a gramática deve ser utilizada, apenas como um meio para melhorar a qualidade da produção linguística e não ser estudada isoladamente. A linguística, por sua vez, tem levantado estudos e questionamentos sobre o ensino da língua portuguesa como prática de linguagem, porém apresenta poucos avanços do ponto de vista prático em relação à forma de ensinar gramática. O ideal de levar o aluno a ser usuário competente da gramática, dando-lhe condição de usar a linguagem, de usar a língua materna em todas as situações de integração comunicativa com segurança linguística, ainda, encontra-se distante de ser concretizado, considerando-se que o ensino da língua enfatiza mais questões terminológicas do que propriamente o uso.

OBJETIVOS: Discutir sobre o ensino de gramática nas escolas a fim de que os profissionais de o ensino da língua portuguesa e, inclusive, os alunos possam refletir sobre as questões da linguagem, língua e gramática, tendo uma visão abrangente do porquê de o ensino desta disciplina ser tão questionado.

MÉTODO: Esta pesquisa será executada, procurando atender às dificuldades dos alunos e, para isso, adotar-se-ão as seguintes estratégias didático-pedagógicas: seleção de diferentes tipos de texto; distribuição de livros para grupos de alunos com o propósito de que os leiam; aceitação de que o aluno leve para casa os livros e compartilhe as leituras com a família; sugestão para que proceda a outros tipos de leitura; ler em grupo com a turma, discutindo as idéias do texto; trabalhar a interpretação, a compreensão, a reescrita e a dramatização do texto, entre outras modalidades. Todo o processo metodológico visará a proporcionar a interação entre o grupo com a finalidade de buscar meios para a aquisição de conhecimentos, orientando-o no que diz respeito ao ensino de gramática.

RESULTADOS: Os alunos começaram a desenvolver uma leitura mais interpretativa, e participarem melhor das aulas. Estabelecerem relações ao pronunciarem comentários sempre a partir de textos. É de extrema importância a participação dos alunos e professores na prática contextualizada em utilizar a gramática junto do texto.

CONCLUSÃO: O docente precisa reconhecer que a análise de palavras e frases isoladas, muitas vezes até descontextualizadas, não contribui, de forma integral, para o desenvolvimento de uma produção textual de qualidade, mas através de aulas práticas, envolvendo a leitura e a escrita, que o aluno passe a aprimorar o seu conhecimento linguístico. Dessa forma, para que o professor de língua portuguesa possa solucionar alguns desses conflitos relacionados à língua, linguagem e ao ensino de gramática, propriamente dita, faz-se necessário que ele mude a sua postura e procure trabalhar dentro da perspectiva interacionista, procedendo assim, irá ter a oportunidade de tornar o aluno mais participativo, tirar suas dúvidas, sem tornar-se constrangido, e vir a gostar mais das aulas de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS: ANTUNES, M. I. C. M. Muito além da gramática: por um ensino de gramática sem pedras no caminho. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2007. BAGNO, M. Dramática da língua portuguesa. São Paulo: Loyola, 2000. BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros

curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2001. TRAVAGLIA, L. C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

A INSTANTANEIDADE DAS INFORMAÇÕES COM A ATUALIZAÇÃO DO INSTAGRAM STORIES

Willacy Rosemberg Dantas de Araújo; Isabela Fernanda Calixto Nascimento; Josiane Carla Medeiros de Sousa

INTRODUÇÃO: A instantaneidade e a agilidade da informação caracteriza o mundo de hoje em que a tecnologia sofre um processo de evolução diária o que resulta na necessidade do uso da Internet com mais frequência onde as interações sociais pela rede de computadores são cada vez mais determinantes na vida dos usuários. É através da utilização do aplicativo Instagram no item Stories que é disponibilizada a celeridade e o imediatismo dos acontecimentos sendo expostos em rede, o que atrai os usuários e aumenta o processo de exposição de fatos imediatos, sendo uma maneira mais simples de capturar e compartilhar momentos do mundo.

REFERENCIAL TEÓRICO: Cada vez mais a tecnologia está presente nas diversas esferas da existência humana. A comunicação nunca foi tão largamente utilizada e direcionada para a facilidade do fluxo de informação entre as pessoas. Manuel Castells (1999), explica em seu livro „A Sociedade em Rede“, que a tecnologia e a sociedade não podem ser percebidas ou imaginadas separadamente, elas se completam no momento digital vivido atualmente. O autor afirma que “a cultura é mediada e determinada pela comunicação”, CASTELLS (1999, p. 414), apresentando que a humanidade passa por um processo inseparável entre estes dois elementos dentro do ciberespaço. De acordo com Tomaél, Alcará e Di Chiara (2005, p. 93), o entendimento da rede na conjuntura do ambiente virtual incide em conectar as pessoas umas com as outras. "A própria natureza humana nos liga a outras pessoas e estrutura a sociedade em rede", concordando com as ideias de Raquel Recuero (2009), quando defende que este paradigma favorece a quantidade crescente das informações que estão disponíveis de forma instantânea e que correm pelo ciberespaço. Segundo Lévy (1996), é por meio do ciberespaço - um local não fixo, de vasta imensidão, que os indivíduos puderam se agrupar de acordo com seus interesses. As pessoas estão em processo de adaptação aos novos meios de disseminação de conteúdo e exigem um feedback imediato. Uma ferramenta usual para o compartilhamento instantâneo da informação são os aplicativos, a exemplo de Instagram, que surgiu para o público em 6 de outubro de 2010. Para isso basta apenas para o indivíduo portar um dispositivo conectado à internet para que este consiga acessar o ciberespaço, Piza (2012). A autora relata que por ser gratuito, permite seu acesso facilitado e explica o objetivo inicial da sua utilização. “resgatar a nostalgia do instantâneo cunhada ao longo de vários anos pelas clássicas polaroids, câmeras fotográficas de filmes, cujas fotos revelam-se no ato do disparo”, (PIZA, 2012, p. 7). O aplicativo disponibilizou uma nova forma de interação entre os usuários, o Stories do Instagram, sendo possível compartilhar fotos e vídeos personalizados com imagens e textos. As postagens ficam no ar por 24 horas, mas é o suficiente para que as informações sejam visualizadas, comentadas e recompartilhadas entre os seguidores, criando um ambiente de fluxo constante de informações criadas e divulgadas instantaneamente.

OBJETIVO: Analisar como se dá a instantaneidade das informações com a utilização do aplicativo Instagram, de forma específica do Instagram Stories. **MÉTODOS** Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa do tipo observacional através do aplicativo Instagram, de forma específica do Instagram Stories.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Observou-se que o surgimento e utilização do Instagram Stories através de suas atualizações aumenta a capacidade de gerar informações instantâneas por qualquer indivíduo, acelerando a troca de conteúdo entre usuários conectados à Internet. A sociedade está cada vez mais adepta às ferramentas tecnológicas para seu funcionamento e interatividade e a existência de meios instantâneos de informação é determinante para o processo de sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Com o surgimento do aplicativo Instagram e seu item Stories as pessoas dispuseram de mais um meio de troca de informações de forma imediata facilitando assim o processo comunicacional. É um dispositivo recente que promove mudanças significativas a cada instante e que conquista novos adeptos à nova realidade virtual promovendo uma outra forma de inserção de informações no ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE: Instagram; Informações; Instantaneidade.

REFERÊNCIAS: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. LÉVY, Pierre. O que é virtual? São Paulo: Editora 34, 1996. PIZA, Mariana Vassallo. O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica. Instituto de Ciências Sociais – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2012. RECUERO, Raquel. As redes sociais como filtros. 2009, s/p. Disponível em: http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=300&titulo=As_redes_sociais_como_filtros. Acesso em: 09 de março de 2017. TOMAÉL, Maria Inês. ALCARÁ, Adriana Rosecler. DI CHIARA, Ivone Guerreiro. Das redes sociais à inovação. Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 2, p.93-104, maio/ago. 2005.

DESIGUALDADE DE GÊNERO: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

Fabiana Fernandes da Costa; Cosma Ribeiro de Almeida

INTRODUÇÃO: O objetivo deste resumo é estudar a desigualdade de gênero cultural e historicamente no Brasil. A partir de um estudo bibliográfico sobre as lutas e conquistas femininas podemos constatar a forte cultura patriarcal e machista que projetou condições diferentes para homens e mulheres na sociedade brasileira. As considerações finais apontam que ainda hoje existem resquícios destes valores morais nas estruturas da sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO: Desde os primeiros tempos a história apresenta registros de uma sociedade domesticada a partir de fortes raízes patriarcais. Neste contexto, a imagem feminina permaneceu obscura, o silêncio fortalece a inexistência da mulher nos vestígios da história da humanidade. Mediante a evolução da civilização as práticas sociais foram redefinidas, entretanto observa-se que na sociedade atual ainda permanece o machismo como forte valor cultural. Conforme os relatos históricos compreende-se que a mulher não dispunha de seus direitos da mesma forma que os homens, sendo vista como ser indefeso, estando invisível aos olhos da sociedade. Essa prática do machismo impedia as mulheres de adentrarem no espaço público devido às atitudes de submissão as quais corroboravam para o esquecimento e distanciamento das atividades alusivas às práticas sociais (PERROT, 2012). As diferenças entre homens e mulheres foram concretizadas a partir das práticas educativas, em que as jovens viviam restritas ao seio familiar sendo instruídas para casar, procriar, cuidar dos filhos e do lar. Consequentemente, não tinham a oportunidade de estudar, e se qualificar para exercer uma profissão, sendo impedidas de trabalhar fora de casa. O homem por sua vez, culturalmente foi tido como aquele que poderia assumir um papel social dentro e fora de casa, ou seja, acesso livre ao espaço público. O homem era visto, portanto, como o ser capaz de articular projetos conforme seus interesses pessoais e coletivos. Em meio a esse cenário a mulher fica escondida por trás da figura masculina como alguém que possui apenas um “nome”, enquanto os homens destacam-se como sujeitos reconhecíveis na sociedade por serem herdeiros de um sobrenome (PERROT, 2012). Convém destacar o avanço e a quebra de muitos paradigmas na sociedade atual, as lutas incansáveis dos movimentos feministas oportunizaram a participação da mulher nas transformações do mundo, desprendendo-se dos julgamentos elencados através do preconceito machista. Nesta perspectiva a história da mulher não pode ser disseminada na sociedade como simples acontecimento marcados por manifestações, tão pouco como uma prática conducente centrada em mulheres renomadas. Faz-se necessário analisar todo contexto histórico de vida das mulheres, a partir da realidade construída com base na participação e execução de diversas atividades no meio social (HAHNER, 1981).

OBJETIVO: Compreender as relações entre homens e mulheres sobre a perspectiva histórica e cultural.

MÉTODOS: Para realização deste trabalho foi necessário uma pesquisa bibliográfica sobre a desigualdades de participação na sociedade entre homens e mulheres. Além disso, foi necessária uma abordagem qualitativa para entender os valores morais do social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Ao inserir-se no mercado de trabalho a mulher perpassa estereótipos de sexo frágil popularizando sua presença, exercendo funções antes desempenhadas somente por homens. Mediante as conquistas alcançadas, nota-se que a desigualdade de gênero ainda perpetua em nossa sociedade, a exemplo da remuneração salarial, onde homens e mulheres ocupam os mesmos cargos embora o salário seja diferenciado (IBIAS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pode-se concluir que os preconceitos machistas continuam enraizados na sociedade, onde o homem apodera-se do poder e a mulher submissa ao seu domínio. Pois, ao homem foi dado culturalmente o livre arbítrio de tomar decisões e exercer posições elevadas, enquanto que a mulher deveria permanecer em silêncio, sem autonomia e independência.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; desigualdade; patriarcado; conquistas.

REFERÊNCIAS: IBIAS, Delma Silveira. A condição da mulher na sociedade contemporânea. Disponível em: <http://www.jornaldaordem.com.br/artigo-ler/condição-mulher-na-sociedadecontemporanea/31070>. Acessado em: 25 de abril de 2016. PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012. HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1950 – 1937. São Paulo, 1981.

A UTILIZAÇÃO DO *SMARTPHONE* RECONFIGURANDO O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA TELEVISIVA: UMA ANÁLISE DIANTE DA TRAGÉDIA COM A CHAPECOENSE

Brunna Ingrid Pinheiro de Sousa; Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva

INTRODUÇÃO: Este trabalho reflete a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação, identificadas pelo *smartphone* e a internet, no processo da elaboração de conteúdo jornalístico para mídia televisiva. Através de uma revisão de literatura, focada em Abreu (2009), Castels (2004), Branco (2017), Oliveira (2004) e Tarcia (2007), foi possível historicizar o uso da internet, bem como refletir aspectos significativos da sua expansão enquanto ferramenta informacional, potencializadora das redes de comunicação, estruturando novas mídias e reconfigurando as consideradas tradicionais. O processo de construção da notícia através da utilização do *smartphone*, bem como as potencialidades da sua projeção foram verificadas pela ótica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010), através das reportagens de reportagens da cobertura do acidente aéreo envolvendo a equipe de futebol Chapecoense, ocorrido em 29 de novembro de 2016, exibidas pela *GloboNews*.

REFERENCIAL TEÓRICO: A Internet foi criada em finais dos anos 1960, com o intuito de preservar o máximo possível de arquivos em computadores controlados pelo sistema de Vigilância Americano, atendendo as demandas surgidas no período da Guerra Fria, como possível perda de dados em ataques nucleares. Entre os fins dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 o sistema passou por um processo de ampliação, saindo da esfera militar para escala comercial, através da criação do modelo *World Wide Web* (www), tornando-se uma ferramenta comunicacional indispensável à atualidade. Com o aparecimento dessa tecnologia tão valiosa abriu as portas para o desenvolvimento de vários outros aparatos, potencializando o processo de globalização. O *smartphone* foi um dos aparatos que revolucionou a comunicação, por sua agilidade, mobilidade e inovação. Da mesma forma que os aparatos tecnológicos trouxeram facilidade e transformaram nossa sociedade em uma sociedade globalizada e cheia de informação, os meios de comunicação em massa para não ficar ultrapassada precisaram de mudanças em suas estruturas. Segundo Fidler (1997 apud TARCIA 2005 p.5) estamos no terceiro estágio da mídiamorfose, um termo que explica as convergências dos meios de comunicação e a causa dessas convergências são as necessidades, tanto pelas inovações tecnológicas quanto as tensões competitivas e políticas, ou seja, sem a convergência os meios de comunicação provavelmente teria uma queda econômica. Diante disso, o ambiente comunicacional tradicional começou a adaptar-se a tecnologia, as emissoras de televisão foi uma delas. Segundo, Branco, Jorge 2017 a *Web* é um campo muito apreciado pela Televisão, uma vez que nela estão reunidos os conteúdos, as tecnologias e os utilizadores de serviços interativos, favorecendo o telespectador que presa por facilidade. Integrar a TV na internet não é rápido e fácil como, por exemplo, as emissoras de rádios que já possuem aplicativos e você escuta no lugar que estiver. Já a televisão precisa do audiovisual diferente do rádio é mais difícil convergir e uma das saídas para o contato da TV com a internet é o uso de *smartphones*, com apenas o aparelho o repórter consegue uma cobertura jornalística prática com até entradas ao vivo.

OBJETIVO: Refletir a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação identificadas pelo *smartphone* e a internet no processo de elaboração de conteúdo jornalístico para mídia televisiva.

MÉTODOS: Através da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2010), foi possível fazer uma verificação diante das reportagens relacionadas à cobertura do acidente aéreo envolvendo a equipe

catarinense de futebol Chapecoense, ocorrido em 29 de novembro de 2016, na cidade colombiana de Medellín. Com isso, foi possível agrupar o material videográfico trabalhado pela repórter Kíria Meuer, exibidos na *GloboNews*, como também no *Jornal Nacional* e demais telejornais da Rede Globo de Televisão. A utilização desse sistema televisivo como *corpus/lócus* da análise, justifica-se pelo fato de apresentarem, através de plataformas digitais, dispostas na web, o material que configurou a edição de cada telejornal, tornando possível que o pesquisador possa trabalhar respeitando aspectos relacionados aos registros de temporalidade, necessário para qualquer sistematização desta natureza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Em dezembro de 2016 a repórter Kíria Meuer acompanhou para o *Jornal Nacional* o trajeto com os familiares para buscar os corpos das vítimas do acidente que aconteceu em novembro de 2016 com a delegação do time de futebol Chapecoense na queda de um avião na Colômbia matando 71 pessoas e deixando 6 feridos. O trajeto foi de ônibus até o aeroporto de Chapecó, com a impossibilidade de o repórter cinematográfico acompanhar o uso do *smartphone* foi à solução. Ao analisar essa parte da reportagem pude fazer um comparativo com as duas possibilidades. Primeiro com a câmera que precisaria de uma pessoa a mais, ela é um equipamento grande e assusta muita gente, podemos dizer que é intimidador em algumas ocasiões naquele momento era necessário ser discreto e delicado. Já o celular tornou-se mais prático, não precisou de duas pessoas para um local bem limitado, a repórter manuseou o celular móvel, sem microfone, sem a aparição dela, só o entrevistado. Outro aspecto também observado foi a importância da reportagem o Brasil em especial ansiava por novas informações, a internet estava bombardeado de informações, o acompanhamento supriria o que os telespectadores estavam esperando e trazer uma exclusividade era um ponto chave da emissora. Portanto, o motivo para a integração dessa tecnologia na TV veio da necessidade que as emissoras de televisão tiveram com seus telespectadores, já que uma grande parte deles tem acesso à internet e buscam as primeiras informações, a TV fica com o dever de noticiar uma novidade. Com a urgência de produzir conteúdo novo e exclusivo para as pessoas era necessário usar ferramentas rápidas e práticas. Em coberturas jornalísticas, os padrões de estética, que tinha como objetivo de levar ao telespectador não só uma notícia de qualidade, mas também o audiovisual “impecável” foi deixado de lado com a convergência de mídia, as emissoras de televisão abriram espaço para que algumas coberturas jornalísticas fossem gravadas por *smartphones* como no caso acima, eles estão a favor do imediatismo. Vale ressaltar que a estrutura para uma cobertura jornalística normal é necessários vários aparatos, com o *smartphone* o repórter só precisará do seu celular e muitas vezes ele não precisará de uma segunda pessoa, pois só será necessário que só o seu entrevistado apareça, dando ênfase ainda mais ao assunto abordado. Na mesma reportagem é possível observar isso. A reportagem tem três momentos, o 1º a aparição da repórter para dar os informes iniciais e introduzir a reportagem, com o cinegrafista. A 2º ela falando que irá acompanhar os familiares no ônibus, mas precisará gravar pelo celular e o 3º na chegada ao aeroporto a movimentação e os últimos informes, também feito com o cinegrafista, saindo de uma câmera profissional e indo para o celular é claro a diminuição de resolução, mesmo assim a reportagem não perdeu sua essência, o que os telespectadores queriam ver e saber estava lá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Com esses fatos postos é perceptível que esse estudo da convergência da TV para a *Web* continuará até que a TV consiga migrar completamente para a internet, inovação é uma definição que poderemos usar para o telejornalismo atualmente. Como já havia citado a cima, as extensões das tecnologias estão influenciando para que o telejornalismo quebre o seu próprio padrão, a cobertura jornalística para a fatalidade da Chapecoense é um grande exemplo, e deixa claro que a importância de levar a notícia para a sociedade com exclusividade importa bem mais que suas regras. Essa fase “mídiamorfose” terá vários processos, e para Castells (2004) A internet não mais algo do futuro, é o nosso agora, como um órgão do nosso corpo ela nos move.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Novas Tecnologias; Produção.

REFERÊNCIAS: ABREU, Karen Cristina Abreu, História e usos da internet. Covilhã – Portugal: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017. BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2010. CASTELS, Manuel. A internet e a sociedade em rede. In. José Manuel Paquete de Oliveira; Gustavo Leitão Cardoso; José Jorge Barreiros (Orgs.). Comunicação, Cultura e Tecnologia de Informação. Lisboa: Edições Quimera, 2004. BRANCO, Jorge Trinidad Ferraz de Abreu Vasco. A convergência da TV-Web: motivações e modelos. Covilhã: Portugal: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2017. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-ferraz-convergencia-TV-Web.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017. OLIVEIRA; BARREIROS; CARDOSO. José Manuel Paquete; José Jorge; Gustavo Leitão. A internet na construção de uma cidadania participada. In. José Manuel Paquete de Oliveira; Gustavo Leitão Cardoso; José Jorge Barreiros (Org.), Comunicação, Cultura e Tecnologia de Informação. Lisboa: Edições Quimera, 2004. TARCIA, Lorena. Convergência de mídias e jornalismo. In: Ação, Pesquisa e Reflexão sobre a docência na formação do jornalista em tempos de convergência das mídias digitais. Belo Horizonte: PUC, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/tarcia-lorena-convergencia-de-midias-e-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CONTRIBUIÇÕES DO WHATSAPP PARA A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA: O CASO DO SITE BOA VENTURA ONLINE

Geverton Bento Martin da Silva; José Guilherme Epaminondas Florentino; Gabriel Vinicius Araújo da Rocha; Josiane Carla Medeiros de Sousa

INTRODUÇÃO: Com o avanço da Internet os veículos de comunicação online estão cada vez mais se modernizando e acompanhando a onda informacional da sociedade. A produção da notícia se tornou um processo mais dinâmico e de interatividade com seu público que pode propor conteúdos a serem investigados pelos veículos de comunicação. Uma ferramenta usual hoje é o aplicativo WhatsApp que reúne centenas de pessoas em grupos que compartilham informações, áudios, vídeos e fotografias. Desta forma torna-se interessante analisar quais as contribuições do aplicativo no processo de produção da notícia, tendo como objeto de estudo o site Boa Ventura Online, da cidade de Boa Ventura, abrangendo os deztoitos municípios do Vale do Piancó, no interior da Paraíba.

REFERENCIAL TEÓRICO: O jornalismo é composto por várias etapas. De forma simplificada, acontece por meio da produção, coleta de dados e redação, e por fim a edição do conteúdo. Pensar o que será notícia hoje é além de tratar o factual, interpretar as propostas sugeridas pela sociedade. Barbeiro e Lima (2003, p.70) refletem sobre o papel do produtor quando dizem que ele “deve estar sempre em contato com as fontes, já que notícias interessantes podem surgir de uma conversa informal, e deve manter um arquivo com sugestões de assuntos”. Hoje com o advento da Internet um dos canais mais utilizados para a produção jornalística é o aplicativo WhatsApp. Pela convergência de mecanismos as pessoas podem se comunicar e interagir por meio de mensagens de texto, fotos, áudios e vídeos de qualquer lugar com conexão. (OLIVEIRA, 2004, p. 15) apresenta a internet como “infraestrutura mundial de informação e comunicação assumindo um papel cada vez mais preponderante na redefinição das representações existentes acerca da sociedade em que vivemos”, corroborando com a interatividade. No jornalismo este fato é fundamental. Bianco (2005, p.160) diz que “o processo de recolha de informações na rede apresenta inúmeras vantagens para a produção da notícia [...] torna os contatos com as fontes interativos”, favorecendo o sistema de produção. Além deste processo o aplicativo corrobora com a “interação direta com os internautas, que compartilham conteúdos de diferentes mídias”, é o que afirma (STRAUBHAAR E LAROSE, 2004, p. 23), para garantir a confirmação do que está acontecendo e que assim a proposta virar matéria. De forma sistemática o jornalista recebe as informações pelo WhatsApp, faz uma averiguação, uma apuração dos fatos e começa a fase de coleta de dados por meio de entrevistas e contatos, feitos muitas vezes também pelo aplicativo, agilizando o processo para a edição e veiculação do produto noticioso, contando ainda com a convergência das mídias, pois no final do processo é possível obter sonoras, vídeos e textos como suporte para fundamentação da reportagem online.

OBJETIVO: Analisar as contribuições do WhatsApp para a produção da notícia no site Boa Ventura Online. De forma específica reconhecer o aplicativo como ferramenta de interatividade com os internautas e descrever a sistemática da produção jornalística.

MÉTODOS: Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso tendo como objeto de análise o site Boa Ventura Online. A pesquisa aconteceu no período de 10 a 28 de fevereiro de 2017, por meio da observação do processo de produção da notícia via aplicativo WhatsApp.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Observou-se que no site Boa Ventura Online a produção jornalística acontece por meio da utilização do aplicativo WhatsApp. Cada vez mais os internautas buscam o status do veículo de comunicação para propor conteúdo para a produção jornalística. Seja por meio de denúncias, críticas, apelos e agradecimentos, a equipe do site leva em consideração o que a sociedade quer que seja informado na região do Vale do Piancó, no Sertão da Paraíba. Para elaborar uma matéria a equipe do site sempre busca estar atualizada quanto ao processo de formação da notícia através da recolha, da seleção e da publicação. Logo depois da adesão do Boa Ventura Online ao aplicativo, um grande impulso foi dado no site, uma vez que, a redação recebe com constância e com facilidade materiais enviados pelos leitores. O WhatsApp aumentou consideravelmente a interação dos internautas com a equipe jornalística, por meio dos textos, fotos e áudios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir das análises feitas no portal de notícias Boa Ventura Online, com relação ao uso do aplicativo WhatsApp na produção da notícia, ficou evidente que os profissionais recorrem com frequência ao aplicativo como fonte de informação. Com centenas de contatos que colaboram com sugestões de pautas, o noticioso promove a troca de informações entre os internautas e o veículo de comunicação por meio de mensagens de texto, de áudio, fotos e links que juntos colaboram diariamente para a produção da notícia. Mesmo com a instantaneidade do aplicativo os profissionais buscam fazer a checagem das inúmeras informações que chegam até à redação, como forma de preservar as pessoas e instituições citadas e também confirmar a veracidade da informação. Em fim, o WhatsApp é sim uma ferramenta de interação entre o leitor e o jornalista do online, sendo fonte de informação, fazendo uma conexão da rua com a redação e edificando novas plataformas midiáticas com fase à modernização das práticas cotidianas da comunicação social.

PALAVRAS-CHAVE: WhatsApp; Notícia; BoaVenturaOnline.

REFERÊNCIAS: BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de Radiojornalismo: produção, ética e internet. Rio de Janeiro. Campus, 2003. BIANCO, Nelia R. Del. Noticiabilidade no rádio em tempos de Internet. Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico –Vol. IV. ISBN –972-8790-39-2. Campos da Comunicação. Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã. Antonio Fidalgo; Paulo Serra (ORG.). Universidade da Beira do Interior, Portugal: 2005. OLIVEIRA, José Manuel Paquete de. Comunicação, cultura e tecnologias da informação. São Paulo: Quimera, 2004. PORTAL BOA VENTURA ONLINE. Disponível em: <http://www.boaventuraonline.com/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017. STRAUBHAAR, Joseph D. LAROSE, Robert. Comunicação, mídia e tecnologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

O LIVE NO RÁDIO: A CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA NA INTERAÇÃO COM O OUVINTE DO JORNAL CIDADE EM DEBATE

Vitória Angélica Dantas Cândido; Lucas Guedes Fernandes; Viviane de Souza Felix, Josiane Carla Medeiros de Sousa

INTRODUÇÃO: Com o avanço tecnológico estando cada vez mais presente em todas as esferas da sociedade, é notável que pessoas e instituições busquem a conexão e a interação por meio das mais variadas mediações. Nos veículos comunicacionais não é diferente. Para moldar-se às tendências tecnológicas o rádio vem adotando a convergência com outras ferramentas para atrair a atenção e a audiência dos seus ouvintes. Um dos meios mais recentes é o Live no Facebook. Trata-se de um recurso que permite a transmissão de vídeo em tempo real, promovendo a interação entre os jornalistas do rádio e o receptor da notícia.

REFERENCIAL TEÓRICO: A utilização do recurso Live no Facebook é a mais nova ferramenta de interação entre as pessoas. Essa função era permitida apenas para celebridades, mas aos poucos foi sendo liberada para os usuários “comuns”. Não demorou muito para virar uma das aplicabilidades mais utilizadas da Internet, pelas transmissões em tempo real, que assim como o rádio atrai quem busca informação, conteúdo e contato interpessoal. A convergência entre estes meios favorece a comunicação e abre possibilidades antes tão almeçadas pela sociedade. De acordo com Barbeiro e Lima (2003, p.45), “o avanço tecnológico não deixará outra saída para o rádio senão a Internet, o que proporcionará um salto de qualidade tanto em propagação como em conteúdo”. O que antes era discutido a respeito do possível desaparecimento de mídias como o rádio com o advento das tecnologias, é agora refletido como uma adequação dos meios. O rádio, assim como o impresso e a televisão em um processo de convergência e adaptação a esta nova ferramenta. Segundo (STRAUBHAAR E LAROSE, 2004, p. 23) a integração de “áudio, imagens e textos digitais em redes de dados está apagando as antigas distinções rígidas entre os meios de comunicação”. Neste contexto é fundamental lembrar que há décadas atrás o leitor, ouvinte e telespectador eram meros receptores de conteúdo. Hoje as pessoas são colaborativas e participativas no processo da produção e propagação da notícia. É o que acontece no Programa Jornalístico Cidade em Debate, do Sistema Itatiunga de Comunicação, na Cidade de Patos na Paraíba. Os apresentadores utilizam com frequência do recurso Live durante a veiculação das matérias e reportagens, interagindo em tempo real com os ouvintes que debatem o conteúdo noticiado e propõem outras temáticas a serem abordadas no rádio via Internet independente de onde estejam. Para (DIZARD, 2000, p. 25), o “poder da Internet está baseado na sua habilidade de superar as barreiras que limitavam o acesso de uma enorme massa de informações para os consumidores comuns”, e em convergência com a radiodifusão, elemento já tão popularizado no meio social, constrói um ambiente produtivo jornalisticamente e de acesso ao público receptor-colaborador da notícia.

OBJETIVO: Analisar a convergência midiática na interação com o ouvinte do Jornal Cidade em Debate por meio do recurso “Live” no rádio.

MÉTODOS: Foi desenvolvida uma pesquisa de natureza bibliográfica de abordagem qualitativa. Como procedimento de coleta de dados foi realizado um Estudo de Caso, do Programa Jornalístico Cidade em Debate do Sistema Itatiunga de Comunicação, na cidade de Patos, Estado da Paraíba. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com o Diretor de Jornalismo da emissora que também é âncora do jornal radiofônico, tendo como questões norteadoras as acessões a respeito da temática da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: De acordo com os dados coletados o principal objetivo da equipe de Jornalismo do Cidade em Debate é aproximar os ouvintes da emissora, levando a informação transmitida no rádio com o suporte da Internet. Segundo o Diretor de Jornalismo, este processo trouxe ótimos resultados para o rádio que deixa de ser apenas linguagem sonora e passa a explorar outras possibilidades da tecnologia de informação, aumentando a audiência em maior alcance geográfico e trazendo novas possibilidades de participação do ouvinte/internauta por meio de comentários respondidos em tempo real. Foi observado que a intenção é fazer com que o público interaja através do Live, recurso considerado interativo e inovador. O âncora do jornal considera que a ferramenta tem potencial para a transmissão do conteúdo noticioso, sendo possível receber o feedback do público, implicando no aumento da interação de forma considerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Live, dispositivo disponível no Facebook, contribui para maior interatividade com o público receptor no rádio, onde a convergência com a Internet propiciou um aumento na audiência e na participação do ouvinte/internauta nos programas jornalísticos. Assim, essa ferramenta pode ser considerada uma estratégia inovadora e produtiva para a mediação da notícia com diferentes pessoas em tempo real.

PALAVRAS-CHAVE: rádio; live, convergência, interação.

REFERÊNCIAS: BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de Radiojornalismo: produção, ética e internet. Rio de Janeiro. Campus, 2003. DIZARD, Wilson. A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorde Zahar Ed., 2000. FACEBOOK. Cidade em Debate. Disponível em: <https://www.facebook.com/cidadeemdebate?fref=ts> Acesso em: 21 de fevereiro de 2017. STRAUBHAAR, Joseph D.LAROSE, Robert. Comunicação, mídia e tecnologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

A CHEGADA DA TV NA ZONA RURAL: O CASO DO SÍTIO “VÁRZEA COMPRIDA DOS LEITES” NO MUNICÍPIO DE POMBAL - PB

Rafael Pinheiro de Oliveira; Acácio Medeiros; Thomas Ravelly da Silva Bandeira; Josiane Carla Medeiros de Sousa

INTRODUÇÃO: A televisão é considerada um dos meios de comunicação de maior alcance e audiência na sociedade. Seja pela habilidade de captura dos sentidos em torno de uma única experiência mediada pelas imagens, pelo som e sentimentos, seja pelo acesso fácil na vida das pessoas. No Brasil, ela foi a responsável por consideráveis mudanças dos costumes nas residências a partir da década de 50, onde as famílias começaram a se reunir para acompanhar a programação diariamente. Com a carência em investimentos na cultura e no lazer, a rotina no interior do sertão paraibano foi alvo de transformações com a chegada desta tecnologia, promovendo a interação entre os habitantes em torno do aparelho de TV. As pessoas puderam ter acesso às informações de forma massificada por meio do som e da imagem, as quais antes só possuíam pelo impresso e pelo rádio, através das ondas sonoras, gerando outras emoções pessoais e coletivas.

REFERENCIAL TEÓRICO: As décadas de 20 e 30 foram o marco inicial da história da televisão no mundo com os estudos do cientista escocês John Logie Baird que realizou transmissões iniciais através de um sistema mecânico e das tentativas de Wladimir Kosma Zworykin, na Rússia, conforme apontam (STRAUBHAAR E LAROSE, 2004, p. 93). Em 1939 com o início da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha transmitiu as batalhas decorrentes da revolução. Nos Estados Unidos a rede NBC estreou em 1941, apresentando uma programação no formato mercadológico comunicacional alicerçado pelos anunciantes que garantiam a difusão. No Brasil os primeiros registros deste veículo aconteceram na década de 50 pelas mãos de um paraibano. “A chegada da televisão no Brasil merece ser reconhecida. Uma história que tem protagonista um nordestino polêmico, contraditório, teimoso, corajoso, envolvente e, sem dúvidas, ousado. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo era seu nome”, (PATERNOSTRO, 2006, p. 28). Neste período de implementação da televisão no Brasil alguns modelos de publicidade e programação que eram exibidos tinham como inspiração o rádio e também muitos profissionais do veículo foram trazidos para a TV, proporcionando assim uma identidade maior com o público que antes só conhecia suas vozes e com a chegada da televisão as pessoas começaram a reconhecer visualmente os locutores e atores. Com a inserção da TV nos lares brasileiros a rotina das pessoas mudou. Antes as pessoas iam dormir mais cedo, eram menos informadas com as coisas que aconteciam no país e no mundo, existiam mais encontros pessoais nas praças, calçadas e na igreja, o veículo de comunicação de massa mais acessível era o rádio. A televisão se tornou uma importante ferramenta de informação, formadora de opinião, comportamento e entretenimento. Segundo (BORELLI E PRIOLLI, 2000, p. 81) “o telespectador passa a adquirir o costume de todos os dias, numa determinada hora, ligar a TV para assistir ao seu programa favorito”, determinando suas atividades laborais e seus relacionamentos interpessoais sob a influência do mais novo veículo comunicacional.

OBJETIVO: Analisar o que mudou na rotina das pessoas com a chegada da televisão no Sítio Várzea Comprida dos Leites, no município de Pombal, interior do Estado da Paraíba.

MÉTODOS: Foi desenvolvida uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa caracterizada pela investigação bibliográfica e coleta de dados por meio da entrevista semiestruturada. Foram entrevistados três moradores do Sítio Várzea Comprida dos Leites, no município de Pombal, interior

do Estado da Paraíba, que relataram os fenômenos inerentes ao objeto de estudo. A pesquisa foi realizada no mês de fevereiro de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A decorrente mudança dessa comunidade através da chegada da televisão possibilitou construir uma nova rotina, onde as programações televisivas trouxeram relevantes participações no dia-dia dos moradores. Essa importância é relatada pelos moradores do Sítio Várzea Comprida dos Leites, no município de Pombal. Com a chegada da TV “virou uma rotina, todo dia a gente se encontrava na praça naquele mesmo horário e o guarda ligava a televisão e a gente ia assistir”, relatou a Moradora 1, demonstrando a interação entre as pessoas da localidade para assistirem à programação. Com relação à mudança dos hábitos, o Morador 2 explica. “Minha vida erra pescar, caçar e tocar sanfona nas festas. Depois que comprei a televisão passei a ficar mais em casa”. A Moradora 3 comentou que diante das programações televisivas passou a ficar mais informada, através do jornais e novelas. “Fiquei sabendo como era o meio de vida das pessoas que moram em São Paulo, por que antes a gente não sabia”. Os relatos mostram que as famílias do sítio ficaram mais atualizadas acerca dos acontecimentos externos. A nova forma de mediação e o conteúdo exibido pela televisão foram responsáveis pela mudança de hábitos e da construção de uma nova prática social na localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A chegada da televisão para a sociedade brasileira veio favorecer uma nova modelagem de interação entre as pessoas e a inovadora forma de receber conteúdo informacional por meio da programação veiculada diariamente. A família começou a ter horários baseados nestes programas, seja pelas novelas e jornais que começaram a promover novos padrões de reflexão sobre a visão de mundo e a habitual convivência entre as pessoas, entre elas as da zona rural.

PALAVRAS-CHAVE: Televisão; Comunidade Rural; Rotina Social.

REFERÊNCIAS: BORELLI, Silvia H.S.; PRIOLLI, Gabriel (coord.). A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus, 2000. PATERNOSTRO, Vera Iris. O texto na TV: manual de telejornalismo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. STRAUBHAAR, Joseph D.LAROSE, Robert. Comunicação, mídia e tecnologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

RELIGIÃO, CIBERCULTURA E CONVERGÊNCIA: A IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS E SUAS INVESTIDAS MIDIÁTICAS NAS REDES SOCIAIS

Emilson Ferreira Garcia Junior

INTRODUÇÃO: Levando em consideração que as redes digitais possuem uma estrutura que possibilita a disseminação de conteúdos a uma velocidade nunca antes vista (CASTELLS, 1999), interessa-nos perscrutar sobre a Igreja Mundial do Poder de Deus e suas estratégias de propagação de informação através de diferentes tecnologias de informação e comunicação (TIC) hospedadas em seu portal oficial, o *impd.com*. O nosso ponto de partida é a análise de conteúdo religioso divulgado pelas redes sociais: *facebook*, *instagram*, *twitter*, somando desde cultos ao vivo até estudos bíblicos. Nessa perspectiva, as TIC são vitrines para a participação colaborativa e o efetivo compartilhamento virtual, tendo em vista que a Igreja Mundial utiliza-se desses instrumentos para mobilizar o seu *ciberfiel*. Assim, a reflexão dos púlpitos é ecoada e exposta às discussões dos seguidores, espectadores e interventores da convergência tecnológica, que traz em sua constituição, a presença imperativa da mídia.

REFERENCIAL TEÓRICO: São as estratégias do sagrado mediatizado (CARVALHO, 1997) que conduz o nosso itinerário investigativo, levando em consideração que tal iniciativa é capaz de (re)criar sistemas reguladores que podem modificar a percepção da realidade. As TIC sob a égide do ciberespaço, concatena imediatas reconstruções fronteiriças por ocasião do seu valor de não linearidade e múltiplos pólos de emissão, assim, é possível compreendê-las também como ferramentas *trans*, *hiper* e *multi*. Tendo em vista que a linguagem midiática cristaliza sentimentos e a explora eficazmente, capitalizando atenções a partir das suas enunciações, é natural que a Igreja Mundial do Poder de Deus adote estratégias que a evidencie na rede mundial de computadores, sobretudo no momento em que seus líderes enfrentam dificuldades financeiras para adquirir janelas nas emissoras de TV aberta. Assim, entendemos que a exposição na web visa tornar a instituição atenta às novas modalidades de comunicação, que permite um extensivo elo com os adeptos e os não-adeptos da doutrina, além da reafirmação do discurso da resistência, realçado por pastores com a finalidade de valorizar as ações empreendidas. À luz desse contexto, nosso objetivo geral é: *Analisar as estratégias de disseminação de conteúdo religioso da Igreja Mundial do Poder de Deus por intermédio do processo de midiatização estimulado pelas redes sociais.*

METODOLOGIA: Utilizamos a trilha exploratória da Análise de conteúdo e sua abordagem qualitativa. Acreditamos que os “instrumentos de ação” (referentes às abordagens citadas) utilizados dentro dos limites de suas especificidades contribuem para o conhecimento da realidade. Dentro do desenvolvimento da linguagem e da escrita, como controle das circunstâncias ambientais, uma vez que são responsáveis pela rápida transmissão de informações, é que serão observados, registrados e mensurados “a multidiversidade de formas vivas e suas possíveis inter-relações”. “O uso da pesquisa qualitativa envolve a multiplicidade das perspectivas e de seus agentes, ela faz a pensar as necessidades específicas dos meios socioculturais, atuando na complexidade dos fenômenos, permitindo, de certa maneira reconceituar as problemáticas sociais. Características essas, que a pesquisa quantitativa não consegue delimitar.

RESULTADOS: Partimos da premissa colocada pelos Estudos culturais, de que os receptores, são envoltos em expressões socioculturais e a recepção é um processo mediado por essas influências, envolvendo a negociação de sentidos. Os Estudos Culturais arregimenta em seu corpus, uma pluralidade de caminhos que envolvem conceitos como hibridismo, classes sociais, consumo,

ideologia e mediação. Os encadeamentos comunicativos oriundos da produção/recepção de informações podem ser observados a partir de “de um protocolo analítico que destaque as relações entre cultura e poder, isto é, que contemple a dimensão reguladora da cultura exercida tanto na vida social quanto nos modos de ser” (ESCOSTEGUY, 2009, p.02). Desse modo, percebe-se que o reconhecimento dos impactos provocados pela mensagem no público, consiste inicialmente no raciocínio que os que utilizam as TIC não são passivos e suas experiências (MARTIN-BARBERO, 2002) são fatores preponderantes na dinâmica relacional com a fonte emissora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:É notório que a lógica da agir comunicacional também gera transformações, seja nas redimensões que são dadas a determinado suporte técnico ou nas novas condutas de socialização. Essa ocorrência faz-se presente, porque o sujeito (espect-ator) inverteu o processo, assim passou-se de um veículo com uma sistematização horizontal para a forma de múltiplos canais, como é destacado por Lévy (1999), ao delinear desde a herança dos códigos até a transição do sujeito passivo a ator no processo de interação de sentidos, e que se estabelece como fio condutor nas relações com os meios eletrônicos. Esse estudo centraliza suas atenções aos novos modos de pensar, fazer e viver a religião, cujas incidências apontam construções identitárias não mais das tradições de fé, mas resultantes dos impactos da mídia no cotidiano. Assim, torna-se fundamental, enquanto campo científico, conhecer e interpretar as implicações dessa nova conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE:TIC;Mídia e religião; IMPD; mídias digitais; construção social da realidade.

REFERÊNCIAS:CARVALHO, José Jorge de. Religião, mídia e os predicamentos da convivência pluralista. Cadernos de Antropologia. Brasília: UNB, 1997. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1 São Paulo: Paz e Terra, 1999. ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Quando a recepção já não alcança: os sentidos circulam entre a produção e a recepção. Ecompós, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2009. LEVY, Pierre. Cibercultura. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 1999. MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO TELEVISIVO PARA PLATAFORMAS ON DEMAND

Ray de Sousa Santana, Deleon Souto Freitas da Silva

INTRODUÇÃO: O número de plataformas que oferecem conteúdos audiovisuais flexíveis ao perfil de cada público é crescente, e parte disso está ligada a necessidade de acompanhamento às tendências do ritmo mercadológico, onde o tempo dita as regras. As narrativas são adaptadas a diversos formatos, de modo adequar o seu consumo ao cronograma do usuário, onde as grades ficam em segundo plano. Nesse contexto, analisaremos as características das produções audiovisuais em plataformas on demand, utilizando como base comparativa o conteúdo oferecido pela TV à cabo. Aprofundaremos este estudo traçando as demandas do perfil do público de produções audiovisuais em diferentes plataformas midiáticas.

REFERENCIAL TEÓRICO: Na implantação da televisão no país as limitações técnicas de transmissões impediam o acesso ao conteúdo a nível nacional, restringindo apenas às regionalidades impostas pelas condições geográficas. Com a ampliação das transmissões através dos satélites, houve a possibilidade de segmentação do público em canais específicos e um maior alcance territorial. O surgimento do controle remoto permitiu a sensação de liberdade ao telespectador, que passou a ‘zapear’ pelos diversos canais, obrigando as emissoras a desenvolver estratégias para segurar o público no seu canal, diante da audiência fragmentada, como relata BALAN (2013, p. 3). O foco não é mais prender o telespectador a uma grade, mas fazer que a leve consigo, para qualquer lugar e momento. Nesse formato atual, a televisão faz o público refém do espaçotemporal, não havendo controle do que é exibido, restringindo a liberdade a conteúdos pautados pelos seus idealizadores, sem a possibilidade de interferência. Aberta ou fechada, a TV possui uma característica generalista de unir os públicos em uma atividade coletiva e social (WOLTON, 2004 apud FINGER, 2012.), onde são produzidas sensações simultâneas a partir de narrativas complexas. Mesmo durante a exibição dos programas “ao vivo” pode ocorrer interferências no direcionamento do conteúdo pelo telespectador, mas sem alterações significantes na programação. A estabilidade da grade são os conteúdos frios, que podem ter horários adiados ou remanejados conforme a eventual necessidade. Diferentemente, o conteúdo sob demanda segmenta o público através de técnicas particulares de agrupar perfis de acordo as preferências das narrativas. O laço estabelecido pela TV é quebrado com a possibilidade de assistir de forma personalizada, ditando o ritmo de exibição. E ainda, tem o fator da convergência, que busca adequar o conteúdo a cada mídia em que possa ser veiculado. Mesmo esteticamente diferentes, um meio não sobrepõe ao outro, pois os públicos podem ser os mesmos em períodos diferentes, pois quem acompanha o conteúdo via streaming poderá ser o mesmo a dar continuidade mais tarde através de uma plataforma on *demand*, alternando o acesso conforme a sua necessidade. Na TV à cabo, mesmo com canais de conteúdos específicos, produções em horários alternativos e menores interferências comerciais, ainda se dispõe de uma grade semelhante a dos canais abertos, sem possibilidade de personalização. As reprises apenas permitem a sensação de escolha de horários, e mesmo existindo aparelhos com funções básicas de controle da reprodução do conteúdo, não há um processo convergente dos meios, apenas em alguns casos o cruzamentos das plataformas. Nas plataformas de conteúdo sob demanda há a procura para satisfazer inúmeros perfis de públicos, que são móveis, ávidos e de gostos peculiares. Filmes, séries, novelas e outros produtos nem sempre são produções próprias, mas parte de um catálogo que busca reunir acervos. Em uma constatação generalista, é possível afirmar que os títulos dessas plataformas são direcionados para a conquista de vários públicos através da pluralidade dos conteúdos, mas que as produções próprias são direcionadas a grupos específicos, na maioria das vezes, círculos menores são valorizados. Mas, para uma exatidão

seria preciso uma pesquisa minuciosa dos títulos, usuários e do perfil de atuação de cada empresa.

CONTEÚDO PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS: A saturação da televisão e a convergência dos meios de comunicação contribuíram para o desenvolvimento de conteúdos direcionados às multiplataformas, tornando, assim, a mobilidade pré-requisito essencial para a produção e consumo da informação. Com conteúdos disponíveis em tempo hábil e flexível, assistimos emergir inúmeras plataformas de conteúdo *on demand*, voltados para telespectadores que buscam praticizar o acesso às produções 1 audiovisuais. Os serviços via streaming garantem o acesso a conteúdos de forma maleável, em alternativa ao conteúdo televisivo preso a grades de programação. Dentro desta perspectiva, plataformas como o Powerbox, GuiaTV e Jornal não obtiveram o sucesso esperado em virtude dos problemas técnicos que causaram lentidão e instabilidades no processo de interação entre os usuários e a programação. QUICO (2004, p.2) afirma que “as plataformas procuram ir de encontro com os públicos através de técnicas particulares de cada ferramenta, como os tags ou hashtags que segmentam o conteúdo do usuário a partir do que ele já assistiu, traçando o seu perfil com base nas narrativas semelhantes do sistema”. Em conteúdos *on demand* é possível estabelecer predefinições do que é consumido através da filtragem dos conteúdos relacionados a cultura do usuário. Isso acontece de inúmeros formatos, a exemplo da plataforma de vídeos Netflix, que utiliza tags para oferecer conteúdo semelhantes. Esse formato intuitivo ocorre através do desenvolvimento de algoritmos que fazem o mapeamento do perfil de cada usuário de acordo com os dados coletados, permitindo a indicação de conteúdos semelhantes aos já consumidos, podendo optar por assistir ou reservar para uma próxima visita ao aplicativo, garantindo a liberdade de escolha. O mesmo processo se repete em outras distribuidoras de conteúdo como o Crackle, Google Play Vídeos, Telecine On Demand, HBO Go e HBO Now, Fox Play, Globo Play.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As plataformas *on demand* não substituem outros meios, mas são frutos da necessidade de metamorfose midiática, que buscam adequar o conteúdo ao público. Nesse novo formato de distribuição de conteúdo buscasse dar liberdade de escolha ao usuário, levando em conta o seu tempo, a ordem de exibição, a segmentação do conteúdo e a falta de interferência comercial. Desse modo, os conteúdos produzidos são mais específicos, levando em conta cada público, sem o compromisso de unir a massa de forma imediata ou medir a audiência, priorizando satisfazer o consumidor individualmente que faz parte de um círculo menor.

OBJETIVO: Analisar aspectos do conteúdo produzidos (ou disponibilizados) para as plataformas *on demand* em comparação ao oferecido pela TV à cabo.

MÉTODOS: Para fundamentar esse estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando como base teorias relacionadas ao perfil do público de produções audiovisuais em diferentes plataformas midiáticas, de modo a considerar as suas necessidades para a utilização de cada uma.

PALAVRAS-CHAVE: Produção audiovisual; *on demand*; televisão à cabo.

REFERÊNCIAS: QUICO, Célia. DAMÁSIO, José Manuel. Televisão Digital e Interativa: a modelação social como variável na avaliação de usabilidade. Oficina IHC. 2004. Disponível em <http://ucf.ulusofona.pt/PAPERS%20UCF_61049/MJD_CQ_HCIBrasil2004_ModelacaoSocial_2004.pdf> Acesso em: 12 Dez. 2016. LIMA, Mariana Marques de. Netflix: tópicos sobre uma nova forma de consumir TV. Academia. Disponível em: <http://www.academia.edu/22308003/Netflix_t%C3%B3picos_sobre_uma_nova_forma_de_consumir_TV> Acesso em: 12 Dez. 2016. BALAN, Willians Cerozzi. Plataformas digitais: uma nova forma de ver TV. in FERREIRA JUNIOR, José e SANTOS, Márcio Carneiro dos. Comunicação, tecnologia e inovação: estudos interdisciplinares de um campo em expansão. Porto Alegre: Buqui, 2013. AFFINI.

Letícia Passos. ITO, Elica. Televisão Digital Móvel e Portátil. Revista GEMInIS, n. 1, Ano 2, p. 106-115, 2011. FINGER, Cristiane. SOUZA, Fábio Canatta de. Uma nova forma de ver TV no sofá ou em qualquer lugar. Revista FAMECOS: Mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 374-389, 2012.

PATRIARCADO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E REDE DE PROTEÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS PARA O DEBATE

Joanne Days de S. Nóbrega; Joyce Dayane H. Araújo; Maria de Fátima L. Ferreira; Yanna Karla de S. Alves; Lidiane C. Tiburtino

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar como se expressa a violência contra mulher e a estruturação da rede de proteção e combate à violência contra a mulher. A violência contra mulher é um fenômeno que se estrutura no cotidiano da vida das mulheres de forma silenciosa, passando por diversas vezes como algo naturalizado no percurso da construção das relações sociais. Destaca-se uma normatização imposta por essas relações ao gênero feminino e masculino, o que imputa as mulheres uma condição de submissão social ao homem, regulando o pensar\sentir\agir na construção da identidade feminina, promovendo a opressão da mulher, onde a violência sofrida se torna uma das formas mais expressivas e frequentes no cotidiano. Desse modo, adverte-se nesse contexto de naturalização para os crescentes números de casos de violência, visto que, mesmo diante de todos os avanços alcançados no nível da estruturação da rede de proteção e combate à violência contra mulher, ainda sentimos a necessidade de considerar na estruturação da rede sócio assistencial a transversalidade da categoria gênero na execução dos serviços, tendo em vista, que as ações e políticas públicas de enfrentamento ao combate à violência contra mulher ainda são insuficientes e muitas vezes ineficazes no atual cenário.

INTRODUÇÃO: A violência contra mulher é um fenômeno que se estrutura no cotidiano da vida das mulheres de forma silenciosa, passando por diversas vezes como algo naturalizado na construção das relações sociais. Tal questão encontra fundamento, quando analisamos a presença das relações sociais gênero patriarcais na estruturação da sociedade, onde se legitima a violência contra mulher, em suas diversas formas (SAFFIOTI, 2015). Outrossim, destaca-se uma normatização a ser seguida e imposta por essas relações ao gênero feminino e masculino, o que imputa as mulheres o lado menos espetacular da vida social, regulando o pensar\sentir\agir na construção da identidade feminina, uma normatização que ganha dimensão na regulamentação da opressão a que está submetida a categoria social de mulheres, onde a violência se torna uma das formas mais expressivas e maior densidade no cenário atual. Sendo assim, adverte-se nesse contexto de naturalização para os crescentes números de casos de violência, mesmo diante dos avanços alcançados no nível da estruturação da rede de proteção e combate à violência contra mulher, o que repercute numa análise da ineficiência da rede diante do atual cenário.

REFERENCIAL TEÓRICO: Diante do atual contexto da defesa dos Direitos das Mulheres, mesmo que na linha tênue que vivenciamos para poder de fato garanti-los vimos à necessidade de ratificar a importância do debate nos espaços acadêmicos, a fim de fomentar o debate contra a cultura machista e patriarcal que alimenta e naturaliza os casos de violência contra a mulher. Sendo assim, o principal objetivo é analisar a fragilidade da rede de proteção da mulher, expondo dados estatísticos que embaçam nossa pesquisa. Ademais, destaca-se a violência contra a mulher pode ser de natureza política, social, cultural, econômica, institucional e interpessoal, sendo assim classificadas como violência física, psicológica, sexual, simbólica e patrimonial (BRASIL, 2010). A grande questão a se rever coloca-se na necessidade de entender que esse processo se dá em função da formação patriarcal

da sociedade brasileira, que traz na construção do masculino o elemento decisório e dominante, em função do feminino, fortalecendo princípios da misoginia, que tende a desvalorizar e subjugar o feminino, visto aqui como negativo. Nesse sentido, a mulher seria o outro do homem, um complemento ou muitas vezes uma negação, não se pensa a sua diferença positivamente e afirmação da sua identidade enquanto mulher, essas questões implicam na regulação do ser mulher e o ser homem, conformando uma construção social e cultural que subjuga as mulheres e naturaliza situações de violência, já que aqui a mesma é tratada como um complemento, um objeto.

OBJETIVO: Analisar como se expressa a violência contra mulher e a estruturação da rede proteção e combate à violência contra a mulher. **MÉTODOS** A pesquisa consiste na revisão bibliográfica, com recurso análise do tipo qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Desde sua criação em 2005, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já registrou 5.378.774 atendimentos. Os dados apontam que somente no 1º semestre de 2016, a Central realizou 555.634 atendimentos, o que em média contabilizaram 92.605 atendimentos/mês e 3.052 atendimentos/dia. Essa quantidade foi 52% superior ao número de atendimentos realizados no 1º semestre de 2015 (364.627). A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. A cada 5 minutos uma mulher é agredida no Brasil. Uma mulher é morta a cada 2 horas no Brasil. Durante o carnaval no Rio de Janeiro, uma mulher foi agredida a cada 3 minutos. Homicídio de mulheres negras aumentou 54% em 10 anos. 89% das vítimas de estupro no Brasil são do sexo feminino. Do total, 70% são crianças e adolescentes. Em metade das ocorrências envolvendo crianças, há um histórico de estupros anteriores, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, 91% dos homens dizem considerar que “bater em mulher é errado em qualquer situação” (FPA/SESC,2010). O parceiro (marido ou namorado) é o responsável por mais 80% dos casos de denúncia de agressão 3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos. Torna-se relevante afirmar, que dos números apresentados 94% conhecem a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% sabem seu conteúdo. A maioria das pessoas (60%) pensa que, ao ser denunciado, o agressor vai preso, 52% acham que juízes e policiais desqualificam o problema. O Brasil tem mais de 5.550 municípios e apenas: 497 delegacias especializadas de atendimento à mulher e 160 núcleos especializados dentro de distritos policiais comuns 235 centros de referência especializados (atenção social, psicológica e orientação jurídica), 72 casas abrigo, 91 juizados/varas especializadas em violência doméstica, 59 núcleos especializados da Defensoria Pública, 9 núcleos especializados do Ministério Público. Nesse sentido, diante dos índices apresentados acima, observa-se que as ações e políticas públicas de enfrentamento ao combate à violência contra mulher ainda são insuficientes e muitas vezes ineficazes, ao se considerar que as mesmas não atuam considerando a transversalidade da rede, sendo necessário considerar na estruturação da políticas publicas de combate e prevenção da violência contra a transversalidade da categoria gênero para se pensar a rede de proteção e combate, além do que a capacitação dos profissionais que recebem a referida demanda, nos diversos espaços, onde se materializam as políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Mesmo diante de todo avanço com a promulgação da Lei Maria da Penha, ainda presenciamos a crescente de casos de violência, o que demanda a necessidade de considerar na estruturação da rede sócio assistencial a transversalidade da categoria gênero na execução dos serviços, tendo em vista a ineficiência do dispositivo legal, ou seja, da lei em questão, diante não articulação da rede e não consideração dessa questão na estruturação dos serviços que cobrem a rede socioassistencial. Outrossim, a máquina precursora do patriarcado, juntamente com a mídia ainda se coloca contra a sensibilização da sociedade em função da violência gratuita contra a mulher. Observa-se que o feminismo é imprescindível diante dessas lutas para o fortalecimento e

consolidação de núcleos de apoio e combate ao machismo institucionalizado que violenta, oprime e mata mulheres todos os dias no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Violência; Rede de proteção;

REFERÊNCIAS: BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria especial de políticas para as mulheres. 2016. RADIS. Comunicação em Saúde, n. 92, abril/2010. Fio Cruz SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Jéssyka Pereira de Lima; Adriana Sodré Dória; Kaio Cesar Fernandes

INTRODUÇÃO: A formação da sociedade brasileira é marcada por aspectos conjunturais peculiares, cujas mudanças podem ser analisadas com base na concepção de pensadores clássicos na evolução do conceito de Estado e sociedade. Nesse sentido as transformações existentes não ocorreram de modo isolado, mas dentro de contextos bastante específicos, marcados por “gramáticas” que se sobrepuseram ao longo de sua história. Em outras palavras, esse é o aspecto pontuado por Nunes (1999) ao afirmar que as separações e a integração que se sobrepõem na formação social brasileira são verticais e horizontais. A integração é conseguida através da fusão de traços aparentemente contraditórios, pertencentes às gramáticas do clientelismo, do insulamento burocrático, do corporativismo e do universalismo de procedimentos. Essas gramáticas serviram de cenário para as transformações que ocorreram na sociedade brasileira ao longo de sua história, e não foi diferente no processo de redemocratização. A Constituição de 1988 foi construída sob um alicerce pautado nas gramáticas aqui citadas, assim, se sobrepunham interesses correlatos e antagônicos nesse processo. As coalizões políticas fomentam esses interesses sobrepostos, e isso é explicado por Rennó (2006) ao ressaltar que após a CF de 1988 fica imposto que o executivo precisa do apoio do legislativo para governar, fortalecendo assim as coalizões políticas. A mesma CF de 1988 ainda trouxe a formalização das formas de participação popular direta e indireta, que de acordo com Avritzer (2006) não foram amplamente utilizadas no Brasil democrático.

REFERENCIAL TEÓRICO: As matrizes extremamente diferenciadas de demandas e expectativas em relação às ações do setor público marcaram a sociedade brasileira ao longo de sua história e se traduzem na acumulação de privilégios, no desequilíbrio permanente entre as fontes de receita e as pautas de gasto, bem como no intenso conflito sobre as prioridades e as orientações do gasto público (ABRANCHES, 1988). No período de redemocratização vivido a partir da década de 1980 no Brasil, percebe-se um contexto de disparidade, pois à medida que os privilégios e a elitização permanecem fortes na conjuntura política e social do país, tentou-se estabelecer níveis formais de participação popular na gestão pública brasileira. Isso é demonstrado por Avritzer (2006) ao afirmar que a participação ganhou normatização a partir da Constituição de 1988, gerando um sistema híbrido de participação, sendo esse, composto pelo modelo de participação direta e indireta, no caso da primeira a participação se expressa por meio dos referendos, plebiscitos e leis de iniciativa popular; no caso da segunda a participação se expressa através da inserção de atores ou entidades da sociedade civil na deliberação sobre políticas públicas. Avritzer (2006) explica que existem limitações no que diz respeito aos instrumentos de participação brasileiros, tanto os diretos como indiretos. “Assim, pode-se afirmar que apesar da intenção do legislador constituinte de criar formas híbridas de relação entre a participação e a representação, esse objetivo tem demorado muito a ser alcançado no Brasil democrático” (AVRITZER, 2006, p. 42). Rennó (2006) complementa essa ideia afirmando que no “pós 88” o Legislativo retoma o seu papel característico como espaço no qual são discutidas as propostas e onde as decisões finais são tomadas. Nesse cenário “o Executivo precisa negociar com o Legislativo para ter sua agenda aprovada. O eixo da questão, portanto, passa a ser a formação de maiorias no Congresso” (RENNÓ, 2006, p. 259). Criando um contexto no qual se fortalece o presidencialismo de coalizão. Abranches (1988) explica muito bem a questão do presidencialismo de coalizão afirmando que este é a base que sustenta o governo do presidente, essa base é construída por meio da concessão de cargos nos ministérios a membros dos partidos com representação no

Congresso, e estes, em contrapartida, garantem os votos necessários para aprovar a agenda presidencial no Legislativo, constituindo, portanto, naquilo que o autor denomina de Presidencialismo de Coalizão.

OBJETIVO: Fazer uma relação entre presidencialismo de coalizão e nível de participação social no Brasil, contemplando os aspectos conjunturais da sociedade brasileira, representadas pelas gramáticas políticas.

MÉTODOS: Em relação aos recursos metodológicos, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, que envolveu levantamento e análise de material já publicado sobre o assunto, na tentativa de estabelecer aparatos conceituais e históricos sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A partir da literatura estudada ficou evidente que as coalizões políticas na gestão pública brasileira acabam centradas em atender acordos políticos, estabelecendo-se a partir da troca de cargos e favores na contrapartida de serem facilitadas certas decisões e aprovações de propostas pelas bancadas do Legislativo; assim, os interesses políticos muitas vezes se sobrepõem aos coletivos, não havendo fomento para a participação popular que não encontra sustentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Percebe-se a partir da literatura estudada neste artigo que as coalizões políticas na gestão pública brasileira acabam centradas em atender acordos políticos, estabelecendo-se a partir da troca de cargos e favores na contrapartida de serem facilitadas certas decisões e aprovações de propostas pelas bancadas do Legislativo, assim, os interesses políticos muitas vezes se sobrepõem aos coletivos, não havendo fomento para a participação popular que não encontra sustentação. Ao longo do tempo as coalizões políticas foram servindo de moeda de troca de interesses e cargos políticos, sujeitas a rupturas em razão de divergências e instabilidades na base de apoio governista, ficando assim, a população isolada do contexto deliberativo e participativo, características próprias da democracia. Assim por meio da literatura estudada percebe-se que as formas de participação abordadas nesse trabalho ainda não conseguiram se efetivar no Brasil, e que as coalizões políticas acabam interferindo nessa relação na medida em que são priorizados os acordos políticos que favoreçam determinados partidos e interesses sem de fato envolver a população. A ampliação e fomento de iniciativas de participação são importantes na inserção da população nas decisões públicas e na vida política de modo geral de forma que se consiga superar os entraves históricos que ainda tem resquícios consideráveis na gestão pública brasileira, representado pela sobreposição das gramáticas estudadas nessa investigação.

PALAVRAS-CHAVE: Estado e Sociedade; Presidencialismo de Coalizão; Participação Social.

REFERÊNCIAS: ABRANCHES, Sérgio (1988). Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. Dados, v. 31, n. 1, p. 5-33. Disponível em: <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>. Acesso: 10 jun. 2016. AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. In Avritzer, L., & Anastasia, F. (orgs.) Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. NUNES, Edson de Oliveira. Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. RENNÓ, L. R. . Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos?. In Avritzer, L., & Anastasia, F. (orgs.) Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HOMOPARENTALIDADE E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Ivanda Araújo Fernandes; Rayslla Sabrina Pereira Saraiva; Alisson de Meneses Pontes

INTRODUÇÃO: A família nuclear, dado o surgimento de novas configurações familiares, está se tornando cada vez mais uma experiência minoritária, porém, é este ainda o modelo certo na visão da sociedade, ao quais todos os outros tipos de família são comparados. Esta forma excludente, que dá benefícios a um modelo único de família é uma fonte de conflitos, estigmatizações e preconceitos em relação a qualquer outro modelo que seja diferente daquilo que considerado normativo (PERRONI & COSTA, 2008). Destarte, a família tradicional tende a ser apreciada como normal, imutável e inequívoca, o que a afeta a instituição social historicamente construída, assim como sucede com a percepção predominante frente à homossexualidade. Já a família homoparental sugere uma maior flexibilidade nas relações e papéis sociais de gênero, ocasionando questionamentos sobre os modos de ser feminino e masculino, ao lado das profundas mudanças no conceito de família (TEIXEIRA, 2015). Em função dessas modificações na organização familiar, surgem outros arranjos entre os seus membros, com isso é necessário que em nível de compreensão, a sociedade também se modifique.

REFERENCIAL TEÓRICO: Designa-se homoparentalidade quando pelo menos um dos pais, na prática da parentalidade, se considera homossexual. O conceito homoparentalidade deriva do francês homoparentalité, formulado em 1997 pela Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiennes (APGL), fundada em 1986, na França (AMAZONAS, VERÍSSIMO, & LOURENÇO, 2013). É importante salientar que muitas lésbicas e gays são mães e pais ou desempenham funções parentais, pelo que, desde os anos 1970, tem sido objeto de estudos essa configuração familiar. Não obstante, existem também mães e pais que se identificam como bissexuais, transgênero ou queer, contudo, a investigação tem-se focado, sobretudo, nas famílias encabeçadas por lésbicas e gays, casados/as ou solteiros/as (GATO, FREITAS & FONTAINE, 2012). Roudinesco (2003), em sua obra *A família em desordem*, realiza uma análise acerca das modificações que a família perpassa desde a antiguidade até os dias atuais. Uma particularidade relevante sobre as famílias ditas pós-modernas, é que o ponto-chave não está no modo como a família se organiza, mas no tipo de vínculo estabelecido entre esses, em como o filho ocupa outro espaço no imaginário parental. Em um tempo anterior, a figura paterna era associada a Deus, na qual o seu papel de modo algum era contestado. No decorrer dos anos, essa associação enfraquece, dando espaço a um pai afetuoso e tolerante, o qual é representado pela compaixão. Por intermédio desse envolvimento, a posição de poder do Deus pai é desfeita e acrescentada por outras instâncias como o Estado e a Nação, possibilitando espaço para a figura feminina (SIMÕES & HASHIMOTO, 2012).

OBJETIVO: Compreender de que modo a homoparentalidade e as novas configurações familiares vem sendo estudadas na literatura científica nacional, enfatizando as principais contribuições das pesquisas, bem como as lacunas existentes nessa área do conhecimento.

MÉTODOS: O referido estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, com análise qualitativa do conteúdo da literatura pesquisada. Teve como objeto de análise as produções científicas sobre o assunto. Como técnica, a revisão bibliográfica compreende a leitura, a seleção, o fichamento e o arquivamento de tópicos que se relacionam com o interesse da pesquisa em pauta. Na pesquisa, foi utilizada a base de dados *do Google acadêmico*, onde, através dos seguintes descritores, foi selecionada a literatura de interesse: Homoparentalidade e as novas configurações familiares. A literatura foi selecionada pelos seguintes critérios: publicados entre 2011 e 2016, conteúdo conexo ao

tema da pesquisa e artigos nacionais publicados na íntegra. Foram excluídos os artigos que em idiomas que não fossem o português, resumos de artigos e artigos publicados antes de 2011. Finalmente foi realizada uma análise do conteúdo da literatura encontrada, com a finalidade de identificar o foco dos estudos selecionados para se averiguar se estes contemplavam o objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A homoparentalidade na atualidade. No que se refere à noção científica pertinente especificamente a temática, é reconhecida a escassez de literatura. Apesar disso, nos últimos anos tem crescido o empenho em estudos sobre a homossexualidade, seja numa abordagem dada aos comportamentos de pessoas homossexuais, o entendimento de valores específicos do mundo das relações homoafetivas ou à verificação de campos de luta política e de direitos humanos, ou ainda a constituição da subjetividade e identidade desses sujeitos (SANTOS, SCORSOLINI-COMINB & SANTOS, 2013). O estabelecimento de filiação conjunta por casais de mesmo sexo por meio do acesso às tecnologias reprodutivas (TR) é prática relativamente recente no país e mesmo a adoção juridicamente oficializada com registro de dupla maternidade ou paternidade. É somente em 2013, que a norma médica que regulamenta o funcionamento da prática no país faculta o acesso de casais de mulheres e homens aos procedimentos (CFM, 2013). As novas configurações familiares. As produções científicas têm apresentado que nas famílias recasadas a relação entre pais e filhos adolescentes manifestam mais conflitos referentes à disciplina e ao cumprimento de regras, havendo maior distanciamento entre mães-pais-filhos e menores práticas de supervisão (LEME, DEL PRETTE & COIMBRA, 2014). Em um contexto onde pais e mães são divorciados ou separados, um estudo confirmou que quando comparados, as mães tem maior envolvimento com seus filhos que a figura paterna, além de um maior convívio com as crianças. Verificou-se, ainda, que os pesquisadores tem demonstrado anseio pela investigação da experiência do pai adotivo e do padrasto. Três estudos evidenciaram a complexidade do processo de adoção legal e o empenho de tentar suprir a falta dos laços consanguíneos por intermédio da consolidação dos laços afetivos (VIEIRA et al. 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As produções científicas no país têm sido relativamente silenciosas, no referente à como esses casais constroem um projeto de parentalidade. O conhecimento acerca das diferentes configurações familiares ainda é escasso, desse modo, faz-se necessário intensificar estudos que objetivem ampliar o conceito de família, como também a definição de papéis de casa membro envolvido nesse contexto. O conhecimento precisa avançar no sentido de explorar as mais variadas temáticas sobre diversos olhares. Nesse sentido, a interlocução com diferentes áreas do conhecimento, como as ciências sociais, possibilita compreender mais detalhadamente sobre a temática. A antropologia, a título de exemplo, traz contribuições relevantes, tendo em vista que objetiva expandir o conceito de família e da noção de laços de parentesco, logo, podendo ser utilizados para esclarecer, de forma satisfatória, os tipos distintos de configurações familiares e de relações existentes na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Homoparentalidade; Família; Relações

REFERÊNCIAS: AMAZONAS, M. C. L. A, VERÍSSIMO, H. V. & LOURENÇO, G. O. A adoção de crianças por gays. *Psicologia & Sociedade*, 2013, 25, p. 631-641. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM. (2013). Resolução nº 2.013/2013. Brasília, DF: Autor. Acesso em 09 de abril, 2015, em http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2013_2013.pdf. GATO, J., FREITAS, D. & FONTAINE, A. M. Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. *Psicologia*, 2012, 26(1), p. 71-95. LEME, V. B., DEL PRETTE, Z. A. & COIMBRA, S. Práticas educativas parentais e habilidades sociais de adolescentes de diferentes configurações familiares. *Psico*, 2014, 44(4), p. 560-570. PERRONI, S. & COSTA, M. I. M. *Psicologia clínica e homoparentalidade: Desafios contemporâneos. Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder.*

Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.ROUDINESCO, E. A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. SANTOS, Y. G.S, SCORSOLINI-COMINB, F. & SANTOS, M. A. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2013, 26(3), p. 572-582.SIMÕES, F. I. W. & HASHIMOTO, F. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*, 1(2), 2012.TEIXEIRA, M. I. V. Discursos sobre a homoparentalidade no contexto da psicologia clínica e da saúde (Doctoral dissertation, [sn]), 2015.VIEIRA, M. L., BOSSARDI, C. N., GOMES, L. B., BOLZE, S. D. A., CREPALDI, M. A. & PICCININI, C. A. Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 2014.

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL EM GRUPOS DE TRABALHOS: UM ESTUDO DE CASO

Ana Alice Monteiro dos Santos Alencar; Gabrielly Rillary Pereira Mendes; Najara Escarião Agripino

INTRODUÇÃO: O estudo foi realizado em uma turma de curso Técnico em Administração de uma paraestatal localizada na cidade de Patos – PB. O estudo foi realizado com vistas a observar e analisar o comportamento de grupos de trabalho submetidos a um ambiente de estresse.

REFERENCIAL TEÓRICO: Inteligência Emocional pode ser definida como a capacidade de o indivíduo reconhecer e controlar suas próprias emoções, e assim, manter um equilíbrio entre os dois principais pilares: emocional e racional (GOLEMAN, 2007). No trabalho ela se torna de fundamental importância justamente por garantir que os indivíduos possam controlar suas emoções diante das situações de estresse impostas pelo ambiente organizacional. Segundo Bradberry e Greaves (2016), 58% do desempenho dos colaboradores em todos os tipos de funções são de responsabilidade da Inteligência Emocional. Assim, considerando que em grupos de trabalho são envolvidos indivíduos com diversas personalidades e especialidades que muitas vezes precisam desempenhar atividades interdependentes (ALBUQUERQUE e PUENTE-PALACIOS, 2004), a inteligência emocional funciona como ferramenta de auxílio na administração dessas relações e melhoria do desempenho dos envolvidos. A Inteligência Emocional pode ser definida por quatro premissas: Percepção das emoções: é a percepção dos sentimentos através do corpo. Usa-se o conhecimento em linguagem corporal para identificar as emoções de uma pessoa; No Uso das emoções: é quando se encaixa o equilíbrio entre o racional e o emocional usando um para complementar o outro; Entender emoções: é a habilidade de perceber emoções que poucas pessoas conseguem perceber e também perceber a variação dessas emoções; Controle da emoção: ou “capacidade de lidar com seus próprios sentimentos”. Exige o autoconhecimento, principalmente para lidar com as emoções negativas. Saber passar por uma transição de emoções (SALOVEY e MAYER, 1997 apud WOYCIEKOSKI e HUTZ, 2009).

OBJETIVO: Compreender a importância da inteligência emocional em grupos de trabalho.

MÉTODOS: A pesquisa é caracterizada como bibliográfica e descritiva. Para a coleta de dados, foram utilizadas as pesquisa-ação, quali/quantitativa e observatória. Para análise dos resultados foi utilizada a análise de conteúdo com grade fechada, utilizando como categorias de análise, as premissas que segundo Salovey e Mayer, constituem a Inteligência Emocional. O processo de coleta de dados foi realizado em três etapas. A pesquisa foi realizada com 25 alunos que possuíam faixa etária de 16 a 20 anos de idade, e cursavam o último período do curso Técnico em Administração, turno matutino. Na Etapa 1 da pesquisa, realizada no dia 30/09/2016, foi aplicado um questionário com 20 questões, tendo como objetivo medir o nível de inteligência emocional dos membros do grupo individualmente. Primeiramente, foi solicitado para os alunos responderem em uma folha de papel de forma subjetiva (sim ou não) se na opinião deles possuíam Inteligência Emocional. Em seguida aplicou-se o questionário. As Etapas 2 e 3 da pesquisa, foram realizadas dia 04/10/2016. A Etapa 2 consistia em promover um ambiente de estresse, sendo realizada uma prova surpresa e uma dinâmica. Primeiramente, esses alunos foram separados em 6 grupos divididos de acordo com os resultados do teste de Inteligência Emocional de cada um, de maneira que cada grupo tivesse um ou mais participantes com maior nível de Inteligência Emocional e outros que tivessem maior número de pessoas com baixos níveis de Inteligência Emocional. Os alunos foram avisados pela professora da turma e orientadora do trabalho, que seria aplicada uma prova surpresa valendo a média da disciplina, os alunos tinham apenas uma hora para respondê-la. Em um determinado momento da aplicação da

prova foi repassado por uma das pesquisadoras à orientadora que duas participantes estariam colando questões da prova (tudo sendo parte de uma encenação), as participantes 17 e 12 foram repreendidas na frente dos demais participantes, gerando assim, um clima tenso. Após a prova, foi solicitado aos grupos, construir os seguintes materiais: Um cubo de papel, medindo 5x5x5 cm; Um avião de papel de 50 cm; Uma bandeira de 7,5x12, 5 cm, com no mínimo 3 cores e um hexágono vermelho de 5 cm, apenas com os materiais a eles fornecidos. Nessa etapa do processo, foi utilizada a observação. A motivação seria uma pontuação extra para somar com a nota da prova anterior, para o grupo que realizasse as tarefas da maneira mais eficaz. O intuito seria observar como os membros de cada grupo reagiriam trabalhando em conjunto e com material escasso. Na Etapa 3, a pesquisa-ação, foi aplicada a dinâmica do nó, onde os participantes amarrados a uma caneta no centro de um círculo, deveriam encaixar juntos a caneta em uma garrafa posicionada no chão. Essa etapa teve como objetivo analisar como os participantes iriam realizar uma atividade em conjunto, após serem expostos a um ambiente de estresse. Nesse momento, os alunos foram avisados que participariam de uma pesquisa das estudantes. Os alunos estavam cientes sobre a participação da pesquisa apenas na etapa 1 e 3, o intuito de ocultar a pesquisa durante a realização de atividades de estresse, foi evitar que os alunos mudassem de comportamento e assim, não agissem de forma natural por saberem estar sendo observados e analisados e desse modo, dificultar a coleta por meio da observação, tendo em vista que os estudantes poderiam reprimir suas emoções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Etapa 1: Dos 25 participantes, 8 responderam “sim” para a pergunta inicial (Você considera que possui inteligência emocional?), e apresentaram no resultado do questionário “Alta Inteligência Emocional”. Apenas um dos participantes respondeu “não” para a pergunta inicial e o resultado do questionário deu “Média Inteligência Emocional”. Dois participantes responderam “sim” e apresentaram “Média Inteligência Emocional”. Para concluir, 14 participantes responderam “não” para a questão inicial e o resultado do questionário foi “Alta Inteligência Emocional”. Nessa etapa, alguns alunos apresentaram um pouco de impaciência e levantaram a voz por alegarem não estarem compreendendo as perguntas do questionário. Foram eles: participantes 2, 3, 9, 21, 24, 25, 16 e 13. Contudo, os participantes 2, 3, 9, 21, 24 e 25 alegaram não possuir Inteligência Emocional e os números 13 e 16 disseram possuir. Porém, segundo o questionário aplicado todos esses participantes citados possuíam uma alta Inteligência Emocional. Etapa 2: Alguns dos participantes se mostraram muito desconfortáveis com a aplicação da prova surpresa. Contudo, todos os membros dos grupos estavam colaborando com a atividade. Após as alunas serem repreendidas em sala de aula, notou-se uma tensão entre os grupos, com aumento de conversas e agitação corporal. Quando da aplicação da primeira dinâmica, o grupo que permaneceu com a maior parte dos membros equilibrados e focados na realização do trabalho, foi o grupo que conseguiu realizar a dinâmica com maior eficiência. Nos demais grupos, alguns alunos demonstraram impaciência e mesmo se recusaram a cooperar na realização da tarefa. Etapa 3: Cinco alunos, incluindo uma das alunas delatadas durante a prova, se recusaram a participar da pesquisa por impaciência e já estarem demasiado estressados. Ao início da atividade, a aluna delatada aceitou participar da dinâmica. Os alunos que participaram dessa atividade, embora demonstrando impaciência, colaboraram e trabalharam em conjunto. Assim, a atividade foi concluída com sucesso. Diante dos resultados apresentados, conclui-se que os testes objetivos e até os subjetivos nunca são 100%, podendo direcionar. O que irá de fato responder se as pessoas possuem ou não Inteligência Emocional, são as atitudes adotadas diante de algumas situações do cotidiano parecidas com as do ambiente de estresse que foi criado. Dentre os grupos apresentados, o grupo IV (participantes 14, 4, 25, 23 e 21) foi o que mais demonstrou ter pessoas com atitudes que indicam a baixa inteligência emocional. A cada minuto se podia observar a impaciência dos membros, xingamentos e gritos que aconteciam constantemente entre tais indivíduos pertencentes ao grupo. Alguns membros deste grupo recusaram-se a concluir as atividades e a participar da 3ª etapa. Devido a

esses acontecimentos, esse grupo teve um desempenho baixo, no quesito de eficiência e eficácia para a conclusão das atividades. Em contrapartida, a equipe que melhor se saiu foi a de número V (participantes 13, 11, 6, 7 e 18) que apesar do membro de número 13 apresentar estresse e falta de compromisso com o trabalho, os demais membros do grupo conseguiram apaziguar a situação e controlaram os ânimos do participante. Assim, durante a atividade, dos 22 alunos que tiveram como resultado do teste Alta Inteligência Emocional, oito deles demonstraram desequilíbrio emocional ao longo da pesquisa, desses, seis confirmaram não possuir Inteligência Emocional na pergunta subjetiva. Dos 14 alunos que responderam não possuir inteligência emocional, oito deles demonstraram equilíbrio durante os trabalhos. Dos 3 participantes com média Inteligência Emocional, todos apresentaram desequilíbrios em alguns momentos durante a pesquisa, assim, apenas 10 alunos se mantiveram equilibrados. As reações apresentadas durante a pesquisa foram, impaciência (demonstradas com reações corporais), gritos, discussões com colegas, abstenção, reclamações sobre as atividades realizadas e xingamentos aos colegas e as pesquisadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante dos dados obtidos, conclui-se que a Inteligência Emocional é uma ferramenta para a formação de melhores relacionamentos interpessoais. Um grupo é formado por várias formas diferentes de pensar e agir, assim, o bom uso e controle das emoções torna-se crucial para o desenvolvimento dos trabalhos e alcance de melhores resultados. Em ambientes em que se trabalha com grupos de pessoas é crucial a realização de testes, dinâmicas, aprimoramento e realização de métodos que auxiliem na edificação do equilíbrio emocional, a fim de contribuir para o melhor desempenho dos trabalhos.

PALAVRAS-CHAVE: inteligência emocional; grupos de trabalho; desempenho.

REFERÊNCIAS: ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; PUENTE-PALACIOS, Katia Elizabeth. Grupos e Equipes de Trabalho nas Organizações. In: ZANELLI, José Carlos (Org.); BORGESANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004. BRADBERRY, Travis; GREAVES, Jean. Inteligência Emocional 2.0: você sabe usar a sua?. São Paulo: HSM Editora, 2016. 240p. GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 383 p. WOYCIEKOSKI, Carla; HUTZ, Cláudio Simon. Inteligência emocional: teoria, pesquisa, medida, aplicações e controvérsias. *Psicol. Reflex. Crit.* v. 22 n. 1 Porto Alegre, 2009.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE UMA REDE DE LOJAS DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS NA CIDADE DE PATOS-PB

Elyda Custódio de Oliveira Cavalcante; Lígia Maria de Medeiros Leite; Ana Alice Monteiro dos Santos Alencar; Najara Escarião Agripino

INTRODUÇÃO: O atual mercado globalizado, o acesso à informação, e os incentivos aos novos empreendimentos, contribuíram para o aumento da concorrência entre as empresas, e principalmente para que o consumidor ficasse cada vez mais exigente. Nesse sentido, as empresas se viram com a necessidade cada vez maior de aperfeiçoarem seus fatores positivos para se manterem competitivas no mercado. Nesse interim, os recursos humanos tornam-se fator determinante em qualquer organização, pois fazem parte dos ativos da empresa. O maior desafio relativo à gestão de pessoas hoje, tem sido conquistar o comprometimento, atrair e manter pessoas talentosas na organização. No entanto, as organizações enfrentam dificuldades para desenvolver seu ambiente interno e externo. Diante desse cenário, algumas organizações estão utilizando programas para o desenvolvimento de seus líderes, com propósito de motivar, influenciar e desenvolver novas pessoas para um novo modelo de organização.

REFERENCIAL TEÓRICO: De acordo com o dicionário Aurélio (2010), desenvolvimento significa ato ou efeito de desenvolver (-se), crescimento, progresso. E liderança, dirigir na condição de líder, ser o primeiro em. Para que a organização consiga o seu desenvolvimento é necessário que todos participem do processo de crescimento da empresa, sendo fundamental que os funcionários estejam incluídos nesse processo e também que os colaboradores estejam incorporados nesse desenvolvimento, pois eles são a “alma” do negócio, e é a partir deles que devem surgir ideias, sugestões, melhorias e críticas para que se obtenha qualidade. O líder tem como função incentivar e influenciar os colaboradores na organização para que eles possam lutar pelo sucesso do processo de desenvolvimento (TORTORETTE, 2010). O líder deve alinhar todos os objetivos e metas de uma organização mantendo o grupo sempre encorajado a continuar e a ter um resultado de sucesso e que atenda às necessidades da organização. Os programas de formação de líderes têm como objetivo qualificar e desenvolver líderes com competência para obter resultados, sendo eles: a aprendizagem contínua em vendas; liderança treinadora; administração do tempo; expansão de conhecimento; gestão de indicadores e resultados; e liderança de mudanças, inovação e criatividade. Os programas de desenvolvimento de lideranças são utilizados com visão futura para os funcionários da corporação, sendo seu principal objetivo identificar e desenvolver competências (MORAIS, 2015).

OBJETIVO: Identificar quais os programas de desenvolvimento de lideranças utilizados por uma loja de uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos de médio porte no município de Patos – PB e sua efetividade.

MÉTODOS: A fim de atingir aos objetivos do estudo, foram escolhidos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e descritiva. Como métodos de coleta de dados, a pesquisa se caracteriza como estudo de caso com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado em uma loja de médio porte pertencente a uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos no município de Patos – PB, onde foi aplicada uma entrevista com a gerente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Segundo a entrevistada, a empresa utiliza como programa de desenvolvimento de lideranças o programa Inove ou Líder Inovador. O programa é uma forma de capacitação com duração média de seis meses e se desenvolve em quatro ou seis etapas. Funciona promovendo conhecimento principalmente para as pessoas que trabalham com vendas. Segundo a

gerente, o programa não só desenvolve para a área de vendas, mas também desenvolve toda a parte administrativa, tanto a questão jurídica, fiscal, caixa interno, e tem todo desenvolvimento na área de atendimento ao cliente e gestão dos recursos humanos. Tudo isso se aprende no projeto. Quando conclui, o profissional sai formado para atuar em qualquer outra área. Todos os colaboradores recebem treinamento, mas os colaboradores que participam do programa Inove, são os colaboradores que a empresa pretende promover à gerência. Assim eles atuam seis meses como subgerente e nesse período se submetem ao desenvolvimento. Os que obtiverem a melhor atuação são promovidos à gerência e os demais voltam para os seus antigos cargos. Segundo a gerente, todos os recursos gastos com a qualificação dos profissionais são convertidos na melhoria dos resultados da empresa. Dentre as melhorias advindas com o desenvolvimento, foram citadas a melhoria na qualidade e quantidade das vendas, e a possibilidade de crescimento profissional para todos os trabalhadores independente do cargo que ocupam desde que demonstrem interesse em crescer na empresa. Além disso, segundo a gerente, os funcionários ficaram mais motivados para atingir suas metas e objetivos, o que resulta em impactos positivos diretos para a empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Foi concluído que a organização procura desenvolver os funcionários para melhorar sua eficiência e eficácia dentro da organização, sendo utilizado o programa Inove para o desenvolvimento de lideranças, por meio de um processo que é chamado de ponte. Através do programa, colaboradores de diversos cargos podem passar por um processo de desenvolvimento para ocupar cargos de gerência na empresa, com tanto que demonstrem potencial para assumir cargos complexos. Através do programa a empresa tem obtido bons resultados, como aumento da motivação, comprometimento e melhoria qualitativa e quantitativa das vendas.

PALAVRAS-CHAVE: programas; desenvolvimento; lideranças.

REFERÊNCIAS: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. MORAIS, Gisele. Treinamento e desenvolvimento: uma vantagem competitiva. RHPortal: 2015. Disponível em: <<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/treinamento-e-desenvolvimento-uma-vantagem-competitiva/>>. Acesso em: 10 mar 2016. TORTORETTE, Maiara. A importância do líder para o desenvolvimento das organizações. Catho: 2010. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/gestao-rh/lideranca/a-importancia-do-lider-para-o-desenvolvimento-das-organizacoes/>>. Acesso em: 10 mar 2016.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PRODUTIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA PERTENCENTE A UMA REDE DE LOJAS DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS NA CIDADE DE PATOS – PB

Gabriel Nikolas Pereira Mendes; Fernando Henrique Medeiros Santos; Ana Alice Monteiro dos Santos Alencar; Gabrielly Rillary Pereira Mendes; Najara Escarião Agripino

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, com a valorização de pessoal e acirramento da competitividade, os recursos humanos das organizações ganharam destaque como fator chave no diferencial competitivo das empresas. Por essa razão, temas como produtividade, desenvolvimento de pessoas e motivação no trabalho passaram a fazer parte do planejamento estratégico das organizações. Investir no desenvolvimento pessoal é fundamental para que se chegue mais facilmente ao êxito econômico, pois o desenvolvimento dos colaboradores possui impacto direto na produtividade da empresa. No entanto, é necessário que alinhado a implementação dos programas de desenvolvimento pessoal, a empresa promova uma reestruturação no seu ambiente interno, a fim de proporcionar melhor aproveitamento do seu investimento. Se as empresas programam o desenvolvimento pessoal nos seus colaboradores e não mudam o cenário para o melhor aproveitamento no trabalho, pode causar insatisfação, cansaço, atitudes indesejáveis podendo então causar a evasão dos colaboradores, perdendo então, seu capital intelectual para os concorrentes (CAMÕES, PANTOJA e BERGUE, 2010).

REFERENCIAL TEÓRICO: As mudanças organizacionais ocorridas no século XXI, influenciaram não só na área da tecnologia, como também no modo de lidar e agir no ambiente organizacional, exigindo dos profissionais, o aprendizado constante. Segundo Chiavenato (2009), o desenvolvimento pessoal é um processo gradativo, dispondo assim liberdade ao colaborador que está sendo desenvolvido, conseguir futuramente ocupar cargos complexos e bem mais elevados do que era proposto ao mesmo antes do desenvolvimento. Esse processo ocasiona benefícios tanto para o colaborador que está agregando conhecimento, maturidade na área exercida, como benefícios para a organização que está direcionando seus investimentos na expectativa de um retorno lucrativo futuro. Com respeito à relação entre o desenvolvimento pessoal e a produtividade da empresa, Reichel (2008) afirma que a educação continuada implementada nas empresas pode obter grandes resultados na produtividade da organização, tendo em vista que o aprimoramento dos indivíduos pode contribuir com a descoberta e até mesmo aprimoramento de talentos nas organizações. Além disso, o profissional que se sente valorizado pela empresa, sentirá reflexos em sua autoestima e satisfação com o trabalho, o que também contribui com a melhoria da qualidade de vida no ambiente organizacional e consequentemente melhoria no desempenho do colaborador.

OBJETIVO: Compreender como os programas de desenvolvimento de pessoas utilizados por uma loja pertencente a uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos na cidade de Patos – PB contribuiu para o aumento da sua produtividade.

MÉTODOS: O estudo utilizou como métodos, as pesquisas bibliográfica, descritiva e estudo de caso. Quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. Como método de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. O estudo foi realizado em uma loja que faz parte de uma rede de grande porte, que se destaca no mercado de venda de móveis e eletrodomésticos nacionais, localizada no município de Patos – PB. A empresa foi escolhida por ser uma das poucas empresas na cidade que utilizam o desenvolvimento de pessoas. A entrevista foi realizada com a gerente da loja e gravada com sua autorização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Os resultados apontaram que a empresa utiliza dois programas voltados ao desenvolvimento de pessoas, o Woli e o Líder Inovador. O Woli (Washington Instituto de Aprendizagem online) trata-se de uma marca especializada em oferecer cursos de aprimoramento da carreira profissional. Segundo a gerente da loja, os cursos aprimoram seus colaboradores não apenas para atuar na empresa, mas para o mercado de trabalho. Já o Líder Inovador é um programa de desenvolvimento de lideranças, onde os melhores colaboradores, têm a oportunidade de receber promoções na empresa. Assim, quando o colaborador tem potencial para assumir o cargo de gerência na empresa, ele é submetido ao programa, onde passará cerca de seis meses no cargo de subgerente recebendo o treinamento que consiste em desenvolvê-lo para conhecer os diversos setores da empresa. Ao fim desse processo, os colaboradores que atenderem as expectativas da empresa serão promovidos ao cargo de gerente e aqueles que não obtiveram o desenvolvimento desejado, retornarão aos cargos anteriores. Quanto a produtividade, a gerente proferiu que os colaboradores se sentiam mais dispostos a exercer sua função, havendo assim boas vendas. Segundo a gerente “quando o vendedor é desenvolvido ele consegue atingir a meta mais facilmente”. Além disso, segundo ela, é perceptível a melhoria na qualidade do atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O desenvolvimento de pessoas contribui na produtividade da empresa, pois abrange desde o comportamento dentro da empresa, como melhor desempenho e compromisso, até o atendimento ao cliente. Conclui-se então, que há uma dependência do desenvolvimento para a melhoria da produtividade. É a partir do desenvolvimento que o colaborador aperfeiçoa sua maneira de atender aos clientes e forma de enxergar a empresa, sendo mais leal e comprometido com as metas da organização.

PALAVRAS-CHAVE: produtividade; programas; desenvolvimento de pessoas; colaborador.

REFERÊNCIAS: CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; PANTOJA, Maria Júlia; BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de Pessoas: Bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010. 346 p. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 506 p. REICHEL, Harduin. Treinamento e Desenvolvimento. Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2008. 196 p.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NO FORTALECIMENTO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Adriano Dos Santos Silva; Evelyn Caroline Vilvock Lima; Fabricya de Almeida Diogenes, Hilana Raysla Maia Nunes; Raffaella Canini

INTRODUÇÃO: O presente resumo é parte de uma pesquisa em andamento e pretende mostrar os limites e as possibilidades do Acolhimento Institucional no fortalecimento à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. O Acolhimento Institucional é uma medida especial de alta complexidade, utilizada em última instância, quando esgotadas todas as possibilidades da criança e do adolescente permanecer na sua família de origem. Ressalta-se, que o processo de institucionalização foi algo presente ao longo da história brasileira, uma prática repressiva e punitiva, principalmente no que tange às crianças oriundas de famílias pobres e sem condições de cuidar dos próprios filhos. No entanto, novos dispositivos constitucionais relativos à infância e à adolescência se estabelecem no Brasil após a Constituição de 1988, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais recentemente, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o qual afirma a importância da convivência familiar e de um trabalho com a família e origem.

REFERENCIALTEÓRICO: A partir da promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, Lei nº 8069/1990), há no Brasil uma mudança no trato à questão da criança e do adolescente por serem considerados sujeitos de direito e pessoas em desenvolvimento. Ressalta-se que o art. 4º do ECA sinaliza que: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Deste modo, apesar do Acolhimento Institucional ser uma medida inserida dentro do sistema de proteção especial para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, o afastamento da família deve ser considerado transitório tendo como objetivo a efetivação de diversos direitos e principalmente o direito à Convivência Familiar e Comunitária. Assim, torna-se prioridade um trabalho voltado para a preservação dos vínculos familiares e comunitários e a promoção da reintegração à família de origem. A partir dessa mudança de paradigma e com o apoio legal da Constituição Federal de 1988 e do ECA, o encaminhamento das crianças e adolescentes aos serviços de acolhimento é somente em última instância e de forma provisória, quando se esgotam todas as possibilidades com a família de origem ou extensa e somente nas situações de grave risco à integridade física e psicológica, ou seja, a falta de recursos materiais não se constituem motivos de afastamento familiar. Portanto, conforme sinaliza Rizzini (2007): A proteção de crianças e adolescentes, cujos direitos foram violados ou que se encontram em situação de “risco”, é um direito que não se contrapõe à eventual necessidade de acolhimento institucional e mostra que é possível ter como meta a vida em família (p.88). Essas mudanças vieram acompanhadas de outras determinações Legais como a elaboração do Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (2006), a Lei 12.010/09 (Lei da Adoção) e a regulação da Política de Assistência Social (SUAS), constituindo avanço no processo de proteção e cuidado infanto-juvenil nas Instituições de Acolhimentos, antes consideradas um serviço de caráter punitivo e corretivo. Desse modo, gradativamente vem se transformando a história dessas instituições e o marco de violência e abandono que acompanharam a situação da infância mais pobres do Brasil.

OBJETIVO: Analisar os limites e as possibilidades das Instituições de Acolhimento no fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária.

MÉTODOS: A pesquisa realizada é bibliográfica, de cunho crítico e analítico, permitindo através da visão da realidade social, analisar o Acolhimento Institucional para além de simples fatos descritivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O estudo em andamento mostra que o debate sobre a Convivência Familiar e Comunitária se tornou necessário quando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou, em 2003, um levantamento sobre as crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional evidenciando a existência de 20 mil crianças e adolescentes nas 558 instituições pesquisadas em todo o Brasil. A maioria estava com vínculo familiar, mas com pouco contato e visita das famílias de origens. A mesma pesquisa foi realizada no município de João Pessoa em 2005 e foi constatada a mesma situação. A partir disso, esforços e planos foram construídos para mudar a realidade dessas crianças e adolescentes, no entanto, ainda existem limitações dificuldades das Instituições de Acolhimento em realizar um trabalho efetivo para fortalecer a Convivência Familiar e Comunitária, além da quase inexistência de um trabalho com as famílias de origem e da precariedade da intervenção do Estado, isto é, a falta de políticas públicas que possam proteger a família e garantir direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Apesar dos avanços Legais conquistados ao longo da história, como a promulgação do ECA, o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, a regulação da política de Assistência Social, entre outros, ainda existe uma fragilidades das Instituições de Acolhimento no que tange ao fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária. As ações realizadas pelas equipes são paliativas, fragmentadas e sem planejamento, necessitando de uma intervenção mais direcionada, tendo como aliado o Estado. Essa situação se deve principalmente à fragilidade das Políticas Públicas e das condições precárias de trabalho dos profissionais envolvido: baixos salários, ausência de equipamento e transporte, pouca acessibilidade à rede de serviços. Portanto, ainda existe um longo caminho para que a Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional seja concretizada.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento Institucional, Crianças e Adolescentes, Convivência Familiar e Comunitária, Proteção.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006. CANINI, Raffaella. A Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: Limites e desafios da atuação do/a Assistente Social. João Pessoa: UFPB/PPGSS, 2013. (Dissertação de Mestrado). GULASSA, M. L. C. R. (Org.). Novos rumos do acolhimento institucional. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: Levantamento Nacional de Abrigos para Criança e Adolescentes da Rede Sac. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO CESSAR O USO DE SUBSTÂNCIAS: UM ESTUDO COM USUÁRIOS DO CAPS-AD

Larissa Almeida de Araújo Silva; Taiane Regina Pereira Cabral; Paula Santos de Souza

INTRODUÇÃO: Tendo em vista que o uso e abuso de álcool e outras drogas pode acarretar prejuízos físicos, psicológicos e sociais, faz-se necessário avaliar como os usuários destas substâncias percebem o controle dos acontecimentos de sua vida, ou seja, se interno ou externo a ele. O comportamento de cessar o uso destas substâncias é influenciado por diversos fatores e conhecê-los propiciará o desenvolvimento de intervenções que auxiliem sua reintegração ao convívio social, familiar e profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO: Segundo Almeida e Pereira (2006), as percepções dos sujeitos em relação ao controle que podem desempenhar sobre o seu comportamento e sobre o seu estado de saúde em particular são consideradas como um dos mais importantes fatores das suas atitudes relativas à saúde, onde lhes permite ir a busca de informações, tomar decisões, realizar escolhas e implementar comportamentos relativos à saúde. Neste sentido, para entender o quanto um indivíduo tem intenção de parar de utilizar álcool e outras drogas vai depender do quanto ele se percebe no controle desta ação, das consequências positivas e negativas desta ação e das opiniões das pessoas importantes para ele a respeito desta ação. Uma teoria utilizada para esta investigação é a Teoria da Ação Planejada, na qual leva em consideração as crenças do sujeito sobre o seu ato, as pessoas que são importantes para ele e o quanto ele se percebe no controle (AJZEN e FISHBEIN, 1980).

Atualmente, tem sido mais frequente o interesse pelo papel de determinadas variáveis de personalidade no comportamento relativo a saúde e suas enfermidades, dentre as quais, o *locus* de controle tem adquirido uma atenção especial (RIBEIRO, 1994). Neste sentido, sugere-se que no que diz respeito à percepção de controle dos eventos da vida, os indivíduos podem ser classificados em internos ou externos (COHEN & AZAIZA, 2007; ROTTER, 1975). Desse modo, é mais frequente a pessoas internalizantes adotar a responsabilidade dos episódios vivenciados em sua vida, enquanto que atribuir suas experiências vividas ao acaso, ao destino ou ao mundo externo de maneira geral é frequente em pessoas externalizantes, o que pode afetar seus comportamentos de saúde (RODRÍGUEZ-ROSETO ET AL, 2002).

OBJETIVO: Avaliar a intenção comportamental e percepção de controle de cessar o uso de álcool e outras drogas.

MÉTODOS: A pesquisa será realizada no CAPS- AD, do Município de Patos, no interior da Paraíba. Tal estudo se caracteriza por ser de natureza qualitativa e quantitativa descritiva exploratória transversal. A amostra se caracterizará por ser não-probabilística de conveniência. Assim, participarão da primeira etapa da pesquisa (entrevista) 15 usuários de álcool e outras drogas. Após análise das entrevistas e elaboração de um questionário quantitativo, participará da segunda etapa da pesquisa um mínimo de 30 sujeitos. *Entrevista Estruturada:* questões relacionadas às opiniões dos usuários quanto às vantagens e desvantagens de cessar o uso de álcool ou outras drogas. *Escala Multidimensional de Locus de Controle de Levenson:* se propõe a avaliar o grau em que o sujeito sente ter controle sobre o que acontece em sua vida. *Escala de Intenção de Parar o Uso de Álcool e outras Drogas:* Instrumento será construído a partir das análises da entrevista, constituído por itens que avaliem a intenção comportamental dos usuários de álcool e outras drogas de cessar o seu uso, com afirmativas que abrangam as três dimensões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:Foi executada a primeira etapa da proposta de pesquisa, referente à avaliação das crenças comportamentais acerca do cessar o uso de álcool e outras drogas. A partir de uma entrevista estruturada, teve-se como resultado que, para os usuários do serviço do CAPS-Ad, algumas vantagens de cessar o uso de drogas é a melhora da convivência com a família e a melhoria da saúde, como pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1. Crenças Comportamentais Modais Salientes relativas às vantagens de cessar o uso de álcool e outras drogas

Item	Crenças modais salientes ¹	f
1	Melhorará a convivência com a família	08
2	Melhorará a saúde	07
3	Facilitará com que eu volte a trabalhar	06
4	Influenciará ter uma vida melhor	07
5	Fará com que eu seja mais respeitado	05

Estes resultados indicam a importância da família como fator de proteção para o tratamento de usuários de álcool e outras drogas. Quando se percebe que o usuário ou ex-usuário põe sua família com um dos principais motivos para o mesmo cessar o uso de substâncias, levanta-se a importância a ser dada a estas pessoas que o circundam, seja a partir da escuta, de dinâmicas de grupo ou oficinas. Como afirmam Braun, Dellazanna-Zanon e Halpern (2014), a garantia de um espaço reservado para todos conversarem sobre a dependência química pode trazer mudanças consideráveis. Demonstrar interesse em melhorar a convivência com a família e a mesma compreendendo a situação e expressando acolhimento podem ser ingredientes-chave para o tratamento do usuário.No que se refere às desvantagens, a maioria afirmou que não havia, mas também citou a diminuição do sentimento de tranquilidade e prazer que o álcool e outras drogas proporcionam, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2. Crenças Comportamentais Modais Salientes relativas às desvantagens de cessar o uso de álcool e outras drogas

Item	Crenças modais salientes ¹	f
1	Não me deixará calmo	05
2	Não sentirei prazer	04
3	Perderei a diversão	03
4	Sentirei mal estar	02

Estes resultados apontam para algo que aflige os usuários ou pessoas em tratamento de dependência de álcool e outras drogas. Devido ao fato de que, na maioria das vezes, o momento de consumo destas substâncias vem atrelado ao prazer, à tranquilidade e satisfação, seja pelas alterações psicológicas das mesmas ou pelas questões sociais, tais como a convivência com os amigos. Como relatam Carvalho, Liotti e Lenzi (2015), esta é uma variável importante a ser considerada, pois, apesar da importância da mudança de hábitos para o tratamento, nem sempre é tão fácil para o usuário, pois terá que abdicar de seus ciclos de amizade e de lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:Espera-se, ao final do presente estudo, com o prosseguimento da segunda etapa da pesquisa, conseguir compreender as variáveis que influenciam o comportamento de cessar o uso de álcool e outras drogas. Avaliar as crenças acerca das consequências de parar de utilizar drogas, as pessoas que, para o indivíduo seriam favoráveis a esta decisão, o quanto o indivíduo se

percebe no controle para esta ação, bem como sua percepção de controle de comportamentos de saúde na sua vida pode favorecer o desenvolvimento de práticas psicológicas que enfatizem o empoderamento do indivíduo e a importância de pessoas próximas durante este processo.

PALAVRAS-CHAVE: álcool e outras drogas, locus de controle, cessar.

REFERÊNCIAS:ALMEIDA, J. Paulo; PEREIRA, Maria da Graça. Locus de controle na saúde: conceito e validação duma escala em adolescentes com diabetes tipo I. Ver. Psicologia, saúde e doenças, v. 7, n. 2, p. 221-238, 2006.AJZEN, Icek; FISHBEIN, Martin. Understanding attitudes and predicting social behaviour. 1980.COHEN, Miri; AZAIZA, Faisal. Health-promoting behaviors and health locus of control from a multicultural perspective. Ethnicity and Disease, v. 17, n. 4, p. 636, 2007.BRAUN, Lori Maria; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; HALPERN, Silvia C.. A família do usuário de drogas no CAPS: um relato de experiência. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 122-144, dez. 2014 . CARVALHO, João Emilio da Silva; LIOTTI, Daynara Bublitz Milanez; LENZI, Maria Celina Ribeiro. Caps AD e Alcoólicos anônimos: o processo de tratamento sob ponde vista dos usuários. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 7, n. 16, p.41-61, 2015.

ANÁLISE DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PROCESSO DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Aline Rayanne de Sousa Campos; Geisa Kelly Alexandre Soares; Luana Andreia de Medeiros;
Carmen Silva Alves

INTRODUÇÃO: O estudo acerca do tema, parte das indagações levantadas sobre as relações homoafetivas e as problemáticas enfrentadas durante o processo de adoção. Neste processo emergem fatores que dificultam seu desenvolvimento, tais como o preconceito e a discriminação instaurados na sociedade que polemiza a construção de famílias por casais do mesmo sexo. Acredita-se que os vários obstáculos que os casais homoafetivos passam perante a lei, estejam relacionados a esses fatores, que atingem a identidade e a dignidade desta minoria.

REFERENCIAL TEÓRICO: A adoção é um ato de amor ao próximo que permite pessoas que não podem ter filhos a oportunidade de constituírem uma família. Cabe ao Estado, através do meio jurídico garantir os mesmos direitos de um filho biológico a um adotado, conforme preceitua o art. 226 § 6º, da Constituição da República que veda qualquer tipo de discriminação a respeito de filiação. Para Maria Berenice a adoção é “um ato jurídico em sentido estrito, cuja eficácia está condicionada a chancela judicial. Cria um vínculo fictício de paternidade-maternidade e filiação entre pessoas estranhas, análogo que resulta da filiação biológica” (DIAS, 2009, p.434). A adoção é uma forma de garantir um ambiente, onde o desenvolvimento do adotado possa ser garantido através de carinho, respeito, educação, saúde e segurança da pessoa. No art.43 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a adoção só é permitida quando observado reais vantagens para o adotado e fundar-se em motivos legítimos. O processo de adoção homoafetiva se encontra adornado de preconceitos, mitos e inverdades criados através de pessoas que possuem posições contrárias ao restante da sociedade, levando muitos a crença de que o adotado pode ser "influenciado" em sua identificação sexual e, vir a ser alvo de repúdio por colegas e vizinhos acarretando perturbações psicológicas e problemas de inserção social, pensamento que foi desmistificado pela autora Maria Berenice Dias, na obra *Adoção Homoafetiva*, com a afirmação de que: [...] As evidências trazidas pelas pesquisas não permitem vislumbrar a possibilidade de ocorrência de distúrbios ou desvios de conduta pelo fato de alguém ter dois pais ou duas mães. Não foram constatados quaisquer efeitos danosos ao normal desenvolvimento ou à estabilidade emocional decorrentes do convívio de crianças com pais do mesmo sexo. Também não há registro de dano sequer potencial ou risco ao sadio estabelecimento dos vínculos afetivos. Igualmente nada comprova que a falta do modelo heterossexual acarreta perda de referenciais a tornar confusa a identidade de gênero. Diante de tais resultados, não há como prevalecer o mito de que a homossexualidade dos genitores gere patologias nos filhos (DIAS, 2004, p.01). O tema em pauta despertar no meio jurídico e social a necessidade de ser levado a debate, porém, ainda engatinha em termos de decisões jurisprudenciais, as quais podem esbarrar em tabus religiosos e muitos preconceitos. Segundo Dias (2010), tais situações, ao desaguiarem no judiciário, muitas vezes se confrontam com a ideologia conservadora do juiz, que hesita em identificar a melhor solução, deixando de atentar no prevalente interesse da/o criança e/ou adolescente, o que leva aos envolvidos ao caminho da invisibilidade, perpetuando-se a negação dos direitos e revelando um nítido caráter punitivo. Dias (2010) ressalta que a dificuldade em diferir adoções, exclusivamente pela orientação sexual ou identidade de gênero dos pretendentes, acaba impedindo que expressivo número de crianças/adolescentes sejam subtraídas da marginalidade. Essas situações sinalizam a necessidade de rever valores e abrir espaços para novas discussões acerca da possibilidade real para garantia da adoção homoafetiva.

OBJETIVO: Analisar os obstáculos enfrentados no processo de adoção por casais homoafetivos dentro do contexto social e jurídico.

MÉTODOS: A análise apresentada propõe a revisão de literatura para o aporte teórico e crítico acerca das dificuldades enfrentadas no processo de adoção por casais homoafetivos. Nesse sentido o texto foi construído a partir do levantamento de material bibliográfico já publicado, composto por artigos e legislações, livros e material disponibilizado na internet correspondente a temática estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Observou-se diante do levantamento bibliográfico, que a adoção homoafetiva provoca impactos na sociedade, devido à falta de conhecimento e tabus que não foram quebrados em relação ao tema, pois temos uma sociedade cercada pelo conservadorismo e aspectos culturais que repudiam as novas formações de famílias. Além disso, a discussão permitiu desconstruir preconceitos por que os estudos analisados não indicaram inconveniências em relação a crianças adotadas por casais homoafetivos, importando apenas a qualidade de vínculo e de afeto no ambiente familiar em que serão incluídos, prevalecendo sempre o melhor interesse da criança. Diante disso, a relevância do estudo é proporcionar maior conhecimento humano e científico sobre a formação da família homoafetiva que pouco a pouco vem ganhando espaço através de suas lutas por direitos e conquistas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Perante o contexto referente à inquietude gerada pelo tema de adoção por casais do mesmo sexo e as dificuldades que eles enfrentam, tentamos esclarecer a ideia e quebrar alguns paradigmas postos pela sociedade, a qual acredita que apenas a família tradicional oferecem vantagens no processo adotivo. Percebe-se que esses fatores indiretamente, dificultam a adoção por uma nova família constituída na sociedade como homoafetiva. Portanto, defender a adoção homoafetiva é excessivamente importante, pois assim é possível minimizar os altos índices de crianças e adolescentes abandonados e marginalizados que vivem a mercê da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção; Homoafetividade; Criança; Adolescente; Família.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. DIAS, Maria Berenice. Adoção Homoafetiva. Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6_-_ado%E7%E3o_homoafetiva.pdf. Acesso em: 12 abr. 2016. SANTOS, Renata Cristina Soares da Silva. Adoção por pares homoafetivos: uma nova concepção acerca da família. / Renata Cristina Soares da Silva Santos. – Patos - PB, 2013. Monografia (Curso – Bacharelado em Direito) - orientadora: Prof. Ms. Maria do Socorro Nóbrega Lopes. SILVA, Enézio de Deus. Nova Lei da Adoção e Homoafetividade, 2009.

A AVALIAÇÃO DA GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE PESQUISA

Hérika Andreza Arruda; Mirelly Martins de Sousa; Guilherme Silva Sousa; Maria das Neves
Cavalcante; Antônia Gomes Furtado

INTRODUÇÃO: O presente trabalho apresenta e discute o projeto “Estudo com análise e avaliação específica dos serviços e programas desenvolvimentos no Estado da Paraíba para garantir o direito a convivência familiar e comunitária de crianças, adolescentes nos programas de acolhimento institucional e familiar”. O projeto está sendo executado por docentes e discentes do Curso de Serviço Social em parceria com O Setor de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes (GEPAC/UFPB). O projeto parte do pressuposto de que a Convivência Familiar e Comunitária é direito de todas as crianças e adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO: A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu uma série de direitos às crianças e aos adolescentes, e pode ser considerado um marco no que tange à Proteção Social dos mesmos, esses direitos foram respaldados pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227 ao estabelecer que: É dever da Família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998). A família, com suas diferenças e especificidades é o lugar privilegiado de proteção, onde a criança e ao adolescente constroem suas primeiras impressões, vínculos afetivos e vivenciam conflitos, sendo então o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Nesse sentido o ECA coloca que “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família” (art. 19 do ECA), essas legislações dão significado ao direito à Convivência Familiar e Comunitária, e enquanto tal, deve ser assegurado. Rizzini entende a convivência familiar como: [...] a possibilidade de a criança permanecer no meio a que pertence. De preferência junto à sua família, ou seja, seus pais e/ou outros familiares. Ou, caso isso não seja possível, em outra família que a possa acolher. Assim, para os casos em que há necessidade das crianças serem afastadas provisoriamente de seu meio, qualquer que seja a forma de acolhimento possível, deve ser priorizada a reintegração ou reinserção familiar – mesmo que este acolhimento tenha que ser institucional (RIZZINI *et al* 2007, p.22). Ao decorrer dos anos e com as reconfigurações nos espaços públicos, transformações no contexto econômico e social, bem como as mudanças ocorridas devido às especificidades no capitalismo que afetam o mundo do trabalho e assim chegando a família, gerando desigualdade, exclusão, desemprego, miséria entre outras expressões da “questão social” dentro do contexto familiar, ocorre a necessidade por parte do Estado garantir proteção social às famílias. A legislação estabelece ainda que, quando necessário, e em casos de excepcionalidade as crianças e adolescentes, como forma de proteção, devem ser acolhidos, para tanto, na Política de Assistência Social, em sua Proteção de Alta Complexidade, normatiza e executa os Programas de Acolhimento Institucional ou Familiar. A discussão e análise em torno da garantia desse direito, é de suma importância para o fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes que estão ou passaram pelo Acolhimento, com o intuito de que esse caráter provisório e excepcional seja realmente respeitado.

OBJETIVO: O Projeto ora discutido visa: Avaliar os serviços, programas e projetos desenvolvidos no Estado da Paraíba para garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças, adolescentes nos Programas de Acolhimento Institucional e Familiar.

MÉTODOS: A pesquisa realizará um estudo exploratório, através de uma pesquisa qualitativa, nas trinta e três Intuições de Acolhimento no Estado da Paraíba. Os sujeitos pesquisados serão as famílias das crianças e adolescentes que estão e passaram pelas Instituições, os Gestores e os Assistentes Sociais que atuam na defesa do direito à Convivência Familiar e Comunitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Espera-se que os processos e os produtos gerados a partir deste projeto tenham impacto de imediato, em todo o Sistema de Garantia de Direitos do Estado da Paraíba, como o fortalecimento das redes estadual e municipais de enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes, com ações contínuas e incisivas com vistas a reverter o quadro crescente de violências contra crianças e adolescentes e outras formas de violações de direitos infanto-juvenis e familiares que vem se afigurando no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Levando-se em conta o que foi mencionado, é perceptível que a família é indispensável para a garantia do desenvolvimento da criança e do adolescente, pois esta desempenha um papel fundamental. Dessa forma, os programas e serviços de acolhimento, se bem estruturados, vão dar o suporte que estas necessitam, bem como, possibilitar o acesso as condições para a garantia dos direitos da criança e do adolescente, inclusive o direito à convivência familiar e comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente, Criança, Convivência Familiar e Comunitária, Proteção Social.

REFERÊNCIAS: BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de Outubro de 1988. Brasília, DF, 5 Out.1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 30.09.16. _____, Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Acessória de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2010. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene, BAPTISTA, Rachel (coord.). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. – 2 ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROJETO DE LEI 55 SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Aline Rayanne de Sousa Campos; Geisa Kelly Alexandre Soares; Luana Andreia de Medeiros; Jaciara dos Santos Silva

INTRODUÇÃO: A análise ora apresentada busca explicar os reais impactos da aprovação do Projeto de Lei 55 (anterior PEC 241) ou PEC do Teto de Gastos, no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta proposta tem como principal colocação o congelamento dos gastos públicos, um limite das despesas com saúde, educação, e previdência social pelas próximas duas décadas, além de representar modificação na Constituição Federal, na qual a saúde foi definida como direito universal.

REFERENCIAL TEÓRICO: Por meio de lutas e reivindicações ocorridas nos anos 1980 que diversos segmentos sociais principalmente profissionais da área da saúde, movimentos populares e a classe trabalhadora protestaram por melhores condições de atendimento a saúde e um sistema que garantisse o acesso a todos os cidadãos. Bravo (2009) ressalta que em 1986, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), cujo lema era Saúde e Democracia, considerada um marco para a Reforma Sanitária Brasileira por estabelecer as bases de elaboração do Sistema Único de Saúde (SUS) o qual foi fruto de um movimento surgido nos anos de 1970 e, instituído com a promulgação da Constituição Federal de 1988, oferecendo a população brasileira acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde. Deste modo, a saúde tornou-se direito de todos e dever do Estado, conforme assevera o Artigo 196 da Constituição Federal: “[...] A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 2006). No decorrer desse processo pode-se perceber uma série de entraves que impediram que o SUS idealizado na 8ª CNS fosse efetivado, sobretudo, em virtude do recrudescimento do neoliberalismo no país, com consequências graves na Seguridade Social. No que tange a Política de Saúde, verificamos a privatização/terceirização de instituições públicas, subfinanciamento, predominância do gasto privado sobre o público, dentre outras implicações. O processo de sucateamento/desmante do SUS chega ao seu ápice com a entrada do governo anti-SUS e com a aprovação Projeto de Lei 55 que congela os gastos públicos por 20 anos, esvaziando assim, as conquistas instituídas pela Reforma Sanitária. De acordo com Nilton Pereira Junior, vice-presidente da Abrasco, em entrevista a Revista RADIS (2016), o referido Projeto não apenas congela, mas reduz os investimentos na saúde, provocando o fechamento de leitos, cancelamentos de cirurgias e cujos recursos ficarão concentrados nos hospitais em regiões e cidades de maior renda, deixando as pequenas cidades sem recursos. Deste modo, esse processo vem se agravando a cada dia, com a participação da mídia, que se coloca contra o SUS, defendendo o co-pagamentos de exames, manipulando a população a aderirem aos planos de Saúde, resultando em um SUS pautado pelo viés focalização-seletividade.

OBJETIVO: Analisar os rebatimentos da aprovação do Projeto de Lei 55 junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

MÉTODOS: Trata-se de uma revisão teórica crítica acerca do tema proposto, realizada mediante levantamento de material bibliográfico. Conforme Marconi; Lakatos (1996, p. 66) este tipo de pesquisa “abrange [...] a bibliografia já tornada pública em relação ao termo de estudo”. Para tanto, a coleta de dados se dará a partir de material já publicado, constituído de livros, artigos, legislações e material disponibilizado na Internet a respeito da temática estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Mediante revisão bibliográfica observa-se que ao ser aprovado o Projeto de Lei 55 (anteriormente PEC 241) que propõe um ajuste fiscal visando o congelamento das despesas públicas, reduzindo os investimentos nesta área, pois não leva em conta o crescimento populacional, colocará em risco os programas amparados pelo SUS, e seu atendimento universalizado, inviabilizando o sistema, o qual passará a ser restringido apenas à assistência da população mais pobre. O Projeto de Lei 55, se aprovado, levará ao sucateamento e queda na cobertura e na qualidade da oferta do SUS, deixando a população brasileira a mercê dos planos de saúde privados, ferindo assim, seus princípios fundamentais: equidade, integralidade e universalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Para analisar os rebatimentos do Projeto de Lei 55 e as arrancadas de um governo anti-SUS, que põe em risco definitivamente os direitos sociais, políticas e espaços de participação assegurados pela Constituição, torna-se necessário, recolocar os cidadãos no centro da luta pelo direito a saúde universalizada, é preciso, portanto, que as nossas instituições sociais se envolvam coletivamente, aproveitando o momento político, e deste modo, não permitindo o retrocesso das ainda frágeis conquistas sociais que alcançamos nas últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Saúde; Reforma Sanitária; Projeto de Lei 55.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 2006. BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. A saúde no Brasil: Reforma Sanitária e Ofensiva Neoliberal. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. (Orgs). Política social e democracia. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. BRAVO, Maria Inês de Souza [et al.] (Org). Saúde e Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2009. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LUZES SOBRE A CIÊNCIA: O PAPEL DO CIENTISTA SOCIAL NA ATUALIDADE

Katiano Renato Alves de Medeiros Junior; Roberta Trindade Martins Lira

INTRODUÇÃO: Wright Mills (1982) escreveu em uma de suas obras que os homens são livres para fazer a história, porém, alguns homens são muito mais livres do que outros. Essa frase em sua essência, vai de extremo oposto aos ideais propostos pela democracia e regimes liberais, porém, tem se mostrado quase como uma regra nos mais diferentes países e dentro das mais distintas realidades. Em um mundo marcado pelo fluxo intenso e contínuo de informação e capital percebe-se o quanto os processos de globalização, construídos sob um sistema econômico mundial capitalista, influenciaram historicamente a formação de Estados dotados de diferentes níveis de desenvolvimento, quer seja político ou econômico. Tal contexto descrito é amplo e complexo e a compreensão dessa realidade é, da mesma forma, labiríntico àqueles que, imersos em mecanismos específicos característicos desse tipo de sociedade, nem sempre são capazes de observar o funcionamento de sua estrutura como um todo.

OBJETIVO: O presente trabalho não pretende se ater aos diferentes processos de evolução e consolidação da sociedade tal como é observada contemporaneamente, mas antes, pretende mergulhar em uma análise sucinta acerca do papel do cientista social, o qual se faz como um ator chave no desdobramento do corpo social, dada a sua função em contribuir na construção de uma sociedade mais racional e democrática.

METODOLOGIA: A pesquisa é eminentemente bibliográfica, ou seja, utilizou-se da leitura de revistas científicas e obras pertinentes ao assunto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Para Florestan Fernandes, “os intelectuais brasileiros devem fazer da instauração da democracia o seu grande objetivo histórico” (1968, p. 196). Para este, o intelectual deve ser racional o suficiente para tratar de maneira consciente os processos históricos os quais estão submetidos ao evento analisado por ele, compreendendo as causas e consequências de suas opções. Mills, por sua vez, aponta que “o problema das Ciências Sociais como um dos principais veículos da razão nas questões humanas é, na verdade, um dos grandes problemas da democracia” (1969, p. 205). Para ele, o papel do cientista social é imprescindível ao predomínio de uma democracia e, dessa forma, tal intelectual também atua como uma espécie de professor cujo objetivo é transformar as preocupações individuais dos cidadãos em questões e problemas sociais, desenvolvendo o pensamento livre e racional nos indivíduos, algo que o autor denomina de “auto-educação” ou “autocultivação”. Dessa forma, tanto a razão quanto a liberdade, ainda que em suas formas mais ambíguas de definição, formam os pilares nos quais a sociedade ocidental costuma se pautar, assumindo a democracia como o ideal cuja participação pública é necessária na medida em que os indivíduos que participam de uma comunidade são afetados pela sua estrutura e, por este motivo, possuem o direito de voz ativa na tomada de decisão. É função da ciência social formar e preservar cidadãos dotados de criticidade e conduzidos por uma visão inteligível da sociedade. Uma fundamentação em definições inadequadas e nebulosas apenas geraria perturbações tanto para quem ousa entendê-la adequadamente quanto para quem se sujeita a aceitar tal realidade. O problema gerado pela nebulosidade da realidade e falta de participação pública abre caminho para o predomínio de uma elite proveniente das classes dominantes que descredita o legítimo significado de uma democracia, baseando-se apenas no apoio a lideranças que correspondam aos seus interesses. Da mesma forma, o risco de ocorrência de um golpe de Estado e da emergência de governos intolerantes e autoritários é bem maior sobre uma população inconsciente. Sendo assim, dirigir-se às preocupações sociais dentro

do plano de fundo da coletividade para “entender e questionar o mundo” faz-se a melhor maneira pela qual o cientista social pode atuar para enriquecer os processos democráticos para “torná- lo[s] mais justo[s] e igualitário[s].” (CANDOTTI, 2002, p. 22)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Em meio ao alvoreço de uma realidade mecânica e fugaz, o cientista social surge também como professor e edificador que, através de uma educação libertadora, irá construir um corpo social racional, pautado no ideal da liberdade e apto a atuar na edificação e no aprimoramento de uma sociedade democrática, livre da opressão das elites dominantes e de governos autocráticos. Dessa forma, apesar da realidade de regiões periféricas, tal como o Brasil, se identificarem atualmente com um cenário onde o sistema democrático é marcado por retrocessos e rupturas, espera-se que o cientista social atue nessas circunstâncias de maneira a condenar tais regressões e incorporar nos indivíduos o poder de compreensão acerca da realidade social. O papel do cientista social vai muito além da pura análise científica, ele também ocupa um espaço e papel político, assim como responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos valores democráticos. Seja como conselheiro, seja como independente. O cientista social é a chave para o entendimento do caminho da sociedade. Conclui-se assim que o papel de tal intelectual é intrinsecamente ligado a uma democracia genuína.

PALAVRAS-CHAVE: Cientista social. Democracia. Responsabilidade social.

REFERÊNCIAS: CANDOTTI, Ennio. Ciência na educação popular. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima (Org.). Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. pp. 15-24. FERNANDES, Florestan. “A Revolução Brasileira” e os Intelectuais. In: _____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008. Cap. 5, pp. 159-170. MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, pp. 289-300, maio/ago. 2004. MILLS, Wright. Da política. In: _____. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Cap. 10, pp. 192-210.

UMA REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E SEUS MALEFÍCIOS

Bruna Luana Alves Monteiro; David Bruno Dantas Bernardino; Roberta Trindade Martins Lira

INTRODUÇÃO: O trabalho infantil não é um tema recente na sociedade, embora seus registros sobre ele encontram-se, em grande parte das vezes, escassos em comparação com outros de tamanha importância e polêmica. Conforme a lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, o trabalho infantil é proibido no Brasil, para os menores de 16 anos, salvo, em condição de aprendiz a partir de 14 anos. Apesar do empenho da justiça em aniquilar o trabalho infantil, este ainda encontra-se presente na sociedade e causa consequências físicas e psicológicas extremamente danosas a meninos e meninas em todo o país. A sua permanência na sociedade é constituída por diversos fatores e seus malefícios são alarmantes. Para fins didáticos e seguindo a Convenção sobre os Direitos da Criança, estabelecemos como criança todo o indivíduo menor de 18 anos, "se entende por criança todo o ser humano menor de 18 anos". Assim, este breve estudo busca esclarecer e refletir sobre os motivos que geram o ingresso da criança no trabalho infantil e suas consequências causadas pelo mesmo

REFERENCIALTEÓRICO: Os primeiros relatos do trabalho infantil no Brasil, ocorre junto a época da escravidão e agrava-se com o início da industrialização. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que havia 41,1 milhões de crianças no Brasil em 2014, das quais 3,3 milhões (8,1%) eram ocupadas, apesar de ter havido um declínio acentuado, principalmente, a partir da metade da década de 90. A entrada da criança ou adolescente no mercado de trabalho é iniciada por diversos fatores, os que mais se destacam, tendo por base o Promenino Fundação Telefônica é a pobreza, má qualidade de educação, naturalização do trabalho infantil, trabalho para a própria família e trabalho para terceiros. De acordo com a Promenino Fundação Telefônica não existe fator mais determinante no ingresso das crianças no mercado trabalhista, "Ainda não há consenso entre os estudiosos sobre o peso de cada um desses itens na escolha da família ou da própria criança ou adolescente em começar a trabalhar. Cada realidade e contexto têm suas características próprias o que pode fazer com que algum fator seja mais preponderante que outros na decisão." A mão de obra barata das crianças e adolescentes representa um atrativo para a perpetuação do trabalho infantil. A frase derivada da escola marxista de que "o trabalho dignifica o homem" é utilizada como argumento por muitos para a permanência das crianças no mercado de trabalho, visto que esses defendem que seria melhor um jovem trabalhando desde a infância a viver em ócio e torna-se um "marginal". O trabalho, de fato, dignifica o homem, principalmente o adulto, tendo em vista que adultos e crianças são diferentes em amplos aspectos físicos e psicológicos. A inserção das crianças no mercado de trabalho decorre em consequências físicas e psicológicas graves, além das perdas dos seus direitos básicos como educação, lazer e esporte. Crianças que largam totalmente ou parcialmente a escola para dedicar-se ao trabalho estão suscetíveis a danos no seu desenvolvimento físico, emocional e educacional. Segundo o Ministério da Saúde, "As crianças e adolescentes se acidentam seis vezes mais do que adultos em atividades laborais e pelo menos nove se acidentaram por dia trabalhando no Brasil, de 2012 a 2014", ressaltando que, além do despreparo das crianças em assumir trabalhos destinados a adultos, a precariedade do trabalho a que muitas estão submetidas favorece no surgimento de acidentes e extremos como mortes. A relação entre trabalho infantil e pobreza está intimamente relacionada, embora cause controvérsias entre pesquisadores. Basu e Tzannatos (2003) ressaltam que filhos de advogados, médicos, professores e, em geral, da população de classe média alta não trabalham na infância. Vários estudos mostram que o aumento da renda familiar reduz a probabilidade de a criança trabalhar e aumenta a de ela estudar (Nagaraj, 2002; Edmonds, 2001; Kassouf, 2002). Partindo do consenso da essencial eliminação ou redução do trabalho infantil, chegamos à conclusão da

necessidade de políticas públicas efetivas que trabalhem no aumento de renda dos pais e proporcionem abrigo e ressocialização de crianças resgatadas do trabalho precário ou forçado.

OBJETIVO: Promover uma reflexão sobre o trabalho infantil e seus malefícios as crianças e a sociedade.

MÉTODOS: Utilizou pesquisa bibliográfica com abordagem dedutiva, baseando-se em livros, artigos e conteúdo de Fundações que abordam o tema tratado para fundamentar e afirmar o posicionamento presente no resumo expandido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O trabalho infantil não representa um fato atual no contexto da sociedade e seus danos às crianças é inegável e cada vez mais presente em nosso cotidiano. Os malefícios são muitos e variam de acordo com cada criança, sendo os mais notórios a perda dos seus direitos básicos como educação, lazer e esporte, além de afetar o desenvolvimento psicológico, à capacidade de aprendizagem e às formas de se relacionar. Por definição não existe benefícios no trabalho precoce, uma vez que coloca a criança fazendo algo para o qual não está preparada, gerando impactos permanentes em seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho infantil; causas; consequências; prevenção.

REFERÊNCIAS:KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? 2007. 17 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Economia, Esalq/usp, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010363512007000200005&script=sci_arttext&tlng=esja.org>. Acesso em: 29 nov. 2016. CANDIANI, Victor. A realidade do trabalho infantil. Disponível em: <<http://projetomorrice.blogspot.com.br/2011/07/realidade-do-trabalho-infantil.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016. PROMENINO FUNDAÇÃO TELEFÔNICA (Brasil). Trabalho Infantil: Causas. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/trabalho infantil/causas-29299>>. Acesso em: 29 nov. 2016. PROMENINO FUNDAÇÃO TELEFÔNICA (Brasil). Trabalho Infantil: Impactos e Consequências. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/trabalho infantil/impactos-e-consequencias>>. Acesso em: 29 nov. 2016. XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 7., 2014, Campina Grande. OS IMPACTOS DO TRABALHO INFANTIL PARA A SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Juliana Paganini. Campina Grande: Unesc, 2014. 20 p. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11821/1658>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

ESTUDO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS BAIRROS DO SETOR NORTE DE PATOS-PB

Yoná Jacy Guedes de Melo Araújo; Flora Oliveira de Souza Cardoso

INTRODUÇÃO: As mudanças significativas no espaço urbano motivadas pela Segunda Revolução Industrial no Brasil trouxeram o crescimento descontrolado das cidades, devido a migração da população rural para as cidades em busca de melhores moradias e condições financeiras. Contudo, a falta de planejamento para recepcionar o grande número de pessoas nas cidades, levou a aglomeração, principalmente das classes menos abastadas. A partir disso, as diferentes camadas sociais passam a controlar de forma distinta o espaço urbano. Essa forma de divisão das cidades brasileiras é recorrente até os dias atuais, onde locais privilegiados de infraestrutura ficam destinados em sua maioria a quem pode pagar para obtê-los e os demais encontram-se em locais de menor esmero, principalmente nas bordas urbanas. A cidade de Patos-PB é um exemplar desse processo denominado de segregação, pois mesmo estando ainda em desenvolvimento, é possível observar como sua face já se apresenta marcada pela segregação das classes, onde cada uma abriga locais de diferente acesso as facilidades urbanas. Com base nisso, uma observação a cerca dessa apartação socioespacial fez-se pertinente na cidade paraibana, com enfoque em dois bairros.

REFERENCIAL TEÓRICO: A falta de planejamento para o crescimento da população nas cidades brasileiras que ocorreu nos anos 90, tornou comum a segregação, principalmente em cidades em desenvolvimento como Patos-PB. As classes sociais passam a atuar de forma distinta no espaço urbano, como afirma Flávio Villaça (2001), que a separação de rendas é favorável a camada mais abastada, pois ela pode controlar o espaço a seu favor. Com isso, cada indivíduo dentro de uma sociedade apresenta necessidades e funções urbanas, que só se tornam possíveis com infraestrutura. Para Zmitrowicz & Neto (1997), a infraestrutura divide-se em social, econômico e institucional, que de forma direta, está relacionado ao acesso à educação, saúde, lazer, segurança, economia, entre outros. Podendo assim, dentro da camada urbana, classificar qual o nível de facilidade de cada indivíduo para com esses serviços. Outro fator relevante, que pode ser atrelado a infraestrutura urbana, é a acessibilidade, pois diante do contexto de uma cidade, as pessoas precisam se movimentar e realizar a troca de serviços com outros indivíduos e com o meio. A partir disso, é importante que independente da forma como ocorra essa mobilidade, as pessoas possam acessar os distintos pontos urbanos com facilidade. Nesse contexto, Villaça (2000, p.23) fala que uma cidade, mesmo com toda a infraestrutura necessária, não pode ser considerada urbana sem acessibilidade. Como fator vital a qualidade de vida de uma sociedade, a habitabilidade une-se como ponto importante, é a partir da sua residência que o indivíduo passa a existir na cidade. A morada está fortemente ligada a formação da identidade de cada pessoa, onde ela se caracteriza, sente segurança e compreende sua função no meio. Pontualmente, seria fundamental que cada cidadão pudesse ter acesso a habitação saudável, que visasse as necessidades de cada parcela formadora da população.

OBJETIVO: O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as desigualdades e caracterizar como ocorre o processo de segregação socioespacial intraurbano de Patos, com prisma em dois bairros do setor norte: o Jardim Magnólia e o Sete Casas. A partir disso, identificou elementos que esclarecessem as dificuldades enfrentadas pelos moradores desses locais para ter acesso a outros setores da cidade e aos serviços públicos e/ou privados.

MÉTODOS: Para compreender a situação dos habitantes dos dois bairros segregados, foi necessário conhecer qual o nível de qualidade de vida atual e a facilidade de acesso as infraestruturas urbanas,

que se encontram imediatas em locais de maior desenvolvimento da cidade, como exemplo, o Centro. Assim, mapeando os principais indicadores dessa desigualdade que induz ao processo de segregação intraurbana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O Centro de Patos apresenta um grande número serviços e comércios, o que gera uma supervalorização dos imóveis, considerando que muitas pessoas precisam residir próximo aos seus trabalhos, isso gera uma troca financeira para recebimento de investimentos públicos. Em contrapartida, a população dos bairros Jardim Magnólia e Sete Casas não usufruem de um grande número de serviços públicos. Uma relação de domicílios e habitantes baseada nos números fornecidos no Censo de 2010, que são os mais recentes fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) para a cidade de Patos, os dois bairros do setor norte e o Centro, apresentam uma diferenciação monetária evidente. O Jardim Magnólia apresenta uma relação de 3,3 pessoas por residência, já o bairro Sete Casas, 3,2 habitantes por habitação e o Centro uma média de 2 pessoas por residências. Ou seja, os dois bairros segregados apresentam uma tendência a residências de menor padrão e conforto, mas o número de pessoas dividindo o mesmo espaço é maior que aquelas que habitam as residências de melhor qualidade e conforto do centro e suas adjacências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A segregação socioespacial está atrelada a diversos fatores sociais e culturais, porém, como é o caso de Patos e a maioria das cidades brasileiras, ela está voltada a questões socioeconômicas. A divisão de ricos e pobres transforma a dinâmica da cidade, onde os maiores poderes aquisitivos podem ditar diversas questões urbanas. Com isso, o espaço urbano assume um papel segregador. Os bairros Jardim Magnólia e Sete Casas sofrem com questões urbanas preocupantes como, a ausência de saneamento básico e diversos outros serviços, afetando diretamente a qualidade de vida de seus residentes, que apenas formalmente se enquadram no contexto da cidade de Patos, levando em conta que na maioria das vezes o investimento público não se recorda de suas existências.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação socioespacial; Patos; espaço urbano.

REFERÊNCIAS: VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 2000. _____ A Segregação e a Estruturação do espaço Intra-Urbano no Brasil; O caso do Recife, 2001. Disponível em:< <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/pirnp896.pdf> >. Acesso em: 25 de agosto 2016. ZMITROWICZ, W.; NETO, G. A. Infra-estrutura Urbana São Paulo: EPUSP, 1997. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17).

A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE PATOS-PB ATRAVÉS DE IMAGENS

Bianca de Lucena Soares; Évia Pereira Dias; Julia Brendha da Silva Figueirêdo Lucena; Yoná Jacy Guedes de Melo Araújo; Flora Oliveira de Souza Cardoso

INTRODUÇÃO: O presente resumo se refere ao primeiro produto da pesquisa intitulada “Os atributos da paisagem urbana de Patos-PB”, cujo objetivo é caracterizar a paisagem do espaço urbano e periurbano da cidade de Patos de forma a identificar seus principais atributos, o que se configura como um procedimento fundamental para propostas de ordenamento e proteção de possíveis valores patrimoniais. Percebe-se que assim como outras cidades médias brasileiras, a cidade de Patos está submetida às pressões do capital imobiliário que tem produzido um acelerado processo de expansão urbana, estas cidades também sofrem com a massificação cultural, que compromete modos tradicionais de vida local. A falta de uma legislação urbana que ordene o crescimento da cidade e de ações locais que valorizem o patrimônio da mesma põe em risco suas características únicas, seus valores culturais e identitários. Em vista deste cenário, o reconhecimento dos valores e das transformações da paisagem urbana de Patos se apresenta de forma urgente.

REFERENCIAL TEÓRICO: Considerando o propósito específico de identificar os atributos e valores da paisagem a fim de preservá-la, a mesma será abordada pelo viés do patrimônio cultural, o que se apresenta como o primeiro recorte teórico para a pesquisa. Com base no conceito de patrimônio e de seus diversos valores, buscou-se abordar a paisagem através das relações objetivas e subjetivas entre o sujeito e o meio, tendo como base o geógrafo e filósofo Augustin Berque (2012). O autor aborda esta relação como uma entidade relacional, interpretada a partir da vivência e das relações simbólicas criadas entre o sujeito e seu meio. Essa relação é trabalhada de forma objetiva pelo arquiteto e urbanista Gordon Cullen (2008) ao afirmar que há uma “arte do relacionamento” entre os elementos que compõem as paisagens urbanas, elementos que podem ser construídos ou naturais. Por ser tratar de um contexto urbano, foram utilizados autores que abordam o estudo da morfologia urbana, dentre eles Kevin Lynch (1997), que nos apresenta o princípio da legibilidade urbana. A cidade possui uma imagem que é produzida de forma coletiva por seus habitantes, é possível ler essa cidade por sua imagem. A partir deste princípio, foi possível traçar a evolução da paisagem urbana da cidade de Patos com o uso de fotografias antigas e atuais, expressando as transformações pelas quais a cidade vem passando ao longo do tempo.

OBJETIVO: Construir um panorama imagético das transformações ocorridas na paisagem urbana da cidade de Patos-PB.

MÉTODOS: A pesquisa tem dois momentos principais, o primeiro tem como objetivo conhecer e representar a paisagem urbana para, em seguida, entender a paisagem vivida pelos habitantes de Patos. No presente resumo se apresenta o produto da primeira etapa, e teve como metodologia o uso da imagem como forma de representar o espaço construído. Mas para entender a imagem da cidade de Patos, foi preciso conhecer sua história e identificar os processos que levaram a formação e crescimento da cidade. Portanto, se fez necessária a construção de sua narrativa urbana, tendo como fonte bibliográfica algumas publicações literárias locais, tais como os livros de Damião Lucena (2015) e de José Romildo Sousa (2003), que se configurou como a principal fonte iconográfica para a pesquisa. Por fim, a base histórica auxiliou na escolha das fotografias antigas cujo enquadramento seria refeito para expressar imageticamente, as transformações da paisagem urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Percebe-se que ao longo dos últimos 70 anos - recorte temporal entre os registros fotográficos catalogados pela pesquisa e o momento atual – alguns elementos estruturais da forma urbana de Patos continuam os mesmos. O traçado viário da área central da cidade, que se constitui em seu trecho mais antigo, não sofreu transformações impactantes, porém, as tipologias arquitetônicas vêm sendo alteradas, comprometendo não apenas a harmonia do conjunto, mas também a visibilidade de importantes edifícios. O exemplo emblemático desse processo é a Estação Ferroviária de Patos, que faz parte do patrimônio ferroviário brasileiro. Hoje a visibilidade da edificação encontra-se completamente comprometida por construções contemporâneas, rompendo a ligação espacial entre a estação e a Avenida Eptácio Pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A paisagem de uma cidade se configura como a expressão das relações de produção e transformação do meio urbano por parte de seus habitantes. Desse processo surgem relações simbólicas e identitárias entre o sujeito e a paisagem, relações que são fundamentais para a preservação da cultura local. De acordo com os primeiros resultados da presente pesquisa, conclui-se que é necessária uma atenção maior no processo de renovação dos conjuntos edificados, principalmente em áreas que impactam edifícios importantes para a história da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade de Patos, paisagem urbana, patrimônio.

REFERÊNCIAS: BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do homem, medida humana da terra: para uma problemática do mundo ambiente. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). Filosofia da paisagem: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 187-199. CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 2008. LUCENA, Damião. Patos de todos os tempos. A capital do sertão da Paraíba. Patos: A União, 2015. LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997. SOUSA, José Romildo de. À procura do tempo perdido. Um olhar saudosista sobre Patos. Patos: Prefeitura Municipal de Patos, 2003.

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) PATOS-PB

Rejane Batista Soares; Anarita de Souza Salvador

INTRODUÇÃO: Este trabalho vem a público com o propósito de subsidiar o desenvolvimento de uma interpretação crítica acerca da importância do Assistente Social, o qual contribui com seus serviços socioassistenciais junto às organizações do Terceiro Setor, em específico na APAE, uma organização Não – Governamental atuante na defesa e garantia da inclusão social e educacional daquelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência intelectual ou psíquica.

REFERENCIAL TEÓRICO: Há três setores, o Primeiro Setor que é o Estado, o segundo setor que é o Mercado e um Terceiro Setor que engloba o Primeiro Setor e o Segundo Setor. Nesse sentido o Terceiro Setor é aquele que engloba as características de ambos e que reúne organizações sem fins lucrativos, oriundas da iniciativa privada voluntária, que objetivam o benefício público e o desenvolvimento da sociedade civil sob o pretexto de expandir a prestação de serviços sociais, promoção do desenvolvimento econômico local, preservação do meio ambiente, defesa de direitos civis e atendimento de outras demandas sociais, impondo assim uma maior atenção e responsabilidade social antes limitada ao governo, e agora ampliada para toda a sociedade (FERNANDES, 1997). Uma das entidades do Terceiro Setor, as Organizações Não – Governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos, possuem objetivos específicos em áreas de atuação distintas, além de serem autônomas, possuindo um aspecto político em suas ações, sendo essas ações no Brasil subscritas por Fernandes (1997), como resultantes principalmente da globalização econômica, exclusão social, agravamento das expressões da questão social e, sobretudo, pela minimização estatal, em que o Estado vem gradativamente ausentando-se de suas responsabilidades. Não há como negarmos a importância da atuação do Serviço Social que juntamente com outras áreas, na perspectiva da ação interdisciplinar, contribuem significativamente para a promoção dos direitos sociais. Assim o Terceiro Setor constituiu-se um campo de trabalho do Serviço Social considerado como uma nova alternativa para as consequências do capitalismo na vida social e do afastamento do Estado de suas responsabilidades públicas auxiliando a sociedade no enfrentamento dos resultados negativos do ideário neoliberal (IAMAMOTO, 2008; 1999; YAZBEK, 1996). Como exemplo de uma Organização Não – Governamental idealizada com o propósito de romper as barreiras sociais, políticas, econômica e cultural vivenciada por crianças que possuem algum tipo de deficiência mental ou intelectual e que necessitam das intervenções socioassistenciais do Assistente Social, é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros sem fins lucrativos, que visa o bem da sociedade e a melhoria de vida dispondo de técnicas terapêuticas, clínicas e sociais que ajudem aqueles que sofrem de alguma síndrome psíquica no enfrentamento de suas dificuldades, e que possibilite a inclusão social destes indivíduos. No município de Patos, estado da Paraíba, há uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) a qual fornece acolhida e desenvolvimento educacional e clínico aos das pessoas com deficiência intelectual. Nesta organização o Assistente Social desempenha um importante papel social junto à equipe multidisciplinar, prestando um serviço socioassistencial às pessoas com deficiência e em situação de dependência ou vulnerabilidade, voltando suas ações para a defesa e garantia de direitos, à assistência e promoção da inclusão social, tanto dos indivíduos a que presta assistência, como também às famílias destes.

OBJETIVO: Sistematizar as experiências vivenciadas por meio de um trabalho voluntário no âmbito da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em específico do Município de Patos, Estado da Paraíba.

MÉTODOS: Em termos metodológicos esta sistematização de experiências percorreu em um primeiro momento um percurso bibliográfico na busca pela compreensão sob os primórdios e princípios das ONGs, assim como também o entendimento da atuação do Serviço Social no Terceiro Setor, em específico nas organizações não governamentais como a APAE. Em um segundo momento procedeu-se a sistematização das experiências vivenciadas nessa organização, onde seguindo as orientações de Oscar JaraHollidar (2006) sobre sistematizar experiências, não nos restringimos somente à ordenação e compilação dos dados e dos processos sociais, mais sim a um relato que propõe fornecer análises críticas a partir das experiências vivenciadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Desenvolvendo as ações socioassistenciais junto a APAE, o assistente social é subsidiado pelo senso ético e pela consciência moral, agindo desta forma de forma crítica, reflexiva, criativa, inovadora e estratégica, seguindo assim a matriz teórica, prática, ética e política da profissão (CHAUÍ, 1995; BEHRING; BOSCHETTI, 2008). No entanto o número insuficiente desses profissionais nesta instituição, assim como a falta de orçamentos suficientes decorrentes da política neoliberal vigente no Brasil e da desarticulada e precária ligação da APAE com a rede socioassistencial do município, implica no impedimento de realização por parte do assistente social de um trabalho social mais eficiente e satisfatório (SALVADOR, 2010; IAMAMOTO, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Foi constatado, por meio desse relato de experiência, a extrema importância das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo assistente social integrante da equipe interdisciplinar que compõe a APAE, mesmo que enfrentando problemas decorrentes da política neoliberal vigente no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor. Organizações Não – Governamentais. APAE. Serviço Social.

REFERÊNCIAS: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. CHAUÍ, Marilena. A existência da Ética. São Paulo, Ática, 1995. FERNANDES, Rubem César, et al., 3º Setor — Desenvolvimento Social Sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997. IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1999. _____. Serviço Social em tempo de Capital Fetice: capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª ed. São Paulo: Cortez. 496p. 2008. SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 605 – 631, out/dez. 2010. YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. Caderno do CEAS, Salvador, n.º 164, julho/agosto de 1996, p. 37-51.

A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE E A PRIMEIRA INFÂNCIA: ENTRE OS DESAFIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E O MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Francisco Renan Ferreira de Sousa; Périclles Daniel Nunes de Medeiros; Vanessa de Lima Marques Santiago; Everson Vagner de Lucena Santos

INTRODUÇÃO: Conforme preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu artigo 227, cabe à família, ao Estado e à sociedade em geral garantir, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais das crianças, adolescentes, e, também, dos jovens. Dentre os direitos estão previstos: saúde, educação, moradia, lazer, alimentação, etc. Com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho, de 1990, a criança e o adolescente passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos aos quais se deve atribuir tratamento prioritário e assegurar proteção contra qualquer tipo de violência ou negligência, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento. Após intensas articulações políticas, e em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento infantil e integral do ser humano, entrou em vigor, em março de 2016, a Lei nº 13.257, que versa acerca das políticas públicas destinadas à primeira infância. Dentre as previsões legais, o artigo 14 indica a necessidade do desenvolvimento de políticas e programas governamentais que promovam a paternidade e a maternidade responsáveis, buscando uma articulação entre as áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras. Nesta pesquisa, discutir-se-á a garantia do direito à saúde para o período identificado como primeira infância, apontando os desafios da atenção primária à saúde no contexto do que preceitua o marco legal da primeira infância, conduzindo a uma discussão científica que alia a aprovação e entrada em vigor de um novo instrumento normativo e os desafios de implementação das previsões legais pela rede de saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO: A Doutrina da Proteção Integral, introduzida pela Constituição de 1988 e pelo ECA, oferece direitos e garantias a todas as crianças e jovens brasileiros independentemente de sua condição social ou situação familiar, passando a considerá-los sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e aos quais se deve atribuir prioridade absoluta de tratamento. Considerar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos permite uma mudança na realização das práticas sociais: ao invés da institucionalização como solução, as atividades passam a ser desenvolvidas, preferencialmente, no âmbito da própria comunidade, levando em consideração o contexto sócio-histórico original (PINHEIRO, 2006). O princípio da prioridade absoluta, além de previsto no artigo 227, da CRFB/88, foi estabelecido no artigo 4º, do ECA/90 ao fixar como dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes através da primazia do recebimento de proteção, da precedência de atendimento nos serviços públicos, da preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas e da destinação privilegiada de recursos públicos. Chama-se primeira infância o período compreendido entre a concepção do bebê até o ingresso da criança na educação formal, o que engloba a gestação, o parto, os primeiros anos de vida, estendendo-se até os 6 (seis) anos (BRASIL, 2016). Especificamente no que se refere à primeira infância, conforme preceitua o artigo 3º da Lei 13.257/2016, a prioridade absoluta implica no “dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu

desenvolvimento integral” (BRASIL, 2016). Dentro desse contexto de determinação legal, parece indispensável o fortalecimento das políticas de atenção primária à saúde (APS), considerada uma estratégia de organização de atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades (MATTA; MOROSINI, 2004).

OBJETIVO: Com esta pesquisa pretendeu-se compreender a implementação das políticas públicas previstas no marco legal da primeira infância, principalmente, quanto à garantia do direito à saúde, considerando os desafios da APS e do SUS.

MÉTODOS: Fazendo uso dos métodos explicativo, observacional e descritivo, além de técnicas bibliográficas, procedeu-se à análise de como a atenção primária à saúde (APS), desenvolvida através do Sistema Único de Saúde (SUS), que atua de forma preventiva, e das políticas decorrentes, contribui para a garantia de uma primeira infância na qual se assegure o direito fundamental à saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Dentre as políticas em estudo, a Rede Cegonha prevê o acompanhamento dos direitos reprodutivos das mulheres, assim como pretende assegurar às crianças o direito à vida, tendo como objetivo a estruturação e a organização da atenção à saúde materno-infantil no País. Quanto ao aleitamento materno, por exemplo, importa ressaltar a essencialidade da Unidade Básica de Saúde (UBS) na orientação quanto à sua importância para a garantia do pleno desenvolvimento da criança. Outro exemplo é o Plano Nacional de Imunização (PNI), referência internacional de política pública de saúde, que garante a aplicação das vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde através do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A pesquisa revelou a importância do estabelecimento do Marco Legal da Primeira Infância, estabelecido em 2016, considerado a partir da perspectiva de reafirmação do princípio da prioridade absoluta na implementação e na execução de políticas e programas voltados para crianças de até seis anos de idade. Indispensável, ainda, a construção e o fortalecimento da rede de atenção primária à saúde, responsável pela horizontalização do atendimento à comunidade. E, por fim, dos programas de saúde para primeira infância, a exemplo da Rede Cegonha, amamentação e do Plano Nacional de Imunização, que, em conjunto, visam assegurar às crianças o direito fundamental à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: direito à saúde; atenção primária à saúde; primeira infância.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016: Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm>. Acesso em: 02 mar. 2017. MATTA, Gustavo Corrêa; MOROSINI, Márcia Valéria Guimarães. Atenção primária à saúde. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Atencao_Primaria_a_Saude_-_recortado.pdf. Acesso em: 02 mar. 2017. PINHEIRO, Ângela. Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Ed. UFC, 2006.

INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NA DINÂMICA DOS TRANSTORNOS DO SONO

Lucas Santos Alves; Raquel Rodrigues Araujo; Aucelia Cristina Soares de Belchior

INTRODUÇÃO: O sono consiste em uma função biológica fundamental na consolidação da memória, na visão binocular, na termorregulação, na conservação e restauração da energia (REIMÃO, 1996). Tem se utilizado de alguns marcadores que avaliam intrinsecamente alterações do sono – dificuldade de início, manutenção ou despertar precoce – associadas a sono não reparador e, ainda, causando sofrimento ou prejudicando o desempenho do indivíduo na sua rotina diária (JANSON et al., 2001). Como uma alternativa de tratamento não medicamentosa constatado pela *American Sleep Disorders Association (ASA)*, o exercício físico mais uma vez surge como opção de baixo custo e de fácil acessibilidade no tratamento de distúrbios do sono (MARTINS; MELLO; TUFIK, 2001).

REFERENCIAL TEÓRICO: Pessoas fisicamente ativas, adormecem melhor, mais rápido e se sentem menos cansadas durante o dia (NIEMAN, 1999). Pessoas que mantêm um programa de exercícios físicos regular, apresentam um aumento de quantidade de sono profundo para compensar o desgaste físico atribuído a esse tipo de atividade, sendo que este tipo de sono, acredita-se, auxilia na restauração e revitalização das pessoas para o dia seguinte. O exercício físico, além dos outros inúmeros benefícios, também pode atuar como eficiente hipotensor, dependendo, principalmente, da intensidade e tempo de duração da atividade e se ele for aeróbio. Este fato, segundo Negrão e Rondon (2001), tem como explicação a significativa melhoria na sensibilidade barorreflexa, que pode ser elucidada pela atenuação da atividade nervosa simpática sobre o coração.

OBJETIVO: Analisar a correlação entre transtornos do sono e exercício físico, investigando possíveis efeitos da prática de atividade física em portadores de distúrbios do sono.

MÉTODOS: A presente pesquisa trata-se de uma revisão de literatura no período de 1996 a 2015 nas plataformas *PubMed*, *SciELO* e *SIBiUSP* em livros didáticos. A partir dos seguintes descritores: “Transtornos do Sono-Vigília”, “Exercício”, “Qualidade de sono”. Foram identificados 15 artigos diretamente em concomitância ao tema, sendo utilizados 9 a partir dos critérios de busca. A pesquisa foi restrita aos idiomas português e inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O exercício tornou-se uma unanimidade na promoção da saúde e melhora da qualidade de vida, diminuindo os riscos de desenvolvimento de doenças crônicas e atuando como fator-chave para aumentar a longevidade (KRUEGER; OBAL; FANG, 1999). Segundo Martins, Mello e Tufik (2001), os estudos que visam explicar os efeitos do exercício sobre o sono estão associadas às hipóteses termorregulatória, da conservação de energia e da restauração corporal. No que diz respeito a teoria da conservação de energia, Hobson (1968) diz que o exercício viria facilitar o sono por ampliar o gasto energético durante a vigília e isto expandiria a necessidade de sono, de maneira que se possa alcançar um balanço energético positivo e se restabeleça o requisito ideal para um posterior episódio de vigília. O exercício pode acelerar o deslocamento de fase de alguns marcadores biológicos, como a liberação do hormônio melatonina, demonstrando assim uma relação direta com marcadores relacionados ao ciclo sono-vigília (MIYASAKI, 2001). Hajak et al. (1997) dizem que o exercício físico, junto de outras técnicas psicoterapêuticas de apoio (relaxamento, higiene

do sono, controle de estímulos, orientações gerais quanto ao abuso de substâncias e uma boa investigação da insônia), se bem investigada e introduzida pelos clínicos, diminuiriam a necessidade de medicação nos distúrbios do sono, mais especificamente a insônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Sabe-se que a prática de exercício físico traz inúmeros benefícios a seus praticantes. Os distúrbios do sono tornaram-se um grande problema para as políticas de saúde do governo. Sabendo que, a prática de exercício físico é uma alternativa não-medicamentosa que possui grandes efeitos em portadores de distúrbios do sono, como a insônia, deve-se estimular os indivíduos a uma prática assídua de atividades, visando uma melhor qualidade de sono e, respectivamente, uma melhor qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício físico; Transtornos do sono-vigília; Qualidade de sono.

REFERÊNCIAS: HAJAK, G. et al. Psychological, psychoterapeutical and other forms of non pharmacological treatment of insomnia – statement by the expert group on insomnia of the German Society of Sleep Research and Sleep Medicine. *Fortschr. Neurol. Psychiatr.*, v. 65, n. 3, p. 133-144, 1997. HOBSON, J. A. Sleep after exercise. *Science*, v. 162, n. 3861, p. 1503-1505, 1968. JANSON, C. et al. Insomnia in men – a 10-year prospective population based study. *Sleep*, v. 24, n. 4, p. 425-430, 2001. KRUEGER, J. M.; OBÁL, F.; FANG, J. Why we sleep: a theoretical view of sleep function. *Sleep Med. Rev.*, v. 3, n. 2, p. 119-129, 1999. MARTINS, P, J. F.; MELLO, M. T.; TUFIK, S. Exercício e sono. *Rev Bras Med Esporte*, Niterói, v. 7, n. 1, p. 28-36, 2001. MIYAZAKI, T. et al. Phase-advance shifts of human circadian pacemaker are accelerated by daytime physical exercise. *American Journal of Physiology-Regulatory, Integrative and Comparative Physiology*, v. 281, n. 1, p. R197-R205, 2001. NEGRÃO, C. E.; RONDON, M. U, P. B. Exercício físico, hipertensão e controle barorreflexo da pressão arterial. *Rev Bras Hipertens*, São Paulo, v. 8, n. 1, p.89-95, jan. 2001. NIEMAN, D. C. Exercício e saúde. São Paulo: Manole, 1999. REIMÃO, R. (1996). Sono: estudo abrangente (2ª. ed.). São Paulo: Atheneu.

O USO DE FITOTERÁPICOS NA CICATRIZAÇÃO TECIDUAL DE LESÕES CUTÂNEAS

Raquel Rodrigues Araujo; Lucas Santos Alves; Aucelia Cristina Soares de Belchior

INTRODUÇÃO: A cicatrização é um processo biológico complexo dividido em fases que se sobrepõem: hemostasia e inflamação controlada, formação de tecido novo e remodelamento. (DASH & MURTHY, 2011) Os fitoterápicos podem ser uma alternativa interessante ou coadjuvante benéfica em diferentes fases da cicatrização de feridas. (SHAMUGA PRIYA et al., 2002). Existem investigações e estudos científicos sobre plantas para uso medicinal, ainda assim o esclarecimento sobre os princípios ativos e as extraordinárias qualidades curativas de muitas espécies vegetais são desconhecidas. (SIMÕES et al., 1999; MIGUEL & MIGUEL, 2000). Uma grande parte da população tem difícil acesso à assistência médica ou possuem dificuldades em comprar os medicamentos convencionais, e nesse contexto, as plantas surgem como uma alternativa de baixo custo e de fácil aquisição (PILLA et al., 2006).

REFERENCIAL TEÓRICO: Ao longo dos séculos, produtos de origem vegetal constituíram as bases para tratamento de diversas doenças. (CARVALHO & SILVEIRA, 2010). O uso de plantas medicinais pode ser entendido como uma prática que atravessa milênios, estando historicamente presente na sabedoria do senso comum, articulando cultura e saúde, uma vez que estes aspectos não ocorrem isoladamente. (ALVIM et al., 2006). A Organização Mundial de Saúde estima que 80% da população do planeta, de algum modo, utilizam plantas medicinais como medicamentos. Estima-se, também, que 25 mil espécies de plantas sejam usadas nas preparações da medicina tradicional (GUERRA et al., 2000).

OBJETIVO: O objetivo deste trabalho foi avaliar o atual panorama de estudos científicos que estão sendo realizados com plantas medicinais, identificando o processo metodológico e eficácia de fitoterápicos na cicatrização e inflamação de lesões cutâneas.

MÉTODOS: A presente pesquisa trata-se de uma revisão de literatura no período de 2006 a 2016 nas plataformas *PubMed*, *SciELO* e *SIBiUSP*. Foram utilizados os seguintes descritores: “fitoterápicos”, “cicatrização”, “plantas medicinais”. Ao todo foram encontrados 44 artigos com concordância a temática abordada. Sendo utilizado 36 condizentes com a temática abordada, onde 13 foram utilizados na elaboração desta revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Existem vários experimentos científicos observados no levantamento literário com fitoterápicos e sua reação na cicatrização de lesões cutâneas em geral. Segundo Ramos e Pimentel (2011), em seu estudo falaram que a *Aloe Vera* tópica desempenha o papel de fornecer mais oxigênio, aumentando a vascularização e a quantidade de colágeno para que a cicatrização aconteça, ocorreria uma ação anti-inflamatória, multiplicação das células epiteliais e é remodelação. Observa-se a ação estimulante da cicatrização em ferimentos de pele de ratos com o uso do extrato aquoso da *Orbignyaphalerata*, tanto na avaliação macroscópica como no microscópico. Mesmo sendo conhecido seu uso na medicina popular, ainda uma literatura escassa e poucos estudos e que oferecessem fundamentos científicos para as ações farmacológicas do fruto do babaçu (MARTINS et al, 2006). Os produtos da romã obtidos por Junior et al. (2016) tiveram um efeito sinérgico, fato que contribuiu na cicatrização completa das úlceras de língua nos ratos. Relatou-se que o chá da casca aplicado no local (bochechos) + a ingestão da polpa da *Punica granatum L.* se mostram eficazes no tratamento das afecções causadas nas línguas dos animais, e por isso, ratifica-se o

uso concomitante dos dois derivados da romã na odontologia como coadjuvantes no tratamento clínico de úlceras bucais e aftas, por suas propriedades cicatrizantes observadas em mucosa de língua de ratos. Na análise do extrato da *Musa sapientum* no leito das feridas realizadas no pós-operatório mostrou-se eficácia na cicatrização por segunda intenção em pele de ratos, com grande poder de cicatrizante, quando comparado a *Aloe Vera*, Colagenase e um placebo. Mais exigiu-se uma experimentação morfológica e de grupos maiores para uma melhor significância. (ALVES et al, 2011). O extrato hidroetanólico das folhas de *M. oleifera* foi também relatado com propriedades cicatrícias em lesões cutâneas de ratos por meio de colageneização no tecido, mas existe a necessidade de estudos fitoterápicos com uma formulação tópica para cicatrização. (NUNES JR, 2006). Foi demonstrada por Leite et al.(2015) em seu estudo que a *A. S. obtusifolium* atua na fase inflamatória do processo de cicatrização de feridas, interferindo na migração celular, após administração tópica em ratos, com potencial de cura de feridas. Entretanto são necessários estudos futuros para elucidar o mecanismo de ação anti-inflamatório desta espécie na cura de feridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O acesso a fitoterapia pela população é sua facilidade de na obtenção fazem com que seu consumo seja mantido, e propagado por várias gerações. A necessidade de estudos que comprovem os efeitos de plantas medicinais ainda é tocante, a escassez de trabalhos a nível metabólico e histológico é outro fator preocupante. Apesar de existir fauna e flora em abundância no Brasil, exigiriam outras pesquisas para isolar os efeitos terapêuticos e que comprovem o conhecimento histórico para a elaboração de terapias com plantas medicinais, sem nenhum risco ao usuário.

PALAVRAS-CHAVE: Fitoterapia; Cicatrização; Plantas Mediciniais.

REFERÊNCIAS: ALVES, et al. Análise Qualitativa do Processo de Reparo em Cicatriz Cirúrgica de Ratos Tratados com Extrato de Musa Sapientum, Aloe Vera, Colagenase e Placebo. Revista Ciências em Saúde. v1, n 2 jul 2011. ALVIM, N.A.T. et al. O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico: das influências da formação profissional às implicações éticas e legais de sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizada pela enfermeira. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v.14, n.3, p.316-323, 2006. CARVALHO, A. C. B.; SILVEIRA, D. Drogas vegetais: uma antiga nova forma de utilização de plantas medicinais. Brasília Médica, v.48, n.2, p.219-237, 2010. DASH, G.K.; MURTHY, P.N. Studies on Wound Healing Activity of Heliotropium indicum Linn. Leaves on Rats. International Scholarly Research Network Pharmacology, Article ID 847980, p.1-8, 2011. MARTÍNEZ GUERRA, María Julia et al. Actividad antimicrobiana de un extracto fluido al 80% de Schinusterebinthifolius Raddi (copal). Revista Cubana de Plantas Medicinales, v. 5, n. 1, p. 23-25, 2000. JÚNIOR, et al Estudo da ação da romã (*Punica granatum* L.) na cicatrização de úlceras induzidas por queimadura em dorso de língua de ratos Wistar (*Rattus norvegicus*). Rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.18, n.2, p.423-432, 2016. LEITE, N.S et al. Avaliação das atividades cicatrizante, anti-inflamatória tópica e antioxidante do extrato etanólico da *Sideroxylon obtusifolium* (quixabeira) rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.17, n.1, p.164-170, 2015. MIGUEL, M. D.; MIGUEL, O. G. Desenvolvimento de Fitoterápicos. São Paulo: Robe Editorial, 2000. MARTINS, Nelson Lúcio Parada et al. Healing process in cutaneous surgical wounds in rats under the influence of Orbignyaphalerata aqueous extract. Acta Cirurgica Brasileira, v. 21, p. 66-75, 2006. NUNES JR, José Aldemir Teixeira et al. Evaluation of the hydro-alcoholic Schinusterebinthifolius Raddi (Aroeira) extract in the healing process of the alba linea in rats. Acta Cirurgica Brasileira, v. 21, p. 8-15, 2006. PILLA, M. A. C.; AMOROZO, M. C. M; FURLAN, A. Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. Acta bot. bras. v. 20, n.4, p.789-802, 2006. DE PAULA RAMOS, Antonielia; PIMENTEL, Luciana Cristina. Ação da Babosa no reparo tecidual e cicatrização/Effectiveness of Aloe vera on the tissue repair and healing process. Brazilian Journal of Health, v. 2, n. 1, 2013. SHAMUGA PRIYA, K.

et al. Healing potential of *Datura alba* on burn wounds in albino rats. *Journal of ethnopharmacology*, v.83, p.193-9, 2002. SIMÕES, C. M. O. et al. *Farmacognosia da planta ao medicamento*. Florianópolis: UFSC e UFRS, 1999.

ANALISE COMPARATIVA DE PARÂMETROS CARDIORRESPIRATÓRIOS EM INDIVÍDUO JOVENS PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS VERSUS SEDENTÁRIOS

Raquel Rodrigues Araujo; Lucas Santos Alves; Elson Ewerton Araújo Santana; Aucelia Cristina Soares de Belchior

INTRODUÇÃO: O sedentarismo é um problema de saúde pública de maior prevalência na população mundial, que foi gerado a partir das enormes mudanças que ocorreram no modo de vida das pessoas, estando intimamente associado a problemas cardiovasculares, respiratórios, obesidade, hipertensão, diabetes e as doenças crônicas degenerativas que apresentam um alto índice entre as mortalidades e as incapacidades mundiais (SHEPHARD; BALADY, 2007; MAIA et al, 2010). Já o exercício físico, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC, 2010 é capaz de promover importantes benefícios no estado geral de saúde, atuando na prevenção, no controle e no tratamento de diversas morbidades, dentre estas destaca-se os distúrbios cardiorrespiratórios.

REFERENCIAL TEÓRICO: A atividade física é uma expressão que pode ser definida como qualquer movimento capaz de realizar gasto energético além dos níveis de repouso. É uma característica ligada ao comportamento humano, útil para o bom desenvolvimento orgânico e sócio-afetivo das pessoas (NAHAS; GARCIA, 2012). Segundo Melo et al. (2005), a atividade física é fundamental para manter uma boa função do sistema cardiorrespiratório, onde os praticantes de atividade física têm uma melhor qualidade de vida decorrente de função cardiorrespiratória mais aprimorada, aumentando, assim, a probabilidade de alcançar uma maior sobrevida, uma vez que, não estão expostos as mesmas quantidades de fatores de riscos aos quais os indivíduos sedentários estão sujeitos..

OBJETIVO: Avaliar os efeitos da atividade física sobre os parâmetros cardiorrespiratórios dos indivíduos jovens praticantes de atividade física versus sedentários.

MÉTODOS: Trata-se de uma pesquisa aplicada transversal com características exploratória com objetivos quantitativos. A referida pesquisa foi desenvolvida em uma Clínica Escola de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Patos-PB. Participaram da pesquisa 8 indivíduos de ambos os gêneros. Os mesmos foram divididos em dois grupos distintos: um grupo praticante de atividade física e um grupo constituído por indivíduos sedentários. Para a realização do teste de esforço foi utilizado o protocolo de Naughton, seguindo às orientações da III Diretrizes da SBC (Sociedade Brasileira de Cardiologia) sobre o Teste Ergométrico de 2010. Logo após, foram mensurados: Pressão Arterial, Frequência Cardíaca e respiratória. O nível de atividade física foi determinado pelo Questionário Internacional de Atividade Física- Versão curta. Sendo classificados com ativos aqueles que praticam atividade física moderada ou intensa três ou mais dias por semana e sedentários aqueles indivíduos que realizam menos de 10 minutos de atividade física durante a semana. Os dados foram analisados e apresentados na forma de tabelas e figuras. Para isso foi utilizado o SOFTWARE O GRAPHPAD-PRISM 5.0 (Canadá). Foi considerado estatisticamente significativo quando $P > 0,05$. E os resultados foram discutidos a luz da literatura pertinente. O projeto foi aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Patos – FIP, sob nº: 1.239.203 e seguiu as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A amostra, constituída por 8 indivíduos, sendo 3 do gênero masculino (37,5 %) e 5 feminino (62,5%). Quanto ao grupo dos sedentários, os participantes tinham idade de $24 \pm 2,42$ anos, peso de $61,62 \pm 7,01$ kg e altura de $1,73 \pm 0,05$ cm. Já o grupo dos ativos apresentaram uma média de idade de $24 \pm 0,9$ anos, peso de $61,4 \pm 7$ kg e altura de $1,67 \pm 0,056$ cm. Durante a realização do teste, os indivíduos sedentários permaneceram com frequência cardíaca mais elevada, em torno de 180 bpm, enquanto que os indivíduos ativos apresentaram uma frequência cardíaca mais baixa, cerca de 145 bpm. Quanto a variação da ventilação pulmonar (l/min), ambos os grupos, apresentaram valores de repouso de aproximadamente 5 l/min, sofrendo uma elevação até o término do teste. Porém, o grupo dos sedentários mantiveram uma maior ventilação pulmonar, cerca de 27 l/min. Com relação à mecânica pulmonar, verificou-se que o volume minuto e volume corrente estão estatisticamente relacionados à atividade física, ou seja, a quantidade de ar que se movimenta pelas vias aéreas a cada minuto é mantida melhor naqueles indivíduos que praticavam atividade física regular (GOYA et al., 2013). Os sedentários obtiveram um consumo de oxigênio maior que os ativos no início do teste, mas ao término dos 16 minutos, os indivíduos ativos atingiram os valores dos sedentários. O VO₂max representa o limite da capacidade aeróbica no transporte e consumo do oxigênio em todo o corpo. Além de ser um parâmetro amplamente utilizado que demonstra a interação dos sistemas nervosos, cardiopulmonar e metabólico (DAY et al., 2015). Já o gasto energético dos indivíduos sedentários versus ativos durante a realização do teste, mensurado em MET (equivalente metabólico), verificou-se que entre os indivíduos sedentários e ativos não houve uma diferença significativa. Os valores de VO₂ máx variam conforme idade, sexo, peso, nível de atividade física e tipo de exercício. Tabagistas e sedentários apresentam valores menores (HERDY ; UHLENDORF , 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do exposto, podemos observar que o grupo composto por praticantes de atividade física obtiveram bons valores nos indicativos da função cardiorrespiratória. E que é de suma importância ressaltar que a atividade física é de fundamental para manter uma excelente função do sistema cardiorrespiratório. E ainda, este estudo espera contribuir, principalmente, para conscientizar a população sobre a importância da prática regular de atividade física.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física; Parâmetros cardiorrespiratórios; Sedentarismo.

REFERÊNCIAS: DAY, J.R. et al. The maximally attainable VO₂ during exercise in humans: the peak vs maximum issue. *J. Appl. Physiol.* 95: p. 1901-1907, 2015. GOYA, K.M. et al. Atividade física regular preserva a função pulmonar em pacientes com espondilite anquilosante sem doença pulmonar prévia. *Rev. Bras. Reum.* 49 (2), 2013. HERDY A.H.; UHLENDORF D. Valores de Referência para o Teste Cardiopulmonar para Homens e Mulheres Sedentários e Ativos. *Arq. Bras. Cardiol.*, 2010. MAIA, R. B. et al. Efeito da Prática de Capoeira sobre os Parâmetros Cardiovasculares. *Rev. Bras. Cardiol.* 23 (1), 2010. MELO R. C. et al. Effects of age na physical activity on the autonomic control of heart rate in healthy men. *Braz. J. Med Biol Res.* 38 (9): p. 1331-38, 2005. NARAS M.V.; GARCIA L.M.T. Um pouco de história, desenvolvimento recentes e perspectivas de para a pesquisa em atividade física e saúde no Brasil. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp., SP*, v. 24, n. 1, p. 135-148, 2010. SHEPHARD, Roy J.; BALADY, Gary J. Exercise as cardiovascular therapy. *Circulation*, v. 99, n. 7, p. 963-972, 1999. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA – SBC - III Diretrizes - sobre o Teste Ergométrico, 2010.

AVALIAÇÃO APLICADA POR DOCENTES NO CURSO DE ODONTOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Denis do Nascimento Soares; Maria Cleide da Fonseca Azevedo; Marcela Meira Ramos Abrantes

INTRODUÇÃO: Diante a oferta dos Cursos de Bacharelado em Odontologia, há uma grande preocupação nos diversos setores educacionais, no que se refere à oferta de um curso de qualidade para formação de novos profissionais que serão inseridos no mercado de trabalho, ressaltando as diversas adaptações na transição dos alunos do ensino médio ao superior. Levando em conta as diversas disciplinas do curso de Odontologia, é necessário que o docente do ensino superior pondere as formas avaliativas, a fim de garantir eficiência e qualidade no ensino, tendo em vista que a Odontologia atual requer prática e qualidade na execução dos trabalhos realizados pelas diversas especialidades inseridas no seu meio.

REFERENCIAL TEÓRICO: Para Saliba et al. 2008, a avaliação dos métodos de avaliação está inserida em um contexto de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem. Quando estes métodos são avaliados pelos próprios sujeitos nos quais vão ser utilizados, há uma análise crítica e, conseqüentemente, renovação e reciclagem destes métodos, para uma melhor fixação dos conhecimentos e formação de recursos humanos. Assim, julgar, examinar criticamente, e fazer recomendações é criar condições para o desenvolvimento da qualidade educacional. Segundo Estrela (2005) Utilizada no início de qualquer aprendizagem para determinar a presença ou ausência de habilidades e ou pré-requisitos, cognitivos, afetivos e habilidades, identifica as causas de repetidas dificuldades na aprendizagem, o conhecimento dos educandos, sendo que os instrumentos mais utilizados constituem-se de pré-teste, questões padronizadas de rendimento, ficha de observação e outros. Muitos recursos têm sido direcionados para a melhoria da atividade docente nos últimos anos, entre eles o sugerido pelo grande educador brasileiro Paulo Freire (2005)¹, que cita: “O modelo da educação problematizadora, que envolve a participação ativa dos sujeitos do processo ensinoaprendizagem, educador e educando”. A utilização dessa metodologia na prática docente pode dinamizar o processo educativo, no sentido de propiciar uma reflexão mais crítica sobre a ação do professor, possibilitando mudanças em sua atuação, pois amplia os horizontes de sua intervenção na atual situação do ensino na área da saúde (Nogueira et al. 2010). Hoffmann (2000) avança no que diz respeito a, avaliar nesse novo paradigma: dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas.

OBJETIVO: Analisar os métodos avaliativos adotados por docentes do ensino superior de instituições de ensino.

MÉTODOS: Este estudo tratou-se de uma revisão de literatura, com pesquisa na base de dados de artigos científicos do meio acadêmico, dentre eles SCIELO, BIREME, LILACS, dentre outros, dos respectivos anos 2000-2016. Dando enfoque as formas avaliativas utilizadas por docentes do ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: De acordo com Ferraz Jr et al. 2016, a problematização como um método ativo de ensino permite a construção da aprendizagem a partir de problemas enfrentados na vida real, bem como a integração de conteúdos básico e profissional, e entre teoria e prática, para superar os limites da formação tradicional e da prática clínica. O sistema educacional adota a avaliação

com uma classificação na tentativa de verificar a aprendizagem do saber a ser aprendido, selecionando competências que muitas vezes não podem ou devem ser quantificadas. Mas como saber se alguma competência pode ou não ser medida e avaliada. O sistema educacional impõe que a avaliação seja aprendida pelos alunos no mesmo modo e nos mesmos momentos e valoriza as competências de forma fragmentada. Alguns alunos apresentam dificuldades didáticas, outros metodológicas, um dos motivos pode estar elencado com a forma de avaliar descontextualizada e fragmentada. Uma das alternativas no desenrolar desta tarefa pode ser o ensino por pesquisa, abordado por autores em destaque na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir do exposto chega à conclusão que os métodos avaliativos utilizados pelos docentes do ensino superior, são de forma igualitária a fim de garantir um ensino de qualidade para discentes do ensino superior, onde os mesmos utilizam diversos artifícios para avaliação dos mesmos. De forma geral é possível analisar que há muitos patamares e regras a serem seguidas, tendo em vista que as instituições zelam pela excelência no ensino superior. Uma preocupação dos educadores do ensino superior é a forma de avaliação dos alunos, tendo em vista que para muitos será o primeiro contato com uma prática minuciosa e com riqueza de detalhes.

PALAVRAS-CHAVE: ensino; qualidade; avaliação; educadores

REFERÊNCIAS: ESTRELA, Carlos. Metodologia Científica – Ciências, Ensino e Pesquisa. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2005. FERRAZ JR, Antônio Márcio Lima. Percepção de estudantes de Odontologia sobre metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem. Revista Abeno, 2016. HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 15ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. _____. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 29ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. NOGUEIRA, Antonio José da Silva et al. Visão de Alunos do Curso de Odontologia Sobre Métodos Avaliativos. UNOPAR Cient, 2010. SALIBA, Nemre Adas eT al. Métodos de avaliação de aprendizagem empregados no curso de graduação de Odontologia. Revista de Odontologia da UNESP, 2008.

A JUDICIALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA NO BRASIL

Vanessa Meira Cintra Ribeiro; Sérgio Baxter Andreoli

INTRODUÇÃO: Como forma de judicialização da política da saúde, a concessão de medicamentos pela via judicial tem sido crescente, havendo o requerimento aos governos (federal, estadual e municipal) de medicamentos muitas vezes não contemplados na lista de medicamentos essenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) (Stamford e Cavalcanti, 2012). Além de que a novos medicamentos vem sendo sempre lançados no mercado, e mesmo com as reformulações da Assistência Farmacêutica (AF) e revisões na Relação Nacional de Medicamentos (Rename), o fenômeno da judicialização tem contribuído para entrada de medicamentos não padronizados pelo SUS ou não pertencentes ao Componente Especializado da AF (CAMPOS NETO ET AL., 2012; BOING et al 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO: A judicialização da saúde tem sido considerada uma questão recente, ampla e que requer discussão sobre o tema, onde o insumo mais judicializado é o medicamento (DINIZ, MACHADO E PENALVA, 2014). Além de que há um crescimento do número de ações judiciais, entretanto sem que haja uma conhecimento real da dimensão do problema, acarretando impacto nas contas públicas e repercussões na gestão dos serviços públicos (NUNES; RAMOS JUNIOR, 2016). Deve-se considerar as lacunas relacionadas aos serviços que gera a impossibilidade de acesso universal aos medicamentos, levando a população a reconhecer no SUS a sua alternativa para viabilizar o acesso a certos medicamentos. Antepondo-se, portanto, um desafio ao SUS e a AF em equilibrar os preceitos constitucionais, o estímulo ao uso racional de medicamentos e as ações judiciais (BOING et al., 2013).

OBJETIVO: O presente trabalho visou analisar a judicialização da saúde em âmbito nacional para o acesso à assistência farmacêutica.

MÉTODOS: A metodologia proposta foi uma revisão sistemática de artigos originais, datados de 2011 à 2016, com o tema “judicialização da saúde” e “assistência farmacêutica” que estivessem relacionados em nível estadual, na base do scielo e Lilacs. Foram excluídos artigos de revisão, teses e estudos em âmbitos municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Foram encontrados 5 artigos tratando do tema por estado brasileiro, destes 2 eram do nordeste (Pernambuco e Ceará). Aponta-se no quadro 1 o resumo dos estudos acerca da judicialização da assistência farmacêutica. Todos os artigos trazem como sendo crescente a judicialização de medicamentos contra os governos. Observou-se que as judicializações se diferem entre os tipos de doenças que tem levado a solicitação de fármacos. Entretanto, aponta-se a alguma semelhança entre Pernambuco, Minas Gerais e Ceará com elevada proporção para medicação para diabetes, mesmo sendo esta uma doença coberta para tratamento pelo SUS.

Quadro 1. Resumo dos Estudos em Nível Estadual da Judicialização da Assistência Farmacêutica no Brasil, 2011 a 2016.

Estudo	Estado Estudado	Principais Resultados
Campos Neto et al, 2012	Minas Gerais	Dos 18 medicamentos judicializados, 12 eram contemplados no Programa Nacional de Assistência Farmacêutica; Doenças que mais levaram a judicialização foram: artrite reumatoide e diabetes
Boing et al., 2013	Santa Catarina	Aumentos das ações em medicamentos de 1878% no último quadriênio da pesquisa; Doenças que mais houve requisição: doenças do sistema nervoso Central (20,6%) e aparelho cardiovascular (19%)
Diniz, Machado e Penalva, 2014	Distrito Federal	Aumento de 89% no número de processos nos últimos 3 anos. Doenças que mais houve requisição: doenças do aparelho circulatório (28%) e aparelho respiratório (24%)
Stanford e Cavalcanti, 2012	Pernambuco	8 empresas relacionadas a 80% dos fármacos judicializados. 90,5% dos recursos da SES/PB de judicialização para aquisição de 7 fármacos. Medicamentos mais solicitados: para neoplasias e imunomodulador (33,6%) e aparelho respiratório (17,2%)
Nunes e Ramos Júnior, 2016	Ceará	Aumento no número dos processos. Doenças que mais houve requisição: neoplasia (linfoma) e (12,3%) e diabetes (9,2%)

Fonte: Elaboração Própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As ações da judicialização da saúde tem se tornado cada vez mais expressivas, chegando a incrementos de 89 a 1878%, os resultados obtidos corroboram entre si nesse aspecto reforçando a necessidade de melhor articulação entre os entes federativos e judiciário, com objetivo de reduzir as ações judiciais e universalizar as ações do SUS, com foco no bem estar da população. Não obstante, cada estado tem uma representatividade de requisições por tipo de doenças, reforçando os aspectos epidemiológicos inerentes a cada local e que devem ser priorizados nos protocolos clínicos da AF por área geográfica.

PALAVRAS-CHAVE:judicialização, saúde, assistência farmacêutica.

REFERÊNCIAS:BOING, A.; BLOEMER, N. S.; ROESLER, C.; FERNANDE, A. A Judicialização do Acesso aos Medicamentos em Santa Catarina: Um desafio para a gestão do sistema de saúde. Rev. Dir. sanit., São Paulo, v. 14, n. 1, p. 82-97, 2013.CAMPOS Neto O. H. et al. Médicos, advogados e indústria farmacêutica na judicialização da saúde em Minas Gerais, Brasil; Rev Saúde Pública. v.46, n.5, p. 784-90. 2012.DINIZ, D.; MACHADO, T. R. C.; PENALVA, J.; A judicialização da saúde no Distrito Federal, Brasil; Ciência & Saúde Coletiva, v.19, n.2, p.591-598, 2014.NUNES, C. F.; RAMOS JUNIO, A. N. Judicialização do direito à saúde na região Nordeste, Brasil: dimensões e desafios. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, v.24, n. 2, p. 192-199. 2016.STAMFOR, A.; CAVALCANTI, M. Decisões Judiciais Sobre o Acesso a Medicamentos em Pernambuco. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 96, n. 5, p. 791-799, 2012.

A DANÇA E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE HUMOR DE IDOSAS

José Patrício Gonçalves de Sousa; Alana Simões Bezerra

INTRODUÇÃO: Um fenômeno mundial que vem influenciando políticas públicas de vários países é o envelhecimento populacional. Ele é resultado da redução da natalidade e aumento da longevidade e das taxas de expectativa de vida, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Estimativas apontam que em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos e, até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). Há um reconhecimento que a prática de atividades físicas é um relevante meio de promoção da saúde e redução dos fatores de risco, além de aumentar a longevidade dos idosos (OMS, 2015). A musculação ou Treinamento com Pesos, por sua vez, qualifica-se como uma excelente forma de exercício físico para os idosos, uma vez que minimiza as perdas funcionais, a perda de massa muscular e de massa óssea, retomando o ganho de força, equilíbrio e flexibilidade. Em meio a essa concordância, algumas dúvidas ainda persistem sobre a evolução do ganho de força nos idosos em resposta ao treinamento com pesos, principalmente quando se trata de indivíduos com nível elevado de independência funcional e/ou em programas conduzidos por períodos longos. Em contrapartida, em meio às modalidades de atividade física destaca-se a dança, que possibilita diversão, contato afetivo entre os parceiros, propícia interação social, tendo sido demonstrados os benefícios na função endotelial, pressão arterial, aptidão cardiorrespiratória, que refletem na melhora da qualidade de vida. Acredita-se que as pessoas que praticam a dança, frequentemente são mais motivadas a aderirem à atividade física do que integrantes de programas de atividades físicas convencionais (CARVALHO et al., 2015).

REFERENCIAL TEÓRICO: A dança é uma arte que se desenvolve no espaço e no tempo, expressando sensibilidade através do movimento corporal, de modo harmonioso ou não, conforme a interpretação e a estética de expressão. Podendo desempenhar vários papéis na sociedade: válvula de escape social segura, agente de controle social, iluminadora espiritual, transmissora de valores e heranças, educadora, definidora de divisas territoriais e sociais e guardiã de rituais (ANDREOLI, 2010). Sucessivamente no final do século XX, surgiria a dança pós-moderna, ou contemporânea, como protesto ou rompimento das estruturas tradicionais, mas somente no ano de 1980 ela começa a ganhar suas próprias definições elaborando assim sua própria linguagem de dança, buscando se libertar de vez do balé. Com isso é notório que a dança se despiu de todo um tradicionalismo existente com a técnica clássica para mostrar as mudanças políticas, sociais e morais e dizer que esta arte do movimento faz com que o ser humano desempenhe papéis perante a sociedade (ANDREOLI, 2010).

OBJETIVO: Analisar a influência da dança e do treinamento com pesos no estado de ânimo em idosas.

METODOLOGIA: Os sujeitos investigados pela pesquisa foram 16 mulheres idosas, participantes de atividades físicas realizadas no grupo Vida Ativa, projeto desenvolvido no curso em Bacharelado em Educação Física das Faculdades Integradas de Patos. A seleção da amostra foi não probabilística intencional, pois oportunizaremos a participação de todas as participantes do projeto Vida Ativa. Como instrumento da pesquisa, utilizamos o LEA-RI – Lista de Estado de Ânimo Reduzida e Ilustrada (VOLP, 2000). Para analisar e comparar o estado de ânimo das idosas durante as atividades de dança e de treinamento com pesos. Esse questionário consiste em uma lista de 14 adjetivos: Feliz, Ativo, Calmo, Leve, Agradável, Tímido, Cheio de Energia, Triste, Espiritual, Agitado, Pesado, Desagradável, Com medo e Inútil. Os participantes da pesquisa preencheram a lista individualmente por escrito, no

início e imediatamente ao final das aulas, indicando por um sistema de escolha qual a intensidade de cada sensação naquele exato momento. Sendo: muito forte=4, forte=3, pouco=2 e muito pouco=1. Foram observadas aulas com ritmos variados (samba, música eletrônica, forró, música clássica, música romântica e religiosa). Sendo esta, uma pesquisa qualitativa, para análise dos dados tivemos suporte da literatura para avaliar o estado de ânimo dos idosos na dança e no treinamento com pesos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Percebemos que a prática da dança e do treinamento com pesos teve influência no estado de ânimo das idosas. O resultado demonstra uma melhora positiva dos adjetivos ao iniciar e ao finalizar, houve um aumento da motivação para exercitar-se e a socialização, fazendo com que os sujeitos se sintam mais confortáveis e felizes após as aulas. Também relacionado a esse resultado os autores Edworthy e Waring (2006), afirmam que a presença da música em exercício com intensidades moderadas, com frequência cardíaca máxima entre 50 e 75% é capaz de melhorar o estado de ânimo. Esse resultado positivo pode-se atribuir ao fato da música ser um bom estímulo, propiciando prazer às idosas, tirando a atenção dos problemas sociais e de saúde recorrentes nessa fase da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O presente estudo verificou que com a prática da dança e do treinamento com pesos houve um aumento na sociabilidade das idosas, aumentando de forma vigorosa a intensidade dos adjetivos positivos, o que proporcionou a essas idosas uma melhora na qualidade de vida, devido aos estímulos agradáveis e instigantes que a prática das atividades oferece.

REFERÊNCIAS: ANDREOLI, G. S. Representações de masculino na dança contemporânea. 2010. (Dissertação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. CARVALHO, G. M. D. et al. Exercício físico e sua influência na saúde sexual. *Cinergis*, v. 16, n. 1, 2015. EDWORTHY, J.; WARING, H. The effects of music tempo and loudness level on treadmill exercise. *Ergonomics*, London, v.49, n.15, p.1597-610, 2006. OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. 2015. Disponível em: . Acesso em: 29 set. 2016. VOLP, C. M. LEA para populações diversas. Rio Claro: UNESP, 2000.

EPIDIDIMECTOMIA PARA TRATAMENTO DE FÍSTULA CUTÂNEA DE TUBERCULOSE TESTICULAR: RELATO DE CASO

Ingrid Pinto Torres; Filipe Diógenes Forte Melo; Antônio Gomes da Costa Segundo

INTRODUÇÃO: A incidência de tuberculose extrapulmonar tem aumentado consideravelmente, tornando-se uma infecção oportunista comum, devido ao aumento mundial da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (MUTTARAK; PEH, 2006). Sendo o acometimento ao sistema geniturinário uma das formas mais graves e o local mais acometido, em face da dificuldade de seu diagnóstico que, em geral, acontece tardiamente. Tal dificuldade se justifica pelo longo período em que a pessoa infectada apresenta as primeiras manifestações, variando entre 5 e 30 anos (NAPOLI, 2011). A tuberculose testicular (TT), ocorre em aproximadamente 7% dos pacientes com tuberculose, sendo assim uma forma rara de tuberculose urogenital (MUTTARAK; PEH, 2006). Podendo resultar de uma extensão retrógrada da infecção a partir da próstata e vesículas seminais, assim como de propagação hematogênica (AU et al., 2016). Comumente é apresentado como inchaço testicular doloroso ou brando com ou sem ulceração escrotal ou descarga sinusal, envolvendo o epidídimo (MUTTARAK; PEH, 2006). A prevalência de história associada de infecção tuberculosa anterior varia de 0% a 70% dos casos. Em grande parte dos casos, é necessário fazer o diagnóstico diferencial pois a tuberculose escrotal clinicamente imita muitas vezes lesões como tumor testicular e infarto, assim como imitar a torção testicular (CHUDASAMA; SIDHU; SHAH, 2016). A faixa etária mais acometida é de homens entre 20-50 anos, já nos idosos, desenvolve-se dilema diagnóstico entre malignidade testicular e tuberculose testicular, sendo a primeira é mais comum do que a segunda (NAPOLI, 2011).

OBJETIVO: Relatar o caso de um paciente portador de tuberculose urogenital, acompanhada de fístula cutânea, devido à raridade do caso por conta da disseminação da tuberculose extrapulmonar para região urogenital.

MÉTODOS: S.J.S, sexo masculino, 34 anos, deu entrada em consultório médico relatando que no último ano a consulta, ocorreu evolução do quadro clínico, com história pregressa de perda de peso, queda estado geral associado a dor em ambos os testículos e a aumento destes que há alguns meses vem apresentando eliminação de secreção purulenta em orifícios de região cutânea em ambos os testículos. Referiu procurar outros serviços médicos ao qual foi prescrito antibiótico, não soube informar quais, e não obteve melhora clínica. Antecedentes pessoais: casado, parceira única, leitorista de companhia de água e esgoto, negou diabetes ou tabagismo. Ao exame físico foi visto alterações de um paciente com perda ponderal, presença de dor testicular bilateral e sinais inflamatório em epidídimo bilateralmente, associado a fístula epidídimo cutânea com eliminação persistente de secreção purulenta em ambos os testículos. A Ultrassonografia da bolsa escrotal com Doppler, revelou achados sugestivos de orquitepididimite bilateral e hidrocele reacional, a esquerda (Imagem 1). E epidídimo esquerdo bastante espessado e com sinais vasculares aumentados ao doppler (imagem 2)



Imagem 1



Imagem 2

O TC de tórax revelou, infiltrado parenquimatoso do tipo miliar difuso, consolidações parenquimatosas no lobo superior do pulmão direito, com cavitações, e no lobo médio, assim como consolidações parenquimatosas no lobo superior do pulmão esquerdo com processo inflamatório específico em atividade. A TC de abdômen revelou espessamento das alças intestinais, achado sugestivo de processo inflamatório granulomatoso. E por fim foi realizada uma biópsia do epidídimo, na qual foi confirmada uma epididimite crônica granulomatosa, tuberculoide com extensa necrose caseosa central (imagens 3 e 4).

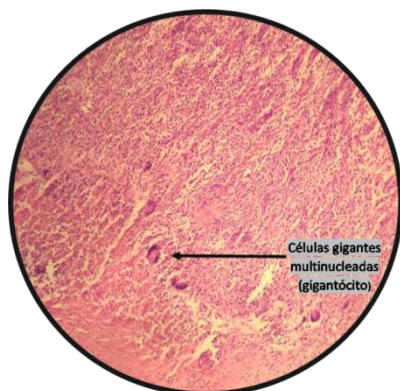


Imagem 3

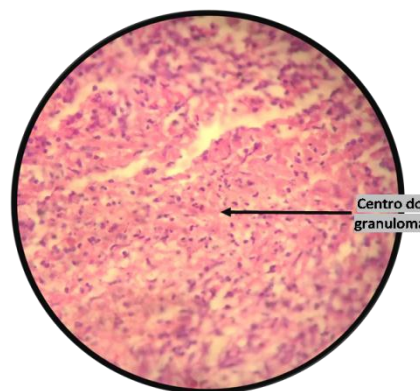


Imagem 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O paciente foi encaminhado para iniciar o tratamento específico, para Tuberculose (TB) extrapulmonar, a partir do uso do esquema básico para adultos e adolescentes, foram utilizados os fármacos Rifampicina + Isoniazida + Pirazinamida + Etambutol, durante os dois primeiros meses, na fase intensiva, seguido do uso de Rifampicina + Isoniazida nos 4 meses seguintes, na fase chamada de manutenção, sendo todas as dosagens baseadas na idade e peso do paciente (SAÚDE, 2011). Com o tratamento houve evolução e melhoria do estado geral, com consequente diminuição do processo inflamatório em testículo e com melhorado quadro doloroso e edema. O processo fistuloso do testículo direito houve regressão completa, mas a esquerda permaneceu a eliminação de secreção persistente. Após 3 meses finalizado o esquema para TB extrapulmonar houve permanência da fístula epidídimo cutânea esquerda e foi realizada epididimectomia esquerda com resultado satisfatório para tratamento desta patologia.

ESQUEMA BÁSICO PARA TRATAMENTO DE TB NO BRASIL

Esquema	Fármacos	Peso	Dose	Meses
2RHZE Fase intensiva	RHZE*	Até 20kg 20-35kg 36-50kg > 50kg	R: 10mg/kg/dia H: 10mg/kg/dia Z: 35mg/kg/dia E: 25mg/kg/dia 2 comprimidos 3 comprimidos 4 comprimidos	2
4RH** Fase de manutenção	RH	Até 20kg 20-35kg 36-50kg > 50kg	R: 10mg/kg/dia H: 10mg/kg/dia 2 comprimidos 3 comprimidos 4 comprimidos	4

O número antecedendo a sigla indica o número de meses de tratamento.

Dose por comprimido: R = 150mg; H = 75mg; Z = 400mg; E = 275mg.

*RHZE = R (Rifampicina); H (Isoniazida); Z (Pirazinamida); E (Etambutol)

**Nos primeiros meses de implantação do novo esquema, a fase de manutenção continuará sob a forma de cápsulas.

(SAÚDE, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A TT é uma condição rara, em que a perspicácia clínica e o conhecimento sobre esta é associado a utilização do USG da bolsa escrotal com adição do Doppler, a qual aumenta a precisão diagnóstica e é atualmente a melhor técnica, possibilitando diferenciar lesões extra- e intra-testiculares, as quais são cruciais para o diagnóstico e a condução do caso. O tratamento clínico padrão é esquema antibioticoterapia para TB extrapulmonar, mas a epididimectomia pode ser uma terapia aplicada para os casos complicados com fístula cutânea de difícil resolução. Deve-se alertar a possibilidade desta patologia, como ocorreu neste caso, a persistência de um orquitepididimite de evolução arrastada e com várias tentativas terapêuticas sem melhora clínica. O diagnóstico diferencial com tumor testicular deve ter uma atenção especial em virtude diferente prognóstico e abordagens terapêuticas.

PALAVRAS-CHAVE: Tuberculose Urogenital; Fístula testicular; Epididimectomia.

REFERÊNCIAS: MUTTARAK, Malai; PEH, Wilfred C. G.. Case 91: Tuberculous Epididymo-orchitis. Radiology, [s.l.], v. 238, n. 2, p.748-751, fev. 2006. Radiological Society of North America (RSNA). CHUDASAMA, Nirmala; SIDHU, Roopkamal; SHAH, Nilay. Classical case of tuberculous Epididymo-orchitis and how to rule out differentials on sonography. West African Journal Of Radiology, [s.l.], v. 23, n. 1, p.32-35, 2016. Medknow. NAPOLI, Allan Eurípedes Rezende. Perfil Epidemiológico da Tuberculose Urogenital no Distrito Federal, Brasil, em Nove Anos (2001 a 2009). 2011. 50 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Unesp, Brasília, 2011. AU, Kya et al. Tuberculous Epididymo-orchitis Demonstrating a Sonographic Miliary Pattern. Hong Kong Journal Of Radiology, [s.l.], p.52-56, 13 abr. 2016. Hong Kong Academy of Medicine Press. SAÚDE, Ministério da. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil: esquemas de tratamento. Brasília: Editora MS, 2011.

PRÁTICAS DE SAÚDE COLETIVA NO AMBIENTE ESCOLAR: A AÇÃO DOS ACADÊMICOS DE NUTRIÇÃO FRENTE A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Ivandro Gomes da Silva, Paloma Cyntia da Silva Figueiredo Siqueira, Janaína Lúcio Dantas

INTRODUÇÃO: O Brasil vem passando por uma transição nutricional, demonstrada pelos altos índices de sobrepeso e obesidade, porém ainda convivendo com casos isolados de desnutrição. Sobrepeso e obesidade são classificados como fatores de riscos para doenças crônicas. Mediante os problemas alimentares e nutricionais atuais, a EAN se consolida como uma importante estratégia de promoção da saúde. Suas ações baseiam-se em diferentes abordagens educacionais e pedagógicas que propiciam o diálogo e a reflexão sobre aspectos relacionados a alimentação e nutrição ao longo da vida dos indivíduos (BRASIL, 2012).

REFERENCIAL TEÓRICO: A infância e adolescência é um período em que se exige uma alimentação saudável e equilibrada para que se possa obter um bom desenvolvimento físico e intelectual, nesta fase a alimentação inadequada pode ocasionar problemas no desenvolvimento físico e cerebral, além de comprometimento do sistema imunológico. Por isso é importante que consumam alimentos dos quatro grupos básicos (verduras, legumes e frutas, cereais, leite e derivados, carnes), combinando variedade e quantidade adequadas de alimentos a idade e o grau de atividade de cada um (ECRISIA, 2014). Considerando a escola como espaço de convivência e de troca de vivências, as atividades de educação alimentar e nutricional podem ser levada ao núcleo familiar e, nesse aspecto, destaca-se o papel da merenda escolar, como uma ferramenta promotora de ensino e aprendizagem. Uma escola promotora de saúde estimula, através do programa de alimentação escolar, boas práticas de alimentação e estimula na comunidade, a busca por escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis (ABERC, 2008).

OBJETIVOS: Este trabalho tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas durante a as atividades da Disciplina de Prática em Saúde Coletiva realizada pelos acadêmicos de Nutrição das Faculdades Integradas de Patos.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que irá abordar uma experiência vivenciada no estágio de saúde coletiva do curso de Nutrição das FIP, realizado em uma Escola Estadual de Ensino Médio da cidade de Patos – PB, entre os meses de março e abril de 2016, onde foram planejadas atividades dinâmicas com ênfase à educação alimentar e nutricional, abordando para cada semana um tema diferente para os alunos e para as merendeiras. Foi aplicada uma atividade utilizando a pirâmide alimentar de um modo interativo. Foi exposto os princípios de uma alimentação adequada e demonstrada a Pirâmide Alimentar Brasileira e distribuídas figuras de alimentos. Foi solicitado que os alunos colassem as imagens de alimentos em determinados grupos da pirâmide, conforme o seu consumo diário. Após essa atividade, foi proposta uma dinâmica da qual os alunos montariam um lanche de acordo com que eles achavam correto e de acordo com a explicação recebida pelos acadêmicos de nutrição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A Pirâmide Alimentar norte-americana é baseada em sete pontos principais, como ingestão de uma dieta variada em alimentos; manutenção do “peso ideal”; dieta pobre em gorduras, gorduras saturadas e colesterol; dieta rica em vegetais, frutas, grãos e produtos derivados dos grãos; açúcar com moderação; sal e sódio com moderação, bebidas alcoólicas com moderação. Foi

visto que a pirâmide alimentar é um ótimo instrumento de ensino e teve um papel fundamental na aprendizagem dos alunos, pois os mesmos interagiram de forma exemplar, portanto foi avaliado o grau de conhecimento através do consumo alimentar, sendo averiguado que havia uma deficiência de conhecimento entre os alunos em relação aos alimentos que seriam prejudiciais à saúde. Ao que se refere ao conhecimento dos alunos sobre alimentação e nutrição e ao comportamento alimentar, observou-se que as noções que eles trazem para a escola são construídas na família e influenciadas pelo grupo de amigos e pelos meios de comunicação, sendo que nem sempre essas noções se traduzem em conhecimentos ou estabelecem comportamentos alimentares saudáveis. Sobre a prática de educação alimentar e nutricional implantada, é possível afirmar, tanto pela forma como ocorreram as interações nas aulas como pelo interesse demonstrado pelos alunos, que este tipo de intervenção é viável e bem aceito pelos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O presente relato demonstra a importância de realização das atividades de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar buscando socializar conhecimentos sobre alimentação adequada e proporcionando segurança alimentar dos alunos, profissionais da educação e de seus familiares. Desta forma, é necessária a interação de toda comunidade escolar para a concretização da segurança alimentar e a capacitação. Nesse sentido, as atividades práticas, que fazem parte do currículo dos estudantes de nutrição são de suma importância para a sua formação, pois proporcionam aproximação dos vários públicos com a comunidade acadêmica frente à promoção da alimentação saudável.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes, Escola, Práticas Alimentares.

REFERÊNCIAS: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 14280/01, Cadastro de Acidentes do Trabalho - Procedimento e Classificação. BRASIL. NR 6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI. disponível em: http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_06_.pdf, acessado em 08/03/17 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012. ECRISIA, Mendes. Alimentação escolar. 2014. 43 folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. WELSH, S., DAVIS, C., SHAW, A. Development of the food guide pyramid. Nutrition Today, Annapolis, v.27, n.6, p.12-23, 1992b.

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM ABORDAGEM LÚDICA ATRAVÉS DO JOGO "BINGO SAUDÁVEL" PARA PACIENTES DIABÉTICOS E HIPERTENSOS

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Jannyne Paiva Alves, Rayssa Ferreira de Sousa, Janaína Lúcio Dantas

INTRODUÇÃO: Com a modificação do perfil epidemiológico brasileiro, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) atualmente possuem um papel de destaque entre as principais causas de morbimortalidade, exigindo a necessidade de reforços das ações de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento para o seu controle. O surgimento das DCNT, em especial, diabetes e hipertensão arterial, está associado a uma série de fatores, sendo, o sedentarismo e a alimentação inadequada, as principais causas do seu aparecimento, causando o aumento dos níveis tensionais ou glicêmicos dos indivíduos (MARINHO et al. 2011). A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um processo que objetiva a promoção de mudanças nas atitudes dos indivíduos com relação aos alimentos, entendida como uma série de ações intersetoriais, de educação permanente, adequadas às especificidades dos cenários de prática e que permitem a incorporação de temas sobre alimentação e nutrição (BRASIL, 2012). É importante a criação de abordagens em EAN mais próximas à realidade dos indivíduos e que sejam atraentes e de fácil compreensão, podendo assim estar divertindo e ensinando. A utilização de jogos como ferramenta de EAN ainda é um campo a ser explorado, mediante o baixo número de estudos publicados nessa área.

REFERENCIAL TEÓRICO: O diabetes mellitus (DM) é um grupo heterogêneo de desordens metabólicas crônicas e severas, pode ser definido como uma síndrome de etiologia múltipla, bastante frequente e progressivo, decorrente da falta de insulina e/ou incapacidade de estimular as células-alvo de modo eficiente (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2014). A hipertensão arterial (HA) é uma doença multifatorial, caracterizada pela presença de níveis tensionais elevados, ≥ 140 e/ou 90 mmHg, relacionados a alterações hormonais e metabólicas, em estágio avançado causa lesões graves em órgãos-alvo, sendo agravada por outros fatores de risco, como obesidade abdominal, dislipidemia, intolerância a glicose e diabetes mellitus (MALACHIAS et al, 2016). Com isso, a nutrição é de grande importância para o acompanhamento desses grupos de indivíduos, através da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), levando informações de melhoria da qualidade de vida e melhor convivência com a doença, evitando assim o surgimento de outros agravos à saúde. **OBJETIVO** Este trabalho tem como proposta relatar a experiência vivenciada por estudantes do Curso de Bacharelado em Nutrição das Faculdades Integradas de Patos – FIP através do Projeto de Extensão “Práticas Pedagógicas de Nutrição em Saúde Coletiva” na realização de atividades pedagógicas voltadas para o público de diabéticos e hipertensos.

METODOLOGIA: Foi elaborado um material que foi intitulado “Bingo da Alimentação Saudável” para pacientes diabéticos e hipertensos. O bingo é um dos jogos mais conhecidos e bastante interessante para ser adaptado com a finalidade educativa. Foi elaborada uma Cartilha de orientação para profissionais da saúde que orienta os profissionais de saúde sobre os cuidados nutricionais adotados no tratamento da diabetes e hipertensão arterial. A Cartilha e a elaboração das cartelas que compõe o bingo foram baseadas nas diretrizes de uma alimentação saudável para diabético e hipertenso do Ministério da Saúde. Foram criadas 35 imagens que despertam uma orientação a respeito do hábito alimentar e estilo de vida dos pacientes e criadas 20 cartelas com 20 imagens cada uma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O “Bingo da Alimentação Saudável” demonstrou-se que pode ser aplicado por qualquer profissional que atua diretamente com pessoas portadoras de diabetes e hipertensão arterial, uma vez que acompanha uma cartilha de aconselhamento nutricional com conteúdos elaborados por várias fontes bibliográficas, onde justifica cada diretriz abordada no jogo. Este material tem a possibilidade de ajudar no entendimento da conduta nutricional da hipertensão e diabetes nas ações de educação alimentar e nutricional dos grupos atendidos na estratégia saúde da família ou em grupos de convivência e formação de vínculos. É um material que proporciona um momento lúdico e de diversão, contribuindo com atividades criativas e despertando a participação do público nas atividades coletivas desenvolvidas na atenção básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O trabalho de EAN com o uso de materiais lúdicos se mostra de grande relevância na prática de saúde coletiva. O Bingo da Alimentação Saudável é de fácil aplicação, baixo custo e pode ser aplicado por qualquer profissional da atenção básica, possibilitando o maior envolvimento por parte dos profissionais e pacientes, proporcionando atividades educativas mais atraentes e que estimulem um processo de aprendizagem, contribuindo na adoção de hábitos alimentares saudáveis e melhor controle da doença por parte dos portadores de hipertensão e diabetes.

PALAVRAS-CHAVE: Diabetes, Educação Nutricional, Hipertensão.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014/Sociedade Brasileira de Diabetes ; [organização José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio Vencio]. – São Paulo: AC Farmacêutica, 2014. MALACHIAS MVB, SOUZA WKSB, PLAVNIK FL, RODRIGUES CIS, BRANDÃO AA, NEVES MFT, et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arq Bras Cardiol 2016; 107 (3Supl.3):1-83 MARINHO MGS, CESSE EAP, BEZERRA AFB, SOUSA IMC, FONTBONNE A, CARVALHO EF. Análise de custos da assistência à saúde aos portadores de diabetes melito e hipertensão arterial em uma unidade de saúde pública de referência em Recife – Brasil. Arq Bras Endocrinol Metab. 2011;55/6

DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: MARCADORES E FATORES DE RISCO

Isabela Dias de Sousa; Ruth Santiago Duarte; Sabrinny Nogueira de Oliveira, Umberto Marinho de Lima Júnior

INTRODUÇÃO: A palavra desenvolvimento, na sua tradução mais fidedigna, se refere a um conjunto de mudanças no funcionamento de um determinado indivíduo no decorrer do tempo. A Nestlé Nutrition Institute, afirma ainda que o desenvolvimento psicomotor é visto de forma espiralizada ascendente (zig-zag progressivo) e não de forma retilínea; esse desenvolvimento se dá na direção crânio-caudal, ou seja, da cabeça para as extremidade inferiores; ocorre no sentido próximo-distal, ou seja dos movimentos mais amplos e grosseiros dos ombros para os movimentos mais refinados das mãos, e os progressos céfalo-caudal servem aos progressos próximo-distal, no início do desenvolvimento o olhos apenas observam as mãos, posteriormente eles as orientam (MURAHOVSKI, 2011). Hassano (2011) destaca que o atendimento clínico compreende-se o controle do crescimento e desenvolvimento de todas as crianças, caso elas possuam ou não fatores de risco para alterações. No que diz respeito ao desenvolvimento, afirma também que para que o controle ocorra, sob visão global, evidentemente é importante que se dirija atenção não somente para a função motora, mas também para as demais: sensorial (visão, audição), cognitiva, psíquica, social e linguagem. Torquato (2011) afirma que juntamente com o crescimento da criança, ocorre também a aquisição gradativa das habilidades latentes de uma criança. Etapa por etapa, as primeiras aquisições motoras são modificadas, elaboradas e adaptadas para padrões e habilidades de movimentos mais finos e seletivos, sendo este desenvolvimento um processo de mudança no comportamento motor, o qual está relacionado com a idade da criança.

REFERENCIAL TEÓRICO: Segundo a Fundação Oswaldo Cruz, o desenvolvimento motor e da linguagem na infância segue uma linha de marcadores, nos quais se espera que a criança atinja os mesmos em cada fase de seu desenvolvimento. É importante lembrar que esses marcadores podem ter variações na idade dos aparecimentos, entretanto existe um tempo máximo para cada situação ocorrer, o que se torna um sinal de alerta. Pode-se dizer que o desenvolvimento se inicia desde a vida uterina, com o desenvolvimento físico, amadurecimento neurológico, construção de habilidades comportamentais e cognitivas, bem como afetivas e sociais. Alguns marcadores do primeiro trimestre são: junção das duas mãos na linha média, sorriso social (início, em geral, com dois meses), vocalização e gritos; segundo trimestre: permanece sentado, quando colocado (ausência aos sete meses: sinal de alerta), rola, alcança e segura objetos ora com uma mão, ora com a outra; terceiro trimestre: de sentado passa para a postura de pé, engatinha, permanece de pé, com apoio e duplicidade de sílabas no balbucio; quarto trimestre: anda e primeiras palavras (HASSANO, 2011). O desenvolvimento neuropsicomotor da criança deve seguir um padrão que pode acabar sofrendo influências de fatores, como socioeconômicos, reprodutivos, ambientais/ sociais e as condições ao nascer. Quanto maior o número de fatores de risco atuantes, maior será a possibilidade do comprometimento do desenvolvimento. No caso de crianças nascidas prematuras, para balancear o desnivelamento da imaturidade biológica, foi realizada a correção da idade gestacional para diferenciar corretamente o atraso no desenvolvimento. Para correção da idade subtrai-se o número de semanas de sua gestação, de um total de 40 semanas. Esta diferença equivale ao tempo de prematuridade da criança, que é então subtraído de sua idade cronológica (WILLRICH, 2008).

OBJETIVO: Esse estudo tem como finalidade abordar os marcadores de desenvolvimento neuropsicomotor de cada trimestre durante o primeiro ano de vida da criança, bem como os fatores de risco que podem desencadear atrasos no mesmo.

MÉTODOS: Estudo bibliográfico baseado no tema: “Desenvolvimento neuropsicomotor no primeiro ano de vida: marcadores e fatores de risco”. Surgindo como questão norteadora: “Qual a importância dos marcadores e fatores de risco para o desenvolvimento neuropsicomotor da criança no primeiro ano de vida?”. A busca da literatura foi mediada pela utilização dos Descritores Controlados em Ciências da Saúde (DeCS): “Desenvolvimento psicomotor, atraso e criança”, que facilitaram o estudo direcionado. Em seguida foram utilizadas as bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e do Google Acadêmico para identificar os estudos. Conforme a identificação não sistemática das fontes precedeu-se a leitura do material identificado e selecionado a bibliografia útil e pertinente ao objetivo do trabalho, identificando assim os principais marcadores e fatores de risco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Observou-se que os marcadores vão ocorrer de acordo com os avanços que a criança obtém em cada trimestre de vida, tendo uma característica específica em cada um deles, como sorriso social no primeiro trimestre, permanecer sentado quando colocado no segundo e ficar em pé com apoio no terceiro trimestre. Os primeiros aspectos de desenvolvimento que a mesma irá apresentar como marcadores são predomínio do tônus muscular flexor, assimetria postural e a preensão reflexa. O desenvolvimento neuropsicomotor da criança deve seguir um padrão que pode acabar sofrendo influências de fatores externos ou internos, como socioeconômicos, reprodutivos, ambientais/ sociais e as condições ao nascer, e quanto maior os fatores apresentados, maior a probabilidade de interferir no desenvolvimento da mesma, os quais são de suma importância ser identificados precocemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Com base nos marcadores de desenvolvimento e levando em consideração os fatores de risco que podem interferir na vida da criança, é importante uma avaliação precoce para identificar os atrasos do desenvolvimento neuropsicomotor durante o primeiro ano de vida, refletindo em uma minimização desses atrasos e melhor resposta do plano terapêutico. Vale salientar ainda que, em crianças pré-termo, faz-se necessário a utilização da idade corrigida a fim de evitar equívocos comparativos de desenvolvimento com outras crianças termo. Sendo assim, ressalta-se que apesar da existência de marcadores de desenvolvimento para cada fase da vida, cada criança deve seguir seu próprio ritmo evolução neuropsicomotora.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento psicomotor. Atraso. Crianças

REFERÊNCIAS: TORQUATO, J. A.; PAES, J. B.; BENTO, M. C. C.; SAIKAI, G. M. P. N.; SOUTO J. N.; LIMA, E. A. M.; DE ABREU, L. C. Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano. V.21, n.2, São Paulo, 2011. WILLRICH, A.; AZEVEDO, C. C. F. de; FERNANDES, J. O. Motor development in childhood: influence of the risk factors and intervention programs. Rev Neurocienc. P.: 2-4, Rio Grande do Sul, 2008. Fundação Oswaldo Cruz, Desenvolvimento motor na primeira infância. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/index.php/8-noticias/88-motor>. Acesso em 24 de setembro de 2016. MURAHOVSKI Jayme. Nestlé Nutrition Institute. Temas de Pediatria: Consulta pediátrica no primeiro ano de vida. Edição Especial. 2011. HASSANO, A. Y. S.. Desenvolvimento Neuropsicomotor na primeira infância. Revista de Pediatria SOPERJ - suplemento, p9-14, Rio de Janeiro, 2011.

VISÃO DOS PROFISSIONAIS SOBRE A MERENDA ESCOLAR

Jahy Alves dos Santos; Josiane Patrícia A. N. de Melo; Maria Rayane Araújo Ferreira; Vanessa Meira Cintra Ribeiro

INTRODUÇÃO: A merenda escolar é um programa de abrangência nacional com vistas à promoção de saúde e melhoria na qualidade de vida da população, contribui significativamente para a alimentação dos escolares (QUEIROZ; SZARFARC; MARCHIONI, 2008). O alimento pode ser introduzido no processo pedagógico aos mais variados públicos, não somente em disciplinas referentes ao estudo da biologia e da saúde, porém em todas as áreas do conhecimento e dessa maneira, incentivar o uso de alimentos saudáveis na escola e no cotidiano. Todos os profissionais da saúde, os educadores, pais, alunos, merendeiras, população possuem um importante papel na formação de um ambiente escolar desenvolvendo estilos de vida saudáveis, em especial, a alimentação (ACCIOLY, 2009).

REFERENCIAL TEÓRICO: O Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (MEC, 2013). Segundo Accioly (2009) a escola é considerada um local para realização de ações de promoção da saúde e exerce papel fundamental na construção dos princípios, hábitos e estilo de vida, entre eles, o da alimentação, possuindo como base padrões alimentares promovendo a saúde respeitando a diferença cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. A interdisciplinaridade se apresenta, principalmente no campo da saúde, como uma necessidade primordial. Da mesma forma a educação em saúde só se torna eficaz quando contempla a interdisciplinaridade (RIBEIRO, HASS, CRUZ, 2008).

OBJETIVO: O estudo teve como objetivo verificar a opinião dos profissionais da educação e da saúde quanto à importância da merenda escolar.

MÉTODOS: Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada em uma escola estadual na cidade de Patos-PB, por meio de uma escuta qualificada. Segundo Prodanov et al. (2013), reforça o aspecto da indissociabilidade entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, o qual não pode ser traduzido em números. O instrumento utilizado para obtenção dos resultados foi uma entrevista que possuiu duas perguntas norteadoras para cada profissional com relação ao tema merenda escolar. Foram escutados quatro profissionais que exercem funções distintas frente à merenda escolar sendo eles a vice-diretora, um professor e uma merendeira e uma nutricionista com especialidade em merenda escolar, neste trabalho os profissionais foram codificados dos numerais 1 a 4.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O profissional 1 destacou a importância da escola diante da merenda, buscando atender e suprir as necessidades nutricionais dos alunos. Segundo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a oferta da alimentação deve suprir no mínimo 20% das recomendações diárias de energia e nutrientes dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial, tornando a merenda um fator importante de complementação da alimentação dos escolares (MEC, 2013). Foi destacado pelo profissional 2 o cuidado com a seleção e escolha dos alimentos na hora de preparar e ofertar, reforçando, ainda, a importância da educação permanente do ambiente escolar aos profissionais que preparam as refeições. Segundo a Resolução do MEC, Nº 26 (17 de junho de 2013) “o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos

variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis”. Apontou-se ainda a importância da discussão do tema alimentação saudável dentro do ambiente escolar, como parte do currículo de aprendizado das crianças, sendo este um ponto referido pelo profissional 3. Conforme o PNAE a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (MEC,2013). O profissional 4 destacou a importância de se ter uma merenda escolar saudável para os alunos, bem como a importância de cardápios específicos para cada faixa etária, pensando nas exceções para alunos com intolerância, alergias e doenças crônicas não transmissíveis. De acordo com o Inciso 5º da Seção II da Resolução MEC, Nº 26 (17 de junho de 2013) “Os cardápios deverão atender aos alunos com necessidades nutricionais específicas, tais como doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias e intolerâncias alimentares, dentre outras”. Portanto percebe-se a importância da interdisciplinaridade para promoção uma alimentação saudável no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:A compreensão dos profissionais acerca da merenda escolar demonstrou a importância da atuação do nutricionista no planejamento e realização da alimentação em quantidade e qualidade suficiente adequada as necessidades de cada aluno, bem como o papel da escola e o professor como facilitadores da formação dos hábitos saudáveis nos alunados, não sendo apenas a responsabilidade de um profissional, mas de vários numa construção compartilhada.

PALAVRAS-CHAVE: merenda escolar; alimentação saudável; interdisciplinaridade; multiprofissionalidade.

REFERÊNCIAS:PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p 59 e 70. BRASIL, MEC, FNDE, Resolução Nº 26, de 17 de junho de 2013, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.ACCIOLY, A escola como promotora da alimentação saudável. Volume 2-Instituto de Nutrição Josué de Castro – UFRJ,2009,p 1 a 2.QUEIROZ, A. R.; SZARFARC, S. C.; MARCHIONI, D. M. L. A fortificação das farinhas de trigo e de milho no fornecimento de ferro para a merenda escolar. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, SP, v. 33, n. 2, p. 63-73, ago. 2008.RIBEIRO, D. R; HASS, L. E; CRUZ P. L. Educação para a saúde na escola: uma experiência interdisciplinar. 2008.

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA ESCOLA INCLUSIVA

Jucirleia Ferreira de Medeiros, Joselito Santos, Tatiana Cristina de Vasconcelos, Rosimere Bandeira Diniz

RESUMO: Busca-se, através de revisão de literatura narrativa, refletir sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência, a partir da compreensão dos conceitos de integração e inclusão. Questiona-se acerca de como pensar o desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência, a partir da compreensão dos conceitos de integração e inclusão. Pressupõe-se que a escola necessita abrir-se a novos paradigmas e a reconhecer mudanças sociais, históricas e culturais, as quais transformam e dinamizam as formas como enxergamos a educação e o processo de ensino e de aprendizagem na perspectiva inclusiva.

INTRODUÇÃO: Todo indivíduo nasce predisposto a aprender, e aprende, em ambientes, situações e experiências diversas. É através da educação que o sujeito se humaniza, apropriando-se dos saberes, da cultura e do modo de “ser” humano. No ambiente escolar as relações com o objeto do conhecimento se dão de modo sistematizado e intencional. Partindo dessas duas ideias básicas, defende-se o direito de todos à educação, inclusive, das pessoas com deficiência, que, historicamente, foram negligenciadas e marginalizadas em seu direito de aprender. Diante desse panorama emerge a necessidade de escola ter de se abrir à diversidade, com vistas ao desenvolvimento, à aprendizagem e à inclusão, de modo a tornar o ambiente escolar propício ao exercício das potencialidades de cada aluno, de modo integrado e mais humano. Partido dessas considerações emerge a seguinte questão: como pensar o desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência, a partir da compreensão dos conceitos de integração e inclusão? Busca responder a essa questão atentando ao fato de que a escola precisa estar aberta a novos paradigmas e a reconhecer mudanças sociais, históricas e culturais que redefinem o modo de olhar para a educação e para o processo de ensino e de aprendizagem no âmbito da inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO: A história do atendimento educacional à pessoa com deficiência no Brasil esteve marcada, na maior parte do tempo, por um caráter segregacionista e assistencialista. De acordo com Jannuzzi (2004) e Mazzotta (2001), até meados do século XX, a Educação Especial constituía-se como uma modalidade de Ensino distinta do Ensino Regular, tanto no tocante ao espaço físico, como também em relação às orientações didáticas e pedagógicas que a orientava. Assim, a partir de um critério classificatório e excludente, as pessoas com deficiência eram privadas de conviver e aprender junto aos alunos considerados “normais”. Na década de 1990, o paradigma da inclusão ganhou espaço nos estudos e documentos relacionados à área. Inclusão diz respeito ao “[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 1999, p. 41).

OBJETIVO: Refletir sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência, a partir da compreensão dos conceitos de integração e inclusão.

METODOLOGIA: Optou-se pela realização de uma revisão de literatura narrativa (ELIAS et al., 2012), partindo das referências de clássicos da educação e da psicologia e de estudos em âmbito nacional indicadas no projeto de extensão “O desafio de incluir: contribuições da Psicologia”, vinculado ao Curso de Psicologia das FIP.

RESULTADOS: A criança sofre com as dificuldades impostas pela sociedade, além das limitações impostas pela deficiência propriamente dita. Ao falar sobre defectologia, ele defende que as interações sociais em grupos heterogêneos superam a segregação dos alunos especiais. Logo, as interações entre grupos e as adaptações escolares são fundamentais para a eficiência do processo inclusivo e a melhora no processo de aprendizagem e socialização (Vygotski, 1997). Uma sociedade inclusiva é a base fundamental para a preservação e fortalecimento do Estado democrático. Em relação às concepções construídas em torno da inclusão da pessoa com deficiência, Fonseca (1995, p. 7) diz que: “a problemática da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade”. A deficiência é uma situação de vida que, ainda que constitua um estado permanente, não deve engessar os atributos individuais. Segundo Fávero (2005), no ensino integrado, o aluno é visto como sendo portador do problema e precisa ser adaptado ao perfil dos demais estudantes, isto é, a integração pressupõe que a criança “problemática” se reabilite e possa ser integrada, ou não obterá sucesso. Por outro lado, no ensino inclusivo, a visão sociológica relativa à deficiência e à diferença é repensada, reconhecendo-se que todas as crianças são diferentes, e que as escolas e sistemas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos – com ou sem deficiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É preciso valorizar as diferenças, atender à demanda dos que têm deficiência, mudar o olhar da escola, pensando a adaptação do contexto escolar aos alunos. Isso significa tornar a escola múltipla, rica de experiências e possibilidades, pronta para (con)viver com o diferente, rompendo barreiras humanas e arquitetônicas, criando novos conceitos, dando novos sentidos, ressignificando a aprendizagem e o desenvolvimento humano. A educação inclusiva, em vez de focar na deficiência, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e as condições de aprendizagem. O educador é o profissional da educação – alguém que aprende quando ensina, porque pode observar e mobilizar o processo de desenvolvimento dos educandos, ativos por excelência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Integração.

REFERÊNCIAS: ELIAS, C. S. et al. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. SMAD: Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012. FÁVERO, E. A. G. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2004. FONSECA, V. Educação especial. Porto Alegre: ArtMed, 1995. JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. Campinas: Editores Associados, 2004. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. VYGOTSKI, L. S. Obras Completas: Fundamentos de defectología. Ciudad de La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

FATOR DE RISCO OU FATOR DE PROTEÇÃO? O PAPEL DA FAMÍLIA NOS CASOS DE DEPRESSÃO ADOLESCENTE

Luisa Gabrielly de Araujo Morais; Regina Morais da Silva Araujo

INTRODUÇÃO: O estudo da saúde mental de adolescentes é relativamente novo, anteriormente não se acreditava que essa parcela populacional estava sujeita a esse “problema”, como alguns autores preferem nomear em substituição ao termo transtorno. Por ser uma nova área de estudo, ainda existem muitas lacunas nas pesquisas e, uma dessas lacunas, é a que será abordada no decorrer desse trabalho: a família, como instituição social primária, modificadora e formadora da psique dos indivíduos é fator de risco ou fator de proteção para o desencadeamento da depressão adolescente?

REFERENCIAL TEÓRICO: Reppold, Pacheco, Bardagi e Hutz (2002) conceitua fatores de risco como causas/condições para que algo ocorra. Del Porto (1999), por sua vez, elenca causas de depressão relacionadas com a família, ou seja, quando as famílias se tornam o que os autores consideraram como fatores de risco. Partindo do conceito de fator de risco é traçado um conceito de fator de proteção como causas/condições para que algo não aconteça, Alves, Baptista e Sousa (2008) colocam a família, em parte, como fator de proteção ao considerar que jovens sem o suporte familiar são mais propensos a desenvolver depressão. Aplicando esses fatores, a Cartilha de Atenção Básica número 34 demonstra a família como risco e proteção, concluindo que não é possível determinar seu papel, mas sim, que deve ser analisada à depender da situação.

OBJETIVO: O presente trabalho visa analisar o papel da família nos casos de adolescentes com depressão crônica partindo de questionamentos sobre o local que a família ocupa nesses casos: fator de risco ou de proteção.

MÉTODOS: Realizou-se um levantamento bibliográfico exploratório, iniciado a partir da questão “qual o papel da família em um contexto de depressão adolescente?”. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Scielo e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) usando como palavras-chave: saúde mental, depressão, adolescente

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Para Reppold, Pacheco, Bardagi e Hutz (2002), fatores de risco são condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis, ou seja, fatores de risco são a tendência de algo acontecer em decorrência de fatores precedentes e, seguindo o mesmo raciocínio, fatores de proteção seriam a tendência de algo não acontecer em decorrência de fatores precedentes. Aplicando a situação estudada, fatores de risco seriam as variáveis que poderiam influenciar no acometimento de depressão pelos jovens, enquanto que fatores de proteção seriam as variáveis que impediriam ou ajudariam no distanciamento desses adolescentes do quadro clínico depressivo, vale salientar que a Organização Mundial da Saúde- OMS considera adolescente qualquer indivíduo compreendido entre 10 e 19 anos de idade. Não existe uma resposta definitiva e, conseqüentemente, não existe um consenso teórico da influência familiar no desenvolvimento de depressão por parte dos jovens, tanto que a Cartilha de Atenção Básica número 34 que aborda temas de saúde mental traz uma tabela explicativa relacionando possíveis fatores e em que pontos eles são de risco e em que ponto eles se tornam de proteção, é importante lembrar que esses fatores não são fixos e podem tornar-se fluídos à depender do adolescente e do contexto analisado. Nessa tabela a família é apontada como fator de risco em decorrência do cuidado parental inconsistente, da discórdia familiar excessiva, da morte ou da ausência abrupta de membro da família, de pais ou cuidadores com transtorno mental e da violência doméstica, enquanto que como fator de

proteção em situações como a existência de vínculos familiares fortes e de oportunidades para envolvimento positivo na família. A dificuldade de ser considerado risco ou proteção, bem como a íntima relação desses dois, podem ser demonstrados na medida em que, ao mesmo tempo que a existência de vínculos familiares fortes pode separar o jovem de quadros depressivos, se ocorre morte ou ausência desse indivíduo com quem existe o vínculo o jovem passa a ter uma maior propensão ao desenvolvimento de depressão. Sendo assim, não existe uma forma fixa, estática e pré disponível para definir se a família será totalmente um risco ou totalmente uma proteção contra a depressão, essa instituição, por ser variável, modificadora e modificável, inclusive pelo adolescente que faz parte dela, exerce influências divergentes a depender do adolescente e da própria estrutura familiar. As causas de depressão relacionadas a família mais comuns são, segundo Del Porto (1999), a falta de diálogo com os pais, divórcios, dificuldades econômicas e a utilização de bebidas alcoólicas pelos pais, acrescidos a esses poderiam ser elencados a falta de aceitação familiar para com a sexualidade, o estilo de vida ou o modo de comportamento do adolescente. É nesse sentido que, para psicanálise, o adolescente depressivo está tentando se distanciar do mundo, do seu mundo, para procurar respostas aos seus anseios; o adolescente desenvolve depressão, em alguns casos, para se distanciar da não aceitação familiar e das críticas constantes isolando-se em busca de respostas no seu próprio mundo e, conseqüentemente, excluindo do seu convívio o mundo social. Em contraponto, adolescentes que possuem acompanhamento familiar são mais propensos a superar ou, em um termo mais correto por se tratar de uma doença crônica, conseguir controlar e conviver com quadros depressivos, segundo Alves et al (2008), jovens que não tem acompanhamento e suporte familiar e social tem mais tendência a desencadear quadros depressivos quando submetidos a condições estressantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Não é possível encaixar a família como um fator de risco ou de proteção para o adolescente, o que é possível é tentar, quando a família fornece meios para isso, usar essa instituição social como influência positiva no tratamento e no não desenvolvimento de quadros depressivos. É importante frisar que normalmente a família é o primeiro grupamento a identificar a existência de indícios depressivos e, posteriormente, é ela quem normalmente encaminha os indivíduos para um diagnóstico real e preciso por parte de um profissional capacitado. Sendo assim, a família, mesmo podendo ser um fator de risco e de proteção, separadamente ou simultaneamente, pode ser considerada como um fator quase que determinante para o sucesso do tratamento de pacientes adolescentes já depressivos. PALAVRAS-CHAVE: Família, depressão adolescente, saúde

REFERÊNCIAS: REPPOLD, C. T., PACHECO, J., BARDAGI, M., & HUTZ, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: C. S., Hutz, (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo. DEL PORTO, José. Conceitos e Diagnósticos, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003> Acesso em: 06/03/2017. ALVES, Gisele; BAPTISTA, Makilim; SOUSA, Mayara. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000200007> Acesso em: 06/03/2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Cadernos de Atenção Básica. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2013.

EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM ÊNFASE NA MELHORA DA DEPRESSÃO EM CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS

Fabiana Souza Antão de Carvalho; Edvaldo de Sousa Costa Neto; Maria Nathalya Firmino; Manuela
Carla de Souza lima Daltro

INTRODUÇÃO: Os transtornos mentais tanto na infância quanto na adolescência consiste um problema social e de saúde pública, pelos efeitos na vida do paciente e de seus familiares, o que acaba requerendo uma atenção maior dos vários setores da sociedade (COUTO; DUARTE; DELGADO, 2008).

REFERENCIAL TEÓRICO: Silva e Sadigusky (2008) afirmam que com a Reforma Psiquiátrica no Brasil, os usuários de saúde mental permanecem mais tempo em casa, tendo maior contato com seus familiares. Desta forma, após a remodelação da assistência em saúde mental, destaca-se a importância do reconhecimento dos familiares como cuidadores, contemplando a reinserção social do usuário (ROSA, 2005). Entende-se que não é difícil os cuidadores esquecerem-se de si mesmos, de suas necessidades básicas e da vontade de viver, devido à presença constante de emoções positivas e também negativas, aflições, medo, insegurança e desordens psicológicas, todas desencadeadas pela presença de sobrecarga decorrente de um cuidado contínuo.

OBJETIVO: Avaliar a ocorrência de depressão em cuidadores de crianças e adolescentes com transtornos mentais antes e após um programa de intervenção interdisciplinar.

MÉTODOS: A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de corte transversal, com abordagem quantitativa. A realização da pesquisa ocorreu em uma Clínica Escola de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Patos-PB, onde funciona um programa de acompanhamento a esses cuidadores, no segundo semestre de 2016, após aprovação do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos. Participaram da pesquisa 20 cuidadores do projeto de acompanhamento aos cuidadores de criança e adolescentes com transtornos mentais, totalizando 100% dos cuidadores. Para a coleta de dados foi utilizado antes e após 6 meses de atividades, o Inventário de Depressão de Beck. O programa baseou-se no Projeto Terapêutico Singular e contou com os cursos de: Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Nutrição, Biomedicina, Serviço Social e Psicologia, onde foram implementadas ações como: sessões de fisioterapia dermato-funcional, pilates, massoterapia, consultas psiquiátricas, atendimentos odontológicos, orientação nutricional e dietética, exames laboratoriais, palestras, rodas de conversas e atividades recreativas. Os dados obtidos foram cotados utilizando-se o programa estatístico *Statistica lPackage for the Social Sciences* (SPSS 22.0). O projeto foi aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Patos – FIP, sob nº: 1.239.193 e seguiu as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A amostra foi composta por 20 cuidadores, em que dezenove (95%) cuidadores eram mulheres, 9 (45%) concluíram o ensino fundamental, 10 (50%) eram donas de casa, 8 (40%) eram casados e 12 (60%) eram católicos. Observou-se que antes do projeto o índice de cuidadores sem depressão a depressão leve de acordo com a Escala de Beck correspondiam a 50% (n=10), depressão leve a moderada a 25% (n=5), depressão moderada a depressão grave a 15% (n=3) e depressão grave a 10% (n=2). Após intervenção do projeto durante 6 meses, constatou-se que não

houve alteração no número de cuidadores que estavam classificados no quesito sem depressão a depressão leve, havendo diminuição dos níveis de depressão moderada a depressão grave, que corresponde a 10% (n=2), em consequência disso, houve aumento de depressão leve a moderada, indicando 35% (n=7) e regressão no quadro de depressão grave a 5% (n=1). A partir de análise dos valores brutos verificou-se média inicial de 14,75 com desvio padrão de 13,38 e média final de 12,20 com desvio padrão de 10,41, com nível de significância estatística de 0,004. Campos e Domitti (2001) afirmam que o Projeto Terapêutico Singular surge na perspectiva de agrupar a noção interdisciplinar que recolhe a contribuição de várias especialidades e de distintas profissões para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os cuidadores de crianças e adolescentes com transtornos mentais apresentam um grande impacto na qualidade de vida, sendo propensos a doenças físicas e psíquicas, necessitando de cuidados especiais. Após intervenção interdisciplinar de 6 meses foi possível observar melhora dos níveis de depressão dos cuidadores, em que a interdisciplinaridade vivenciada no projeto apresentou um importante papel na melhoria do bem estar físico e mental dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: depressão; interdisciplinaridade; saúde mental; transtornos mentais.

REFERÊNCIAS:CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad Saúde Pública. 2001 Fev; 23(2):399-407. COUTO, M. C. V.; DUARTE, C. S.; DELGADO, P. G. G. A saúde mental infantil na saúde pública brasileira: situação atual e desafios. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 390-398, 2008. Rosa, L. C. S. (2005). A inclusão da família nos projetos terapêuticos dos serviços de saúde mental. Psicologia em Revista, 11(18), 205- 218. SILVA, M.B.C; SADIGURSKY, D. Representações sociais sobre o cuidar do doente mental no domicílio. Rev Bras Enferm. Brasília, vol.61, n.4, p.428-434, 2008

TRANSGÊNICOS NA ALIMENTAÇÃO E IMPLICAÇÕES FUTURAS NA SAÚDE HUMANA

Bruna Ferreira Leitão Lacerda, Rebeca Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Tiago Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Raquel Bezerra de Sá de Sousa Nogueira

INTRODUÇÃO: Organismo geneticamente modificado (OGM) é todo e qualquer organismo que teve seu material genético (DNA) modificado por meio de técnicas aplicadas pela Engenharia genética, em laboratórios; Dentro dos OGM há o grupo dos transgênicos, que são organismos que contêm um ou mais genes transferidos artificialmente de outra espécie, ou seja, tem partes em seu DNA de partes de outras espécies por meio de DNA recombinante e uso de enzimas. A percepção dos efeitos da biotecnologia, em especial dos transgênicos para a saúde humana e ambiental, bem como seus impactos no plano cultural, jurídico, moral e religioso ainda é um campo controverso, vulnerável e complexo, cheio de riscos e incertezas quanto aos impactos sobre a sociedade e meio ambiente. O uso de alimentos transgênicos tornou-se bem amplo na alimentação diária sem qualquer restrição crítica quanto ao uso e suas consequências futuras. A utilização de tais alimentos tem seus prós e contra, pois, em nome da necessidade de desenvolvimento humano há uma tentativa de aumentar a produtividade, resistência a pragas, cura de doenças, adaptação de novas espécies, adequação climática e lucro. Em contraste, a longo prazo não há como mensurar se causarão doenças. De acordo com o Código de defesa do consumidor produtos com alto teor de periculosidade ou nocividade à saúde do consumidor não poderiam ser comercializados no país sem evidências comprovadas, mas várias brechas surgiram, sem contar tipos diferentes de alergias originadas de diversos compostos, comprometendo a alimentação e dificultando a dieta adequada, sem contar que a rotulagem deveria alertar e deixar ciente os consumidores de que tais produtos são transgênicos e oferecer a reflexão para que escolha sobre seu uso ou não (CARVALHO; 2016; SANTOS, 2016), assim como outro impacto ecossistêmico seria a modificação do fluxo gênico vertical, responsável pela variabilidade gênica entre seres de mesmas espécies pelo fluxo horizontal, de espécies diferentes, tornando ilimitada a capacidade de transferir genes, o estabelece risco, pois o gene, após incorporado pode ser transmitido para as gerações futuras (PORTO, 2005).

REFERENCIAL TEÓRICO: Os transgênicos são geneticamente transformados e atualmente diversas classes de alimentos apresentam tais alterações em sua composição. No Brasil, o Ministério da Justiça pela Portaria nº 2658, de 22 de dezembro de 2003, estabeleceu as dimensões mínimas do símbolo da rotulagem desses alimentos e ingredientes alimentares, cujo símbolo é formado por um “T” maiúsculo em um triângulo amarelo e deve estar disposto em área visível com informações mais relevantes (ANVISA, 2003), comprovando que este produto apresenta em sua formulação matéria-prima geneticamente modificada. Na Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 há a disposição de normas de segurança e fiscalização de produtos geneticamente modificados, porém devido à falta de informação sobre sua produção e possíveis riscos à saúde se tem visto que as pessoas não levam isto em consideração na hora de comprar seus produtos em supermercados, muito menos de observarem os rótulos dos produtos que levam para casa, não apresentando um pensamento crítico diante da situação ou não terem conhecimento sobre tal assunto. A falta de interesse da população na hora da escolha do seu alimento se relaciona de modo direto com a ausência de estudos científicos que comprovem a peculiaridade de tais produtos (CARVALHO; BIEGER, 2015). Evidências científicas apontam diversos danos à saúde do consumidor de alimentos transgênicos associados ao aumento dos processos alérgicos nas populações e efeitos indesejáveis; e também causar a produção de diferentes proteínas nesse organismo geneticamente modificado, como visto entre genes de animais e plantas (IDEC, 2010).

OBJETIVO: Analisar possíveis riscos do uso de alimentos transgênicos e implicações na alimentação humana.

MÉTODOS: Levantamento bibliográfico de cunho descritivo, através de artigos, periódicos e livros para coleta de dados em banco de dados como SCIELO e PUBMED, sob critério de síntese do conhecimento sobre o tema e lacunas existentes na literatura e como descritores: alimentos transgênicos, saúde, riscos, implicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Considerando os riscos à saúde e alimentação via transgênicos, alguns aspectos devem ser analisados para que as implicações futuras não possam trazer malefícios a longo prazo à saúde da população como um todo. Um dos aspectos é quanto ao uso, pois é de grande importância informar a população de que ela está diante de produtos cuja evidência científica quanto aos benefícios e malefícios à saúde a longo prazo não se tem comprovação. Por tratar-se de um tema que divide opiniões há muitas controvérsias e opiniões divergentes, desde a aceitação de que os alimentos transgênicos constituem o berço de uma “nova tecnologia”, de uma forma de erradicação da fome no mundo por aumento da produção, de fortalecimento frente à pragas e com conteúdo nutricional melhor e conservação ampliada, bem como aqueles que sustentam o posicionamento de que os malefícios seriam extensos, desde elevação no número de alergias alimentares, interferências nos processos metabólicos endógenos a longo prazo, constituindo uma verdadeira incógnita futura a ser avaliada. Outro ponto a ser discutido é o fato da desinformação ser latente, ou pela informação não estar contida no rótulo do alimento ou pela desinformação dos consumidores sobre aquilo que estão fazendo uso. Portanto, no mínimo deveria ser pacífico o acesso a tais informações sobre os alimentos transgênicos, o que geraria discernimento e ponderação sobre o que estaria indo à mesa, bem como um raciocínio crítico reflexivo sobre a sustentabilidade em meio a um ambiente imerso em novas tecnologias (PORTO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os transgênicos despertam questionamentos de naturezas diversas que vão desde conflitos éticos, morais e de saúde pública à aplicações na saúde humana e animal; além do que na ótica do custo-benefício surge um viés, que oscila entre avanço de novas tecnologias produtivas, cujos benefícios são a curto prazo e o impacto ambiental a longo prazo, o que traria prejuízos em termos de desenvolvimento sustentável. Novas práticas regulatórias e institucionais interdisciplinares, participativas e democráticas que tratem acerca dos riscos oriundos dos transgênicos são almejadas, já que é uma incógnita, devido a inexistência de metodologias seguras que avaliem os impactos ambientais a médio e longo prazos e riscos à saúde humana, bem como a questão do acesso à informação alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos transgênicos, Saúde, Riscos, Implicações futuras, Alerta.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Portaria nº 2658, de 22 de dezembro de 2003. Disponível em: <<<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Alimentos/Assuntos+de+Interesse/Alimentos+Geneticamente+Modificados> > Acesso em: 29.set. 2016. BRASIL. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm> Acesso em: 29.set. 2016. CARVALHO; BIERGER. Abordagem crítica relacionada a alimentos transgênicos. Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial. Paraná, v. 10, n. 1, p. 1975-1990, 2016. INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Cartilha Transgênicos: feche a boca e abra os olhos. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/ckfinder/userfiles/files/Cartilha%20Transgenico.pdf>>. Acesso em: 29 de set. de 2016. PORTO, M.F. Riscos, incertezas e vulnerabilidades: transgênicos e os desafios para a ciência e a governança. Política & Sociedade, v.7, p. 77-103, 2005.

QUALIDADE DE VIDA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DAS FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS: UM ESTUDO DESCRITIVO

Andreia Lilite de Souza Leite; Italo Lucena Tenório; Giovani Amado Rivera

INTRODUÇÃO: O conceito de qualidade de vida é bastante amplo e inclui aspectos objetivos e subjetivos, não havendo um consenso quanto à sua definição. Todavia, vários autores compactuam com a ideia de que o estudo e avaliação da qualidade de vida deve contemplar os aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais, por intermédio de instrumentos de avaliação que considerem todo o campo experiencial do sujeito. No cenário acadêmico há vários estudos que estabelecem correlações entre qualidade de vida e profissionais de determinada categoria de trabalho, pacientes com quadros patológicos específicos, entre outros grupos. Segundo Paro e Bittencourt (2013), desde a década de 1980 a literatura dispõe de várias publicações à nível global sobre a qualidade de vida do estudante universitário, mas só recentemente começaram a surgir as primeiras pesquisas voltadas para este público no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO: O interesse pela avaliação da qualidade de vida é crescente e, segundo Monteiro et al. (2010), há décadas diversos instrumentos de mensuração vêm sendo formulados. Vários pesquisadores têm se empenhado na tradução desses instrumentos para viabilizar a aplicação em outros países. Porém, a mera tradução dos questionários é insuficiente. Torna-se preciso buscar uma adaptação e validação do instrumento em outros idiomas e culturas. Fleck et al. (1999) reforçam que a aplicação de um instrumento em um contexto diferente da sua cultura de origem é um tema controverso: enquanto alguns autores defendem que bem-estar psíquico, físico, social – e, portanto, a qualidade de vida – são comuns a toda nação, cultura ou época; outros teóricos, por sua vez, são contrários à ideia de que o conceito de qualidade de vida possa não estar diretamente relacionado à cultura. No que concerne à qualidade de vida de estudantes do ensino superior, Paro e Bittencourt (2013) apontam que a adaptação à rotina universitária é algo necessário e comum, ainda que este processo resulte em uma experiência que varia de estudante para estudante. Tal variação depende da postura adotada pelo graduando frente à sua realidade, bem como da sua história de vida, nível de resiliência, valores culturais, crenças e características idiossincráticas. Dessa forma, cada um terá maior ou menor dificuldade nesse processo adaptativo, que inclui enfrentamento de contingências, amadurecimento e aprendizado.

OBJETIVO: Avaliar a qualidade de vida de universitários dos cursos de Direito e Psicologia.

MÉTODOS: O trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter quantitativo. Contou com a participação de 463 estudantes universitários, amostrados pelo método não-probabilístico, sendo 269 do curso de Direito e 194 de Psicologia. Para coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: um questionário sociodemográfico, com objetivo de levantar dados pertinentes ao perfil dos participantes da pesquisa através de variáveis como sexo, idade, renda familiar, entre outras; e o um instrumento genérico de avaliação de qualidade de vida composto por 36 itens que compreendem oito domínios do examinando: “capacidade funcional”; “limitação por aspectos físicos”; “dor”; “estado geral de saúde”; “vitalidade”; “aspectos sociais”; “limitação por aspectos emocionais”; e “saúde mental”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: As idades variaram entre 16 e 50 anos ($M=22,5$; $DP=5,87$). Procedeu-se a utilização do teste Mann-Whitney para comparar os estudantes do curso de Direito com os alunos do curso de Psicologia. O domínio “capacidade funcional” apresentou um resultado

altamente significativo, assim como “vitalidade” e “saúde mental”; e resultado significativo para o domínio “estado geral de saúde”. O domínio “saúde mental” também apresentou resultado altamente significativo para os estudantes do curso de Direito, que obtiveram maior escore (M=64,95; DP=20,7). Coube aos graduandos em Psicologia apresentarem, paradoxalmente, menor escore (M=61,21; DP=19,5) na variável “saúde mental”, que envolve aspectos relacionados ao humor e bem-estar psicológico. Assim, os estudantes concluintes de Psicologia possuem maior pontuação no domínio “saúde mental” em relação aos alunos ingressantes. Em “estado geral de saúde”, os resultados foram significativos, tendo os estudantes de Direito apresentado um escore de 66,99 (DP=19,4) e 62,79 (DP=18,8) obtidos pelo curso de Psicologia. Os acadêmicos do curso de Direito apresentaram maiores escores que os estudantes de Psicologia. Em “capacidade funcional”, os futuros juristas apresentaram um escore de 83,61 (DP=18,9), e 78,80 (DP=17,7) para curso de Psicologia. No domínio “vitalidade”, o primeiro grupo apresentou uma média de 55,35 (DP=21,0) e 50,28 (DP=18,5) do segundo. Todas as oito dimensões apresentaram resultado altamente significativo em relação à variável “sexo”. O grupo de participantes declarados “sem companheiro(a)” obteve maior escore (M=67,53; DP=32,0) em relação aos participantes “com companheiro(a)” (M=60,10; DP=19,1). ao relacionar os domínios da qualidade de vida com o período letivo no qual se encontra o participante da amostra. Apenas o domínio “capacidade funcional” apresentou resultados altamente significativos, onde os estudantes ingressantes obtiveram maior escore (M=85,10; DP=17,0), seguidos pelos estudantes dos períodos finais (M=78,50; DP=19,5). Em última instância, se encontram os estudantes dos períodos intermediários, com menor escore (M=77,22; DP=19,1) e apresentando os menores índices na dimensão correspondente à “capacidade funcional” da qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do exposto, os objetivos da pesquisa foram alcançados. Com efeito, não há como realizar estudos sobre qualidade de vida sem considerar, no mínimo, estas três esferas. Por outro lado, vale destacar que o instrumento também apresenta limitações no que tange a outros elementos que influenciam a qualidade de vida, a exemplo do sono ou da atividade sexual. A ferramenta aqui utilizada, apesar de suas deficiências, apresenta um índice satisfatório de resultados quando comparados a outros estudos da mesma natureza.

PALAVRAS-CHAVE: qualidade de vida; universitários; SF-36.

REFERÊNCIAS: Fleck, M. P. A., Leal, O. F., Louzada, S., Xavier, M., Chachamovich, E., Vieira, G., Santos, L., & Pinzon, V. (1999). Desenvolvimento da versão português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 21 (1), 19-28. Monteiro, R., Braile, D. M., Brandau, R., & Jatene, F. B. (2010). Qualidade de vida em foco. *Revista Brasileira Cardiovascular*, 25 (4), 568-574. Paro, C. A., & Bittencourt, Z. Z. L. C. (2013). Qualidade de vida de graduandos da área da saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 37 (3), 365-375. Seidl, E. M. F., & Zannon, C. M. L. C. (2004). Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Caderno de Saúde Pública*, 20 (2), 580-588.

ATAQUES AO CORPO E TRAUMATOFILIA NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO

Kassiano Leite dos Santos; Nádja Nayra de S. Formiga

INTRODUÇÃO: A automutilação é definida como qualquer comportamento intencional envolvendo agressões ao próprio corpo sem intenção consciente de suicídio. As formas mais frequentes e comuns de automutilação são cortar a própria pele, queimar-se, bater em si mesmo, morder-se e aranha-se. Alguns indivíduos apresentam rituais de automutilação e passam muito tempo pensando em como executá-la, lembrando sintomas compulsivos, porém com intenso componente de impulsividade

REFERENCIAL TEÓRICO: Na Inglaterra estudos definem a automutilação como o ato de antisuicídio, porque os cortes são usados como uma forma direta, confiável, rápida e afetiva de retomar do estado de morte irreal precedente. Descreve-se também pelo comportamento de automutilação deliberada não fatal em que o suicídio não era a intenção. Para o autor, estes comportamentos incluíam não só a automutilação, mas também a overdose com drogas, que seria uma forma de autolesão. (Morgan, 1979)

OBJETIVO: Oferecer um serviço de Plantão Psicológico no ambiente escolar.

MÉTODO: O presente estudo consiste em um estudo de caso baseado em uma experiência de estágio em Psicologia, por meio de um Plantão Psicológico, realizado numa escola pública no interior da Paraíba-PB. Os casos atendidos foram supervisionados pela professora do componente curricular Aconselhamento Psicológico das Faculdades Integradas de Patos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: “M” ao entrar no setting terapêutico fala da dificuldade na escola, do bullying que sofre e das tantas lesões que em seu corpo “M”, relata que é filha única e que já sofreu abuso sexual na infância e é depressiva, toma duas medicações, citou apenas fluoxetina. “M” me surpreende ao levantar a roupa e mostrar-me algumas de suas lesões, nas pernas e braços, e especialmente lesão feita no dia anterior ao atendimento, ainda sangrava. “M” conta que adorava as psicoterapias pois para ela era um alívio para suas dores “M

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Concluímos nosso estudo analisando tamanha importância do Plantão Psicológico na escola, pois além de receber demandas advindas do ambiente escolar, também pode haver casos de que a demanda está além deste contexto, demandas vindas de outros ambientes que acabam externalizando-se e/ou cronificando-se nos demais contextos onde a pessoa está inserida, observa-se também a importância de sempre buscar ajuda profissional em qualquer caso que gere sofrimento e incômodo para a pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente; traumatofilia; corpo

REFERÊNCIAS: MORGAN HG. Desejos de Morte: Compreensão e gestão de auto-dano deliberado. 1979. PATTISON EM; KOHAN J. A síndrome de autolimitação deliberada. *Psiquiatria*. 1983 jul; 140 (7): 867-872. KIONSKY ED. Auto - lesão não - suicida em adultos unidos do estado; Prevalência, sócio demográfica, topografia e funcionais. *Estados Unidos*. 2011 sep; - 41 (9): 1981-1986. DSM-IV- –

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed,2002. Home | APA.
DSM-V. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: 04 nov. 2013.

QUALIDADE DE VIDA E ESTRESSE DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA

Hilda Tunú da Costa Neta; Fernanda Laísse Silva Souza; Luciana Maria de Moraes Martins Soares
Rodrigo Herculano Mendes Farias

INTRODUÇÃO: O conceito de qualidade de vida foi definido pelo The WHO-QOL Group como compreensão do indivíduo sobre seu posicionamento na vida, no âmbito cultural e dos sistemas de valores nos quais ele vive, em relação aos seus objetivos, esperanças, padrões e obrigações. O trabalho possibilita diversas realizações pessoais, um relevante modelo com influência direta e considerável na qualidade de vida do indivíduo. Contudo, o trabalho pode instigar de forma negativa a qualidade de vida, se os fatores de riscos à saúde, que estão associados a esta, exceder os instrumentos de proteção (MURTA; TRÓCCOLI, 2004). O estresse é um destes riscos, uma pesquisa realizada em nove países pela *International Stress Management Association* (ISMA) indicou o Brasil como segundo país no ranking de trabalhadores estressados, perdendo apenas para o Japão. Em torno de 70% da população ativa sofre de estresse e cerca de 30% desenvolveram a Síndrome de Burnout(SB). (GOHR, LANÇONI JR, 2012) Segundo Carlottoe Parlazzo (2006) SB é um tipo de estresse ocupacional, de condição duradoura ligada diretamente a situações do trabalho, decorrente de repetitiva pressão emocional. Acomete principalmente profissionais envolvidos com cuidado e relacionados com atenção direta e contínua. Destes profissionais os professores são uma classe bastante afetada pela SB. Diante do exposto o presente estudo visa identificar a condição que encontra-se a qualidade de vida dos professores da instituição citada, levando em consideração a alta carga de trabalho, estresse, desencadeando nesses profissionais sintomas de doenças problemas emocionais e físicos. Neste sentido o estudo em questão pode levantar dados que possibilitem o diagnóstico da SB. A pesquisa vem mostrar a realidade dos docentes, tentando realçar a importância de estudos que visam identificar níveis de qualidade de vida desses profissionais, tornando-se de alta significância tendo em vista identificar e intervir junto a esses profissionais para melhorar a qualidade de vida e assim a qualidade do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO: A qualidade de vida configura-se em índices de qualidade medidos por parâmetros diversos como: bem-estar psicológico, ausência de sofrimento psicológico, engajamento com a organização, envolvimento com o trabalho e equilíbrio entre vida profissional e pessoal. O estresse pode ocasionar um esgotamento do organismo dependendo da intensidade, do tempo, duração, vulnerabilidade do indivíduo e da capacidade de controlar múltiplas situações (CAHÚ et al., 2014). Quando o estresse transforma-se prejudicial interfere diretamente na qualidade de vida do indivíduo. Acarretando alguns males como SB. A SB é sequente do estresse crônico vivido por profissionais de contato direto com pessoas. SB manifesta-se como um estado crítico de estresse vivido no ambiente de trabalho e não cessa com descanso ou com períodos de afastamento o que difere de estresse que diminui com repouso. (GOMES et al., 2006). SB desencadeia nos profissionais docentes uma alienação, desumanização e frieza, resultando em problemas emocionais tais como exaustão emocional, despersonalização, baixa realização pessoal e também sintomas físicos, como doenças osteomusculares, cardiovasculares e gastrointestinais, que estão diretamente ligados a uma baixa na qualidade de vida desses profissionais (MOREIRA et al., 2009). Segundo Moreira et al. (2009) nas investigações sobre o trabalho dos docentes, SB avalia-se em três dimensões: esgotamento emocional, quando há a percepção de não poder mais se doar aos alunos, quando desenvolvem ações insensíveis em relação aos estudantes, pais e companheiros, sentimento de baixa realização profissional, entre outras responsabilidades relacionadas a atuação do docente. Através da utilização de

questionários validados pela organização mundial de saúde (OMS) é possível aferir o pico de estresse e correlaciona-lo ao diagnóstico de SB. O questionário preliminar de identificação da SB-MBI. Assim como a SB, a qualidade de vida pode ser evidenciada através de questionários, também validados pela OMS que avaliam o físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente, é o módulo WHOQOL-BREF.

OBJETIVO: Avaliar a qualidade de vida e nível de estresse dos docentes de uma instituição particular de ensino superior no sertão da Paraíba.

MÉTODOS: Esta pesquisa se caracterizará como um estudo do tipo quanti-qualitativa. O público alvo são professores de uma faculdade de ensino particular do sertão da Paraíba. A população do estudo é de 500 pessoas e amostra de 218 participantes, a precisão da pesquisa é 95% em margem de erro 5%. O tipo de amostragem virá a ser aleatória simples. Para participar do estudo será necessário ser professor da instituição, obedecer aos requisitos básicos da pesquisa, será excluído o participante que não concordar com os requisitos básicos. Inicialmente serão aplicados os questionários supracitados referente ao WHOQOL-BREF e QUESTIONÁRIO PRELIMINAR DE IDENTIFICAÇÃO DA BURNOUT, em quantidade referente ao tamanho da amostra especificada. Em seguida tabularemos os dados para organização e execução dos testes paramédicos e não paramédicos suportados pela Estatística Indutiva EL. Como ferramenta para analisar os dados e questão utilizaremos o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0. Em seguida analisaremos os resultados para enfim descrever o resultado da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Ao final do procedimento de coleta e identificação dos dados, os mesmos serão armazenados em planilha do Microsoft Excel, após repassados para Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0, onde serão realizados testes estatísticos descritivos (frequência, média, desvio-padrão, valores máximo e mínimo), além de métodos de EI e posteriormente apresentação dos mesmos em gráficos e tabelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Esperamos que o estudo venha mostrar em quais níveis de qualidade de vida e estresse estão os docentes desta instituição de ensino superior particular do sertão da Paraíba, tentaremos identificar se há correlação com a Síndrome de Burnout ou não.

PALAVRAS-CHAVE: qualidade de vida; estresse; docentes; síndrome de Burnout.

REFERÊNCIAS: CAHÚ, Renata Ayanna Gomes et al. Estresse e qualidade de vida em residência multiprofissional em saúde. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 10, n. 2, p. 76-83, 2014. CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de burnout e o trabalho docente. Psicologia em estudo, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002. COSTA, Paigy; FERRARETO, Silvia Belissa; DE OLIVEIRA CERVENY, Gislaïne Cecília. Avaliação da qualidade de vida, nível de Burnout e enfrentamento do estresse no trabalho de agentes comunitários de uma unidade de Programa de Saúde da Família no município de Piracicaba/SP. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, v. 6, n. 3, 2014. GOHR, Sandra; LANÇONI JR, Antônio Carlos. A síndrome de burnout: um estresse ocupacional moderno. 2012. Disponível em: <<http://antoniopsicologo.com.br/a-sindrome-de-burnout-um-estresse-ocupacional-moderno/>>. Acesso em: 08 de Março de 2017. Gomes AR, Silva MJ, Mourisco S, et al. Problemas e desafios no exercício da actividade docente: um estudo sobre o stress, “Burnout”, saúde física e satisfação profissional em professores do 3º ciclo e ensino secundário. Rev. Port. Educ. 2006;19(1):67-93. MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E. The measurement of experienced burnout. Journal of organizational behavior, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981. MELO, Wyara Ferreira et al. Síndrome de Burnout em

professores. Revista Brasileira de Educação e Saúde, v. 5, n. 4, p. 01-06, 2015. MOREIRA, Hudson de Resende et al. Qualidade de vida no trabalho e síndrome de burnout em professores de educação física do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Rev. bras. ativ. fís. saúde, v. 14, n. 2, 2009. MURTA, S. G.; TRÓCCOLI, B. T. Avaliação de intervenção em estresse ocupacional. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 20, n. 1, p. 39-47, jan./abr. 2004. TABELÃO, Viviane Porto; TOMASI, Elaine; NEVES, SiduanaFacin. Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de Ensino Médio e Fundamental no Sul do Brasil. CadSaude Publica, p. 2401-2408, 2011. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. SocSciMed 1995; 41:1403-10.

BULLYING NA ADOLESCÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA

Kassiano Leite dos Santos; Nádja Nayra de S. Formiga; Daniela Ribeiro Barros

INTRODUÇÃO: O Plantão Psicológico pode ser um serviço com eficiente aplicação da Psicologia e da Abordagem Centrada na Pessoa, permeado pelas atitudes facilitadoras do profissional, que fornecem um ambiente "ideal", bem como a possibilidade de, em um único encontro, a pessoa conseguir clarear a sua demanda, ou seja, uma compreensão mais nítida (e mais verdadeira) de como se compreende em determinada situação (Rosemberg, 1987). Nesse direcionamento, busca-se nesse manuscrito, compreender o bullying e relacioná-lo com a prática psicológica. Para tanto, é necessário inicialmente compreender esse fenômeno. Caracteriza-se o bullying de acordo com a intencionalidade do comportamento (Pereira et al., 1994), quando o comportamento tem o objetivo de provocar mal-estar e ganhar controle sobre outra pessoa; o comportamento é conduzido repetidamente e ao longo do tempo (Olweus, 1994), isto é, este comportamento não ocorre ocasionalmente ou isoladamente, mas passa a ser crônico e regular e um desequilíbrio de poder é encontrado no centro da dinâmica do bullying (Olweus, 1994; Pereira et al., 1994). Compreendendo o bullying, busca-se neste trabalho desenvolver um estudo de caso baseado em uma experiência de estágio em um plantão psicológico realizado em uma escola do interior da Paraíba.

OBJETIVO: Descrever um estudo de caso baseado em uma experiência de estágio em Plantão Psicológico realizado em uma escola do interior da Paraíba.

MÉTODO: O presente trabalho consiste em um estudo de caso baseado em uma experiência de estágio em um Plantão Psicológico desenvolvido através do componente curricular Aconselhamento Psicológico ministrado nas Faculdades Integradas de Patos – PB. Procedimentos: De início, os estagiários entraram em contato com o diretor da escola, e entregaram uma carta de apresentação e pediram autorização para realizar o Plantão Psicológico na escola. Em seguida houve uma visita no ambiente escolar, onde os estagiários conheceram melhor a escola e juntamente com o diretor passaram nas salas de aula do 1º ao 3º ano do Ensino Médio e no 9º ano do Ensino Fundamental dos turnos manhã e tarde divulgando o trabalho que estava sendo realizado na escola. Os alunos e/ou funcionários da escola para serem atendidos no Plantão preenchem antes uma ficha de inscrição que requeria o nome, a idade, a série escolar e o turno que estudava, onde estava sendo preenchida na diretoria da escola. Os Plantões Psicológicos foram realizados nos dias de Quarta e Quinta-feira do mês de Novembro de 2016, onde 6 alunos foram atendidos por semana, 3 nas quartas de manhã e 3 nas quintas a tarde. Os casos atendidos eram levados para a supervisão pela professora orientadora do estágio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: “A” é um adolescente do gênero masculino de 14 anos de idade e foi atendido por um plantonista, relatando sofrer bullying na escola há muito tempo e não sabia o que fazer para que essas agressões chegassem ao fim. O plantonista orientou “A” para que ele falasse desde quando as agressões começaram e em que intensidade e frequência elas aconteciam. “A” então disse que desde que começou a estudar na naquela escola sempre sofreu agressões verbais e físicas. Relatou também que no início das agressões sempre denunciava os agressores na direção da escola, mas nunca nenhuma atitude era tomada e as agressões passaram então a ser mais frequentes, “A” disse também que chegou a falar com sua mãe e ela foi conversar com os diretores da escola, dizendo que iria prestar queixa ao conselho tutelar da cidade já que a direção não punia os agressores, mas o diretor da escola pediu para que ela não denunciasse, pois na mesma semana iria chamar os alunos e os seus

respectivos pais para uma reunião para tratar deste assunto. “A” disse que essa reunião realmente aconteceu, e que as agressões diminuíram um pouco, mas ao passar de 2 semanas, voltaram a acontecer só que com intensidade maior. “A” voltou a falar com sua mãe e ela, também sem esperança, diz que a solução seria orar para Deus, para Ele decidir o que fazer. Demonstrando já não ter mais esperança de ter paz na escola “A” demonstra muita angústia e diz “às vezes eu sinto vontade de sumir, de desaparecer, acho que o jeito é eu me matar, só assim terei paz”. O plantonista junto com o cliente “A”, começaram então a buscar novas saídas e soluções para problema. No atendimento realizado no plantão psicológico o cliente também teve orientações sobre o que é o bullying, como funciona e quais são as suas consequências. Ao fim da escuta “A” então se despede e volta para a sala de aula. No final do Plantão Psicológico o plantonista foi à direção conversar com os diretores da escola explicar o que estava acontecendo com alguns alunos da mesma, sem revelar a identidade das pessoas atendidas. O diretor teve orientações de promoção e prevenção contra o bullying e então surgiu a ideia de fazer uma semana voltada contra o bullying, onde seriam divulgados cartazes nos corredores da escola e nas salas de aula explicando o que é o bullying e encorajando os alunos a denunciarem os casos de bullying ocorridos na escola. Também foi pensado no encerramento da “semana contra o bullying” acontecer alguma palestra ou um filme tratando desta temática para todos os alunos da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Plantão Psicológico ou a presença de um psicólogo no ambiente escolar é de suma importância para o melhor convívio do ambiente, a fim de torná-lo mais agradável e saudável, tanto para os funcionários da escola como para os alunos, pois o trabalho de promoção e prevenção da saúde psicológica deve estar presente em todos os contextos possíveis onde há interação humana, principalmente no ambiente escolar. Bullying é um problema sério, principalmente na escola, pois é um espaço onde muitos jovens como crianças e adolescentes estão em mútua interação, jovens estes que vieram de diversas famílias e cada uma com seu peculiar “jeito de educar”. Os agressores tendem a pertencer às famílias que são caracterizadas como tendo pouco carinho e afeto, com problemas em partilhar os seus sentimentos e normalmente classificam-se como sentindo que existe uma maior distância emocional entre os membros da família (DeHaan, 1997). Concluímos nosso estudo compreendendo a importância da realização de plantões psicológicos na escola como forma de contribuir para a saúde mental e o bem-estar psicossocial de toda a comunidade escolar, pelo fato de possibilitar que os clientes verbalizem e externalizem aquilo que está provocando angústia, desconforto ou qualquer outra demanda. Eis a relevância do nosso trabalho!

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; Plantão Psicológico; Agressão

REFERÊNCIAS: DEHANN, L. Valentões. Retirado em 24 de Maio de 2000 da World Wide Web, 1997. OLWEUS, D. Anotações: bullying na escola: fatos básicos e efeitos de uma escola baseada. Programa de intervenção. Journal of Psychology and Psychiatry, 1994, p 43. PEREIRA, B.; ALMEIDA, A.; VALENTE, L. Projeto “bullying” – análise preliminar das situações de agressão no Ensino Básico. Comunicação apresentada no 6.º Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre, Lisboa, Portugal, 1994. ROSEMBERG R. L. Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa. São Paulo: E.P.U., 1987.

ABUSO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO

Kassiano Leite dos Santos; Nádja Nayra de S. Formiga; Daniela Ribeiro Barros

INTRODUÇÃO: Abuso ou violência sexual na infância e adolescência é definido como a situação em que a criança ou o adolescente é usada para satisfazer sexualmente um adulto ou adolescente mais velho, incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração (Abrapia, 1997). Os casos de abuso sexual na infância e adolescência são de difícil suspeita e complicada confirmação, pois são praticados, em sua maioria, por pessoas ligadas diretamente às vítimas e sobre as quais exercem alguma forma de poder ou de dependência. Nem sempre seguido de violência física aparente, pode se apresentar de várias formas e níveis de gravidade, o que dificulta enormemente a possibilidade de denúncia pela vítima e a confirmação diagnóstica pelos meios de medidas legais de averiguação do crime (Abrapia, 1997). São diversos as implicações psicológicas do abuso sexual, podendo ser devastadores e os problemas decorrentes do abuso persistem na vida adulta dessas crianças ou adolescentes, pois esse tipo de abuso altera a vivência da sexualidade humana, sobretudo quando ocorre na infância ou adolescência, afetando as dimensões somáticas, emocionais, intelectuais e sociais do ser humano (Morales e Schramm, 2002). Compreendendo a relevância do tema, o presente estudo é baseado em um estudo de caso de uma experiência de estágio em psicologia realizado em uma escola pública do interior da Paraíba.

OBJETIVO: Descrever um estudo de caso baseado em uma experiência de estágio em um serviço de Plantão Psicológico no ambiente escolar.

MÉTODOS: O presente manuscrito consiste em um estudo de caso baseado em uma experiência de estágio em Psicologia, por meio de um Plantão Psicológico, realizado numa escola pública no interior da Paraíba-PB. Os casos atendidos foram supervisionados pela professora do componente curricular Aconselhamento Psicológico das Faculdades Integradas de Patos. *Procedimento:* De início os estagiários entraram em contato com o diretor da escola portando uma carta de apresentação e pediram autorização para realizar o Plantão Psicológico na escola. Em seguida visitaram o local e conheceram melhor a escola. Em seguida, juntamente com o diretor, passaram nas salas de aula do 1º ao 3º ano do Ensino Médio e no 9º ano do Ensino Fundamental dos turnos manhã e tarde divulgando o trabalho que estava sendo realizado na escola. Os alunos e/ou funcionários da escola para serem atendidos no Plantão preenchiam antes uma ficha de inscrição que continha o nome, a idade, a série escolar e o turno que estudava, onde estava sendo preenchida na diretoria da escola. Os Plantões Psicológicos foram realizados nos dias de Quarta e Quinta-feira do mês de Novembro de 2016, onde 6 alunos foram atendidos por semana, 3 nas quartas de manhã e 3 nas quintas a tarde. A seguir serão apresentados os resultados de um dos atendimentos realizados, por meio de um estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Durante o Plantão Psicológico, uma cliente “C”, com 15 anos idade, foi atendida com uma demanda de abuso sexual. “C” ao entrar no setting terapêutico fala dos seus pais, principalmente da mãe, e afirma que ela dá mais atenção à filha mais nova e acaba esquecendo de “C”, que é a filha mais velha de uma família de 4 irmãs. A cliente relatou que mora na zona rural e trabalha como doméstica em duas casas quando não está na escola, já que sua família é carente e depende do seu trabalho. Sua mãe também trabalha como doméstica, mas no momento está com um bebê de 2 meses e fica em casa cuidando das filhas mais novas enquanto “C” trabalha e estuda. “C” também relatou que o seu pai trabalha como agricultor e dá mais atenção a ela do que as

outras filhas, pois ele percebe certo desprezo da mãe para com “C”. Relatou também que não teve infância boa, pois teve que amadurecer rápido e passou grande parte de sua infância trabalhando com sua mãe e seu pai e ajudando também a cuidar das irmãs mais novas. Após um silêncio, escorrem lágrimas dos olhos de “C” e em seguida o plantonista então pergunta “qual o significado dessas lágrimas?”, então a cliente desabafa que tentou suicidar-se duas vezes na escola por intoxicação medicamentosa, pois havia sido abusada sexualmente há 7 dias atrás. Depois de muito tempo de choro intenso “C” diz que não consegue falar sobre o assunto e que isso dói demais, pois ela revive tudo de novo e diz que sua vida é uma desgraça. “C” disse que foi ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) da cidade conversar com a psicóloga que trabalha lá e disse que também não conseguiu falar nada, apenas chorar. A cliente demonstra estar inquieta e pede para ir embora, pois sente-se muito envergonhada. O plantonista percebeu que a demanda era algo de extrema gravidade e pediu para que ela respirasse fundo e procurasse se acalmar antes de sair da sala e orientou para que ela continuasse buscando ajuda profissional. Além disso, o plantonista a encaminha para o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) da cidade, já que a demanda se tratava de um direito violado, direito de propriedade do seu corpo. A cliente, já mais calma, agradece pela escuta e retira-se do setting terapêutico. Concluímos nosso estudo analisando tamanha importância do Plantão Psicológico na escola, pois além de receber demandas advindas do ambiente escolar, também pode haver casos de que a demanda está além deste contexto, demandas vindas de outros ambientes que acabam externalizando-se e/ou cronificando-se nos demais contextos onde a pessoa está inserida, observa-se também a importância de sempre buscar ajuda profissional em qualquer caso que gere sofrimento e incômodo para a pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do caso analisado, pode-se perceber que o serviço prestado pelo psicólogo no ambiente escolar é de tamanha importância, pois é perceptível que em um ambiente de mútua interação e relações sociais, a escola apresenta-se como um contexto onde muitos problemas surgem e/ou se agravam através de possíveis relações abusivas ou estresse enfrentado na rotina escolar, necessitando então de intervenção psicológica para uma maior harmonização e possíveis encaminhamentos que surgem nesse determinado contexto.

REFERÊNCIAS: ABRÁPIA. Abuso Sexual: Guia para orientação para profissionais da Saúde. Rio de Janeiro: Autores e Agentes Associados, 1997. AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N. Pele de asno não é só estória... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Editora Roca, 1988. CHAUI M. Participando do debate sobre mulher e violência. Em *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar, 1985. COHEN, C. O incesto. Em M.A. Azevedo; V.N. Guerra (Orgs.), *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento* (pp. 211-225). São Paulo: Cortez, 1993. MORALES, A.E.; SHRAMM, F.R. A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva* 7 (2): 265-273, 2002.

ABORDAGEM DA GOTA: ASPECTOS GERAIS SOBRE A DOENÇA

Caio Carvalho Pinheiro, Rebeca Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Raquel Bezerra de Sá de Sousa Nogueira, Tiago Bezerra de Sá de Sousa Nogueira

INTRODUÇÃO: A gota ocorre pela deposição de cristais de urato monossódico nas articulações. (TORTURELLA, 2014). A hiperuricemia tem múltiplas causas, resultado do aumento de produção de ácido úrico, da diminuição da sua excreção, ou de ambos. A hiperprodução, pode ter causas genéticas: défices enzimáticos no metabolismo do ácido úrico, aumento da atividade das enzimas envolvidas em sua síntese e causas não genéticas: hipercatabolismo (excesso de ingestão alimentar, neoplasias, quimioterapia). A hiporexcreção, geralmente é por causa renal, insuficiência renal crônica, uso de medicamentos que inibem a excreção de uratos ou idiopática. Os medicamentos mais frequentemente envolvidos na hiperuricemia iatrogênica são: aspirina (em doses baixas), diuréticos tiazídicos e de ansa, ciclosporina, etambutol, pirazinamida e ácido nicotínico (BRITISH, 2009).

REFERENCIAL TEÓRICO: O ácido úrico é o produto final do metabolismo das purinas, presentes em alimentos ricos em purinas, como carne vermelha e mariscos e ingestão de bebidas alcoólicas como cerveja. Dietas ricas em purinas aumentam o nível sanguíneo de ácido úrico ou urato de sódio (uricemia), e aumentam a excreção renal de uratos (uricosúria). As purinas ingeridas não são incorporadas a ácidos nucleicos, mas convertidas a ácido úrico por enzimas da mucosa intestinal e do fígado (ROBBINS, 2005). A artrite gotosa caracteriza-se pela manifestação repentina e dramática de dor e inchaço, em geral em uma única articulação, com maior frequência nas articulações dos membros inferiores e evolui em algumas horas originando inchaço, calor e sensibilidade e pode mimetizar uma celulite. No início, as articulações afetadas voltam ao normal. O ataque inicial é monoarticular em 85 a 90% dos pacientes e metade ocorre nas primeiras articulações metatarsofalângicas, mas outras articulações como tornozelos, joelhos e pé podem estar envolvidas. Em estágio avançado ocorrem ataques nas articulações como cotovelo, punho e dedos da mão. Mulheres de idade mais avançada há envolvimento das pequenas articulações dos dedos da mão. A gota poliarticular ocorre como manifestação inicial em cerca de 10 a 15% dos pacientes e pode estar associada a febre (CM, 2005).

OBJETIVOS: Este trabalho tem por objetivo geral evidenciar a patologia da gota, sua etimologia e causas e de forma específica analisar a manifestação clínica e fases evolutivas da enfermidade e verificar o diagnóstico e tratamento.

MÉTODO: Levantamento bibliográfico através de artigos, periódicos e livros para coleta de dados em banco de dados como SCIELO e PUBMED, e como descritores: gota, cristais de urato monossódico, patogênese, sintomas, diagnóstico e tratamento da gota.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Alterações morfológicas da gota são: Artrite aguda, com infiltrado neutrofílico no líquido sinovial e acúmulo de cristais de urato. Artrite tofácea crônica, uma precipitação repetitiva de cristais de urato, onde a sinóvia fica hiperplástica, fibrótica e espessada. Os tofos são marcos patognomônicos da gota e formados de grandes agregações de cristais de urato, com intensa reação inflamatória. E a nefropatia gotosa, distúrbio renal associado a depósito de cristais no interstício da medula renal, causando cálculos renais de ácido úrico (ROBBINS, 2005). O curso clínico da gota passa pelos estágios de Hiperuricemia assintomática, Artrite gotosa, Gota intercrises e Gota tofácea crônica. A Hiperuricemia assintomática surge na puberdade em homens e após a menopausa em mulheres. A fase da Artrite gotosa aguda apresenta início súbito de dor articular

extrema associada a hiperemia, calor e sensibilidade exacerbada. A crise aguda é resultado da reação inflamatória por depósitos de cristais de urato de sódio em articulação, e manifesta-se por quadro de monoartrite, com edema e hiperemia articular. (BRITISH, 2009). A fase da Gota intercrises é um período assintomático de controle da doença. E na Gota tofácea crônica são 12 anos para o aparecimento; as radiografias demonstram erosão óssea grave e a doença incapacitante. Doenças cardiovasculares, como aterosclerose e hipertensão são comuns. As manifestações renais aparecem na forma de cólica renal associada a passagem de cálculos (ROBBINS, 2005). O diagnóstico só é possível na primeira crise se forem encontrados cristais de monourato de sódio no líquido aspirado da articulação. Se a taxa de ácido úrico estiver normal durante a crise, mesmo assim houver suspeita do desenvolvimento da doença, deve ser pedido nova dosagem dentro de duas semanas. Exame de raio-X pode ajudar a definir o quadro (VARELLA, 2011). A crise aguda de gota usualmente é tratada com altas doses de anti-inflamatórios nãoesteroides. Não é indicado o uso de ácido acetilsalicílico, por aumentar a concentração de urato no plasma. A utilização de colchicina é limitada em pessoas com contra-indicação ao uso de anti-inflamatórios não-esteroides, pelos efeitos adversos, como diarreia e vômitos (BRITISH, 2009). A recorrência de crises agudas de gota, tofos ou sinais de artrite gotosa crônica indicam a necessidade de tratamento de longo prazo, utilizando-se um inibidor da enzima xantina oxidase, o alopurinol, para diminuir a produção de ácido úrico, eficaz na redução da uricemia. Alopurinol não deve ser iniciado na crise aguda de gota, pois a exacerba e prolonga, sendo introduzida a terapia de 1 a 3 semanas depois de seu término. Assim, um anti-inflamatório não-esteróide deve ser utilizado profilaticamente até pelo menos 1 mês da correção de hiperuricemia. O alopurinol é então mantido indefinidamente para prevenção das crises, assim, se durante o tratamento ocorrer uma crise aguda, deve ser tratada da forma habitual e o alopurinol mantido na mesma dose, sendo o uso não indicado na hiperuricemia assintomática (BRITISH, 2009). **CONSIDERAÇÕES FINAIS** A gota merece uma abordagem diagnóstica e terapêutica dinâmica, pois tem aumentado sua prevalência nos últimos anos, assim como o acesso à informação acerca do curso evolutivo e principais sintomas dessa patologia.

PALAVRAS-CHAVE: Urato monossódico, Gota, Achado patognomônico, Tratamento.

REFERÊNCIAS: BRITISH National Formulary– BNF 57. London: British Medical Association and The Royal Pharmaceutical Society of Great Britain, 2009. Disponível em: <https://www.medicinescomplete.com/mc>. Acesso em: 08 de nov. 2015. CM, W. Crystal-associated arthritis in the elderly. Clin Geriatr, v. 21, p. 491, 2005. Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/conteudos/acpmedicine/5376/doenca_articular_induzida_por_cristal_%E2%80%93_n_lawrence_edwards.htm. Acesso em: 08 de nov. 2015. ROBBINS, S.L.; COTRAN, R.S.; KUMAR, V.; ABBAS, A.K; FAUSTO, N. Patologia: bases patológicas das doenças. 7. ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 1592 p. TORTURELLA, I. In: Gota: patogênese e manifestações, 2014. Disponível em: <http://widoctor.com.br/gota-patogenese-e-manifestacoes/>. Acesso em: 08 de nov. de 2015. VARELLA, D. In: Doenças e sintomas gota, 2011. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/letras/g/gota>. Acesso em: 08 de nov. de 2015.

IMPLEMENTAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE ENDODONTIA DAS FIP (LAE-FIP)

Ertânia Araujo Bezerra; Gélica Lima Granja; Silvio Dantas Saraiva Aranha, Paula Vanessa da Silva;
Maria Cleide Azevedo Braz

INTRODUÇÃO: A Liga Acadêmica de Endodontia (LAE) das Faculdades Integradas de Patos (FIP), é um órgão acadêmico, sem fins lucrativos, organizado pelos docentes e discentes do curso de odontologia e vinculado ao departamento de odontologia das faculdades integradas de patos. A LAE-FIP é regida por um estatuto contendo um conjunto de regras da organização e funcionamento, objetivos, finalidades, um código disciplinar, e as obrigações dos coordenadores docentes e discentes e demais membros. A LAE é constituída por membros fundadores (que correspondem aos integrantes da comissão fundadora); membros da diretoria (que são responsáveis por planejar e coordenar as atividades da liga); membros efetivos (sendo estes os discentes que ingressarem por processo seletivo); membros orientadores (correspondem aos docentes do curso de odontologia das FIP, que se comprometem a assistir e orientar os membros efetivos); membros convidados (sendo estes membros de contribuição científica a convite dos membros da LAE); e membros honorários (são aqueles que se destaquem pela atuação no campo científico ou clínico dignos de homenagem pela LAE). A principal finalidade da LAE é promover e aprofundar conhecimentos de endodontia através da realização de atendimentos clínicos, aulas teórico-práticas, debates, cursos, produção científica e palestras, com isso, trazendo benefícios tanto para a comunidade quanto aos discentes vinculados a LAE.

REFERENCIAL TEÓRICO: A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável possibilitando uma relação transformadora entre universidade e sociedade. Essa relação enriquece o processo pedagógico socializando o saber acadêmico com a participação da comunidade na vida acadêmica. As atividades desenvolvidas pelas ligas constituem-se em atividades científicas teóricas e práticas, através de publicações de artigos, aulas, seminários, discussões de textos, acompanhamento a paciente e participação de grupos em atividades de ação social. A endodontia é uma área que tem como objetivo o estudo da morfologia da câmara pulpar, da fisiologia e das patologias da polpa dentária, assim como a prevenção, o tratamento e a cicatrização das suas repercussões nos tecidos periapicais. As principais causas, que induzem a necessidade de ser realizado o tratamento endodôntico são: a cárie profunda é o fator principal para endodontia, que levam as agressões pulpares, outras causas também são traumatismos dentários, fraturas dentárias, traumas ortodônticos, patologias intraósseas também influenciam diretamente nessas causas, movimentações ortodônticas, periodontos lesionados, entre outros. Esses tipos de causas podem machucar estruturas periapicais e pulpares adjacentes dos dentes. Contudo o profissional da área deve estar amparado de informações de anatomia interna e externa, clínicas, radiográficas e técnicas para realizar a terapêutica endodôntica, prevenindo iatrogenias com resolutividade, previsibilidade e humanidade.

OBJETIVO: A LAE-FIP tem como objetivos mobilizar discentes e docentes a fim de proporcionar atendimento clínico a população, incentivar a produção e publicação de artigos científicos, contribuindo para a formação acadêmica dos alunos das FIP e aprimorar a grade curricular referente à área da endodontia.

MÉTODOS: A LAE-FIP promove aulas teórico-práticas relacionadas a endodontia com resolução de casos clínicos, produz artigos científicos e realiza atendimentos odontológicos a comunidade

direcionado a endodontia. A LAE-FIP também promove minicursos, palestras e eventos voltados à endodontia, os quais serão abertos para graduandos e graduados em odontologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LAE-FIP tem por missão aprimorar o ensino teórico-prático na área de endodontia, contribuindo diretamente para a formação acadêmica dos membros discentes, além de exercer o papel social através dos atendimentos clínicos e ações sociais voltadas a promoção da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão. Pesquisa. Tratamento endodôntico. Endodontia.

REFERÊNCIAS:CARNEIRO, J., COSTA, F., POSWAR, F., FREITAS, M. Liga acadêmica: instrumento de ensino, pesquisa e extensão universitária. *Gestão e Saúde, Local de publicação* (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 6, out. 2014. Disponível em: <[http://gestaoesaude.bce.unb.br/index.php/gestaoesaude/article /view /815](http://gestaoesaude.bce.unb.br/index.php/gestaoesaude/article/view/815)>. HAMAMOTO FILHO, Pedro Tadao et al. Normatização da abertura de ligas acadêmicas: a experiência da Faculdade de Medicina de Botucatu. *Rev. bras. educ. med.* [online]. 2010, vol.34,

DAS SENZALAS ÀS UBSs: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NA POPULAÇÃO AUTODETERMINADA COMO NEGRA NO BRASIL

Luysa Gabrielly de Araujo Morais; Janice Alves Trajano; Regina Morais da Silva Araujo

INTRODUÇÃO: Escravizados, humilhados e transportados sem as mínimas condições de higiene, assim era a vida da população africana. Diariamente dezenas de navios negreiros aportavam em terras brasileiras trazendo consigo negros escravizados. Sem as mínimas condições humanas, muitos deles chegavam já doentes e outros, devido uma baixa no sistema imune, acabavam por adquirir posteriormente patologias que lhe seriam fatais. Em meio às necessidades de manter o contingente de negros aptos ao trabalho, à necessidade de sobrevivência da própria população e o sentimento de solidariedade que permeava as relações dentro da senzala foi se formando o padrão de saúde-doença da população negra, tendo como protagonistas as rezadeiras e benzedadeiras, os barbeiros e, em poucos casos, médicos. Essa construção inicial do padrão de saúde repercute no atual panorama da saúde negra de modo que uma análise histórica é fundamental para compreender o distanciamento dessa parcela da população das UBSs.

REFERENCIAL TEÓRICO: Judith Butler (2015) desenvolve o conceito de vidas não passíveis de luto que, na sua obra, pode ser entendido como reconhecimento ou como “validade”; vidas não passíveis de luto são vidas abjetas socialmente. Butler considera não passíveis de luto aquelas vidas que não se encaixam no molde predeterminado pela sociedade. Analisando as construções históricas tanto na visão de Keith Barbosa quanto na de Robert Slenes é possível constatar que historicamente os negros são uma população que não se encaixa nos moldes sociais e, portanto, são consideradas não passíveis de luto, fato este que reflete de forma significativa no padrão de saúde-doença dessa população.

OBJETIVO: O presente trabalho visa demonstrar uma análise histórica da construção do padrão saúde-doença da população que se autodeterminada como negra e quais as consequências dessa construção para a saúde da população negra brasileira.

MÉTODOS: Para o presente estudo foram pesquisados artigos em bancos de dados como Scielo fazendo uso de descritores como: “raça”, “escravidão” e “racismo institucional”, bem como livros com essas mesmas temáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: No Brasil colônia, mais que seres humanos dotados de sentimentos e de um sistema biológico passível de adoecimento, os negros escravos, maioria dos que habitavam o Brasil, eram considerados mercadoria e, conseqüentemente, sua morte seria prejuízo para os donos das fazendas. É provável que a partir desses dados uma interpretação superficial conclua que os senhores de fazenda proporcionavam acesso à saúde (médicos, medicamentos e qualidade de vida) visando não ter prejuízos e lucrar cada vez mais com o trabalho dos escravos. Infelizmente, essa é uma interpretação errada. Inicialmente o tráfico negreiro era uma atividade lucrativa, tanto para os que realizavam quanto para os que compravam. Existia um verdadeiro “exército de reserva” pronto para substituir por um valor acessível qualquer déficit na quantidade de escravos trabalhando. Essa facilidade de substituição ocasionou um abandono da saúde da população negra por parte dos “seus senhores” ficando, por conseguinte, a cargo de benzedadeiras e rezadeiras, em sua maioria escravas, que usavam ervas medicinais, chás e banhos curativos na tentativa de curar patologias. Devido sua necessidade de um maior mercado consumidor, além do aumento de missões humanitárias, a Inglaterra aprova em 1845 a lei Bill Aberdeen, que concedia permissão à navios ingleses de aprisionar

navios negreiros que tentassem aportar nas Américas (aqui incluso o Brasil), como consequência dessa lei e, posteriormente de outras como Lei Euzébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, o comércio negreiro entrou em decadência, o valor de cada escravo subiu e os fazendeiros viram a necessidade de implementar medidas que melhorassem o que eles chamavam de “vida útil” do escravo, para isso, eles começaram a investir em Barbeiros (escravos ou homens livres que retiravam dentes, cortavam cabelo e aplicavam sanguessugas como tratamento para patologias)e, em raros casos, médicos propriamente ditos. Vale salientar que mesmo tendo acesso à medidas de saúde o negro continua a ser tratado como um objeto. Com o advento da Lei Áurea, os negros, antes escravos, agora libertos, são entregues à um cenário de pobreza, miséria e abandono. Não há vagas de emprego para todos, não há condições sanitárias e nem local adequado para morar, tem-se início o processo de favelização e, com isso, o negro mais uma vez passa a ser estigmatizado como sujo, impuro e doente. A Revolta da Vacina é só um dos exemplos de como a saúde das populações mais pobres (majoritariamente negra) era/é tratada: questão de polícia e resolvida com violência. Os negros e/ou pobres tinham medo de fazer uso das vacinas porque não era costume do governo e da sociedade geral se importar com sua saúde. O atual cenário da saúde negra não é tão diferente, assistimos um verdadeiro distanciamento dessa população do acesso à saúde e, conseqüentemente, índices de mortalidade superiores quando comparados com a parcela populacional considerada branca. Segundo Judith Butler (2015) uma vida antes de ser considerada passível de luto, tem que primeiramente ser considerada viva e, infelizmente, a população negra nunca foi considerada viva. Ela é, historicamente, um objeto. Sendo assim, a falta de adesão à tratamentos, a violência obstétrica e, propriamente, o racismo institucional que permeia o processo de saúde-doença da população negra são conseqüências dessa ideologia historicamente construída de que os negros são objetos, seres não passíveis de adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por fim, é possível depreender que o distanciamento da população negra das UBSs e, conseqüentemente, do acesso as saúde como um todo é reflexo da construção histórico-social do padrão de saúde dessa população que, desde os tempos coloniais, é tratada como um objeto.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde; População Negra; Escravidão

REFERÊNCIAS: BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. BARBOSA, Keith. Escravidão, Medicina e Doenças: investigando sociabilidades escravas nas plantations cafeeiras de Cantagalo, século XIX. In XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal- RN, ANPUH Brasil, p.1 à 13. SLENES, Robert. Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.425 à 431.

PREVALÊNCIA DO CANAL MESIOPALATINO EM PRIMEIROS MOLARES SUPERIORES

Ivan Carlos Tavares; Renata Amorim Batista; Ertânia Araujo Bezerra, Ieda Xavier; Maria Cleide Azevedo Braz

INTRODUÇÃO: Uma das principais causas de insucesso no diagnóstico e tratamento endodôntico é a incapacidade de localizar e tratar adequadamente todas as ramificações presentes nos sistemas de canais radiculares (SOMMA et al., 2009). Um dos pontos mais importante para o sucesso clínico do tratamento endodôntico é o completo conhecimento da anatomia interna dos dentes, assim como das suas variações anatômicas (SANTOS et al., 2010)

REFERENCIAL TEÓRICO: Segundo Santos et al. (2010), foram selecionados 50 primeiros molares superiores humanos extraídos. Os dentes foram colocados em vidro com hipoclorito de sódio a 2,5% durante 6 horas para desinfecção. O acesso foi realizado seguindo o formato convencional (segundo Pécora) com uma broca esférica nº 3 e uma broca Endo Z, e então a câmara pulpar foi inundada com EDTA 17% por 5 minutos para limpar a câmara e facilitar o encontro do conduto. Após esse procedimento, a câmara foi lavada e seca com algodão. Em seguida, 5 Cirurgiões Dentistas, Clínicos Gerais observaram os dentes com auxílio de uma lupa e limas tipo K 08 e 10 (Maileffer). Nos dentes em que não se constatou a presença do quarto canal, foi confeccionado um desgaste, na sua possível embocadura, com a broca de baixa rotação nº 0,5 na tentativa de facilitar sua observação, e esses elementos foram então, novamente avaliados pelos Cirurgiões Dentistas.

OBJETIVO: Observar a prevalência do canal mesiopalatino em primeiros molares superiores.

MÉTODOS: Este estudo trata-se de um estudo in vitro sobre a prevalência do Canal Mesiopalatino em Primeiros Molares Superiores, que será realizada no laboratório do curso de Odontologia das Faculdades Integradas de Patos- FIP's. Foram utilizados 10 dentes do Banco de Dentes Humanos das FIP's.

RESULTADOS: Foram analisados 04 dentes de 04 forma diferentes, clínica visual, lupa composta, microscópio e radiografias. No clínico visual chegamos ao resultado de 02 dentes (50%); Lupa composta 04 (100%); Microscópio 04 (100%) e Radiografias 02 (50%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Concluímos a importância clínica de aparelhos como o Microscópio e lupa composta na localização do canal mesiopalatino no primeiro molar superior.

PALAVRAS-CHAVE: Anatomia radicular. Lupa composta. Microscópio clínico operatório.

REFERÊNCIAS: SANTOS, M.V. et al. Anatomical Study of the impact of canal orifice in maxillary first molars with access through conventional or wear one in the region of its mouth. Cadernos UniFOA. Vol.13, p.39-47, Agosto (2010). SOMMA, F.; LEONI, D.; PLOTINO, G.; GRANDE, N.M.; PLASSCHAERT, A. Root canal morphology of the mesiobuccal root of maxillary first molars: a micro-computed tomographic analysis. International Endodontic Journal, v. 42, p. 165-174, 2009.

A MORFOLOGIA COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO DO ENSINO SUPERIOR

Hiago Alves de Freitas Rosado Xavier; Ramilli de Araújo Pegado; Samara Kauanne Leite Costa; Flávia Regina Gonçalves de Araújo

INTRODUÇÃO: A situação atual do ensino no Brasil exige cada vez mais uma renovação dos padrões de ensino, tornando-se necessária a inclusão de ideias inovadoras ao ensino atual, de maneira a fugir dos modos já ultrapassados do ensino tradicional tão difundido. Dois dos conceitos mais difundidos entre os educadores de ciências, hoje em dia, são: a valorização do uso de uma abordagem prática para o ensino de conteúdos de ciências e biologia e a busca de uma prática de observação fora da sala de aula, considerada um ambiente e um universo absolutamente distanciado do mundo físico real do aluno.

REFERENCIAL TEÓRICO: Keller et al. (2011) observou que o ensino de biologia permanece ainda, na maioria dos casos, restrito às aulas expositivas com mínima participação dos alunos. Assim sendo, a biologia pode ser uma das disciplinas mais relevantes e merecedoras da atenção dos alunos, ou uma das disciplinas mais insignificantes e pouco atraentes, dependendo do que for ensinado e de como isso for feito. Suart e Marcondes (2009) relataram que as atividades experimentais, tanto no ensino médio como em muitas universidades, ainda são muitas vezes tratadas de forma acrítica e a problemática. O aluno é o agente passivo da aula e a ele cabe seguir um protocolo proposto pelo professor para a atividade experimental, elaborar um relatório e tentar no máximo se aproximar dos resultados já esperados. No entanto, a postura construtivista, disseminada nos últimos trinta anos, tem como marco central a participação do aluno no processo de construção do conhecimento e o professor como seu mediador ou facilitador, valorizando a participação ativa do estudante.

OBJETIVO: Contribuir para a melhoria na qualidade do ensino fundamental e médio na Escola Monsenhor Manoel Vieira (Estadual) da cidade de Patos – PB.

MÉTODOS: Este projeto será realizado, com os alunos do ensino médio, pertencentes a Escola Estadual Monsenhor Manoel Vieira, da cidade de Patos. Para tal utilizar-se-á multimídia, cartilhas, modelos histológicos e anatômicos e dinâmicas divertidas. A avaliação desta proposta será realizada através de atividades teórico-práticas, seminários, relatórios, trabalhos e/ou estudos dirigidos.

RESULTADOS: Pretende-se com este projeto, desvincular o ensino da Biologia de seu caráter abstrato, difícil e muitas vezes denominado como “chato”, de modo que as aulas práticas possibilitem aos estudantes construir seus conhecimentos de forma lúdica e interessante, proporcionando a investigação e o trabalho em equipe. Além disso, espera-se estimular os acadêmicos envolvidos no projeto a desenvolverem atividades de experimentação, contribuindo para sua formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do que foi exposto, deseja-se aumentar o rendimento dos alunos nos estudos de biologia humana, a partir da introdução de atividades teórico-práticas regulares, associadas aos conteúdos programáticos das bases curriculares do ensino médio. Além disso, pretende-se incentivar os estudos individual e coletivo, a busca pelo conhecimento, o interesse por cursos na área da saúde, aumentando também, o nível de conhecimento dos alunos ingressantes no ensino superior.

PALAVRAS CHAVES: Morfologia; Ensino Público; Estratégias Educacionais.

REFERÊNCIAS:KELLER, L.; BARBOSA, S.; BAIOTTO, C. R.; SILVA, V. M. A importância da experimentação no ensino de biologia. XVI Mostra de Iniciação Científica, 2011. LABURÚ, C. E.; BARROS, M. A.; KANBACH, B. G. A relação com o saber profissional do professor de física e o fracasso da implementação de atividades experimentais no ensino médio. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 12, n. 3, p. 305-320, 2007. LIMA, J. O. G. Perspectivas de novas metodologias no ensino de química. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 136, p. 95-101, 2012. MARASINI, A. B. A utilização de recursos didáticopedagógicos no Ensino de Biologia, 2010. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. SUART, R. C.; MARCONDES, M. E. R. A manifestação de habilidades cognitivas em atividades experimentais investigadas no ensino médio de química. *Ciências & Cognição*, v. 14, n. 1, p. 50-74, 2009.

APLICAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICO-EXPERIMENTAIS DA MORFOLOGIA HUMANA NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO

Luis Henrique Dantas Torres; Renê Maciel de Sousa Neto; Francisco Orlando Rafael Freitas; Flávia Regina Gonçalves de Araújo

INTRODUÇÃO: Normalmente, a falta de recursos das instituições públicas de ensinos fundamental e médio privam os alunos do desenvolvimento de habilidades e competências que associam aprendizado teórico e realidade física. Estratégias educacionais ausentes de abordagens práticas caracterizam-se por serem muitas vezes insuficientes e ineficazes na construção de conhecimento em determinadas áreas, bem como sua fixação e aplicabilidade, além de contribuir para a desmotivação e falta de interesse do aluno, considerado apenas como agente passivo no processo educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO: Suart e Marcondes (2009) relataram que as atividades experimentais, tanto no ensino médio como em muitas universidades, ainda são muitas vezes tratadas de forma acrítica e apromática. O aluno é o agente passivo da aula e a ele cabe seguir um protocolo proposto pelo professor para a atividade experimental, elaborar um relatório e tentar no máximo se aproximar dos resultados já esperados. No entanto, a postura construtivista, disseminada nos últimos trinta anos, tem como marco central a participação do aluno no processo de construção do conhecimento e o professor como seu mediador ou facilitador, valorizando a participação ativa do estudante. Silva (2011) afirmou no seu artigo que em 46 anos de sala de aula dedicados ao ensino de Química (componente coirmã da biologia), devido a mudanças, o ensino nos dias de hoje vem declínio por conta de vários fatores, cujos principais são: deficiência na formação do professor; baixos salários; metodologia em sala de aula ultrapassada, visto que a maioria dos professores não procura alternar as aulas tradicionais com outras metodologias mais atraentes e eficientes, o que tornaria a transmissão do conteúdo mais agradável; e poucas aulas experimentais, pois algumas escolas do ensino médio não possuem laboratórios adequados para as aulas experimentais, apresentam deficiências de professores capacitados para tais fins, o número de aulas semanais por turma é pouco e, além disso, falta verba para manutenção dos equipamentos e estruturas presentes nos laboratórios. Em outros artigos, Laburú, Barros e Kanbach (2007) e Lima (2012) demonstraram através da sua pesquisa, que no ensino médio as atividades experimentais de física são raramente utilizadas pela maioria das professoras e professores brasileiros, tal fato deve-se a alguns fatores, como: indisponibilidade ou qualidade de material; excessivo número de alunos em sala de aula; formação precária dos professores; e restrições institucionais.

OBJETIVOS: Este projeto busca contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos práticos relacionados as bases da morfologia humana nos ensinos fundamental e médio, através da disponibilidade para manuseio de materiais laboratoriais que normalmente não estão disponíveis no ensino público, motivando os alunos a adquirir saberes de morfologia que estão na base curricular nacional, como também impulsionando os mesmos para a possível entrada no ensino superior. Além disto, acadêmicos envolvidos no projeto terão oportunidade de vincular seus conhecimentos a prática docente, despertando habilidades comunicativas precocemente em sua graduação.

MÉTODOS: Com base nos conteúdos previamente organizados em módulos ou unidades de aprendizagem pela instituição alvo da proposta, haverá disponibilização de roteiros de estudo como mecanismo de facilitação do entendimento e estruturação da temática da oficina laboratorial. Além disso, haverá também espaço para anotações e esclarecimentos de dúvidas recorrentes, visualização de lâminas com cortes histológicos através de microscópios ópticos, como também análise de peças

anatômicas fidedignas que estejam em concordância com os conceitos histológicos discutidos, dentre outros instrumentos que visam facilitar a aprendizagem de ciências morfológicas disponibilizados pelos laboratórios de Histologia (Morfofuncional II) e Anatomia das FIP. Haverá também disponibilização de alunos de graduação do curso de medicina, técnicos e monitores da área estudada para orientação e apoio dos estudantes beneficiados.

RESULTADOS: Espera-se que haja através deste projeto, uma maior aceitação por parte daqueles alunos que se viam desmotivada, sem interesse na área em questão e sem perspectiva de iniciação na graduação em áreas científicas. Além disso, almeja-se uma melhora significativa na relação ensino-aprendizagem pelos mesmos, mostrando que a prática laboratorial é de suma importância no processo de aprendizagem de conteúdos relacionados a morfologia humana e que esta necessita de investimentos, principalmente na rede pública de ensino que carece de incentivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante da proposta, deseja-se que a abordagem do método científico ainda no ensino fundamental e médio tenha eficiência na produção de conhecimentos pelos estudantes da rede pública, gerando uma maior possibilidade de ingresso no ensino superior e melhorando dessa forma, os índices de educação no município de Patos. Conseqüentemente, a dinamicidade com que o conteúdo será abordado na prática laboratorial, despertará um maior interesse na futura realização de pesquisas científicas na área de morfologia humana, uma vez que o conhecimento básico da metodologia científica será implantado ainda na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Aprendizagem significativa; Prática laboratorial.

REFERÊNCIAS: LABURÚ, C. E.; BARROS, M. A.; KANBACH, B. G. A relação com o saber profissional do professor de física e o fracasso da implementação de atividades experimentais no ensino médio. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 12, n. 3, p. 305-320, 2007. LIMA, J. O. G. Perspectivas de novas metodologias no ensino de química. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 136, p. 95-101, 2012. SILVA, A. M. Proposta para tornar o ensino de química mais atraente. *Revista de Química Industrial*, n. 731, p. 7-12, 2011. SUART, R. C.; MARCONDES, M. E. R. A manifestação de habilidades cognitivas em atividades experimentais investigadas no ensino médio de química. *Ciências & Cognição*, v. 14, n. 1, p. 50-74, 2009.

NÍVEIS DE STREPTOCOCCUS MUTANS NA SALIVA ASSOCIADOS À EXPERIÊNCIA DE CÁRIE DENTÁRIA EM CRIANÇAS

Jéssica Leandro Feitosa; Larissa Lopes de Assis; Petrusk Homero Campos Marinho; Suyene de Oliveira Paredes

INTRODUÇÃO: A cárie dentária é uma doença de caráter crônico e dinâmico, a qual ocorre quando há um desequilíbrio entre os processos de desmineralização e remineralização (DESxRE) entre o elemento dental e o ecossistema da cavidade bucal. Esta patologia não deve ser considerada uma doença infecciosa clássica e sim pertencente a um grupo de doenças complexas de ordem multifatorial (FEJERSKOV, 2004). Neste contexto, entende-se que há a interação de vários fatores envolvidos no aparecimento e desenvolvimento da referida patologia. Além dos fatores etiológicos determinantes de ordem biológica, referentes a uma microbiota potencialmente cariogênica e a uma dieta bastante rica em sacarose, agindo em um hospedeiro susceptível, em um tempo relevante para a manifestação da doença, existem ainda os fatores secundários e terciários. Dentre eles citam-se: deficiência no fluxo salivar, alteração da capacidade tampão, queda do pH salivar, baixa renda familiar, classe social desfavorecida, baixo nível de escolaridade, comportamentos e atitudes deficientes em relação à saúde bucal (CORTELLI et al., 2004). Compreendendo que um dos fatores determinantes para o surgimento dessa doença relaciona-se à presença de microrganismos potencialmente cariogênicos, a contagem de Streptococcus mutans na saliva para identificação e associação com a cárie dentária é bastante relevante, visto que estudos comprovaram a interligação entre o número de lesões de cárie e o nível de Streptococcus mutans na saliva e no biofilme. (INTRA et al., 2006; MOREIRA; POLETTO; VICENTE, 2007).

REFERENCIAL TEÓRICO: Atualmente, o diagnóstico precoce da doença baseia-se nos princípios de promoção de saúde, ou seja, o mesmo não deve estar baseado apenas na constatação dos sinais clínicos, mesmo que iniciais, da doença em evidência, mas na identificação dos indivíduos de risco. Ou seja, indivíduos predispostos à cárie devem ser identificados, antes mesmo do aparecimento dos primeiros sinais clinicamente identificáveis da doença (lesões incipientes do tipo mancha branca), podendo, assim, serem submetidos previamente às medidas de prevenção e controle da patologia. Nesta perspectiva, a contagem de bactérias cariogênicas torna-se um importante indicador de risco, podendo ser considerada um parâmetro clínico auxiliar no diagnóstico precoce da doença. Alguns estudos apontam para a relação entre os níveis de Streptococcus mutans e as lesões de cárie. Em 2006, um estudo estabeleceu a correlação entre os índices de CPOD/ ceod e os níveis de Streptococcus mutans isolados na saliva de 20 pares de mães e filhos. Além da análise da condição dentária, foi realizada a coleta de saliva não estimulada para a contagem de unidades formadoras de colônias do microrganismo. Os autores perceberam que a população pesquisada foi considerada “mutans milionária”, diante da constatação dos altos níveis da bactéria na saliva. Crianças e mães apresentaram altos valores de CPO-D e ceod, sendo compatíveis com os níveis da bactéria pesquisada. Portanto, pôde-se afirmar que existe uma correlação entre os níveis de Streptococcus mutans e os índices de CPOD e ceod (INTRA et al., 2006; MOREIRA; POLETTO; VICENTE, 2007).

OBJETIVO: O objetivo deste estudo foi avaliar a associação entre os níveis salivares de Streptococcus mutans com a experiência e atividade cárie dentária em escolares de 12 anos de idade matriculados em uma escola pública do município de Pombal, Paraíba, Brasil.

MÉTODOS: Este estudo de campo caracterizou-se por ser do tipo transversal, descritivo e analítico, com abordagem quantitativa dos dados. O mesmo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa das

Faculdades Integradas de Patos (CEP/FIP), sendo aprovado sob o parecer 1.219.555. A amostra constou de 30 crianças e a coleta foi realizada por um único examinador, devidamente calibrado e auxiliado por um anotador. Os dados foram obtidos por meio da determinação dos níveis salivares de *Streptococcus mutans*, por meio da contagem de unidades formadoras de colônias (UFC/mL) na saliva. A respeito da avaliação da experiência de cárie, utilizou-se o índice CPO-D, atendendo aos critérios de diagnóstico e normas propostos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A atividade da doença também foi determinada pela presença de mancha branca de cárie ativa na superfície do esmalte (sem cavitação), com aspecto opaco e rugoso, em regiões propícias ao acúmulo de biofilme.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os resultados demonstraram que a experiência de cárie dentária no grupo examinado foi de 90% e o CPOD médio geral foi 2,6. O gênero masculino obteve um índice um pouco mais elevado (2,7); quando comparado ao gênero feminino (2,5). O maior número de escolares correspondeu àqueles que apresentaram média contagem de *S. mutans* na saliva, equivalente a 86,7% da amostra com experiência de cárie. Avaliando a distribuição entre a atividade de cárie, constatada por meio da presença de mancha branca ativa, e as variáveis clínicas, a maioria das crianças portadoras da atividade da doença apresentou média contagem de *S. mutans* na saliva (21-100 UFC/mL de saliva), com 53,3%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A experiência de cárie dentária na amostra estudada foi considerada alta, visto que 90% dos participantes apresentaram CPOD >0. Entretanto, analisando-se a média geral desse índice, a severidade da doença foi categorizada como baixa, quando comparado aos critérios de avaliação na dentição permanente de crianças, segundo a OMS. Diante do pequeno número de participantes, o presente estudo não pode ser representativo para a população de escolares de 12 anos do município de Pombal. Com relação à presença de mancha branca de cárie ativa, observou-se que metade da amostra estudada, apresentou-se com a doença (53,3%). A variável biológica pesquisada neste estudo não foi estatisticamente associada à experiência de cárie dentária. A maioria dos escolares com experiência da doença correspondeu àqueles que apresentaram média contagem de *S. mutans* na saliva.

PALAVRAS-CHAVE: Cárie dentária; *Streptococcus mutans*; Saliva; Criança

REFERÊNCIAS: CORTELLI, P.V.L.; CORTELLI, J.R.; PRADO, J.S.; AQUINO, D.R.; JORGE, A.O.C. Fatores de risco a cárie e CPOD em crianças com idade escolar. *Cienc. Odontol. Bras. São José dos Campos*. v.7, n.2, p.75-82, abr/jun. 2004. FEJERSKOV, O. Changing paradigms in concepts on dental caries: consequences for oral health care. *Caries Res*. v.38, n.3, p.182-191. 2004. INTRA, J.B.G.; CASOTTI, C.A.; ROLDI, A.; HARARI, S.G.; ALMEIDA, T.J.S.; BALDOTTO, J.H. et al. Correlação entre o índice de CPOD e níveis de *Streptococcus mutans* na saliva de mães e filhos. *RFO UPF. Passo Fundo*. v. 11, n. 2, p. 16-20 2006. MOREIRA, M.; POLETTI, M.M.; VICENTE, V.A. Fatores Determinantes na Epidemiologia e Transmissibilidade da Doença Cárie. *Revista Odonto Ciência. Porto Alegre*. v.22, n.56, p.181-185, abr/jun. 2007.

ATIVIDADE PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL ELABORADA PARA GESTANTES SOBRE A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL UTILIZANDO JOGOS

Jannyne Paiva Alves; Rayssa Ferreira de Sousa; Francielly Carvalho de Oliveira ; Cláudio Leite da
Silva; Janaina Lúcio Dantas

INTRODUÇÃO: Durante a gestação é de grande importância manter o bom estado nutricional da mãe para garantir um aporte de nutrientes adequado ao feto proporcionando um desenvolvimento intrauterino satisfatório. Ao longo dos anos tem-se estudado a gestação e o estado nutricional das gestantes com o objetivo de melhor entender as complicações e os riscos nutricionais que aparecem nesse período (ROCHA, 2009). Para que a mãe possa amamentar é necessário um trabalho em equipe que estimule esta prática. Estão envolvidos nesse processo: a mãe, o filho, profissionais de saúde e familiares. Portanto é de grande importância um bom conhecimento de todos os envolvidos nessa prática a fim de garantir saúde para a mãe e o bebê; essa responsabilidade é ainda maior para o profissional de saúde que deverá ser treinado e conscientizado da importância do aleitamento materno para um bom desenvolvimento da população (CANÇADO, 2009). Segundo normas do Ministério da Saúde, os profissionais precisam ser capazes de atuar com criatividade e senso crítico, mediante uma prática humanizada, competente que envolva ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. Deve ser ainda capaz de planejar, organizar, desenvolver e avaliar ações que respondam às necessidades da comunidade, articulando os diversos setores envolvidos na Promoção da Saúde. (REIS, 2004)

OBJETIVO: Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência do Projeto de Extensão: Práticas Pedagógicas de Nutrição em Saúde Coletiva que teve como intuito elaborar materiais pedagógicos que servem de apoio para as atividades de educação alimentar e nutricional realizadas com gestantes.

METODOLOGIA: Foi elaborado um material pedagógico que conste de um jogo denominado “bingo saudável” que acompanha uma Cartilha com instruções a respeito de uma alimentação saudável para o grupo de gestantes para ser utilizada com profissionais de educação e de saúde que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A cartilha consta da aplicação do jogo, para ajudar na atualização sobre Alimentação e Nutrição na Gestação, baseado nos Dez Passos da Alimentação Saudável, além de dicas e informações importantes presentes na caderneta da gestante, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014). Foram criadas 31 imagens que correspondem a orientações nutricionais para serem desenvolvidas conforme se chama cada número correspondente da cartela que deve ser distribuída com as gestantes no momento da atividade de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que de acordo com o Ministério da Saúde no Brasil, se insere no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e pode ser conceituada como “um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Esse material tem a possibilidade de ajudar no desenvolvimento de atividades de EAN no cotidiano do pré-natal das gestantes. É um jogo de fácil aplicação, baixo custo, onde há uma interação entre os participantes, de forma criativa e extrovertida, criando um momento lúdico e de descontração, tornando assim, as informações transmitidas mais fáceis de serem compreendidas e colaborando na aprendizagem de temas associados a alimentação na gestação. A atividade do “Bingo da Nutrição para Gestantes” acompanha uma cartilha que foi elaborada pelos

acadêmicos do Curso de Nutrição das FIP e pode ser disponibilizada para profissionais de outras áreas que atuam no cuidado do pré-natal na atenção básica ou em outros serviços que trabalham com grupos de gestantes.

PALAVRAS CHAVES: Atividades Pedagógicas, Gestantes, Educação Nutricional, Saúde, Prevenção.

REFERÊNCIAS: REIS, C. C. L. Programa Saúde da Família: supervisão ou “convicção”? Estudo de caso em município de médio porte. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: . Acesso em: 08 mar. 2017. ROCHA, V. S. Avaliação Bioquímica e do consumo alimentar de magnésio em mulheres saudáveis no terceiro trimestre gestacional. 2009. 97f. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo. CANÇADO, I. A. C. Avaliação do conhecimento em nutrição de gestantes atendidas pela estratégia de saúde da família (ESF) da cidade de Pará de Minas – mg. *SynThesis Revista Digital FAPAM*, Pará de Minas, v.1, n.1, 318-327, out. 2009 www.fapam.edu.br/revista. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília. 2012.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA IDOSOS COM ABORDAGEM LÚDICA ATRAVÉS DO “DOMINÓ DAS FRUTAS”

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Laysa Maria de Oliveira Nóbrega, Janaína Lúcio Dantas

INTRODUÇÃO: A “velhice” é vista com respeito e veneração, em algumas civilizações e culturas, pois representa a experiência, o valioso saber acumulado ao longo dos anos, a prudência e a reflexão. Sendo o envelhecimento um processo natural vivido pelo homem, que é iniciado com o nascimento e encerrado na morte. E durante toda essa fase, são necessários cuidados específicos, pois percebe-se que sentidos, emoções e órgãos estão interligados funcionalmente (BURLÁ et al, 2014). Assim sendo, os cuidados demandados pelo processo de envelhecimento ocasionam, muitas vezes, a transferência da responsabilidade do cuidado da família para as instituições de longa permanência. Com isso, estas unidades tem como função oferecer assistência de acordo com as necessidades exigidas por essa população específica (SOUSA et al, 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO: Os idosos que vivem em instituições de longa permanência necessitam passar por um processo de readaptação; é um novo universo, cercado por pessoas nunca antes vistas, novos horários e atividades que restringem a expressão de sua personalidade, enfim, o idoso encontrar-se-á limitado em suas decisões, escolhas e atividades (JESUS et al, 2010). Oferecer aos idosos, durante o processo de envelhecimento, atividades recreativas, lúdicas, como um jogo educativo, torna-se uma autêntica prática cuidativa para melhora e manutenção da saúde (OLIVEIRA et al, 2010). A dificuldade dos idosos em estabelecer relações interpessoais devido à diminuição dos vínculos sociais e familiares, das limitações físicas e cognitivas, como a memória, e que conduzem o idoso a uma situação de risco de isolamento, são uns dos aspectos que as práticas ou atividades de grupo e de socialização de forma participativa e não invasiva procuram alterar na rotina dos idosos institucionalizados (BORGES e CINTRA, 2010).

OBJETIVO: O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência vivenciada no Estágio Supervisionado de Nutrição em Saúde Coletiva do Curso de Nutrição das FIP.

METODOLOGIA: Foi elaborado um material, intitulado “Dominó das Frutas”, onde os números foram trocados por imagens de frutas. As peças foram feitas com papel cartão e EVA, possuindo um tamanho maior que o convencional de forma que possibilitasse uma maior visibilidade das imagens, uma vez que grande parte dos idosos possuem dificuldades visuais. Foram utilizadas as frutas mais consumidas na região, sendo estas: acerola, banana, manga, mamão, laranja, maçã e goiaba. O jogo foi desenvolvido durante uma atividade coletiva com idosos residentes de uma instituição de longa permanência, no segundo semestre de 2016, na cidade de Patos – PB, com o intuito de estimular o consumo de frutas, onde foi elaborada uma atividade lúdica de educação alimentar e nutricional, realizada pela equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), responsável pelo território de abrangência da instituição.

RESULTADOS: O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) é uma equipe multiprofissional composta por psicólogo, assistente social, nutricionista, fisioterapeuta, educador físico e farmacêutico. O Lar dos Idosos possui vinte idosos internos, mais apenas oito participaram da atividade. A atividade foi iniciada pela profissional nutricionista da equipe do NASF, a qual convidou os idosos que se mostraram interessados em participar da atividade, tendo o auxílio de estagiários e os outros profissionais para realiza-la. Cada vez que era jogada uma peça com a imagem de uma fruta, perguntava se os idosos a conheciam, se gostavam e se costumavam comer no dia-a-dia. Após isso era explicado as propriedades das frutas, valor nutricional e sua importância na alimentação diária. Os

participantes ficaram entusiasmados com o jogo e conseguiram interagir com os colegas e com os profissionais do NASF. A utilização deste material demonstrou que pode ser aplicado por profissionais de saúde da área de nutrição e de outras áreas, tanto para o público infantil quanto para os idosos, auxiliando no conhecimento das frutas e sua importância para uma alimentação adequada, proporcionando um momento lúdico e de diversão, contribuindo com atividades criativas e despertando a participação do público nos cuidados nutricionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A atividade foi bem proveitosa, por ser um público bastante carente de atenção e que muitas das vezes é esquecido, chamou a atenção e proporcionou a interação dos idosos, fazendo-os relembrar a infância e seus hábitos alimentares. O trabalho de EAN com o uso de materiais lúdicos se mostra de grande relevância na promoção de uma alimentação saudável. O “Dominó das Frutas” é uma atividade de fácil aplicação, baixo custo, e pode ser realizada por qualquer profissional da atenção básica, auxiliando nas atividades da promoção da saúde dos públicos atendidos na Estratégia Saúde da Família. A produção de materiais educativos deve ser incentivada pelos acadêmicos, professores e profissionais que atuam nos vários serviços, pois serve de apoio didático e torna as atividades de educação em saúde mais atrativas e prazerosas.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Básica, Educação Nutricional, Idosos, Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS: BORGES SM, CINTRA FA. Relação entre acuidade visual e atividades instrumentais de vida diária em idosos em seguimento ambulatorial. Rev. Bras. Oftalmol. 2010; 69(3): 146-51. BURLÁ C, PESSINI L, SIQUEIRA JE, NUNES R. Envelhecimento e doença de Alzheimer: reflexões sobre autonomia e o desafio do cuidado. Rev. Bioét. 2014; 22(1): 85-93 JESUS IS, SENA ELS, MEIRA EC, GONÇALVES LHT, ALVARE AM. Cuidado sistematizado a idosos com afecção demencial residentes em instituição de longa permanência. Rev. Gaúcha Enferm. 2010; 31(2): 285-292. OLIVEIRA RG, MADRUGA VA, VERLENGIA R, TOLOCKA RE. Características pessoais e participação em bailes numa instituição de longa permanência para idosos. Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum. 2010; 12(4): 295-01 SOUZA CC, VALMORBIDA LA, OLIVEIRA JP, BORSATTO AC, LORENZINI M, MELO MRD et al. Mobilidade funcional em idosos institucionalizados e não institucionalizados. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2013; 16(2): 285-93.

BDH: RELATO DE VIVÊNCIA DE INTEGRAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Nathan Felipe Ferreira de Souza; Andréa Bianca Rodrigues Silva; Samara Cirilo Feitosa Germano;
Paula Vanessa da Silva

INTRODUÇÃO: O Banco de Dentes Humanos (BDH) é uma entidade sem fins lucrativos, vinculado a uma instituição de ensino superior, a qual apresenta como finalidade suprir as necessidades acadêmicas, ressaltando dessa forma a distribuição de dentes para pesquisas e treinamentos laboratoriais pré-clínicos (Ghiggi, Dallanora, 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO: A criação dos Bancos de Dentes Humanos (BDH) nas instituições de ensino superior no Brasil teve início por volta do ano de 2000 com o objetivo de minimizar o comércio ilegal de estruturas dentárias, assim como desenvolver uma percepção dos discentes e profissionais da área de Odontologia acerca da Biossegurança, das questões legais e das discussões em Bioética. Nas Faculdades Integradas de Patos (FIP), o BDH foi instalado em agosto de 2014, iniciando suas devidas atividades no semestre 2014.2. O BDH é organizado por atividades como recepção, preparação, desinfecção, manipulação, seleção, preservação, catalogação, estocagem, cessão, empréstimo e organização dos dentes doados (Pereira, 2012), contribuindo assim para a prática legalista. Para o referido banco é de suma importância uma organização responsável não só pelo armazenamento dos elementos dentários, mas também por proporcionar a sensibilidade da população acerca do dente como órgão humano e promover discussões sobre as questões bioéticas e de biossegurança (Pereira, 2012).

OBJETIVO: Este trabalho tem por objetivo relatar as experiências acadêmicas obtidas através da participação no projeto de extensão intitulado “Banco de Dentes Humanos- FIP”, enfatizando a sua integração para o ensino, pesquisa e extensão.

MÉTODOS: O Banco de Dentes Humanos das Faculdades Integradas de Patos (FIP) se apresenta como um projeto de pesquisa e extensão, apresentando uma parceria com cidades circunvizinhas, Centros Especializado de Odontologia (CEO), Estágio Supervisionados e Unidades Básicas de Saúde, bem como Estágio Rural Integrado, contribuindo assim para a diminuição do comércio ilegal do elemento dentário, como também auxiliando no processo de ensinoaprendizagem do aluno acadêmico. Esta experiência está sendo vivenciada desde o ano 2015, em que foram realizadas atividades de recebimento de doações por meio de clínicas Odontológica públicas e privadas, seguido de atividades de limpeza, desinfecção, esterilização, separação e armazenamento nos seus determinados grupos dentários, para posterior utilização em pesquisas e aulas práticas laboratoriais. O BDH contribui para um melhor ensino nas disciplinas de Endodontia, Anatomia e Escultura Dental, Dentística e Prótese, servindo como um recurso auxiliar aos graduandos e pósgraduandos em procedimentos laboratoriais, intensificando a aprendizagem. A estrutura do BDH constitui-se de uma recepção, geladeira para armazenamento dos dentes recebidos em seus respectivos potes, oferece também materiais para limpeza e descontaminação, tais como caneta de alta rotação, EPI, brocas, pinças e curetas, realizando estas atividades nas clínicas e laboratórios. Dispõe também de uma autoclave para esterilização e computador para registro dos empréstimos dos dentes, respeitando assim as normas de vigilância sanitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Este projeto é de suma importância, pois possibilitou uma melhor compreensão da estrutura do elemento dentário, podendo correlacionar as suas variabilidades e reforçar o ensinoaprendizagem, trazendo ao discente uma nova perspectiva acerca do dente e assumir a responsabilidade bioética. Contribuiu também para seguir os protocolos bioéticos de utilização desses

dentes por meio da documentação disposta, nos quais constam Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo do Cirurgião-Dentista, Termo do Cidadão, Termo de Solicitação para Pesquisas Científicas e Termo de Consentimento para uso de Órgão Dental em Procedimento Terapêutico, garantindo assim a regularização dos recebimentos e empréstimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Torna-se fundamental o funcionamento do BDH em Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Odontologia, tendo em vista promover uma integralização entre as disciplinas curriculares para um melhor ensino e fixação do conteúdo, bem como contribuir para o cessamento do comércio ilegal do elemento dentário, auxiliando os discentes na utilização do mesmo para ensino e pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Coleta de tecidos e órgãos; Ética; Pesquisa.

REFERÊNCIAS: Ghiggi,L.D; Dallanora,L.M. Implantação do Banco de Dentes (BDH) do Curso de Odontologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Revista Ação Odonto. Anais da XI Semana Acadêmica de Odontologia 2014. Miranda,G.E; Bueno,F.C. Banco de Dentes Humanos: uma análise bioética. Revista Bioética. v.20,n.2,p.255-66,2012. Pereira,D.Q. Banco de Dentes Humanos no Brasil: revisão de literatura. Revista da Abueno. v.12,n.2, p.178-84, 2012.

ANSIEDADE FRENTE AO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO: PROJETO DE PESQUISA

Rafaella Araújo Amancio de Lima Medeiros, Katharyne Martins Freire, Hermanda Barbosa Rodrigues, Sammia Anacleto de Albuquerque Pinheiro

INTRODUÇÃO: A ansiedade é um aspecto comum ao ser humano, definido como sendo uma apreensão que precede um instante de ameaça, combinada com sensações físicas. Já o medo, é uma situação emocional poderosa que alerta sobre o perigo iminente, em relação a um objeto ou situação, fazendo com que o indivíduo reaja com respostas comportamentais. Podendo ser um fator substancial para a ansiedade odontológica uma experiência desagradável já transcorrida. Um dos obstáculos identificado pelo dentista durante o atendimento é o medo que alguns pacientes apresentam, de forma que muitos tentam evadir-se do procedimento, sendo o comparecimento para o tratamento odontológico uma resistência para esses pacientes. O medo e ansiedade não são encontrados exclusivamente no tratamento odontológico, mas, o medo de dentista tem sido caricaturado como um dos mais frequentes e mais intensamente vivenciados.

REFERENCIAL TEÓRICO: Foi realizado um estudo em uma faculdade de Odontologia de São Paulo, no ano de 2001, com 252 pacientes, onde avaliou a ansiedade, utilizando a *Modified Dental Anxiety Scale* (MDAS), e a Escala de Medo de *Gatchel*. Avaliando a frequência de pacientes com ansiedade ou medo do tratamento odontológico em um setor de urgência. Foi observado que mulheres ansiosas procuraram atendimento mais rapidamente e em maior número. Experiência traumática anterior ocorreu em 46,5% dos pacientes ansiosos, mostrando-se importante para o desenvolvimento da ansiedade em relação ao atendimento odontológico (KANEGANE et al., 2003). Em estudo realizado em 08 Unidades de Saúde da Família em Ponte Nova- MG, em 2013, utilizou uma amostra de 100 pessoas. Para a avaliação dos pacientes foi utilizada a Escala de Ansiedade Dental de Corah, por meio de um questionário auto aplicado. Os dados demonstraram que 96% da população estudada tinham ansiedade frente ao tratamento odontológico. A prevalência de ansiedade dental moderada ou alta foi de 57,6% para as mulheres e 41,4% para os homens. (SAPORETTI FILHO et al., 2013). Já em estudo realizado com 3000 pacientes, utilizando-se a escala de ansiedade de Corah, os resultados demonstram que 2 em cada 8 brasileiros avaliados apresentaram moderada ou severa ansiedade frente ao atendimento odontológico. O medo e a ansiedade a fatores odontológicos existem de fato na população brasileira e as conclusões do estudo sugerem que, além da falta de recursos econômicos, o descaso com a saúde bucal, o gênero e a idade podem aumentar o grau de ansiedade (CARVALHO et al., 2012). Foi realizada uma pesquisa na Clínica Integrada do Curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba, avaliou a prevalência de ansiedade ao tratamento odontológico de pacientes aqui atendidos. Teve uma amostra de 60 pacientes, e os avaliou utilizando a escala DAS. Nos resultados observa-se que a prevalência de ansiedade foi alta, 98,3% dos pacientes, tendo a maioria (70,0%) apresentado nível baixo, 26,7% ansiedade moderada e 1,7% exacerbada. Concluiu-se que a prevalência de ansiedade não se verificou de forma significativa em nenhuma das variáveis pesquisadas, sendo, portanto um temor individualizado de cada paciente (PEREIRA et al., 2013)

OBJETIVO: O presente trabalho objetivou observar o nível de ansiedade dos pacientes submetidos a tratamentos odontológicos associado a fatores socioeconômicos.

METODOLOGIA: O estudo foi realizado por meio da aplicação de dois questionários, utilizando um questionário sócio econômico – de acordo com o trabalho de Graciano – e outro com a Escala de Ansiedade Odontológica (DAS) – conforme o estudo de Corah –, sendo executadas na recepção da

Clínica Escola de Odontologia das Faculdades Integradas de Patos, com pacientes presentes no local e maiores de dezoito anos que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS: Os dados ainda estão em fase de coleta e as respostas recolhidas nas entrevistas, com auxílio do formulário, serão tabuladas em uma planilha do Microsoft Excel, formando um banco de dados, as quais posteriormente passarão por uma análise estatística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: De acordo com estudos anteriores, observou-se que o paciente ansioso propende-se a se evadir do tratamento odontológico e, quando no consultório, fica complicado o controle da ansiedade, sucedendo em um obstáculo a mais para o cirurgião-dentista, dessa forma, conhecer um pouco do psique dos pacientes e o quanto isto pode interferir no progresso do atendimento odontológico, torna-se primordial para os profissionais que desejam fazer um bom atendimento.

PALAVRAS – CHAVE: Ansiedade; Cuidados odontológicos; Transtornos de ansiedade;

REFERÊNCIAS: BIBLIOGRÁFICAS CARVALHO R. W. F. Ansiedade frente ao tratamento odontológico: prevalência e fatores preditores em brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1915-22, 2012. GRACIANO M. I. G., LEHFELD N. A. S. Estudo socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea. *Rev Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. 9, n. 9, Jul 2010. KANEGANE K. et al. Ansiedade ao tratamento odontológico em atendimento de urgência. *Rev Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 6, p. 786-92, 2003. PEREIRA V. Z. Avaliação dos níveis de ansiedade em pacientes submetidos ao tratamento odontológico. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 55-64, 2013. SAPORETTI FILHO G. Ansiedade frente ao tratamento odontológico em PSFS do município de Ponte Nova. In: **SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISES CLÍNICAS**, v. 5, n.1, 2013, São Paulo. Anais... Viçosa: UNIVIÇOSA, jan. /dez. 2013, p. 177-182

DISCUSSÃO SOBRE O CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS NO BRASIL

Lucas Marconi dos Santos Leite, Vanessa Diniz Vieira

INTRODUÇÃO: A alimentação e a nutrição constituem em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania, sendo sua concretização de responsabilidade tanto do Estado, quanto da sociedade e dos indivíduos (PNAN, 2008). A maioria das crianças participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para suprir as carências alimentar em casa, muitas dessas passam o dia na creche e só se alimenta durante esse período (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). O consumo alimentar de crianças brasileiras é marcado por prevalências elevadas de inadequação no consumo de micronutrientes, como: ferro, vitamina A e zinco. O excesso do consumo dos carboidratos revela a baixa qualidade da dieta de crianças que, embora tenham aporte energético até acima das recomendações, apresentam carências nutricionais expressivas em termos de micronutrientes (CARVALHO et al., 2015).

REFERENCIAL TEÓRICA: A promoção de uma alimentação saudável e de práticas alimentares adequadas é de suma importância para o desenvolvimento dos indivíduos, principalmente de crianças para garantir boas condições de saúde (BRASIL, 2017). Os três primeiros anos de vida, são cruciais para a aquisição de conhecimentos, habilidades e hábitos saudáveis (escovar os dentes após as refeições e antes de dormir, lavar as mãos antes das refeições e ao chegar a casa), ter conhecimento dos alimentos saudáveis para seu bom desempenho físico e mental e, indicar os limites alimentares (FIDELIS e OSÓRIO, 2007). A faixa etária de crianças de 2 a 5 anos, momento do início da interação do seu desenvolvimento intelecto-social com a comunidade, assim, os alimentos entram como parceiros de sua formação educacional e, estes pequenos serão divulgadores e promotores a seus pais sobre os alimentos saudáveis e seguros para crescer fortes e saudáveis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). As práticas alimentares na infância devem ser capazes de fornecer quantidade de alimentos suficiente e com qualidade nutricional e sanitária, a fim de atender às necessidades nutricionais das crianças e garantir o desenvolvimento do seu máximo (NEJAR et al., 2004).

OBJETIVO: Avaliar o consumo alimentar das crianças no Brasil.

MÉTODOLOGIA: Trata-se de uma revisão sistemática da literatura baseada na análise de artigos referentes a adequação nutricional e consumo alimentar de crianças brasileiras. Os artigos foram selecionados por meio de busca nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Science Direct desde novembro de 2014. Os descritores usados na busca dos artigos foram escolhidos após consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Foram usados os seguintes descritores e suas combinações em português: “consumo alimentar”, “necessidades nutricionais e “criança”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O conjunto de indicadores propostos pela OMS para realização do monitoramento alimentar das crianças, não inclui práticas alimentares específicas que existem no contexto brasileiro, como o consumo de alimentos ultra processados, o consumo de bolachas e salgadinhos (71,7%) e o de refrigerante (11,6%) entre crianças em faixa etária compreendida a partir dos 5 anos (MONTEIRO et al., 2010). Na avaliação do consumo de micronutrientes, nota-se que a maioria das publicações aponta para a inadequação de ferro, vitamina A e zinco. A prevalência de inadequação variou de 0,4% a 65% para o ferro, de 20% a 59,5% para a vitamina A, de 20% a 99,4% para o zinco, de 12,6% a 48,9% para o cálcio e de 9,6% a 96,6% para a vitamina C (CARVALHO et al., 2015). Tavares et al. destacam que o percentual elevado de crianças com excesso de peso pode ser

explicado pela alta ingestão energética em mais de 40% das crianças. Como reflexo do consumo energético elevado, há maior frequência de excesso de peso e obesidade, além de deficiências de micronutrientes devido à baixa qualidade da dieta (LEÃO e SANTOS, 2012). O consumo elevado de proteínas observado em alguns estudos é um marcador de qualidade da dieta de crianças, pois pode ser um fator protetor contra desnutrição energétioproteica (MENEZES e OSÓRIO, 20007). Em situações de desequilíbrio no consumo dos demais macronutrientes, a proteína pode ter sua função desviada e ser usada para o fornecimento de energia (SPINELLI et al., 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É preciso mais promoção em educação e saúde, assistência à comunidade e conscientização dos profissionais e familiares sobre a inter-relação da alimentação e o estado nutricional das crianças, prevenindo as doenças crônicas não transmissíveis adolescência.

PALAVRAS-CHAVES: Alimentação; Nutrição; Pediatria; Saúde Pública; Estado.

REFERÊNCIAS: Brasil. Ministério da Saúde. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf. Acessado em 20 mar 2017. Costa EC, Silva SP, Lucena JR, Batista Filho M, Lira PI, Ribeiro MA, et al. Food consumption of children from cities with a low human development index in the Brazilian Northeast. *Rev Nutr.* 2011;24:395---405. Leão AL, Santos LC. Micronutrient consumption and overweight: is there a relationship. *Rev Bras Epidemiol.* 2012;15:85---95. MONTEIRO, C. A. LEVY, R. B. CLARO, R. M. CASTRO, I. R. R. CANNON, G. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. *Cad Saúde Pública*, n. 26, p. 2039-2049, 2010. Tavares BM, Veiga GV, Yuyama LK, Bueno MB, Fisberg RM, Fisberg M. Nutritional status and energy and nutrients intakes of children attending day-care centers in the city of Manaus, Amazonas, Brazil: are there differences between public and private day-care centers. *Rev Paul Pediatr.* 2012;30:42---50.

CAPACITAÇÃO COM MERENDEIRAS REALIZADAS NAS PRÁTICAS DE SAÚDE COLETIVA: A ATUAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE NUTRIÇÃO

Cláudio Leite da Silva, Francielly Carvalho de Oliveira, Ivandro Gomes da Silva, Paloma Cyntia da Silva Figueiredo Siqueira, Janaína Lúcio Dantas

INTRODUÇÃO: Ao considerar a escola como um espaço para a educação em saúde, as merendeiras ocupam lugar central no debate por serem as responsáveis diretas pelo preparo da alimentação escolar. O Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) é o mais antigo programa em vigência no país tendo como objetivo contribuir no crescimento edesenvolvimento biopsicossocial, na aprendizagem, no rendimento escolar e na formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2015). Os surtos causados por toxinfecções alimentares representam um problema de saúde pública. Os utensílios, mal higienizados, podem ser responsáveis por 16% desses surtos. A higienização inadequada pode ser verificada através da análise de microorganismos indicadores de contaminação por coliformes totais e presença de bactérias aeróbias mesófilas.

REFERENCIAL TEÓRICO: A merendeira é o profissional responsável pela produção de refeição dentro das Unidades de Alimentação e Nutrição Escolar e exerce um papel fundamental para atingir os objetivos do PNAE, estando envolvida em todas as etapas do processo produtivo de refeições, desde o recebimento de mercadorias, passando por todas as etapas necessárias ao preparo até a distribuição da refeição aos escolares (MIRON et al., 2009; MORAIS, 2013). A legislação RDC nº 216/2004 preconiza a capacitação dos responsáveis pela manipulação dos alimentos e define que a mesma deve abordar os contaminantes alimentares, as doenças transmitidas por alimentos, manipulação higiênica dos alimentos e boas práticas de fabricação (BRASIL, 2004). A capacitação é um dos meios mais eficazes e econômicos para corrigir as inadequações existentes na manipulação de alimentos (COLOMBO, 2009).

OBJETIVO: O objetivo deste trabalho é relatar a experiência dos acadêmicos do curso de Nutrição durante as atividades da disciplina de Prática em Saúde Coletiva realizadas em uma escola de ensino médio na cidade de Patos durante o segundo semestre de 2016.

METODOLOGIA: Foi realizada uma atividade com as merendeiras sobre equipamentos e utensílios. Foram elaboradas perguntas de acordo com a resolução da RDC Nº 216. Foi feito um sorteio de perguntas entre as merendeiras e as mesmas respondiam com verdadeiro ou falso com o auxílio de placas, verde e vermelha respectivamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Observou-se que todas acertaram as perguntas que foram feitas. Além das respostas relatadas pelas merendeiras, foi complementada por cada integrante do grupo relatando sua justificativa, ao término foi distribuído um brinde pela participação e interação de todos. Neste momento também foi realizada uma dinâmica da lavagem das mãos com tinta guache, onde uma das merendeiras se disponibilizou a participar da dinâmica, sendo vendada e posicionada frente à pia, onde foi colocada a tinta nas mãos ao invés de sabão, para que ela realizasse o procedimento de higienização. Após feita a higienização, foi observado que a mesma não fez a higienização corretamente, pois em alguns lugares das mãos ainda existiam vestígios de tinta. Diante do procedimento, foi observado uma má higienização das mãos, após visto a inadequação, foi passado para as merendeiras a forma correta da higienização das mãos. Como foi observado, as merendeiras da escola tinham um certo grau de conhecimento em relação à limpeza, higienização e desinfecção de utensílios, equipamentos e ambiente, pois todas demonstraram entenderem dos procedimentos corretos

na higienização de equipamentos, utensílios e local da área de trabalho, no entanto foi realizada uma atualização do tema por parte dos acadêmicos do curso de nutrição de acordo com as normas da RDC ANVISA N° 216.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que as merendeiras possuem o conhecimento das normas sanitárias para locais de preparação de alimentos, mas por outro lado não as aplicam corretamente, muitas vezes por não possuírem o material adequado no local principalmente para a limpeza e higienização das mãos. O presente estudo é de suma importância para promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar e para a aproximação dos alunos do curso de Bacharelado de Nutrição nas atividades práticas de Saúde Coletiva realizadas no contexto do Programa de Alimentação Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Escolar, Nutrição, Merendeiras.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Cartilha Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, DF, 2ª edição, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -RDC-216 , de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004. COLOMBO, Micheli; OLIVEIRA, Kelly Mari Pires; SILVA, Dani LuceDoro. Conhecimento das merendeiras de Santa Fé, PR, sobre higiene e boas práticas de fabricação na produção de alimentos. Revista de Higiene Alimentar, v.23, n.170-171, mar/abr. 2009. MIRON, Viviane Ribas; STEFANELLO, Cláudia Luisa; MATTOS, Karen Mello; COLOMÉ, Juliana Silveira; COSTENARO, Regina; CARPES, Adriana Dornelles. Profissão Merendeira: perfil profissional e condições socioeconômicas. Revista de Ciências da Saúde, Santa Maria, v.10, n.1, p. 87-95, 2009. MORAIS, Leonardo Barbosa; NASCIMENTO, Fernanda Ferreira Lemos. Merendeiras em sua própria realidade: uma análise do programa nacional de alimentação escolar em cinco municípios do território do mato grande. VIII SOBER Nordeste. Pluralidades econômicas, sociais e ambientais: interações para reinventar o Nordeste rural, 2013, Piauí. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2013

INCLUSÃO DO MÉTODO PILATES NO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AOS CUIDADORES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS

Wily Silva de Araújo Medeiros, Natália Soares Oliveira; Ednilda Firmino Pereira; Aline Guimarães Carvalho; Manuela Carla de Souza Lima Daltro

INTRODUÇÃO: Os transtornos mentais independentes do nível social e faixa etárias causam consequências não somente ao portador de determinado transtorno mais também a todos aqueles que estão incluídos em seu meio familiar. É difícil mensurar o impacto emocional e o desgaste físico dos familiares ou tutores que vivenciam na prática as incertezas quanto ao desenvolvimento psicossocial da criança que em breve passará para a fase adulta, em condições de dependência parcial ou total. Portadores de transtornos mentais apresentam necessidades que passam a ser administradas pelos seus familiares ao longo do cotidiano como por exemplo acompanhamento aos serviços de saúde, superar dificuldades na realização de tarefas rotineiras, administrar a medicação e entre outras coisas. Além de oferecer apoio social e arcar com todos os gastos. (FERRIOLLI; MARTURANO; PUNTEL, 2007).

REFERENCIAL TEÓRICO: Os familiares que se tornam cuidadores acabam por se exporem a uma diversidade de agentes estressores que estão presente no percurso da doença mental, o que alteram os vínculos familiares, sociais e inclusive na saúde do cuidador. Dentre as alterações presente na saúde dos cuidadores temos a hipertensão arterial, diminuição do sono, diabetes e principalmente a depressão (MARTENS e ADDINGTON, 2001). Uma forma de reintegrar o cuidador a um convívio social é a participação em grupos multidisciplinar, como o Programa Acompanhamento aos Cuidadores de Crianças e Adolescentes com Transtornos Mentais, que inclui profissionais e acadêmicos dos cursos da área de saúde com o objetivo de proporcionar bem estar, orientações, ações terapêuticas, socialização, promover a conscientização corporal, prevenir comorbidades adquirida ao logo do tempo e comparar a percepção de qualidade de vida antes e após a participação do cuidador no referido programa. Nesse programa a Fisioterapia presta serviços como Dermatofuncional e o Método Pilates. O Pilates é uma das atividades físicas constituídos por exercícios terapêuticos capazes de proporcionar uma melhora da qualidade de vida, relaxamento, conscientização corporal, flexibilidade e ajustes posturais. O método foi desenvolvido por Joseph Humbertus Pilates por volta da segunda guerra mundial, tendo como base os princípios norteadores como concentração e consciência, centro de força, movimento fluido, contrologia, respiração, repetição, equilíbrio e simetria. (GONÇALVES, 2014).

OBJETIVO: Este trabalho tem por objetivo proporcionar uma nova percepção sobre a reintegração de cuidadores ao convívio social, melhora da qualidade de vida, conscientização corporal, redução dos níveis de estresse e prevenção de agravantes em decorrência da depressão. Além de acolher os cuidadores durante o processo de acompanhamento da criança ou adolescente com transtornos mentais atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial Paraibano. Através da pratica do método Pilates Clássico.

MÉTODOS: O Programa de Acompanhamento aos Cuidadores de Crianças e Adolescentes com Transtornos Mentais, conta com a participação de uma equipe multidisciplinar que atuam em conjunto com os profissionais e acadêmicos dos cursos de Medicina, Biomedicina, Odontologia, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, Serviço Social e Fisioterapia das Faculdades Integradas de Patos. Os encontros com os cuidadores são realizados duas vezes por semana, compostos por atendimentos

individuais de acordo com as necessidades dos cuidadores e atividades em grupos, como por exemplo aulas de Pilates. Além de reuniões quinzenais entre os integrantes do programa para discussões dos casos e planejamento terapêutico. As aulas de Pilates é composta por grupos com sessões que duram aproximadamente quarenta cinco minutos a uma hora, no laboratório de Cinesiologia da Clínica Escola de Fisioterapia das FIP. A mensuração dos resultados ocorre por meio de relatos dos cuidadores participantes ao longo das aulas.

RESULTADOS: Atualmente a literatura mostra com maior regularidade que os cuidadores de pacientes que são dependentes seja de suporte físico ou mental, desenvolvem depressão a parti das alterações psicológicas retribuída ao tempo dedicado como cuidador, juntamente com as relações familiares e agravos de doenças da pessoa cuidada. Esses fatores citados interferem no emocional e até mesmo nos fatores corporais que provocam dores e entre outras coisas. (GAUGLER et al., 2009; PINQUART, 2003).A fisioterapia apresenta inúmeras possibilidades terapêuticas que atuam tanto na diminuição do estresse quanto nos sintomas comportamentais, assim como, nos níveis de tensões, funcionalidade motora e reestruturação dos aspectos físicos dos cuidadores. (FURTADO,1995).Segundo Pitanga proporcionar a prática de atividades físicas as pessoas é estimuladas a um estilo de vida ativa e saudável tendo como consequência a redução do risco de desenvolver doenças. De acordo com esse ponto de vista, percebe-se que a pratica do método Pilates como uma ferramenta de exercícios terapêuticos para a promoção de saúde, destaca-se em muitos trabalhos já existentes como os estudos citados em Gonçalves (2014) ressaltam a utilização do método na área da reabilitação e prevenção.A Organização Mundial de Saúde sugere que o exercício físico aprimora o conceito referente ao bem-estar físico, social e emocional, além de definir a qualidade de vida como uma percepção do contexto cultural, valores que vivem, expectativas, padrões e preocupações. (WHOQOL, 1995). As possíveis alterações promovidas pelo Pilates dependem do tipo, intensidade, duração e frequência que podem ser constatado por aqueles que praticam Pilates. Por fim, ao analisarmos os relatos dos cuidadores quanto a participação do programa e das aulas de Pilates observamos melhora na qualidade de vida, capacidade física, alívio de dores, aspectos sociais e emocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Desse modo reconhece que os cuidadores são propensos a doenças psíquicas e físicas que necessitam de assistência multidisciplinar. A vivencia no programa mostrou ser de grande satisfação a todos que nele participam. Além dos praticantes de Pilates avaliados apresentarem uma boa adesão ao método, sentindo se mais relaxados, com menos dores e estresse ao final da aula.

PALAVRAS-CHAVE:Pilates; Cuidadores; Qualidade de Vida.

REFERENCIAS: FERRIOLLI S, MARTURANO E, PUNTEL L. Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. Rev. Saúde Pública 2007;41:251-9.GONÇALVES, PRISCILA E SILVA ; LIMA, PEDRO OLAVO DE PAULA. Percepção de Saúde e Qualidade de Vida: um Inquérito com Praticantes de Pilates. Rev Fisioter S Fun., 2014 Jan- Jun; 3(1):11-17.GAUGLER, J. E. et at. Predictors of change in caregiver burden and depressive symptoms following nursing home admission. *Psychol Aging*, v.24, n.2, p.385-396, 2009.PINQUART, M.; SORENSEN, S. Differences between caregivers and noncaregivers in psychological health and physical health: a meta-analysis. *Psychol Aging*, v.18, n.2, p. 250-67, 2003.The Whoqol Group. The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social Science & Medicine* 1995; 41(10):1403-1409.

EFICIÊNCIA DAS TERAPIAS COM LED E LASER NAS ÚLCERAS DE PRESSÃO EM PACIENTES COM LESÃO TRAUMÁTICA DA MEDULA ESPINHAL

Ana Mayara Pereira Vilar Trigueiro; Lucas Santos Alves; Raquel Rodrigues Araujo; Aucelia Cristina Soares de Belchior

INTRODUÇÃO: A lesão traumática da medula espinhal (LTME) ocorre devido a um trauma por hiperextensão ou hiperflexão da cabeça e pescoço, compressão ou rotação do corpo da vértebra ou por lesões que penetram a medula, causando ruptura total ou parcial da transmissão nervosa no percurso da medula, gerando assim, uma funcionalidade anormal desta. (HICKEY, 2003). Alterações na sensibilidade e mobilidade devido ao trauma medular, aumentam o risco deste paciente a desenvolver, úlceras de pressão (UP). Estas são um empecilho na reabilitação neurofuncional e necessitam de apoio interdisciplinar para trata-las e preveni-las. (FARO, 1999). A Laserterapia é um dos recursos utilizados pela fisioterapia com objetivo de acelerar a cicatrização das feridas por estimular migração celular, atividade mitocondrial e proliferação fibroblástica, mantendo a viabilidade sem causar danos ou estresse celular (RUDOLPH; BALLANTYNE, 1990). Outro recurso utilizado, segundo Abramovitis e Arrozalap (2005), o LED emite luz e é utilizado com o comprimento de onda que varia de 405nm (azul) a 940nm (infravermelho). A fotoestimulação ou foto-ondulação decorrente dessa luz atua sobre a célula na permeabilidade, sobre as mitocôndrias estimuladoras, na síntese de ATP e nas proteínas como colágeno e a elastina.

REFERENCIAL TEÓRICO: A úlcera de pressão pode ser definida como “uma área localizada de necrose tissular que tende a se desenvolver quando o tecido mole é comprimido entre uma proeminência óssea e uma superfície dura por um período prolongado de tempo”. Ela pode ser classificada em Grau I, II, III e IV seguindo seu nível de gravidade da lesão. A UP no Grau I, é caracterizada por um eritema na pele intacta que não embranquece após o término da pressão. O Grau II caracteriza-se por uma perda parcial da pele, envolvendo a epiderme, derme ou ambas. O estágio III é caracterizado por uma perda da pele em toda sua espessura, envolvendo uma necrose no tecido subcutâneo que pode se aprofundar, porém, não ao tanto de chegar a fáscia muscular da região com a UP. No Grau IV, que é o estágio mais avançado, ela se caracteriza por uma perda da pele em toda sua espessura, com uma vasta destruição, necrose tissular e danos nos músculos, ossos ou estruturas de auxílio (BERGSTROM et al., 1992). O Laser e o Led podem ajudar na cicatrização destes tecidos lesados.

OBJETIVO: Este estudo tem como objetivo analisar e comparar a eficácia da Laserterapia e da Ledterapia nas úlceras de pressão (UP) em diferentes pacientes de uma mesma clínica escola de fisioterapia do sertão paraibano. Ambos desenvolveram UP decorrentes do contato com superfícies rígidas por prolongado período de tempo devido à lesão traumática da medula espinhal (LTME).

MÉTODOS: Este estudo foi devidamente aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com humanos, Protocolo (62297716.5.0000.5181). A pesquisa teve como procedimento intervenção fisioterapêutica utilizando diferentes aparelhos, em distintos pacientes, na mesma região de desenvolvimento da UP. O paciente E. B. M. teve como programa de terapia, o Laser com caneta de 660nm aplicado na região lombossacra por um período de 45 dias com média de duas aplicações por semana. O Paciente V. A. F. foi exposto a terapia com o Diodo Emissor de Luz (LED) de 660nm aplicado na mesma região corpórea em um período de 45 dias, com média de duas aplicações por semana. Para avaliar o diâmetro das UP, foi utilizada uma câmera, marca Samsung®, 5 MP que registrou as imagens que foram analisadas, posteriormente, no programa ImageJ® que aferiu em

centímetros o tamanho da lesão. Foram verificadas fotos antes da primeira intervenção e depois da última intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O paciente da modalidade Laserterapia em sua avaliação inicial da área da lesão, constava 7,6 cm², depois do período de intervenção, a área lesão foi de 4,7 cm². A redução da úlcera de pressão foi de 2,9 cm². O paciente da modalidade Ledterapia em sua avaliação inicial constava com a área da lesão 0,72 cm² e ao fim da terapia a área da lesão era de 0,35 cm². A redução da úlcera de pressão foi de 0,37 cm². Observou-se que a utilização da Ledterapia e Laserterapia, nos participantes de programa de intervenção, obtiveram êxito e melhora expressiva das úlceras. Porém, a úlcera de pressão tratada com o LED teve maior redução do diâmetro se comparado à proporção da área de lesão da outra tratada com Laser. Além de que esta não possuía tecido necrótico nas bordas, nem edema com exsudato. Ao contrário da úlcera tratada que teve o laser como modalidade de terapia. Muitos estudos têm demonstrado a semelhança do LED com o laser, com obtenção dos mesmos efeitos de bioestimulação. (EELLS, 2003). Segundo Silva et al. (2013) quanto mais rápido terminar a fase inflamatória, mais rapidamente se inicia a fase reparadora e mais cedo a cicatrização se dá por completo, explicando a melhor ação do laser em relação à diminuição do tempo de cicatrização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ao final do estudo comparativo, percebe-se que a fototerapia é uma eficiente terapêutica para tratar UP. Tanto o LED quanto o Laser possuem ações fisiológicas que aumentam a capacidade mitótica das células, o que proporciona aceleração e proliferação do tecido cicatricial. Nesta abordagem comparativa, a Ledterapia se mostrou mais eficiente em um curto prazo, mas outros fatores também devem ser considerados para este resultado, tais como infecção por microrganismos na região lesada ou traumas locais durante o tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Úlcera de Pressão; Laserterapia; Ledterapia.

REFERÊNCIAS: ABRAMOVITIS, W; ARROZALAP, G.A.K. Light-emitting diode-based therapy. *Derm Clin* 2005;12(3):163-7. BERGSTROM, N. et al. Pressure ulcer in adults: Prediction and Prevention. Rockville (MD): US Department of Health and Human Services, Public Health Service Agency for Health Care Policy and Research; 1992. EELLS, J. T. et al. Therapeutic photobiomodulation for methanol-induced retinal toxicity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 100, n. 6, p. 3439-3444, 2003. SILVA, Enio Marcos da et al. Avaliação histológica da laserterapia de baixa intensidade na cicatrização de tecidos epitelial, conjuntivo e ósseo: estudo experimental em ratos. *RSBO*, v. 4, n. 2, p. 849-55, 2007. FARO, A.C.M. Fatores de risco para úlcera de pressão: subsídios para a prevenção. *Rev Esc. Enf USP*. 1999 Set; 33(3): 279-83. HICKEY, J.V. Vertebral and spinal cord injuries. In: Hickey JV. *The Clinical practice of neurological and neurosurgical nursing*. 5th ed. Texas: Lippincott; 2003. p. 407-50. RUDOLPH, R; BALLANTYNE, JR DL. Skin grafts. In: McCarthy JG, ed. *Plastic surgery*. Philadelphia: W.B. Saunders; 1990. p. 221-74.

A VENTOSA E SEUS BENEFÍCIOS COMO MÉTODO TERAPÊUTICO NA DOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Gerlianny de Oliveira Medeiros Pereira; Wily Silva de Araújo Medeiros; Ednilda Firmino Pereira, Noelma de Assis Leite; Aline Guimarães Carvalho

INTRODUÇÃO: A fisiologia da dor tem sido investigada, ela é um problema de Saúde Pública que associa a todas as doenças, pois na realidade poucas são as patologias que em algum momento da sua evolução não apresentaram dor. O tratamento do quadro algico torna-se indispensável, sendo, sobretudo importante o tratamento farmacológico e fisioterapêutico. Entre os vários procedimentos podemos destacar a ventosaterapia utilizado como método terapêutico na remoção da dor, o relaxamento dos músculos e o equilíbrio do nível de energia corporal (HOLANDA, LEITE, SERRA, 2010).

REFERENCIAL TEÓRICO: A Ventosaterapia surgiu desde o antigo Egito, no qual se utiliza copos de vidros na pele do paciente. O método de sucção gera uma pressão negativa causando congestão sanguínea local, ajudando o organismo a promover o metabolismo fisiológico, melhorando a oxigenação e nutrição da pele, aumentando a resistência do corpo contra doenças, de modo alcançar fins terapêuticos (HOLANDA, LEITE, SERRA, 2010). A terapia é indicada no tratamento de doenças cardiovasculares, doenças do sistema imunológico e doenças metabólicas, tais como enxaqueca, hipertensão arterial, depressão e ansiedade, fadiga, tratamento de câncer, edema, dor musculares e articulares CHI, et. al, 2016).

OBJETIVO: Este estudo tem o objetivo de avaliar o efeito terapêutico da ventosa na dor através de uma revisão sistemática usando abordagem baseada em evidências com base em todos os estudos clínicos.

MÉTODOS: Este trabalho consistiu de uma revisão sistemática de artigos científicos. A seleção dos descritores utilizada no processo de revisão foi efetuada através da consulta dos descritores DeCs: (Ventosaterapia/ Cupping therapy), (Dor/ Pain), (Fisioterapia/Physiotherapy). A busca foi realizada nas bases de dados eletrônicas PubMed, Lilacs, Scielo, Bireme, Elsevier e Science Direct. A pesquisa de artigos nos bancos de dados teve início no dia 01 de Fevereiro e finalizada no dia 28 Fevereiro de 2017. Realizada a busca, foi feita uma triagem dos artigos com texto completo em português ou inglês, que tratavam potencialmente sobre o assunto e descartados os que não estavam relacionados com o tema em questão. Devido à escassez literária sobre o tema, o período de publicação dos estudos não foi restringido, embora houvesse a preferência por publicações mais atuais. De acordo com os critérios estabelecidos, 13 (treze) artigos foram encontrados e selecionados para leitura completa, sendo 5 (cinco) incluídos nesta revisão, porém 8 (oito) artigos não atenderem ao propósito da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Título	Autor(es)	Ano	Resultado
Acupuntura e Ventosaterapia como meios de tratamento para dor causada por arma de fogo	HOLANDA, T. K. L., LEITE, B. S., SERRA, E. B. C	2010	Concluída as sessões de acupuntura e ventosaterapia, verificou-se melhoria na flexibilidade do joelho esquerdo (ganho de 10° na ADM) e uma significativa redução do quadro algico, uma vez que o paciente não se queixara de dores, quanto na posição sentado.

Is Cupping an Effective Treatment? An Overview of Systematic Reviews	LEE, M. S., KIM, J.I, ERNST, E	2010	Baseados nas evidências científicas, a terapia com copos mostrou-se eficaz apenas para redução do quadro algico, porém as outras indicações necessitam mais estudos para comprovar sua eficácia.
Cupping for Treating Pain: A Systematic Review	KIM, J.I., LEE, M. S., LEE, D. H., BODDY, K., ERNST, E.	2011	De acordo com o estudo houve uma redução significativa da dor para a colocação de ventosas na lombalgia em comparação com os cuidados habituais (P <0,01) e Analgesia (P <0,001). Outros também mostraram efeitos positivos de cupping na dor de câncer (p <0,05) e neuralgia do trigêmeo (P <0,01) em comparação com fármacos anticancerígenos e analgésicos, respectivamente. Dois ECRs relataram efeitos favoráveis da Braquialgia em comparação com os cuidados habituais (P = 0,03) ou almofada de calor (P <0,001), não houve efeitos superiores de em dor em herpes zoster em comparação com medicação antiviral (P = 0,065).
The Effectiveness of Cupping Therapy on Relieving Chronic Neck and Shoulder Pain: A Randomized Controlled Trial	CHI, L. M., LIN, L. M., CHEN C.L., WANG, S.F., LAI, H.L., PENG T. C.	2016	Resultados deste estudo sugerem fortemente que a terapia é eficaz para o alívio da dor, sem efeitos adversos, a técnica tem o potencial de Eliminar a dependência de analgésicos e reduzir os custos dos cuidados de saúde.
Evidências de pesquisa clínica da terapia de ventosas na China: uma revisão sistemática da literatura	CAO, H., MEI, H., LI X., SHANGJUAN, D., SHANG, Y., WANG, Q., XU, S., LIUEMAIL, J.	2010	De acordo com os resultados, a qualidade e a quantidade da terapia de ventosas parece ser melhorada durante os últimos 50 anos na China, e a maioria dos estudos mostram potencial benefício em condições de dor, herpes zoster e outras doenças. No entanto, estudos mais rigorosos e projetados precisam ser desenvolvidos em condições relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: De acordo com pesquisas a ventosaterapia tem como principais objetivos tratar patologias cardiovasculares, do sistema imunológico e metabólico. Nos estudos apresentados foram observados melhora na redução do quadro algico nas suas diversas origens, porém necessitam de mais estudos para solidificar sua eficácia.

PALAVRAS-CHAVE: Ventosa; Fisioterapia; Dor

REFERÊNCIAS: CAO, H., MEI, H., LI X., SHANGJUAN, D., SHANG, Y., WANG, Q., XU, S., LIUEMAIL, J. Evidências de pesquisa clínica da terapia de ventosas na China: uma revisão sistemática da literatura. *Jornal oficial da Sociedade Internacional de Pesquisa em Medicina Complementar*, pag. 7, 2016. CHI, L. M., LIN, L. M., CHEN C.L., WANG, S.F., LAI, H.L., PENG T. C. The Effectiveness of Cupping Therapy on Relieving Chronic Neck and Shoulder Pain: A Randomized Controlled Trial. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, pag. 6, 2010. HOLANDA, T. K. L., LEITE, B. S., SERRA, E. B. C. Acupuntura e Ventosaterapia como meios de tratamento para dor causada por arma de fogo. 2010. 16f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em fisioterapia Dermatofuncional), Biocursos. Patos, 2010. KIM, J.I., LEE, M. S., LEE, D. H., BODDY, K., ERNST, E. Cupping for Treating Pain: A Systematic Review. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, Pag. 7, 2011. LEE, M. S., KIM, J.I, ERNST, E. Is Cupping

an Effective Treatment? An Overview of Systematic Reviews. J Acupunct Meridian Stud, vol.4, pag.4, 2011.

VARIAÇÕES NA ORIGEM E TRAJETO DA ARTÉRIA VERTEBRAL: REVISÃO DA LITERATURA

Hemmelyne Nóbrega Quinho Carvalho; Ohanna Núria Nunes Pereira Inácio de Queiroz; Bruno Moreira Viana Mendonça Brito; Jalles Dantas Lucena; Francisco Orlando Rafael Freitas

INTRODUÇÃO: Normalmente, as artérias vertebrais são ramos das artérias subclávias, sendo a subclávia direita originada do tronco arterial braquiocefálico, que é o primeiro ramo do arco da aorta e a subclávia esquerda é originada diretamente do arco da aorta, compondo o terceiro ramo do arco. (MACHADO, 2006). Porém, existe a possibilidade da artéria vertebral se originar diretamente do arco da aorta ou diretamente da artéria carótida comum. (LEMKE, 1999).

REFERENCIAL TEÓRICO: As artérias vertebrais são subdivididas em quatro segmentos: cervical, vertebral, suboccipital e intracraniano. Ao longo de seu trajeto, a artéria penetra no forame transverso da sexta vértebra cervical e ascende até o atlas, caracterizando esse intervalo como segmento vertebral. (MENESES, 2015). Eventualmente, o segmento vertebral pode adentrar o forame transverso no nível de outras vértebras cervicais, constituindo assim uma variação anatômica (GRAY, 2008). O desconhecimento de tais variações anatômicas em procedimentos cirúrgicos pode ocasionar diferentes lesões nas artérias vertebrais, o que acarretaria no comprometimento da circulação sanguínea encefálica, levando a subseqüentes complicações clínicas (SOARES, 2007).

OBJETIVOS: O presente trabalho objetivou descrever as variações anatômicas que ocorrem na origem e no trajeto da artéria vertebral, principalmente no segmento vertebral ao entrar no forame transverso e suas implicações cirúrgicas e conseqüentes alterações desencadeadas por tais procedimentos.

METODOLOGIA: Foi realizada uma revisão da literatura a partir de análises dos resultados de artigos que descreviam as variações na origem e trajeto da artéria vertebral e suas implicações em procedimentos cirúrgicos.

RESULTADOS: Em um estudo que relatava 500 artérias, a maioria, equivalente a 465, como é previsto pela literatura, entrou no forame transverso da vértebra cervical C6, uma entrou na vértebra cervical C3, 5 entraram em C4, 25 entraram em C5 e 4 entraram em C7. Das variações 17 pessoas foram do lado direito, e 18 do lado esquerdo. 31 pessoas tiveram variações unilaterais e 2 pessoas tiveram bilaterais. Em outra pesquisa que relatava 40 artérias vertebrais, 37 adentraram no forame transverso da vértebra cervical C6 e 3 adentraram em C7, a anormalidade foi unilateral em 1 cadáver, no qual a artéria penetrava no forame esquerdo de C7 e no forame direito de C6, e bilateral em outro, penetrando ambos os processos transversos de C7. Em um estudo feita na França percebeu-se que a entrada da artéria na vértebra C5 se mostrou como variação anatômica mais freqüente do que a entrada na vértebra C7, nesse mesmo estudo também foi observado a maior incidência de anormalidade unilateral em comparação com a bilateral, sendo a maioria do lado esquerdo. Em um relato de caso verificou-se uma variação unilateral, em que a artéria vertebral esquerda originou-se diretamente do arco da aorta e não do tronco cefálico, como normalmente ocorre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Em procedimentos como cirurgia torácica e fixações transpediculares os quais são amplamente utilizadas para os outros níveis da coluna vertebral, quando realizada a nível da coluna cervical, apesar de conferir maior estabilidade quando comparada a outras técnicas, pode cursar com complicações graves como lesão da artéria vertebral, por isso é importante o cirurgião ter o

conhecimento dessas variações anatômicas para evitar o risco da lesão da artéria vertebral e preservar, assim, a circulação sanguínea encefálica para se evitar possíveis complicações decorrentes de déficit sanguíneo.

PALAVRAS-CHAVE: Artéria Vertebral, Variação Anatômica, Procedimentos Cirúrgicos.

REFERÊNCIAS: BRUNEAU, M; et al. Anatomical variations of the V2 segment of the vertebral artery. *Neurosurgery*. 2006; 59 GRAY, Henry. Anatomia: a base anatômica da prática clínica. 40 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. KAJIMOTO, Ben Hur Junitiro et al. Estudo anatômico do trajeto da artéria vertebral na coluna cervical inferior humana. *Acta Ortopédica Brasileira*. São Paulo, v. 15, p.84- 86, 2007. LEMKE, A.J; Benndorf, G; Liebig ,T; Felix, R. Anomalous origin of the right vertebral artery: review of the literature and case report of the right vertebral artery origin distal to the left subclavian artery. *American Journal of Neuroradiology*, 1999. MACHADO, Angêlo B. M.. *Neuroanatomia Funcional*. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2006. MENESES, Murilo S.. *Neuroanatomia Aplicada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. SOARES, E. C. C; BARRETO, A. C. FORNUTATO, J. Variação da artéria vertebral: estudo anatômico em cadáver humano. *Acta Ortopédica Brasileira*. Vol.15. n2. São Paulo, 2007.

IMPORTÂNCIA DA ANAMNESE PARA DIAGNÓSTICO PRECOCE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL EM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Daila de Freitas Guerra, Bruna Riviane Sinésio de Sousa, Hermanda Barbosa Rodrigues, Sammia Anacleto Albuquerque Pinheiro

INTRODUÇÃO: A odontologia proporciona ao paciente melhores condições estéticas e cuidados com a saúde bucal, porém, se torna consenso avaliar um paciente de forma integral. A hipertensão arterial é considerada um problema de saúde pública no Brasil, pois afeta mais de 30 milhões de brasileiros sendo que a metade desconhece estar doente, por ser uma problemática assintomática. Os profissionais de saúde têm importância primordial na detecção e controle da hipertensão arterial, quer na definição do diagnóstico e conduta terapêutica, quer nos esforços requeridos para informar e educar o paciente sobre a necessidade de tratamento. A avaliação do estado geral do indivíduo e a adoção de medidas preventivas aumenta a segurança clínica no atendimento. Contudo, o cirurgião dentista é um profissional capaz de detectar hipertensão arterial em pacientes que frequentam periodicamente consultório odontológico e encaminhar para o tratamento.

REFERENCIAL TEÓRICO: A hipertensão arterial é uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial (PA) > 140 x 90 mmHg. É uma doença crônica não transmissível (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010), cujo diagnóstico e controle são imprescindíveis no manejo de graves doenças, como insuficiência cardíaca congestiva, doenças cerebrovasculares, infarto agudo do miocárdio, nefropatia hipertensiva, insuficiência vascular periférica e retinopatia hipertensiva (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Na odontologia, é de suma importância o conhecimento das consequências e das possíveis complicações que porventura possam surgir durante o atendimento clínico ou, ainda, em decorrência da terapia medicamentosa instituída. O uso de anti-hipertensivos pode provocar algumas complicações orais, como a diminuição da secreção salivar e o aumento do tecido gengival – hiperplasia gengival associada à medicação (YAGIELA, HAYMORE, 2007). Outro fator que merece destaque e deve ser levado em consideração no manejo odontológico em pacientes hipertensos é o uso de anestésicos locais (com ou sem vasoconstritores), uma vez que a sua utilização de forma incorreta pode agravar o quadro de hipertensão do paciente (OLIVEIRA, SIMONE, RIBEIRO, 2010).

OBJETIVO: O presente trabalho objetivou destacar na literatura a importância de uma anamnese detalhada para detecção precoce de hipertensão arterial em pacientes no atendimento odontológico.

METODOLOGIA: Foi realizado levantamento bibliográfico em sites, utilizando termos como: hipertensão arterial, consultório odontológico, anamnese. Para análise foram selecionados artigos e teses de 2010 à 2015. Os dados necessários à revisão de literatura foram obtidos através de leitura dos artigos na íntegra.

RESULTADOS: Sendo possível destacar na literatura, a existência de um grande índice de pacientes hipertensos assintomáticos e sem diagnóstico prévio, como também fatores de riscos, como a obesidades, tabagismo, bebidas alcoólicas e sedentarismo. É imperterível uma análise detalhada sobre histórico familiar do paciente, ingestão de eletrólitos, idade, sexo, uso de anticoncepcionais orais que são fortemente evidenciados na literatura por acarretar em fatores prováveis da patologia. Em casos de pacientes que conhece essa patologia o uso de anestésico associados a vasoconstritores pode ser utilizado, entretanto, deve ser analisado o estágio da doença para ser administrada a dosagem correta. Para maiores benefícios no atendimento a literatura mostra que deve se reduzir o grau de estresse bem

como o controle de ansiedade e do medo. E se torna necessário à importância de aferições de pressões arterial rotineiramente para se montar um diagnóstico completo, assim como exames complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pode se concluir que na prática odontológica surge uma oportunidade interessante do cirurgião – dentista exercer um papel importante no diagnóstico da doença precocemente, bem como identificar aqueles pacientes que podem estar sujeitos a riscos decorrentes da hipertensão arterial. Porém, não cabe ao cirurgião dentista afirmar ao paciente que tenha ou não tenha a patologia, para isso deve se encaminhar para um profissional na área, nesse caso cardiologista.

PALAVRAS – CHAVE: Hipertensão. Anamnese. Odontologia baseada em evidências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica 37. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf Acesso em: 06 de março de 2017. OLIVEIRA AEM, SIMONE JL, RIBEIRO RA. Pacientes hipertensos e a anestesia na odontologia: devemos utilizar anestésicos locais associados ou não com vasoconstritores? HU Rev, 36(1):69-75, 2010. Sociedade Brasileira de Cardiologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. ArqBrasCardiol. 2010;95(1,Supl.1):1- 51. YAGIELA JA, HAYMORE TL. Management of the hypertensive dental patient. CDA J, 35(1):51-59, 2007.

CARACTERÍSTICAS DO FORAME MENTAL EM DIFERENTES POPULAÇÕES: REVISÃO DA LITERATURA E APLICAÇÃO CLÍNICA

Thayná Felix Rodrigues; Antonelly Romeiro Galvão Reinaldo; José Talles Simão da Silva Sousa;
Jalles Dantas de Lucena; Francisco Orlando Rafael Freitas

INTRODUÇÃO: O forame mental representa a parte final do canal mental. É uma abertura oval ou circular na superfície anterior da mandíbula. O nervo e artéria alveolar inferior, depois de passar pelo forame mandibular, saem no forame mental como nervo e vasos mentuais que suprem os dentes inferiores, lábio, gengiva e face inferior. O forame mental normalmente está localizado abaixo ou entre o ápice do primeiro e segundo pré-molares. Variações do forame mental são frequentemente encontradas, variando na posição ou presença de forame acessório ou mesmo ausência completa em alguns casos raros. O forame mental é uma referência importante para realização de procedimentos de osteotomia, anestésicos e prevenção de complicações neurovasculares após procedimentos invasivos na mandíbula. Sua anatomia é importante para avaliar a simetria morfométrica do triângulo mental, morfologia microscópica e macroscópica da mandíbula humana, atividade de remodelação óssea e características paleoantropológicas do esqueleto facial em diferentes populações.

OBJETIVO: Esta revisão apresenta características morfológicas de diferentes populações no mundo do forame mental, e sua importância clínica.

MÉTODOS: Revisão da literatura nas bases de dados PubMed, Scielo, Lilacs e Medline, com os seguintes descritores: “Forame Mental”, “população” e “morfometria”, também na língua inglesa. Utilizou o operador booleano AND, selecionados 10 trabalhos publicados nos últimos 15 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Estudos apontam que a posição do dente pode não ser um indicador confiável da posição do forame mental devido à variabilidade do tamanho do dente e relação com os demais elementos dentários. A morfologia do forame mental, em termos de posição e número, varia não apenas de acordo com a idade, sexo (SOUAGA et al., 2004), etnia; mas dentro da mesma raça; em diferentes regiões geográficas e dentro dos habitantes da mesma área geográfica (ARI et al., 2005). Estudo realizado com uma população de Africanos, o forame mental apresenta dimorfismo sexual, está 14,89 mm acima da margem inferior da mandíbula nos homens e 14,21 mm nas mulheres. Localizado 16,16 mm abaixo da crista alveolar nos homens e 15,66 mm nas mulheres, com tamanho médio do comprimento de 5,66 mm e largura de 3,97 mm do forame no homem, e 4,99 mm e 3,87 mm, respectivamente, nas mandíbulas femininas (SOUAGA et al., 2004). Em estudo com um grupo de Japoneses, observou-se que o forame mental estava a uma altura média de 12,96 mm da margem inferior da mandíbula. O diâmetro horizontal maior variou entre 3,25-3,32 mm enquanto o diâmetro vertical variou de 2,38-2,39 mm entre os lados direito e esquerdo. Em uma subpopulação Turca, a distância do forame mental da borda inferior da mandíbula foi de 14,61 mm e 14,29 mm nos lados direito e esquerdo, respectivamente. A distância da crista alveolar foi de 13,6 mm e 14,62 mm nos lados direito e esquerdo. O diâmetro horizontal do forame mental foi 2,93 mm no lado direito e 3,14 mm no lado esquerdo. O diâmetro vertical foi de 2,38 mm e 2,64 mm nos lados direito e esquerdo, respectivamente. Quanto a posição do forame mental em relação aos dentes, foi encontrado sob a raiz do segundo pré-molar na maioria das mandíbulas (OGUZ; BOZKIR, 2002). No Sri Lanka, o forame mental também estava localizado sob a raiz do segundo pré-molar inferior seguido de uma posição entre o primeiro e o segundo pré-molares. Os diâmetros transversais e verticais médios do forame foram de 3,31 e 2,5 mm, respectivamente. O forame estava localizado 24,87 mm (lado direito) e 24,77 mm (lado esquerdo) lateral à sínfise mandibular. Na maioria dos casos, o forame mental era

de forma oval e sua direção usual de abertura era póstero-superior. A incidência de forames múltiplos foi de 3,92% (ILAYPERUMA et al., 2009). Dados ainda não publicados de um estudo realizado na região Nordeste do Brasil pelo nosso Grupo de Estudos em Anatomia, a distância média do forame mental da borda inferior da mandíbula é de 12,69 mm e 13,27 mm nos lados direito e esquerdo, respectivamente. A distância da crista alveolar é de 9,66 mm e 9,74 mm nos lados direito e esquerdo. O diâmetro horizontal do forame mental é 3,36 mm no lado direito e 3,41mm no lado esquerdo. O diâmetro vertical é de 2,46 mm e 2,63 mm nos lados direito e esquerdo, respectivamente. Quanto a posição do forame mental, é encontrado sob a raiz do segundo pré-molar na maioria das mandíbulas (Dados ainda não publicados). A posição do forame mental influencia na realização de procedimentos cirúrgicos em especialidades como endodontia e implantodontia. Orientações para verificar a posição do forame e identificar a presença de variações do nervo mental é importante para estabelecer uma zona de segurança nos procedimentos cirúrgicos, evitando a lesão nervosa. Além disso, as avaliações radiográficas resultam numa elevada percentagem de resultados falso-negativos, podendo ser responsável pela lesão dos nervos alveolar inferior e mental na área foraminal, causando disfunção sensorial. Mas, procedimentos realizados nessa região podem ser obtidos de forma segura se o forame mental for corretamente identificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As variações do forame mental muitas vezes permanecem despercebidas e não diagnosticadas. Mas, para se obter bloqueio nervoso efetivo e evitar complicações neurovasculares pós-procedimento na região mental, deve-se prestar atenção especial à morfologia do forame. Portanto, o conhecimento anatômico detalhado do forame mental e suas variações em diferentes populações é essencial para dentistas, cirurgiões buco-maxilofacial e anatomistas.

PALAVRAS-CHAVE: Anatomia; Forame mental; Mandíbula; Morfometria; Populações.

REFERÊNCIAS: ARI, I.K.I.M.; BASAR, Z.; KURT, M.A. The localization and anthropometry of mental foramen on late Byzantine mandibles. *Coll. Antropol.*, 29:233-236, 2005. ILAYPERUMA, I.; NANAYAKKARA, G.; PALAHEPITIYA, N. Morphometric analysis of the mental foramen in adult Sri Lankan mandibles. *Int. J. Morphol.*, 27(4):1019-1024, 2009. OGUZ, O.; BOZKIR, M.G. Evaluation of location of mandibular and mental foramina in dry, young, adult human male, dentulous mandibles. *West Indian Med. J.*, 51(1):14-16, 2002. SOUAGA, K.; ADOU, A.; ANGOH, Y. Topographical and morphological study of the mandibular foramen in black Africans from the Ivory Coast. *Odontostomatol. Trop.*, 27(105):17-21, 2004.

DISSECANDO CONHECIMENTOS: ANATOMIA HUMANA ATRAVÉS DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Júlio César Leite Silva; Bruno Moreira Viana Mendonça Brito; Thayná Felix Rodrigues; Flávia Regina Gonçalves de Araújo; Francisco Orlando Rafael Freitas

INTRODUÇÃO: O conhecimento essencial da anatomia é imprescindível para o profissional da área de saúde, o qual irá atuar, por toda a sua vida profissional, com o corpo humano. A Anatomia é essencial para o entendimento de outros componentes do currículo médico, como a Fisiologia, a Patologia, Clínica médica e cirúrgica. Vale ressaltar que, diversas vezes os discentes somente percebem a devida importância da Anatomia ao se deparar com um paciente para determinada avaliação clínica, ao lado de um leito para realizar uma interpretação diagnóstica ou até mesmo em uma mesa operatória com seu paciente. Soma-se a isso, o atual progresso da medicina e da cirurgia que culminou levando a necessidade de se ter o conhecimento da minúcia anatômica, proporcionado com isso, o retorno de médicos já atuantes na profissão, aos laboratórios de anatomia, como exemplo pode-se citar os cirurgiões, que já formados e experientes, observaram a necessidade de relembrar os conhecimentos prévios adquiridos ao longo de anos de estudo a fim de sanar dúvidas a respeito de características anatômicas para sua melhor atuação profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO: Os profissionais que atuam na área da saúde trabalham no cotidiano com procedimentos que exigem conhecimento anatômico do corpo humano para realizá-los com eficácia (BASTOS, 2002). De acordo Brasil (2002), os médicos atuam com diversos procedimentos que exigem aplicabilidade dos conhecimentos anatômicos. Como exemplo, pode-se citar a punção da veia jugular interna, punção das artérias radial e femoral, suturas, procedimentos cirúrgicos diversos, os quais exigem um conhecimento satisfatório de anatomia humana. Como se pode fazer uma história clínica sem saber Anatomia de superfície? Onde se localizam os focos de auscultação cardíacos e porquê? Onde efetuar punções arteriais e venosas diagnósticas ou terapêuticas? Quais são os órgãos localizados em cada uma das regiões topográficas abdominais e sua relação com um tumor eventualmente palpável? Estes exemplos representam sucintamente o universo dos argumentos comprovativos da importância da Anatomia para estes profissionais (FORNAZIERO, 2003; GUIRALDES, 2001; SUAZO GALDAMES, 2007). Diante disso, e devido a necessidade de proporcionar uma aprendizagem significativa aos futuros profissionais da medicina, este projeto atua promovendo um elo entre a anatomia humana e a prática médica, demonstrando assim, a importância da anatomia humana para os estudantes de Medicina, e sua aplicabilidade clínica através dos conhecimentos adquiridos neste componente curricular.

OBJETIVOS: Promover uma aprendizagem significativa do componente curricular de Anatomia Humana.

METODOLOGIA: O presente projeto vem sendo desenvolvido com a dissecação de determinada região do corpo humano (realizada por um professor de Anatomia Humana), associada a esta dissecação, tem-se a participação de um profissional médico que discute as características clínicas e cirúrgicas da região anatômica abordada. Os alunos integrantes do projeto realizam um estudo teórico da temática com o objetivo de ajudar no processo ensino-aprendizagem. O evento inicia-se com a revisão da região que será abordada, após, ocorre a dissecação da peça anatômica, abordando não só o conteúdo de estruturas, como também dará instruções sobre as técnicas de dissecação utilizadas. Durante a dissecação, pode estar associada outros elementos que facilitem o ensino-aprendizado da anatomia, como a utilização de fontes secundárias, como textos, atlas e programas de computador,

casos clínicos, situações-problemas. Desta forma, nota-se que uso da técnica de dissecação acaba trazendo inúmeras possibilidades e oportunidades de expansão do estudo e na consolidação do conhecimento em anatomia, principalmente quando esta técnica está associada a palestras sobre procedimentos clínicos e cirúrgicos realizados no cotidiano pelos médicos, trazendo assim, a integração de conhecimento com outras componentes curriculares, como a histologia patologia, interpretando biópsias e semiologia médica. Posteriormente a dissecação, é realizada a palestra com o profissional médico, onde se trabalha as características clínico/cirúrgico da região anatômica, demonstrando a aplicabilidade dos conhecimentos anatômicos na área médica.

RESULTADOS: Com o desenvolvimento deste projeto, vem-se proporcionando aos estudantes uma aprendizagem significativa do componente curricular de Anatomia Humana. Com isso, vem ocorrendo o desenvolvimento de habilidades especiais que permitam aos futuros médicos interagir com os diversos campos da atuação médica como radiologia, clínica médica e cirurgia. Além disso, as peças anatômicas dissecadas vem sendo nas práticas de laboratório, contribuindo assim, contribuindo assim, para melhoria da qualidade do ensino em anatomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O presente projeto vem promovendo uma aprendizagem significativa aos estudantes, proporcionando a ativação de conhecimentos prévios presentes na rede semântica, referentes a anatomia orientada a clínica e, com isso, espera-se uma melhora na qualidade do ensino e conseqüentemente, na formação de alunos competentes. Soma-se isso, a carência de peças anatômicas dissecadas. Estas, quando concluídas, passarão a ser utilizadas nas práticas de laboratório, contribuindo também, para melhoria da qualidade do ensino em anatomia.

REFERÊNCIAS: BASTOS, L. A. M.; PROENÇA, M. A. A prática anatômica e a formação médica. Rev Panam Salud Publica [online]. 2002, vol.7, n.6. Disponível em <http://www.scielosp.org/scielo.php?pid>. BRASIL, F. B; BABINSKI, M. A; SGROTT, E. A y LUZ, H. P.. El Conocimiento de la Anatomía Topográfica de los Estudiantes En La Práctica Del Examen Físico: Análisis Cuantitativo. Rev. chil. anat. [online]. 2002, vol.20, n.3. Disponível em <http://www.scielosp.org/scielo.php?pid>. FORNAZIERO, C. C.; GIL, C. R. R. Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino da Anatomia Humana. Rev. Bras. Ens. Med. v. 27, n. 2. 2003. GUIRALDES, H. et al. ENSEÑANZA DE LA ANATOMÍA HUMANA: EXPERIENCIAS Y DESAFÍOS EN UNA ESCUELA DE MEDICINA. Rev. chil. anat. [online]. 2001, vol.19, n.2, pp. 205-212. Disponível em <http://www.scielosp.org/scielo.php?pid>. SUAZO GALDAMES, Iván C. Estilos de Aprendizaje y su Correlación con el Rendimiento Académico en Anatomía Humana Normal. Int. J. Morphol. [online]. 2007, vol.25, n.2, pp. 367-373. ISSN 0717-9502. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>.

UTILIZANDO METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DA BIOSSEGURANÇA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alisson Rumennig Sousa Raulino; Fabrício Kleber Lucena Carvalho; Paula Christianne Gomes Gouveia Souto Maia; Jorge Luiz Silva Araújo Filho

INTRODUÇÃO: Biossegurança é uma área extensa que está relacionada à prevenção de riscos ocupacionais, riscos aos usuários, minimização das infecções relacionadas à assistência à saúde, melhoria da qualidade dos serviços e produtos, preservação do meio ambiente, além de outros aspectos. Porém nas instituições de ensino esse conteúdo deve ser trabalhado de forma contextualizada para que o conhecimento tenha significado na prática do futuro profissional, caso contrário ele não passará de normas entediantes.

REFERENCIAL TEÓRICO: A aprendizagem em adultos, a “andragogia” está baseada principalmente na teoria comportamentalista (Behaviorista), que está baseada no empirismo, teoria cognitiva que se baseia no armazenamento organizado de informações pelo aprendiz, levando este à organizar uma estrutura de aprendizado cognitivo e a humanista que leva em consideração as ações e sentimentos, além do intelectual. Ainda hoje o ensino da biossegurança vem sendo pautado no uso de metodologias tradicionais, influenciadas pelo mecanicismo, fragmentado e reducionista. O sistema tradicional de ensino dificulta e muitas vezes impede o desenvolvimento de novas teorias e procedimentos por não formar profissionais críticos nem reflexivos, e o processo ensinoaprendizagem tem se restringido à reprodução do conhecimento, no qual o docente assume um papel de transmissor de conteúdos e ao discente, cabe a retenção e repetição dos mesmos, em uma atitude passiva e receptiva. Porém, existem novas possibilidades, que na verdade não são novas! As metodologias ativas. Essas utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o espectador, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. A problematização pode levá-lo ao contato com as informações e à produção do conhecimento, principalmente, com a finalidade de solucionar os impasses e promover o desenvolvimento da área.

OBJETIVO: O objetivo deste estudo foi relatar a experiência do emprego de metodologias ativas no ensino da biossegurança no curso de medicina das FIP.

MÉTODOS: No curso de medicina o conteúdo de Biossegurança é ministrado através dos eixos de Atenção Primária à Saúde (APS) e Práticas Investigativas (PI) e tem como objetivo destacar as normas de segurança e medidas preventivas como inerentes ao trabalho do médico. A avaliação do impacto do processo ensino aprendizagem utilizando metodologia ativa foi realizada por uma análise qualitativa da performance dos estudantes frente as habilidades de: descartar corretamente os resíduos de serviços de saúde e higienização correta das mãos segundo o protocolo do ministério da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: No caso da biossegurança, de acordo com nossa vivência em outras instituições de ensino e em treinamentos nos diferentes ambientes de atenção à saúde temos observado um aprendizado mecânico e desmotivador para a maioria dos estudantes e profissionais, justamente devido à ausência de atualizações e busca de novos recursos pedagógicos que auxiliem no processo ensino aprendizagem desse conteúdo de uma forma proveitosa e suficiente. No curso de Medicina das FIP o conteúdo de biossegurança está inserido no currículo baseado por competências desde o primeiro período do curso e segue longitudinalmente até sua conclusão. Inserido nas situações problemas, nas simulações de habilidades, no eixo de atenção primária à saúde e de práticas

investigativas, buscando conectar os conteúdos trabalhados com a realidade que será encontrada no ambiente profissional. A abordagem pedagógica para o processo de ensino aprendizagem desse componente está baseada nas competências, onde os estudantes devem adquirir a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, como saberes, habilidades e atitudes, para solucionar com eficiência uma série de situações relacionadas à biossegurança. Visando elevar uma maior consolidação do conhecimento utilizamos metodologias ativas, e dentre elas podemos destacar o uso da “gamificação”, que consiste em utilizar técnicas, estratégias e o design de games em outros contextos que não sejam esses próprios games. É trazer o jogo para a realidade e com isso impactar pontos como engajamento, produtividade, foco, determinação e outros, tornando mais simples atingir metas e objetivos em qualquer contexto. É possível transformar rotinas de trabalho ou estudo e fazer com que as pessoas se sintam mais inclinadas a se dedicar às tarefas e desafios que cada situação exige. Essa técnica foi utilizada para trabalhar o tema de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, com a criação de um jogo onde os participantes deveriam descartar corretamente os resíduos gerados nos ambientes de atenção à saúde, e correlacionar seus riscos e principais acidentes associados. A eficiência do ensino da biossegurança utilizando as metodologias ativas foi aferida através da análise dos resultados das avaliações cognitivas e das avaliações práticas estruturadas, onde os estudantes conseguiram aplicar na prática os conhecimentos adquiridos, com um rendimento melhor quando comparado com estudantes que assistiram aula tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ensino da biossegurança associado à construção de competências e através de metodologias ativas, pode se tornar algo muito prazeroso, motivador e útil para os estudantes tornando-os mais capazes de se destacar como indivíduos mais críticos e atuarem de forma mais segura dentro das suas áreas profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Biossegurança, Ensino, Metodologia Ativa.

REFERÊNCIAS: BEHRENS M.A. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes; 2005. MITRE, S.M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, 2008. ANTUNES, Helmer Magalhães et al. Biossegurança e ensino de medicina na Universidade Federal de Juiz de Fora, (MG). Rev. bras. educ. med, p. 335-345, 2010. PEREIRA, Maria Eveline de Castro et al. Reflexões sobre conceitos estruturantes em biossegurança: contribuições para o ensino de ciências. Ciências & Cognição, v. 14, n. 1, p. 296-303, 2009. 011, p. 10-16.

REPERCUSSÃO DO TREINO COM CICLO ERGÔMETRO EM PACIENTES INTERNADOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Andréia Francisca Lima de Oliveira; Rayne Borges Torres Sette

INTRODUÇÃO: Na Unidade de Terapia Intensiva é comum os pacientes ficarem restrito ao leito por um período, muitas vezes, prolongado. O que acarreta problemas deletérios à condição física desses pacientes (LIPSHUTZ; GROPPER, 2013). Neste contexto, a mobilização precoce é de extrema importância para aprimorar as capacidades físicas e reduzir incapacidades (FREITAS, et al., 2012). A mobilização precoce no atendimento da fisioterapia tende a reduzir o tempo de permanência na UTI, facilitar o desmame da Ventilação Mecânica (VM), melhorar a mobilidade e a força muscular destes pacientes (SILVA, et al., 2014). Dentre as várias terapêuticas utilizadas para a reabilitação destes pacientes está o treino com ciclo ergômetro que permite a realização de exercícios passivos, ativos e resistidos, trazendo benefícios e auxiliando na reabilitação funcional dos mesmos (FREITAS, et al., 2012, CORDEIRO, et al., 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO: Os pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) estão predisponentes a desenvolver diversas complicações deletérias devido ao tempo imobilizados e, em alguns casos, em VM. Essas complicações acabam por acarretar prejuízo à saúde destes indivíduos durante o tempo de hospitalização e após a alta, afetando sua qualidade e vida (BURTIN, et al., 2009). Dentre os prejuízos causados pelo imobilismo, é possível citar: redução da capacidade funcional, volemia, contração miocárdio, massa muscular, aparecimento de atelectasias, contraturas e deformidades (BROWER, 2009). Para a recuperação destes indivíduos a intervenção fisioterapêutica é de fundamental importância, enfatizando o exercício físico e a fisioterapia respiratória (GOOSELINK, et al., 2008). A mobilização precoce tende a minimizar o impacto da imobilidade na funcionalidade e na força muscular em pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) (BURTIN, et al., 2009). Para isso, um dos recursos usados na prática da fisioterapia em UTI é o ciclo ergômetro (DANTAS, et al., 2016). O ciclo ergômetro é utilizado para a realização de exercícios passivos, ativos e resistidos (CORDEIRO, et al., 2014), trazendo benefícios, como aumento da capacidade funcional, auto percepção funcional e força muscular (BURTIN, et al., 2009).

OBJETIVO: Analisar na literatura o uso do ciclo ergômetro na reabilitação de pacientes críticos.

MÉTODOS Foi realizada uma revisão da literatura utilizando artigos científicos publicados e indexados nos bancos de dados Scielo, Bireme e PubMed, no período de 2010 a 2016, utilizando os descritores: Unidade de Terapia Intensiva, mobilização precoce, deambulação precoce, serviço hospitalar de fisioterapia, UTI, terapia por exercício e modalidades de fisioterapia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Autor/Ano	Tipo de estudo	Amostra	Intervenções	Resultados
Cordeiro, et al. (2014)	Estudo analítico do tipo transversal	Composta por 4 homens e 8 mulheres, totalizando 12 sujeitos em pós-operatório de cirurgia cardíaca.	Treino com o ciclo ergômetro de maneira ativa durante 20 minutos em pacientes que apresentavam sedestação na poltrona.	Houve pequeno aumento da FC, PAS, PAD e da SpO ₂ , elevando estatisticamente a frequência respiratória, porém sem impacto funcional.
Costa Junior,		12 pacientes de	Primeira etapa (UTI):	Durante o período de

et al. (2015)		ambos os sexos em pós-operatório de cirurgia cardíaca.	Mobilização com ciclo ergômetro de forma semi-assistida por 15 minutos de forma intervalada. Segunda etapa (enfermaria): Monitorização da deambulação durante três dias utilizando pedômetro.	mobilização com ciclo ergômetro não foram observadas alterações hemodinâmicas. A mobilização com ciclo ergômetro altera significativamente a deambulação espontânea.
Coutinho, et al. (2016)	Ensaio clínico randomizado	25 indivíduos em ventilação mecânica.	GC: FNP para MS e MI por 30 min; técnicas de higiene brônquica, hiperinsuflação e aspiração de secreção. GI: Ciclo ergômetro passivo (20 ciclos/min por 20 min) antes de uma sessão igual à realizada pelo GC.	O protocolo com ciclo ergômetro não apresentou alterações cardiorrespiratórias em pacientes ventilados mecanicamente. Entretanto, não foi observado redução no tempo de internação na UTI e hospitalar quando comparado com o protocolo de mobilização precoce sem sua utilização.
Dantas, et al. (2016)	Estudo retrospectivo	29 indivíduos sem ventilação mecânica	A amostra foi dividida em dois grupos, um que utilizou o ciclo ergômetro para MMII e outro para MMSS.	O uso do ciclo ergômetro ativo para MMSS e MMII não apresentou diferença nas variáveis cardiorrespiratórias durante o uso em pacientes internados na UTI. Entretanto, o seu tempo de aplicação foi variável de acordo as respostas fisiológicas consideradas dentro dos valores de segurança.
Pinheiro; Christofolletti (2012)	Revisão Sistemática	8 ensaios clínicos; sendo 2 usaram o ciclo ergômetro	Um abordou a técnica em membros superiores tardiamente e em pacientes em ventilação mecânica invasiva; Outro aplicou em membros inferiores precocemente em paciente.	Em ambos demonstraram desfechos positivos nos indivíduos que realizaram o treino em ciclo ergômetro, com aumento na capacidade de exercício e da força muscular. No de membros inferiores verificou ainda deambulação independente maior no grupo de intervenção.
Pires-Neto, et al. (2013a)		19 pacientes em ventilação mecânica.	Pacientes em sedação foram submetidos a treino passivo com ciclo ergômetro por 20 min.	Verificou-se que não houve alterações cardiorrespiratórias.
Pires-Neto, et al. (2013b)		38 pacientes que não usavam ventilação mecânica.	Treino com ciclo ergômetro por 5 min o mais rápido que o paciente conseguisse.	Observou-se que houve pequeno aumento da FC e da FR, elevando um pouco a sensação de dispneia. Houve boa aceitação da técnica.

De uma análise inicial de 15 artigos relevantes, apenas sete abordaram o treino com ciclo ergômetro como técnica de mobilização precoce. A maioria dos pacientes estudados não se encontrava sob ventilação mecânica invasiva. Dos artigos analisados, cinco indicaram que o treino com ciclo ergômetro não causava alterações cardiorrespiratórias significativas para os pacientes (CORDEIRO, et al., 2014; COSTA-JUNIOR, et al., 2015; DANTAS, et al., 2016), sendo que em dois deles os pacientes encontravam-se sedados sob ventilação mecânica (PIRES-NETO, et al., 2013a; COUTINHO, et al., 2016). No estudo realizado por Pinheiro e Christofolletti (2012), uma revisão sistemática, foram encontrados dois artigos com uso do ciclo ergômetro, um em membros superiores e outro em membros inferiores, repercutindo positivamente em ambos, onde o uso do ciclo ergômetro teve repercussões em parâmetros que refletem melhora de força e resistência muscular. Além disso, no segundo estudo, a deambulação independente foi melhor no grupo experimento. Pires-Neto et al. (2013b) durante a realização do ciclo ergômetro ativo por cinco minutos com velocidade máxima do paciente, demonstraram que há pequenas alterações fisiológicas durante a atividade. Observa-se que, a maioria desses estudos foi realizada em pacientes sem uso de VMI e, quando o faziam, estavam hemodinamicamente estáveis. Além disso, em todos eles, os pacientes foram monitorados durante toda a atividade. Há indicativos que a técnica é segura e traz benefícios em força e resistência muscular. Porém, ensaios clínicos randomizados são necessários para avaliar outras variáveis como tempo de internação na UTI, de alta hospitalar e o impacto sobre a mortalidade. O tempo e a forma de realização dos exercícios variaram entre os estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que, o uso do ciclo ergômetro melhora a força e a resistência muscular e existe indicativo de que não provoca alterações significativas dos parâmetros hemodinâmicos, respiratórios ou metabólicos. Não foi demonstrado redução no tempo de internação de UTI ou de alta hospitalar. Porém, novos estudos são necessários, principalmente, para avaliar estas últimas variáveis, visto que a maioria dos estudos não realizou essa análise.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Terapia Intensiva; Mobilização Precoce; Cicloergômetro.

REFERÊNCIAS: BROWER, R.G. Consequences of bed rest. *Crit. Care Med.* 37(10): 422-428. 2009. BURTIN, C., CLERCKX, B., ROBBEETS, C., et al. Early exercise in critically ill patients enhances short-term functional recovery. *Crit Care Med.* 37(9):2499-505, 2009. CORDEIRO, A.L., et al. Efeitos hemodinâmico do treino em ciclo ergômetro em pacientes no pós-operatório de cirurgia cardíaca. *Rev DERC.* 20(3):90-93, 2014. COSTA-JUNIOR, J.M.F., et al. Avaliação pedométrica em pacientes no pós-operatório de cirurgia de revascularização do miocárdio, após mobilização precoce. *Revista Paraense de Medicina.* 29(2), abril-junho, 2015. COUTINHO, W.M., et al. Efeito agudo da utilização do cicloergômetro durante atendimento fisioterapêutico em pacientes críticos ventilados mecanicamente. *Fisioter Pesqui.* 23(3):278-83, 2016. DANTAS, J.C.N., et al. Comportamento das variáveis cardiorrespiratórias durante uso do cicloergômetro ativo na unidade de terapia intensiva. *Revista Pesquisa em Fisioterapia.* 2016 Ago;6(3): 283-290. FREITAS, E.R.F.S. et al. Efeitos da mobilização passiva nas respostas hemodinâmicas agudas em pacientes sob ventilação mecânica. *Rev Bras Ter Intensiva, São Paulo.* 2012; 24 (1): 72-78. GOOSELINK, R., et al. Physiotherapy for adult patients with critical illness: recommendations of the European Respiratory Society and European Society of Intensive Care Medicine Task Force on Physiotherapy for Critically ill Patients. *Intensive Care Med.* 34(7):1188-99, 2008. LIPSHUTZ, A.K.M.; GROPPER, M.A. Acquired neuromuscular weakness and early mobilization in the intensive care unit. *Anesthesiology, Schaumburg.* 2013; 118 (1): 202-25. PINHEIRO, A.R.; CHRISTOFOLETTI, G. Fisioterapia motora em pacientes internados na unidade de terapia intensiva: uma revisão sistemática. *Rev Bras Ter Intensiva.* 24(2):188-196, 2012. PIRES-NETO, R.M., et al. Caracterização do uso do cicloergômetro para auxiliar no

atendimento fisioterapêutico em pacientes críticos. Rev Bras Ter Intensiva. 25(1):39-43, 2013.
SILVA, V.S., et al. Mobilização na unidade de terapia intensiva: revisão sistemática. Fisioter Pesq. 21(4): 398-404, 2014.

IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADA I NO CURSO DE ODONTOLOGIA DAS FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS

Bruna Riviane Sinésio de Sousa, Hermanda Barbosa Rodrigues, Sammia Anacléto Albuquerque Pinheiro

INTRODUÇÃO: Nas Faculdades Integradas de Patos, o curso de odontologia está inserido a 9 anos, e propõe ao aluno conhecimento técnico científico com visão generalista, humanística e ética. O graduando egresso para melhor formação passa por disciplinas práticas e teóricas e estágios de cunho complementar para formação do “ser profissional”. A disciplina Estágio Supervisionado I, está inserida na grade curricular no 2º período do curso e aborda aprendizados sobre escovação supervisionada, visitação em Unidades Básicas de Saúde (UBS), preparação para aula didática a população que frequenta a UBS, acompanhamento ao cirurgião dentista (visitas domiciliares e clínica), territorialização de uma área, visita ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e por fim uma ação social com entidades não governamentais.

REFERENCIAL TEÓRICO: Os cursos de Odontologia devem formar o acadêmico como um todo, um ser biológico, psíquico e cultural, que não deve se transformar apenas em um profissional, mas em um cidadão capaz de interagir com a sociedade (MADEIRA, 2006). Sabóia et al. (2014) e Moimaz et al. (2015) constataram que a atividade extensionista gera acesso aos serviços odontológicos e esclarece o público-alvo sobre cuidados com a higiene bucal, assim como inova a aprendizagem do acadêmico baseando-se em conhecimento teórico prático com metodologia de ensino inovadora.

OBJETIVO: O presente trabalho objetivou descrever a importância da disciplina Estágio Supervisionado I, no curso de odontologia.

METODOLOGIA: A disciplina proporcionou aos graduandos visitação em um bairro de baixa renda na cidade de Patos, para conhecimento desses alunos sobre áreas de riscos que possuíam baixos e altas potencialidades nessa região. As atividades de acompanhamento ao dentista foram realizadas na UBS Belmiro Guedes, na cidade de Patos – PB. Promovendo o reconhecimento da área (estrutura física) como apresentação aos profissionais que compõe essa unidade. Consistiu em acompanhamento as atividades prestadas na UBS pelo cirurgião dentista e fora da UBS como a visita domiciliar. Os graduandos organizaram palestras didáticas para a população que frequenta a unidade. A escovação supervisionada pelos acadêmicos, professores acompanhantes da disciplina e cirurgião dentista, foi promovida na escola a Escola Municipal Aristides. E a última atividade foi realizada na APAE de Patos.

RESULTADOS: Todas as atividades teve participação 100% dos graduandos que na culminância final se observava a satisfação. A equipe que compõe a UBS Belmiro Guedes se mostrou inteiramente agradecida diante as atividades realizadas pelos alunos. Mediante as dificuldades encontradas para realização do estágio pode se observar inteira dedicação de ambas as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pode se concluir que a disciplina Estágio Supervisionado I, embora seja na parte inicial da formação do ser profissional, no curso de odontologia, teve bastante relevância para os acadêmicos que puderam conhecer na prática a funcionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Visita domiciliar. Centros de saúde. Acadêmicos.

REFERÊNCIAS: MADEIRA, M. C. Ensino, pesquisa e extensão. In: CARVALHO, A.C.P.; KRIGER L. Educação Odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2006, p. 97-103. MOIMAZ, S. A. S.; DE PAULA GOMES, A. M.; BORDIN, D.; GARBIN, C. A. S.; SALIBA, N. A. Extensão universitária como ferramenta geradora de ensino-aprendizagem e produtora de pesquisa. Revista Conexão da UEPG, vol. 11, n. 2, p. 140- 149, 2015. SABÓIA, V. D. P. A.; RODRIGUES, N. S.; GOMES FONTENELE, G. Y.; SILVA, A. P. V.; NOGUEIRA, C. S.; CABRAL FILHO, R. E. Programa odontológico preventivo para gestantes adolescentes - projeto sorridente: relato de experiência. Extensão em Ação, v. 2, n. 7, p. 140-152, 2014.

BENEFÍCIOS FUNCIONAIS DA BIOMASSA DE BANANA VERDE (*Musa spp.*) NA ALIMENTAÇÃO HUMANA

Jannyne Paiva Alves; Karolline de Oliveira Fernandes; Rayssa Ferreira de Sousa, Maria Helena Araújo de Vasconcelos

INTRODUÇÃO: A banana (*Musa spp.*), da família Musaceae, é uma das frutas tropicais mundialmente mais apreciadas, apresentando cerca de 30 espécies conhecidas do gênero *Musa* e mais de 700 variedades. Conceituada como o quarto alimento mais consumido no mundo, esta fruta é considerada como de alto valor nutritivo e de fácil acesso à população, com disponibilidade durante o ano inteiro (SOUSA et al., 2011). A banana verde contém pectina e minerais como o fósforo, manganês, zinco, cobre, ferro, magnésio e cálcio. Contudo o principal componente desta fruta é o amido resistente, podendo representar cerca de 55 a 93% do teor de sólidos totais (DIAS et al., 2013). A biomassa da banana verde é caracterizada como um alimento funcional constituído por compostos como vitaminas do complexo B e C, flavonoides e betacarotenos, minerais como cálcio, fósforo e zinco, tendo como principal componente o amido resistente, os quais, além da função da nutrição, promovem a manutenção da saúde por atuarem em processos bioquímicos e fisiológicos do organismo como na proteção da mucosa gástrica, melhora do fluxo intestinal, além de contribuir para o equilíbrio dos níveis glicêmicos (RANIERI; DELANI, 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO: Estão caracterizados como funcionais todos os alimentos e bebidas que, quando consumidos de forma habitual, exercem um papel benéfico nos processos fisiológicos do organismo, devido à presença de compostos bioativos, como os flavonóides, betacarotenos, vitaminas e minerais (MORAES; COLLA, 2007). Estes constituintes podem conferir à categoria dos alimentos funcionais a capacidade de regular diversas funções no organismo, podendo atuar como auxiliares na prevenção de doenças como a hipertensão, diabetes, câncer, osteoporose, entre outras. Segundo Ranieri e Delani (2014), na banana encontram-se minerais como o potássio, manganês, iodo e zinco e vitaminas do complexo B, vitamina C, ácido fólico e amido resistente, tendo os minerais mais presentes em maior quantidade no fruto verde. A fruta contém também pouca quantidade de proteínas como a albumina e globulina em comparação com os aminoácidos livres: asparagina, glutamina e histidina. Um estudo realizado por Oliveira et. al. (2016), demonstrou que o amido presente na banana verde é convertido em açúcares após o amadurecimento. Nesta lógica, o fruto verde possui na sua composição vitaminas A, B1, B2, B3, C; os minerais como cálcio, ferro, sódio, potássio, magnésio, manganês, iodo, enxofre, fósforo, proteínas, gordura e carboidratos e o amido resistente, presente em maiores quantidades no fruto verde. Em contrapartida, a biomassa da banana verde é identificada como uma pasta, sendo rica em fibras solúveis e insolúveis, vitaminas, minerais, flavonoides e amido resistente, tendo este último componente grande relevância no trato digestivo, promovendo a estabilidade das funções intestinais. Nos últimos anos, alguns estudos têm sido conduzidos no sentido de explorar as propriedades funcionais da biomassa da banana verde, que quando consumida em quantidades e periodicidades adequadas, pode proporcionar diversos benefícios no organismo. Entre os componentes presentes na biomassa da banana verde, destaca-se o amido resistente, que é definido como “a soma do amido e produtos de sua degradação não absorvidos no intestino delgado de indivíduos saudáveis”. Além de outras ações fisiológicas, o amido resistente exerce efeito prebiótico, podendo auxiliar na regulação intestinal e na prevenção contra câncer nas células intestinais (FONTINHA, 2016).

OBJETIVO: O presente estudo consistiu em realizar uma revisão da literatura sobre as propriedades nutricionais e potenciais efeitos funcionais da biomassa de banana verde incluída na alimentação humana.

MÉTODOS: A revisão propôs realizar um levantamento da literatura em periódicos publicados nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores em idioma português: “alimentos funcionais”, “banana verde”, “biomassa” e “amido resistente”, considerando-se publicações do período de 2011 a 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Diversas pesquisas têm demonstrado a utilização da biomassa da banana verde na alimentação humana com excelente aceitação sensorial e como fonte natural de antioxidantes, destacando-se as catequinas, epicatequinas, galocatequinas, dopamina, pró-vitamina A e tanino. Além disso, o amido resistente presente na biomassa tem sido relatado com potencial efeito fisiológico semelhante ao das fibras dietéticas, auxiliando na regulação do intestino e prevenindo as doenças inflamatórias intestinais (DIAS et al., 2013; RANIERI, DELANI, 2016). Neste contexto, a biomassa da banana verde, incluída em diferentes formulações e receitas funcionais, tem contribuído para aumentar o conteúdo de fibras e simultaneamente reduzir o teor de açúcares, gorduras e o valor calórico dos alimentos. Pesquisas recentes têm evidenciado a utilização da biomassa da banana verde na redução dos níveis de glicemia e do perfil lipídico no organismo. Conseqüentemente, este produto tem sido evidenciado com um potencial efeito benéfico na prevenção de doenças crônicas como o câncer, a obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares (FONTINHA, CORREIA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Em virtude dos fatos mencionados, concluiu-se que a biomassa da banana verde é uma importante fonte de vitaminas, minerais, carboidratos e fibras solúveis e insolúveis, podendo ser inserido em diversos tipos de preparações, não alterando suas características organolépticas, apenas atuando como espessante e aumentando o rendimento do produto. Além disso, a biomassa da banana verde pode promover benefícios funcionais auxiliando na prevenção e tratamento de diversas doenças como o diabetes, obesidade, doenças do trato intestinal, entre outras.

PALAVRAS – CHAVES: alimentos funcionais; banana verde; biomassa; amido resistente.

REFERÊNCIAS: DIAS, A. R. et. al. Massa de empada sem glúten e sem leite enriquecido com biomassa de banana verde. *Nutrição Brasil*, v. 10, p.175-78, 2013. FONTINHA, C.; CORREIA, P. Amido resistente em diversas fontes não convencionais de amido, *Centro de estudos em educação, tecnologias e saúde*, v. 38, p. 67 – 81, 2016. MORAES, F. P.; COLLA, L. M. Alimentos funcionais e nutracêuticos: definições, legislação e benefícios à saúde. *Revista Eletrônica de Farmácia*, v. 3, p.109-122, 2007. OLIVEIRA, C. R.; SANTOS, M. B.; SANTOS, M. F. G. O potencial funcional da biomassa de banana verde (*Musa spp.*). Na simbiose intestinal. *Revista ciência e sociedades*, v. 1, p. 1-12, 2016. RANIERI, L. M.; DELANI, T. C. O. BANANA VERDE (*Musa spp.*): Obtenção da biomassa e ações fisiológicas do amido resistente. *Revista UNINGÁ Review*, v. 20, p.43-49, 2014.

PLANEJAMENTO DE AÇÃO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE PATOS- PB

Riama Raniely Sobral de Souza; Micaelly da Silva Sales; Vanessa Meira Cintra Ribeiro

INTRODUÇÃO: A Escola Saudável ou Escola Promotora da Saúde deve ser entendida como um espaço vital, gerador de autonomia, participação crítica e criatividade, no qual os escolares têm a oportunidade de desenvolver suas potencialidades físicas, psíquicas, cognitivas e sociais a partir do desenvolvimento de ações pedagógicas de prevenção de agravos, promoção a saúde e de conservação do meio ambiente (Pelicioni, 2000). A alimentação tem grande importância na qualidade de vida, sendo fundamental adotar uma dieta saudável rica em nutrientes necessários para manter o bom funcionamento do organismo. O nutricionista deve utilizar de estratégias nutricionais educativas para que os sujeitos de sua ação possam discutir, refletir e modificar hábitos e o comportamento alimentar ((DIEZ-GARCIA; CERVATO-MANCUSO, 2012). Assim, a escola é um ambiente propício para ações de educação em saúde e para as ações de educação alimentar e nutricional (EAN) estão entre os eixos prioritários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), servindo de auxílio aos escolares na adoção voluntária de escolhas alimentares saudáveis (Prado et al., 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO: A Política Nacional de Alimentação e Nutrição tem como objetivo principal a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, contendo um grupo de ações que objetivam proporcionar práticas alimentares nutricionalmente adequadas de acordo com os aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos e coletividades. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi criada com o intuito de importante de promover saúde e suas ações nas escolas devem ser desenvolvidas em conjunto com todos os profissionais das mesmas.

OBJETIVO: Este trabalho teve por objetivo especificar o planejamento de uma ação educativa em ambiente escolar.

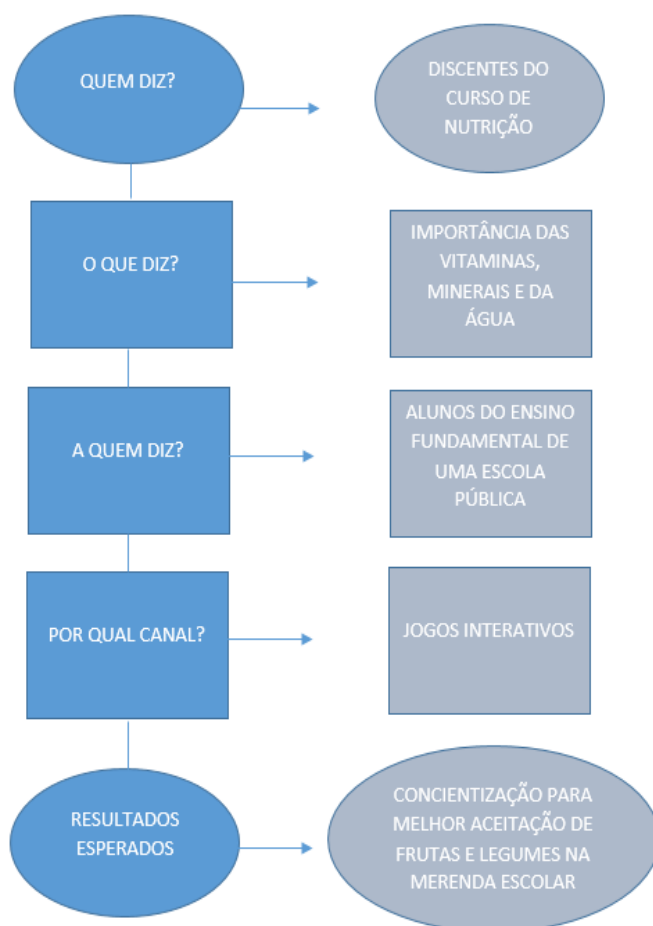
MÉTODOS: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva do processo de elaboração do planejamento de ações educativas um projeto voltado aos alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, de 10 a 12 anos, de uma escola pública, situada no interior da Paraíba. Consistindo ainda como um relato de experiência. Utilizou-se a estratégia proposta por Prado et al (2016), onde abordou-se as crianças com jogos e atividades de recorte como forma de estímulo educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A estratégia de planejamento levou em consideração as seguintes etapas propostas na figura 1. Diante do exposto foi primordial o pensar conjunto da ação pelos discentes, observou-se quem a faria, para qual público da escola faria, com qual objetivo de resultado e com qual técnica ou ferramenta educativa. Nesse sentido, elaborou-se uma palestra curta e introdutória do tema, conforme o que é dito e indicado pelo Ministério da Saúde, sobre o devido assunto, para abordar as funções das vitaminas (A, D, E, K, C e complexo B), minerais (Ferro e Cálcio) e a influência de uma adequada ingestão de água. Na segunda fase, com objetivo de fazer com que os alunos da escolar pudessem pôr em prática os conhecimentos dispostos nas palestras, elaborou-se uma um jogo interativo, realizado no tempo mínimo de 30 minutos, com 20 perguntas relacionadas com o tema que foi abordado na exposição de cartazes, com vistas a estimular a participação coletiva. A ação educativa planejada foi levada à prática e observou-se com êxito a aplicabilidade desta, pois todos os alunos participaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:Evidencia-se nesse estudo, portanto, a importância da elaboração de ações em EAN com vistas a despertar o olhar crítico e a autonomia das crianças a cerca de uma alimentação saudável. Destaca-se ainda o papel fundamental da escola para a criação desses ambientes voltados a fomentar práticas alimentares saudáveis, estimulando a mudança do comportamento alimentar.

PALAVRAS-CHAVE:Alimentação escolar; Educação Alimentar e Nutricional; Planejamento.

Figura 1. Fluxograma de Planejamento de Ação Educativa em Saúde por Discentes do Curso de Nutrição das Faculdades Integradas de Patos – PB, 2016



Fonte: Elaboração Própria

REFERÊNCIAS:ALMEIDA, R. A.; LUIZ, C. G. C.; Saúde pública: bases conceituais. São Paulo: Inglu, 2008. 174p. DIEZ-GARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSI, A.M. Nutrição e Metabolismo: Mudanças alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2012. GRASSI, B. P.; NUNES, E. S. F.; et al. Ações de educação alimentar e nutricional para escolares: um relato de experiência. 2016. PELICIONI MCF. Educação em saúde e educação ambiental: estratégias de construção de construção da escola promotora da saúde. São Paulo: Faculdades de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2000.

ALIMENTOS IRRADIADOS: UMA REVISÃO

Helder Santos de Figueiredo; Ivanesa Gusmão Martins Soares

INTRODUÇÃO: A irradiação de alimentos tem um crescimento gradativo, e no Brasil, é pouco difundida, porém vem sendo utilizada e estudada em um ritmo crescente. Alguns Alimentos já são irradiados há algum tempo, como especiarias, grãos, carnes, frutas e tubérculos. A irradiação de alimentos usa uma máquina de feixes de elétrons expondo algum material de origem vegetal e/ou animal à radiação ionizante. São usadas fontes radioativas de ^{60}Co e ^{137}Cs , por serem consideradas para uso comercial, porque há a produção de raios gama de energias adequadas e de bom custo, sendo ^{60}Co mais aceito por sua maior segurança ambiental. Esse tratamento por meios de radiação ionizante em alimentos é uma técnica eficiente, segura e com menor custo na área industrial, e vem com um grande crescimento nos últimos anos trazendo benefícios no que diz respeito a desperdícios de alimentos e segurança alimentar (DIEHL, 2002).

REFERENCIAL TEÓRICO: Segundo Walder e Camargo (2007) a irradiação aplicada a alimentos é um processo de “pasteurização” a frio que objetiva estender sua vida de prateleira. Esta técnica é utilizada para destruir qualquer invasor que possa estragar o alimento, como insetos, microrganismos patogênicos, fungos e leveduras especialmente em alimentos consumidos crus ou parcialmente processados. A irradiação de alimentos é um tratamento que expõem os alimentos, embalados ou a granel, a uma fonte radioativa controlada, por um período suficiente para se obter as alterações desejáveis. É um método de pasteurização a frio utilizado para o controle de microrganismos patogênicos que causam doenças de origem alimentar (IAEA,1992; DIEHL, 2002) Diehl (2002) diz que, o procedimento de irradiação com alimentos é realizada em áreas apropriadas, ou seja, com uma planta estrutural de Cobalto-60, fornecidas de sala de irradiação, piscina de armazenamento, sistema transportador, console de controle e depósito para separar o material irradiado. Esses alimentos recebem uma dosagem de radiação gama adequadas, que é pré calculada em função da quantidade de radiação por tempo. Essa irradiação ocorre no interior da câmara de irradiação. A irradiação de alimentos, segundo o CENA (2007), é classificada de acordo com a quantidade de radiação que os alimentos são submetidos, sendo radapertização ou esterilização, radiciação ou radurização. CENA (2007) continua mostrando que, a radapertização ou esterilização é o tratamento capaz de prevenir a decomposição e a toxidade dos micróbios, seja em que tempo e em que condições de armazenado do produtor estiverem. A radiciação ou radurização trata o alimento com uma dosagem de energia apropriada para reduzir a quantidade de bactérias patogênicas viáveis e não produtoras de esporos.

OBJETIVO: Abordar sobre os principais procedimentos e informações acerca da irradiação de alimentos, enfatizando sua principal função, á luz da literatura. **MÉTODOS** Essa pesquisa foi fundamentada a partir de artigos e periódicos encontrados nas plataformas Scielo, PUBmed e CAPES, e também em sites em que seu conteúdo estivesse de acordo com o objetivo proposto. Foram lidos e avaliados de acordo com sua relevância para este trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: De acordo com as fontes pesquisadas, o processo de irradiação de alimentos ocorre dentro câmara especial de processamento, com paredes de concreto, com dois metros de espessura, onde o irradiador emite raios gama originado do Cobalto 60. Um sistema automático de esteiras transporta o produto para dentro do ambiente, à fonte irá ionizar o alimento, e em seguida as

esteiras remove o alimento de dentro (DIEHL, 2002). Em relação à quantidade de radiação usada, CENA (2007) aborda que, a quantificação das doses de radiação dar-se-á em função da energia absorvida pelo produto irradiado, ou seja, de acordo com cada alimento a radiação será diferenciada, pois nem todos os alimentos absorvem igualmente a radiação ionizante. O Gray (Gy) ou Quilo Gray (kGy) é a unidade de medida utilizada nessa técnica. Enfatizando sobre a mudança genética pós-irradiação a OMS (1995) diz que, a mudança genética de agentes patogênicos, causada pela irradiação não produz riscos à saúde, não tendo diferença de mudança quando irradiado e quando induzida por qualquer outro método de pasteurização ou conservação parcial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A técnica da irradiação de alimentos possibilita uma vida de prateleira maior, havendo uma redução no desperdício dos mesmos. Percebeu-se ainda que, o cobalto – 60 é uma fonte radioativa muito utilizada no ramo industrial, especificamente na irradiação de alimentos, pelo custo-benefício de sua utilização. Portanto, a quantidade da dose de radiação influencia consideravelmente nesse processo, pois cada alimento tem uma absorção diferente da radiação ionizante, e isso, afeta o produto final.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos. Conservação. Radiação ionizante.

REFERÊNCIAS: CENA/USP, Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo. Divulgação da Tecnologia da Irradiação de Alimentos e outros Materiais, 2007. Disponível em <http://www.cena.usp.br/irradiacaoalimentos.htm>. Acesso em 25/02/2017 DIEHL, J.F. Food Irradiation past, present and future, Radiation Physics and Chemistry. V.63, pp.195-214, 2002. IAEA, Irradiation of Spices, herbs and other vegetable seasoning. A compilation of technical data for its authorization and control, IAEA- TccDoc- 639, 1992. OMS, Organización Mundial de LaSalud. Inocuidad e idoneidad nutricional de los alimentos irradiados. Genebra, 1995. WALDER, J. M. M.; CAMARGO, A. C. Irradiação de alimentos. Divulgação da tecnologia de irradiação de alimentos e outros materiais. 2007. Disponível em: . Acesso em: 18/02/2017.

USO DA RADIOTERAPIA NO TRATAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

Fábio de Oliveira Fonseca; Ivanesa Gusmão Martins Soares

INTRODUÇÃO: O colo do útero é, depois do câncer de mama, a segunda localização anatômica mais frequente do câncer na população feminina do Brasil, sendo responsável por 15% das ocorrências de tumores malignos em mulheres (FRIGATO; HOGA, 2003). Tem como principal causa o papiloma vírus humano (HPV), um grupo de vírus que infecta a pele, formando verrugas ou promovendo alterações celulares no colo uterino. A melhor maneira de prevenção é o Papanicolau, exame em que se coleta o muco cervical para avaliação. Em contrapartida, quando a doença já está adiantada, o tratamento de escolha e que é adotado como um consenso mundial é a radioterapia, que destrói células tumorais com o emprego de feixe de radiações ionizantes (FRIGATO; HOGA, 2003). Dentre os tipos de radioterapia, existe a chamada Teleterapia ou Radioterapia Externa, um tratamento mais externo no corpo do paciente, e também a Braquiterapia, ou Radioterapia Interna, que consiste em colocar uma fonte de radiação dentro do corpo, na região do tumor ou próximo a ele (BORNATO, 2017).

REFERENCIALTEÓRICO: De acordo com o Instituto Nacional do câncer (INCA, 2012), no Brasil, câncer de colo do útero constitui importante problema de saúde, pois apresenta índice elevado de letalidade entre mulheres de várias idades. Diante deste panorama, a radioterapia exerce papel importante, sendo empregada em aproximadamente 60% de todos os casos de tumores malignos diagnosticados (SALVAJOLI; SALVAJOLI, 2012). No tocante ao tratamento do câncer do colo uterino, a Braquiterapia faz uso da fonte de radiação em contato direto com os tecidos a serem tratados, são implantados materiais radioativos em formas de pequenas sementes encapsuladas com titânio, visto que o uso desse tratamento está relacionado diretamente com a preservação dos tecidos sadios e dos órgãos próximos ao tumor (BORNATO, 2017). Existem duas formas de Braquiterapia: Permanente, quando as sementes são colocadas e não são retiradas do organismo, tem baixa taxa de dose que permite ao paciente uma vida quase sem restrições após o implante, é feita sem a necessidade de internação. Já a temporária, as sementes são fixadas e após um período pré-definido são retiradas, possuem um tempo de meia-vida médio que varia de dias até anos (FRIGATO; HOGA, 2003). O tratamento com a Teleterapia utiliza fontes radioativas de origem nuclear ou aceleradores lineares, que produzem radiação por meio da aceleração de elétrons. A dose diária de radiação é subdividida em quatro campos da região pélvica, sendo um anterior, um posterior e duas laterais (LIMA et al., 2017).

OBJETIVO: Mostrar a importância da Radioterapia para o tratamento do câncer do colo do útero, a fim de alcançar o conhecimento das pacientes com este tipo de tratamento ainda não muito conhecido entre elas.

MÉTODOS: Essa pesquisa foi fundamentada a partir de artigos e periódicos encontrados nas plataformas Scielo, PUBmed e CAPPEs, e também em sites em que seu conteúdo estivesse de acordo com o objetivo proposto. Foram lidos e avaliados de acordo com sua relevância para este trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Estudos revelam que o tratamento com Radioterapia Externa complementada pela Braquiterapia intra-uterina possibilita a cura de cerca de 60% a 90% dos casos de câncer de colo do útero que se encontram em estadiamento inicial e que em quadros de estadiamentos intermédios e avançados possibilitam a cura de cerca de 30 a 60% dos casos. A finalidade da radioterapia é o tratamento do tumor com preservação das estruturas anatômicas vizinhas não afetadas pela doença, na medida do possível (FRIGATO; HOGA, 2003). Importante salientar que o papel da radioterapia no combate ao câncer e como o nosso país ainda necessita evoluir em número de

aparelhos, mão de obra qualificada e tecnologia, que ainda devem ser incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Radioterapia é realizada basicamente de duas formas: a externa, denominada Teleterapia, e a interna, Braquiterapia. A modalidade da radioterapia a ser aplicada é escolhida de acordo com o biótipo do paciente, com o tipo de câncer, localização do câncer, estadiamento da doença, condições físicas e psicológicas, pois cada caso deve ser analisado individualmente. É um tratamento individualista e não generalista (LIMA et al., 2017).

PALAVRAS-CHAVE: Câncer do Colo do útero. Radioterapia. Tratamento.

REFERÊNCIAS: CHAMBÔ FILHO A, COHEN MCPM, CARDOSO PS. Câncer de colo, estágio IB: alternativas de tratamento. *Renina* 2001;29(9):631-3 FRIGATO S, HOGA LAK. Assistência à mulher com câncer de colo uterino: o papel da enfermagem. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 2003, 49(4): 209-214. INCA. Instituto nacional de câncer. Estimativa 2012, Incidência do Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2012. Disponível em: <http://mortalidade.inca.gov.br/Mortalidade/>. Acesso em: 20/02/2017. LIMA, B. C., JUNIOR, L.C.L., LOPRETO, C. A. R., JUNIOR, P.R.B., BASAGLIA, R. Radiocirurgia, modalidades da radioterapia: teleterapia, Braquiterapia. Disponível em: <http://aems.edu.br/iniciacao-cientifica/download/98d93b0ec6.pdf>. Acesso em: 20/02/2017. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Instituto Nacional de Câncer (Brasil). Estimativa da incidência e mortalidade por câncer no Brasil para 1999. Rio de Janeiro: INCA; 1999. PEREIRA PRIMO WQS. Tratamento do câncer avançado do colo do útero. *Feminina* 2000;30(8):525-8. SALVAJOLI, J.V.; SALVAJOLI, B. P. O papel da radioterapia no tratamento do câncer – avanços e desafios. *Onco&* setembro/outubro 2012.

TESTE PARA AVALIAÇÃO DA BLINDAGEM EM VIDRO DE BIOMBO UTILIZADO EM RAIOS-X

Paulo Campos de Lacerda Filho; Henrique Cleber Silva Santos; Cláudia Patrícia Varela Valença

INTRODUÇÃO: Desde a descoberta dos Raios X, em 1895 por Roentgen, seu uso tem sido contínuo, uma vez que eles apresentam vantagens em comparação a outros métodos de diagnósticos. A norma regulamentadora para uso de equipamentos de raios X no Brasil, é a (portaria nº 453 do Ministério de Saúde, 01/06/1998), baseada nas normas e recomendações internacionais (IAEA, ICRP e WHO), as quais sugerem que tais equipamentos de radiações ionizantes sejam instalados, contendo paredes, piso, teto e portas com materiais que forneçam blindagem adequada, proporcionando proteção radiológica às áreas adjacentes. Nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), os exames de RX, realizados com aparelhos móveis, agregam imenso valor ao diagnóstico de pacientes impossibilitados de realizar o exame fora do leito (MOURÃO, 2012). Dessa forma, são realizados os exames com auxílio de um equipamento móvel de raios X. Contudo, é necessário o uso de um biombo móvel para proteção radiológica do profissional responsável por operar o equipamento a fim de garantir que a dose recebida pelo mesmo, esteja dentro dos limites estabelecidos pelas normas regulamentadoras. Portanto, esse estudo teve como finalidade avaliar se a blindagem do vidro plumbífero do biombo fixo do Hospital e Maternidade Dr. Peregrino Filho, na cidade de Patos- Pb, era suficiente para reduzir a energia do feixe de radiação, garantindo a proteção radiológica do profissional ocupacional mente exposto (DIMENSTEIN, 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO: De acordo com PEREIRA (2012), depois da descoberta dos Raios X em 1895 por Roentgen, o mundo progrediu em pequenos passos sentido à evolução tecnológica da medicina. Contudo, devido ao grande índice de exposições, começaram a surgir diversos efeitos biológicos. O que acarretou em diversos estudos a fim de reduzir esses efeitos, possibilitando à criação de normas internacionais e nacionais, as quais recomendam o uso de materiais com capacidade de absorver ou atenuar um feixe de radiação, sendo denominado de blindagem. Dentre esses materiais, o chumbo apresenta alta densidade e elevado número atômico, sendo dessa forma o material mais utilizado para compor a blindagem contra os feixes de raios X. Diferentes equipamentos contendo chumbo, são fabricados a fim de garantir a proteção radiológica dos profissionais ocupacionalmente expostos, dentre eles: Avental de chumbo, óculos plumbífero, protetor de tireoide, entre outros. Além do uso do chumbo nas paredes, piso e tetos das salas de raios X. No entanto, em exames que são realizados fora da sala de raios X com o auxílio de um equipamento móvel, o chumbo deve ser utilizado no biombo móvel, o qual é composto por um visor de vidro de chumbo transparente, que permite a visualização do paciente pelo profissional durante todo exame (MOURÃO, 2012). Dessa forma, a blindagem garante a proteção radiológica para os trabalhadores expostos, mantendo os níveis de radiação o mínimo possível. Uma vez que, durante o exame uma parte da radiação é espalhada, podendo atingir esses trabalhadores (DIMENSTEIN, 2013).

OBJETIVO: O objetivo da pesquisa, foi investigar se existe uma proteção total contra os Raios X (radiação ionizante), avaliando a blindagem do vidro plumbífero do biombo móvel do Hospital e Maternidade Dr. Peregrino Filho, na cidade de Patos-Pb. **MÉTODOS** Para realização desse estudo, utilizou-se um equipamento de Raios X móvel (Mobile eco shimsdzu), cujo feixe foi colimado à uma distância de 1 metro do vidro plumbífero do biombo. Para verificar a blindagem total do vidro plumbífero, foi posicionada uma tesoura de metal, sobre um chassi de tamanho 18X24cm carregado com um filme radiográfico de mesmo tamanho. Para exposição desse objeto, foram utilizados os

seguintes fatores radiográficos: 70 Kv e 6.3 mAs. Em seguida, o filme radiográfico exposto, foi levado para uma câmara escura a fim de realizar o seu processamento radiográfico para finalmente a imagem ser obtida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A partir do estudo de campo realizado, observou-se que o objeto irradiado atrás do vidro de chumbo do biombo, foi demonstrado na imagem radiográfica. Isso indica que a espessura de chumbo contida no vidro do biombo do Hospital e Maternidade Dr. Peregrino Filho, não é suficiente para barrar a radiação ou diminuir os níveis de dose recebidos pelo profissional ocupacional mente exposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Dessa forma, de acordo com os resultados, verificou-se que a blindagem não possui espessura adequada para proteção dos profissionais de radiologia daquele local, sendo assim esses profissionais encontram-se sujeitos a irrelevantes proteções aos raio-X, recebendo dose de radiação desnecessária o que pode vir a acarretar problemas de saúde futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Raios X. Blindagem.

REFERÊNCIAS: DIMENSTEIN, R. Manual de proteção radiológica aplicada ao radiodiagnóstico. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013. MOURÃO, A. P.F. Tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem. São Paulo: Difusão Editora, 2012. PEREIRA, E. M. Tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem. São Paulo: Difusão Editora, 2012

A IMPORTÂNCIA DA MAMOGRAFIA PARA O DIAGNÓSTICO DO CÂNCER DE MAMA

Helder Santos de Figueiredo; Jackelyne Soares da Silva Lucena

INTRODUÇÃO: Nos dias atuais, o avanço das tecnologias trouxe uma grande contribuição para o diagnóstico de diversas doenças, como a mamografia, exame que utiliza radiação ionizante para estudar a estrutura da mama, sendo capaz de detectar nódulos mesmo que eles ainda não sejam palpáveis, por causa da sua qualidade de imagem que possibilita a verificação minuciosa do tecido mamário, e ainda, é fundamentalmente eficaz para detecção do câncer de mama. O câncer de mama é considerado um problema de saúde pública, pois está incluso em um grupo heterogêneo de doenças, com diferentes comportamentos, levando a manifestação de diversas apresentações clínicas e morfológicas, variando assinaturas genéticas e consequentes mudanças nas respostas aos tratamentos (BRASIL 2013). Diante disso, esse trabalho foi realizado com finalidade de abordar como a mamografia é importante para a detecção precoce do câncer de mama em mulheres.

REFERENCIAL TEÓRICO: De acordo com BRASIL (2013) o câncer de mama, como qualquer neoplasia maligna, surge em função de alterações genéticas, resultando em uma proliferação incontrolável de células anormais, sejam elas hereditárias ou adquiridas por exposição a alguns fatores, sejam ambientais ou fisiológicos, podem induzir mudanças no crescimento celular ou na morte celular programada, o que faz o aparecimento do tumor. A mamografia é um método de detecção de tumores malignos e benignos, um exame de imagem primordial e indispensável no diagnóstico de patologias nas mamas, sendo um dos diagnósticos reconhecido como técnica de rastreamento para o câncer de mama, pois permite sua detecção precoce e consequente redução da taxa de mortalidade por esta patologia (HIRUNPAT et al., 2005). Este método busca visualizar as mutações e/ou alterações da estrutura mamaria de forma minuciosa. O mamógrafo comprime a mama para gerar imagens eficientes de todos os tecidos. Esse aparelho emite raios-X adequado, buscando o melhor diagnóstico (SANTOS et al., 2014).

OBJETIVO: Mostrar a importância da mamografia para detecção do câncer de mama MÉTODOS Pesquisa bibliográfica obtida através de consultas em artigos, teses, periódicos e outros trabalhos científicos que estivessem relacionados com a temática abordada, encontrados na base de dados SCIELO e Google Acadêmico. Foram selecionadas pesquisas que mostrassem a importância da mamografia para as mulheres no processo de diagnóstico do câncer de mama.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A maioria dos trabalhos encontrados sobre mamografia foi vasta, entretanto, poucos eram específicos para o objetivo desse estudo. Nesses, a mamografia quase sempre estava associada com outros procedimentos como o autoexame e a ultrassonografia, mostrando que, a realização desses métodos em conjunto se torna a forma mais eficaz para o diagnóstico de alguma patologia que possa desenvolver o câncer de mama. Em relação à afirmativa acima, Basset e Kim (2001) aborda que, o principal método por imagem adjunto a mamografia e ao exame físico (autoexame) é a ultrassonografia, contribuindo para a detecção e o diagnóstico das doenças mamárias. Pois este exame diferencia e caracteriza nódulos sólidos e cistos identificados pela mamografia ou pelo exame clínico, além do que, orienta procedimentos intervencionistas na mama; avalia pacientes jovens, gestantes ou lactantes com alterações na mama; avalia nódulos palpáveis em mamas radiologicamente densas e entre outras várias funções que a ultrassonografia traz. Apesar de que, a mamografia estará sempre associada a outros exames, a sua contribuição não deixa de ser essencial para auxiliar no diagnóstico de neoplasias. Diante disso, Renck et al (2014) mostra em suas pesquisas que, somente 55% das mulheres avaliadas realizaram a mamografia, contra 45% que não realizavam,

evidenciando possíveis falhas no acesso ao rastreamento e consequente demora no diagnóstico do câncer de mama. Diante disso, pode-se perceber que, com o exame de mamografia as mulheres tinham um diagnóstico precoce, possibilitando realizar tratamento e este obter sucesso. Em contrapartida, as mulheres que não o efetuavam tinham demora na detecção, fazendo com que o câncer progrida. O estudo de Renck et al (2014) também mostrou que, 81% das mulheres envolvidas na pesquisa faziam o autoexame, revelando a importância de vários métodos para o rastreamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Constatou-se que, os baixos índices de informação e acesso a mamografia trazem um alerta da necessidade de implementação de orientações, condutas de prevenção e detecção do câncer de mama, principalmente à mamografia. Verificou-se ainda que, a contribuição da mamografia é essencial para diagnosticar alguma patologia nas mamas em seu estágio primário, pois esse procedimento detecta nódulos mesmo que eles ainda não sejam palpáveis facilitando o seu tratamento. Portanto, a realização da mamografia para diagnosticar precocemente o câncer de mama é o único exame capaz de diminuir a taxa de mortalidade, e pela sua exatidão e precisão dos resultados é fundamental para as mulheres que não sentem sintomas da doença, entretanto, a mamografia deve sempre está associada a outros métodos, como o autoexame e a ultrassonografia, para juntos, terem sucesso no diagnóstico precoce do câncer de mama, e posteriormente eficácia nos tratamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer de mama. Diagnóstico por imagem. Mamografia.

REFERÊNCIAS: BASSET, L.W.; KIM, C.H. Breast imaging: mammography and ultrasonography. *Magn Reson Imaging Clin N Am* 2001;9:251–271. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. HIRUNPAT S, TANOMKIAT W, KHOJARERN R, ARPAKUPAKUL, N. Accuracy of the mammographic report category according to BIRADS. *J Med Assoc Thai.* 2005; 88: 62- 65. RENCK, D.V.; BARROS, F.; DOMINGUES, M. R.; GONZALEZ, M.C.; SCLOWITZ, M.L.; CAPUTO, E.L.; GOMES, L.M. Equidade no acesso ao rastreamento mamográfico do câncer de mama com intervenção de mamógrafo móvel no sul do Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública* vol.30 n.1 Rio de Janeiro Jan. 2014. SANTOS, Joselito; GICO, Vânia de Vasconcelo; REIS, Luciana Araújo dos; MARINHO, Thédima Tenis Alves. Panorama do Câncer de mama: indicadores para a política de saúde. *Revista Enfermagem Contemporânea.* V. 3, n. 1, 2014.

IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS: VANTAGENS E DESVANTAGENS

Edgley Eulampio de Araujo; Igor Gustavo Soares Martins; João Cardoso Neto; Cláudia Patrícia
Varela Valença

INTRODUÇÃO: A irradiação é um processo que consiste em expor alimentos de origem animal ou vegetal a um nível de radiação de ionização, sendo estes previamente embalados ou não. Essa irradiação ocorre a partir de raios- γ dos radionucleótidos ^{60}Co ou ^{137}Cs , raios x ou aparelhos que funcionem com níveis de energia específicos (VENTURA et al., 2010). Esse processo impede a divisão de células vivas de micro-organismos e altera suas estruturas moleculares, como também, inibe a maturação de vegetais sem que haja alterações sensoriais indesejáveis e é indicado alimentos que não devem ser congelados ou que recebam tratamentos térmicos antes de serem comercializados (SILVA, ROZA, 2010; OMI, 2005).

REFERENCIAL TEÓRICO: IRRADIAÇÃO EM ALIMENTOS O método de irradiação preconiza a desinfestação e descontaminação dos alimentos prolongando a vida de prateleira dos mesmos e, conseqüentemente, melhorando sua qualidade. Esses objetivos são alcançados quando a irradiação, substituindo produtos químicos no pós-colheita, inibe o desenvolvimento de insetos, quando descontamina microorganismos deteriorantes em alimentos de origem vegetal e animal, retarda o amadurecimento e senescência em frutas e, assim, melhora a qualidade dos produtos já que evita que os mesmos sofram perdas em suas características físicas, químicas e sensoriais (VENTURA et al., 2010) A radiação ionizante interage com as moléculas dos materiais de forma a criar íons negativos e positivos, e assim transfere energia por elétrons. A formação dessas cargas resulta em efeitos químicos e biológicos que impedem a divisão celular em bactérias pela ruptura de sua estrutura molecular. Os níveis de energia utilizados para se conseguir esse efeito não são suficientes para induzir radioatividade nos alimentos (VENTURA et al., 2010). Após anos de estudos sobre radiação, na década de 1960 foi regulamentada pelo Food and Drug Administration (FDA) a irradiação de farinha de trigo e trigo destinados à alimentação humana. Com o intuito de estender essa tecnologia a outros alimentos, surgiram, nas décadas de 1980 e 1990, novos regulamentos sobre o uso de irradiação (LAGUNAS, 1995) Nos meados de 1950, no Brasil, as pesquisas referentes à irradiação de alimentos ficaram a cargo do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena), em Piracicaba (SP). “A legislação brasileira segue as recomendações internacionais sugeridas pela Food and Agriculture Organization (FAO), Internacional Atomic Energy Agency (IAEA) e Codex Alimentarium, da ONU. Atualmente, todas as normas para o emprego desta tecnologia estão descritas na Resolução nº 21 (ORNELLAS, GONÇALVES, et al., 2006).” Regulamento este que versa a respeito da necessidade de observação dos limites mínimos e máximos da dosagem de radiação aplicada aos alimentos. A dosagem mínima deve ser o suficiente para cumprir seu objetivo inicial; a máxima precisa ser inferior àquela capaz de comprometer as propriedades funcionais e organolépticas do produto tratado.

VANTAGENS As principais vantagens da irradiação dos alimentos são: minimização dos microrganismos prejudiciais à saúde, a lenta maturação e germinação, permitindo assim prolongar a duração dos alimentos. Esta técnica é aplicada ao cacau, café, ervas aromáticas e especiarias, pois a irradiação oferece uma alternativa limpa e segura à pulverização química, já nos alimentos frágeis, como os moluscos frescos ou frutas moles, a irradiação pode ser utilizada para remover micróbios prejudiciais e prolongar a sua conservação, sem deteriorar a textura do produto. Em muitos casos, alimentos irradiados em sua temperatura de armazenamento ideal e em embalagens a vácuo durarão mais e manterão por um tempo maior a sua textura original, sabor e valor nutritivo se comparados com os termicamente pasteurizados esterilizados ou enlatados.

DESVANTAGENS É que o processo de

irradiação não pode ser utilizado em todos os tipos de alimentos, por exemplo, em alimentos com alto teor de gordura, por serem sensíveis, podendo sofrer ramificação. Os produtos líquidos como o leite são mais propensos à radiólise adquirindo um sabor extremamente desagradável (SILVA, 2007).

OBJETIVO: Fazer um levantamento na literatura em artigos com relação à irradiação de alimentos com relação às vantagens e desvantagens.

MÉTODOS: Os métodos utilizados para a realização do presente estudo consistiu em um levantamento bibliográfico realizado por meio de pesquisa em sites de artigos científicos vinculadas ao assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Dentre os métodos de conservação de alimentos, a irradiação expõe vantagens e desvantagens. No entanto escolher esse processo requer levar em consideração o efeito quanto à destruição de microrganismos, as distintas alterações nas propriedades organolépticas sofridas, uma vez que a dosagem comercial não altera consideravelmente a qualidade sensorial do produto final e ainda oferece um produto seguro e próprio para consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: De acordo com este estudo conclui-se que a irradiação de alimentos demonstra ser um importante processo de conservação de alimentos, uma vez que, minimiza a proliferação de microrganismos que são prejudiciais à saúde, garantido um consumo seguro para sociedade a um custo relativamente inferior comparado a outros métodos, no entanto este método ainda não é recomendável para alguns tipos de alimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos. Irradiação. Radiologia.

REFERÊNCIAS: LAGUNAS- SOLAR, M.C. Radiation processing of foods: An overview of scientific principles and current status. *Journal of Food Protection*, v. 58, n. 2, p. 186-192, 1995. ORNELLAS, C. B. D. et al. Atitude do consumidor frente à irradiação de alimentos. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 211-213, 2006. SILVA É. F.S. Irradiação em alimentos. 2007. VENTURA, D. Utilização da irradiação no tratamento de alimentos: processamento geral de alimentos - módulo II. 2010.

CONTRIBUIÇÃO DA BRAQUITERAPIA NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE PRÓSTATA

Helder Santos de Figueiredo; Rodrigo Diniz Paiva; Maria Allana Juca Rodrigues da Silva; Mário Vilar Trigueiro Neto

INTRODUÇÃO: O avanço da ciência no ramo da saúde vem cada vez mais contribuindo para auxiliar no tratamento de patologias, desde as mais simples às de maiores complexidades. Dessas, o câncer de próstata apresenta ascendência de casos no mundo, trazendo um olhar atento nessa doença e na sua terapia. Conforme o INCA (2014) a neoplasia de próstata representa 10% do total de casos de câncer, aproximadamente. O segundo mais comum entre os homens no Brasil e o sexto tipo e mais comum no mundo. Nos países desenvolvidos, a taxa de incidência do câncer de próstata é cerca de seis vezes maior comparando aos países em desenvolvimento. Um dos tratamentos mais eficazes e que vem crescendo, são terapias com uso de radiação. Onde consiste num processo capaz de destruir células neoplásicas, por meio da radiação ionizante. E uma das modalidades terapêuticas no âmbito da radiologia é a braquiterapia, que utiliza fontes radioativas exatamente na região a ser tratada. O objetivo deste procedimento é administrar altas, médias ou baixas doses de radiação em volumes pré-calculados na área cancerígena, para poder ter maior controle da doença e menor toxicidade do tratamento nos tecidos adjacentes saudáveis. Dessa maneira, esse estudo teve a finalidade de explanar sobre o tratamento do câncer de próstata por meio da braquiterapia, à luz da literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO: A próstata é uma glândula localizada na parte baixa do abdômen, situada abaixo da bexiga e à frente do reto; envolve a porção inicial da uretra, tendo como função a produção parcial do sêmen (INCA 2014). Ainda de acordo com o INCA (2014) O câncer da próstata (CP) no início pode apresentar evolução silenciosa; os portadores da doença podem não apresentar sintomas ou, apresentarem sintomas similares aos do tumor benigno da próstata. Com a doença avançando podem apresentar outros sintomas como: dor óssea, problemas urinários, infecção generalizada ou insuficiência renal. Um dos tratamentos para este tipo de câncer é a braquiterapia, que consiste numa abordagem menos invasiva utilizando duas modalidades: baixa taxa de dose (BBTD) ou de alta taxa de dose (BATD). A primeira consiste no implante definitivo de fontes radioativas, conhecidas como sementes, que podem ser o de Iodo-125 ou Páladio-103. Essas sementes possuem pouca penetração de radiação, isto é, fraca energia para poder entrar nos tecidos adjacentes, além de ter a vantagem de o seu tratamento ser concluído em um dia e, é comparável a uma cirurgia para tumores que possuem baixo risco. A segunda consiste num planejamento através da Tomografia Computadorizada - TC, introduzindo cateteres guiados por ultrassonografia. São usados radioisótopos (Írio-192) via controle remoto, sendo liberadas através dos cateteres, com altas doses de radiação (de 4-6 Gy) e administradas durante intervalos de 24-36 horas. Essa modalidade oferece várias vantagens sobre outras técnicas como: otimização da dose na próstata, e quando comparada a BBTD, há redução de exposição à radiação da equipe envolvida no procedimento e maior eficácia tumoricida radiobiológica nos casos de volume tumoral maior ou fatores prognósticos adversos (SCHER; SCARDINO et al., 2015).

OBJETIVO: Abordar sobre a braquiterapia à luz da literatura, enfatizando sua importância no tratamento do câncer de próstata.

MÉTODOS: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória baseada em artigos publicados e, disponíveis em banco de dados Google Acadêmicos e Scielo, também foram usados periódicos e outros trabalhos científicos que estivessem de acordo com o tema proposto desse estudo.

RESULTADOS EDISCUSSÃO: Houve escassez de trabalhos relacionados com o tema na área de Radiologia, num total de 12 artigos correlacionado com os descritores, 5 foram usados como sendo mais relevantes para essa pesquisa, e em sua grande maioria, eram artigos de campo. Pode-se perceber que, o paciente submetido à Braquiterapia (BT) tem mais chances de sucesso, quando tratado no início de sua doença, como considera Ragde et al., (1998) ao fim de sua pesquisa durante 10 anos de vigilância, comparando dois grupos com doença de baixo risco e outro com de maior risco. Tratou o primeiro com BT e o segundo com BT associada à Radioterapia Externa - RE. A sobrevida média total era de 65% e de mortalidade específica de 2%. Corroborando com isso, BRASIL (2002) afirma que, “a braquiterapia intersticial permanente com sementes radioativas está indicada isoladamente aos pacientes com bom prognóstico (T1-T2a, PSA - Antígeno Prostático Específico <10ng/mL, Gleason < 7) ou complementar à Radioterapia externa (RXT) para casos de pior prognóstico.” Afirmando a eficiência desse procedimento, Srougi (1995) aborda que, após um acompanhamento num período de 10 anos detectou que, 60% a 86% dos pacientes tratados com radioterapia externa ou braquiterapia estão curados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Analisando literaturas foi verificado que, o implante de sementes emissoras de radiação é mais usado por não possuírem alta energia de penetração, e conseqüentemente, não atingirem tecidos adjacentes, além de que, seu procedimento tem duração de um dia. Porém foi encontrado ainda, outro método, o de alta dose de radiação onde são usados radioisótopos e sua radiação sendo liberada através de cateteres, e administradas durante intervalos de 24-36 horas, evidenciando que, a braquiterapia se torna mais eficaz que outros procedimentos para o mesmo tipo de doença. Entretanto, o histórico, o quadro clínico, o estágio do câncer, a idade, tamanho da próstata, comorbidades, expectativa de vida e anseios do paciente, são fatores que influenciam no procedimento que será usado no tratamento. Portanto, a Braquiterapia tem uma maior eficácia quando usada em estágios iniciais do câncer de próstata.

PALAVRAS-CHAVE: Braquiterapia. Câncer de próstata. Radioterapia. Tratamento.

REFERÊNCIAS: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Incidência do câncer no Brasil: estimativa 2014. Rio de Janeiro, RJ: INCA; 2014. BRASIL, Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Programa nacional de controle do câncer da próstata: Documento de consenso. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cancer_da_prostata.pdf. Acessado em: 14/01/2011. RAGDE, H.; ELGAMAL, A.A.; SNOW, P.B.; BRANDT, J.; BARTOLUCCI, A.A.; NADIR, B.S.; KORB, L.J. Ten-year disease free survival after transperineal sonography-guided iodine-125 brachytherapy with or without 45-gray external beam irradiation in the treatment of patients with clinically localized, low to high Gleason grade prostate carcinoma. *Cancer*. 1998 Sep 1;83(5):989-1001. SCHER, H.I.; SCARDINO, P.T.; ZELEFSKY, M.J. *Cancer of the Prostate*. IN: DeVita, Jr. VT, Lawrence TS, Rosenberg SA. DeVita, Hellman, and Rosenberg's Cancer Principles and Practice of Oncology. Philadelphia. Wolters Kluwer Health, 2015. 10th edition. pp:932- 980. SROUGI, M. et al. Doenças da próstata. *Rev Med, São Paulo*. 2008. Disponível em: www.revistas.usp.br/revistadc/article/download/59075/62060 Acessado em: 18/01/2017

O PAPEL DOS CONTRASTES IODADOS NOS EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Helder Santos de Figueiredo; Rodrigo Diniz Paiva; Maria Allana Juca Rodrigues da Silva; Cláudia Patrícia Varela Valença

INTRODUÇÃO: Na radiologia, a tomografia computadorizada (TC) desempenha um importante recurso para o diagnóstico de várias patologias, revolucionando a área médica. Pois fornece imagens com maior qualidade e informações mais precisas do que a radiologia convencional. Atualmente, diversos exames em TC são realizados em uma variedade de campos clínicos, além disso, em alguns exames são necessários o uso de contrastes iodados para auxiliar na visualização de estruturas específicas a fim de fornecer um diagnóstico mais preciso. Dessa forma, esse estudo teve como finalidade descrever a função dos meios de contraste iodados nos procedimentos de Tomografia Computadorizada.

REFERENCIAL TEÓRICO: De acordo com Nóbrega (2012) a TC é um procedimento que utiliza feixes de raio-x para fornecer imagens detalhadas das estruturas do corpo. A imagem é obtida por meio de um sistema de computador, com várias funções possibilitando a manipulação da imagem, além da visualização no modo 3D, em alguns procedimentos, são necessários o uso de contrastes iodados. Segundo Sugawara (2010), os meios de contraste iodado são substâncias usadas como elemento radiopaco para destacar determinado órgão. É usado como composto principal o Iodo, fazendo com que certa estrutura anatômica absorva mais radiação do que as áreas vizinhas, evidenciando-a. Segundo Nóbrega (2005) há certa frequência no uso dos meios de contrastes nos exames de TC, principalmente os de Iodo. Pois estes são destinados à administração intravenosa, porém podem, em determinadas circunstâncias, serem utilizados por via oral ou retal quando houver alguma perfuração no trato gastrointestinal (GI) no paciente. O autor supracitado continua abordando que, devido ao número atômico ($Z=53$) do iodo, a sua utilização como meio de contraste é mais regular. Esse alto número atômico faz com que haja a produção de sinais de hiperdensidade na imagem tomográfica, isto se dá pela interação deste meio de contraste com os fótons de Raio-x fazendo um bloqueio da radiação e não atingindo os detectores. Nóbrega (2005) diz que, os principais contrastes iodados usados no Brasil na Tomografia Computadorizada - TC e em outros exames são: ácido diatrizóico, Ioxitalamato, Iopamidol e iodixanol. Sendo a osmolaridade uma das características mais importantes dos contrastes iodados. A classificação desses contrastes segundo Sugawara (2010), é definida através das características físico-químicas dos contrastes, uma vez que são as características mais relevantes no aparecimento das reações adversas. Desta maneira, são classificados pela sua capacidade de dissociação quando em solução, como em contraste iônicos, não iônicos e isomolar. O primeiro, de alta osmolaridade que, quando em solução, dissociam-se em íons. O segundo, de baixa osmolaridade que, quando em solução não se dissociam em íons. E o último, que mantém a osmolaridade semelhante a do plasma. Portanto, quanto maior a densidade e viscosidade, maior resistência no fluxo, dificultando sua diluição no sangue.

OBJETIVO: Descrever a função dos contrastes iodados na tomografia computadorizada

MÉTODOS: Este estudo foi elaborado com pesquisas bibliográficas relacionadas com a temática abordada, sendo livros o principal meio para fundamentar esse trabalho científico, encontrados na Biblioteca das Faculdades Integradas de Patos - FIP, pois houve escassez de artigos relacionados com o tema. As plataformas digitais usadas foram Cappes e Scielo, entre outras fontes, onde suas

publicações e textos foram encontrados na internet, e que ofereciam confiabilidade e qualidade das informações encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Em sua grande maioria, as informações obtidas foram que os contrastes iodados geram uma hiperdensidade (radiopacidade) nas estruturas analisadas. Afirmando isso, Hofer (2010) em seu livro explica que, a grande vantagem dos meios de contrastes para um exame de TC do abdome e da pelve, é distinguir de imediato o trato gastrointestinal dos músculos adjacentes ou de outros órgãos. E que, especificamente, para os contrastes intravenosos, os vasos sanguíneos têm um aumento na sua densidade e os diferenciam melhor dos músculos e órgãos, fornecendo também, informações sobre a captação do meio de contraste em tecidos doentes, isto é, o sinal é intensificado devido a densidade aumentada pelo meio de contraste. Reforçando o que foi dito, Koch (2012) diz que, na TC se utiliza do contraste endovenoso à base de iodo, porque a densidade metálica dele permite dissociar vasos, e também mostrar processos dinâmicos de funcionamento dos órgãos estudados. Corroborando com os autores supracitados, Nóbrega (2005) mostra que, os contrastes à base de iodo, são usados, principalmente, por via intravenosa e que por vezes, pode ser por via oral ou retal quanto há uma abertura em alguma parte do trato GI. E seu uso cresceu bastante devido a redução considerável dos efeitos adversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Levando em conta o que foi pesquisado, os meios de contrastes iodados podem ser administrados por via intravenoso, oral ou retal, sendo a primeira mais usada, também deve-se levar em consideração que, eles são usados quando há alguma perfuração no sistema digestório. Portanto, os contrastes a base de iodo, geram na imagem uma hiperdensidade na estrutura analisada, eles também auxiliam para diferenciar veias de músculos, além de que, os mesmos quando em tecidos com alguma alteração patológica se destacam mostrando alguma anormalidade no local. Concluiu-se que, o papel dos meios de contraste iodados na TC foi diferenciar tecidos saudáveis de tecidos doentes.

PALAVRAS-CHAVE: Contraste iodado. Radiologia. Tomografia Computadorizada.

REFERÊNCIAS: KOCH, Hilton Augusto. Radiologia e diagnóstico por imagem na formação do médico geral. Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, Revinter, 2012. MATTHIAS HOFER, M.D. Tomografia computadorizada – Manual prática de ensino. 6ª edição. Rio de Janeiro, RJ. Livraria e Editora Revinter Ltda, 2010. Pag. 20-24 NÓBREGA, A.I. Tecnologia Radiológica e diagnóstico por imagem, volume 1: saúde e formação profissional. 5. Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2012 (Coleção tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem) p. 287. NÓBREGA, Almir Inácio da. Manual de tomografia computadorizada. São Paulo: Editora Atheneu/ Centro Universitário, São Camilo, 2005. Pag. 19 e 20. SUGAWARA, A.M. Farmacologia Aplicada. In: Nobrega AI (Org.). Tecnologia Radiológica e Diagnóstico por Imagem. 4º ed. São Paulo: Difusão Editora; 2010. p. 273-298.